UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CLODINE JANNY TEIXEIRA

Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes

São Paulo
2016

CLODINE JANNY TEIXEIRA

Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração:
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Maria Júlia Kovács

São Paulo
2016

Nome: TEIXEIRA, Clodine Janny

Título: Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento:_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento:_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento:_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento:_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento:_____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pessoa mais criativa, cheia de vida e iniciativa que já conheci. Para sempre meu anjo da guarda.

Ao meu pai, que sempre me apoiou em todos os projetos, inspirando proteção e confiança, e ofertando o suporte financeiro e intelectual necessários.

À Profa. Dra. Maria Julia Kovács, sempre atenta, acolhedora, disponível e dedicada. Com você pude aprender o verdadeiro sentido do humanismo, do estar junto respeitando a singularidade do outro, superei o medo de não conseguir e pude me lançar nas aventuras de uma vida acontecendo durante um mestrado e um doutorado.

Ao grupo de orientandos da Profa. Dra. Maria Julia Kovács pela acolhida e pelas indicações de leituras e filmes, sempre muito bem-vindas.

Ao Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo pela oportunidade de realização do curso de doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao Giba, meu marido, sempre presente, companheiro, carinhoso, disponível a resolver problemas e a travar diálogos reflexivos. Você me equilibra e me complementa.

Aos meus amigos, sem eles e as experiências que vivemos juntos, eu não seria quem sou hoje. Obrigada pelas risadas, conversas, danças, choros, emoções, carinhos, viagens. Vocês fazem toda a diferença.

Aos meus filhos, que me motivam a acordar à noite tantas vezes quanto necessário e, ainda assim, levantar de manhã sorrindo.

RESUMO

TEIXEIRA, C. J. **Vítimas ocultas das mortes escancaradas:** as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes. 2016. 314 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A mortalidade na juventude ocorre, em sua maioria, por causas externas, não naturais, de forma violenta. Dentre as causas externas, os homicídios por armas de fogo são responsáveis por aproximadamente metade das mortes. Os *Mapas da Violência* revelam que, a cada três vítimas fatais de armas de fogo, duas eram jovens com idades entre 15 e 29 anos; 93,9% eram do sexo masculino e dois terços eram negros. As periferias das grandes metrópoles são os locais onde acontece a maioria dos homicídios. Apesar de os índices de violência estarem menores em São Paulo desde 1999, o mesmo padrão de distribuição etária, geográfica, racial e de gênero tem se mantido, e a proporção de mortes em decorrência de intervenção policial subiu de 5% em 2000 para 21% em 2014. São chamadas de "mortes escancaradas" as mortes violentas que ocorrem nas ruas sem chance de proteção ou preparo. Essas mortes são divulgadas pela mídia como mercadoria para atrair audiência. O objetivo deste trabalho é investigar, por meio de estudo de caso, as repercussões físicas, afetivas, econômicas, sociais, existenciais e religiosas da morte de um jovem negro morador de uma das periferias da cidade de São Paulo na vida dos sobreviventes. Os sobreviventes, ou vítimas ocultas, são as vítimas que não são reveladas numericamente pelas estatísticas, mas que têm seu cotidiano modificado pela violência extrema. Foram entrevistadas vítimas primárias – sobreviventes e testemunhas do crime; vítimas secundárias – pessoas que possuíam algum vínculo familiar, afetivo ou profissional com o morto; e uma vítima terciária – que teve contato com a notícia do falecimento pela mídia. Como procedimentos, foram realizadas: observação participante, pesquisa documental e entrevistas abertas. A abordagem qualitativa foi adotada para coleta, compreensão e análise do material obtido. As repercussões físicas encontradas foram sequelas dos tiros, perda de peso, alteração do sono e crises de choro. Do ponto de vista afetivo, observou-se luto complicado, sentimentos de tristeza, angústia, medo, insegurança, revolta e impotência, além de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático. No âmbito social, houve transformações no padrão de circulação e de convivência no bairro por causa da tristeza e do medo. Do ponto de vista econômico, as repercussões observadas foram a diminuição da renda com a perda do provedor e a impossibilidade de trabalhar pela necessidade constante de fuga por ser testemunha ou por medo de sair de casa no período noturno. No âmbito existencial e religioso, há o questionamento do sentido da vida e da morte, a fé traz conforto diante das perdas e do sofrimento, mas é, por vezes, questionada diante da tragédia. Foram relatados os preconceitos e as discriminações sofridos por moradores das periferias, que se expressam na maneira como se relacionam com o sistema de segurança público. A mídia é apontada como responsável pelo aumento da sensação de medo na população, gerando reações de isolamento, proteção e apoio a medidas repressivas. As principais ações identificadas para diminuir a mortalidade de jovens são a implantação de políticas públicas direcionadas aos bairros periféricos com a valorização da vida de seus moradores e mudanças no sistema de segurança pública, incluindo o policiamento comunitário e a justiça restaurativa.

Palavras chave: Morte. Luto. Violência. Homicídio. Juventude. Periferia

ABSTRACT

TEIXEIRA, C. J. **Hidden victims of gaping deaths:** the repercussions of the sudden death of a young person in the life of the survivors. 2016. 314 f. Doctoral dissertation – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

Youth mortality occurs, mostly due to violent external causes, not natural. Among the external causes, homicides by firearms are responsible for about half of the deaths. The "Violence Maps" show that in every three fatal victims by firearms, two were aged between 15 and 29, 93.9% were male and two-thirds were black. Most homicides happen in the outlying ghettos of large cities. Although the violence rates are lower in São Paulo since 1999, the same pattern of age, geographical, racial and gender distribution has remained and the proportion of deaths due to police intervention rose from 5% in 2000 to 21% in 2014. These are called "gaping deaths", violent deaths that occur in the streets with no chance of protection or precaution. These deaths are disclosed by the media as a product to attract audience. The objective of this study is to investigate, through a case study, the physical, emotional, economic, social, existential and religious repercussions of the death of a young black resident of one of the outlying ghettos of São Paulo in the life of the survivors. The survivors, or hidden victims are the ones not revealed by the statistics, but have their daily routine modified by the extreme violence. Were interviewed: primary victims – survivors and witnesses of the crime; secondary victims – people who had any familiar, emotional or professional bond with the deceased; and one tertiary victim – who had contact with the news of the death through the media. As a procedure, were performed: participant observation, documentary research and open interviews. The qualitative approach was adopted for collecting, understanding and analysis of the material obtained. Physical effects found were: after shot effect, weight loss, sleep disturbances, excessive crying. From the emotional point of view, there was: complicated grief, feelings of sadness, anxiety, fear, insecurity, anger and impotence, as well as symptoms of post-traumatic stress disorder (PTSD). In the social scope, there were changes in the circulation and living pattern in the neighborhood because of sadness and fear. From an economic point of view, the observed effects were: reduction of income due to the loss of the provider and the inability to work due to the constant need to escape for being a witness of the crime or fear of leaving the house at night. In the existential and religious scope, there is the question of the meaning of life and death, faith brings comfort when facing loss and suffering, but it is sometimes questioned when facing a tragedy. Prejudice and discrimination were reported by residents of the outlying ghettos, expressed in the way they relate to the public security system. The media is seen as responsible for increasing the sense of fear in the population, generating reactions of isolation, protection and support for repressive measures. The main actions identified to reduce mortality of young people are the implementation of public policies focused on the neighborhoods of the outlying ghettos with the appreciation of life of its residents and changes in the public security system, including community policing and restorative justice.

Keywords: Death. Mourning. Violence. Homicide. Youth. Outlying ghettos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

INTRODUÇÃO **12**

1 MORTES ESCANCARADAS **15**

1.1 As mortes escancaradas em números **17**

1.2 Considerações sobre direitos humanos e violência **28**

1.3 A mídia escancarando a morte **31**

2 VÍTIMAS OCULTAS **39**

2.1 O luto em situações de perdas violentas **42**

2.2 Atendimento psicossocial às vítimas ocultas **46**

3 OBJETIVOS **50**

4 MÉTODO **51**

4.1 Abordagem da pesquisa **51**

4.2 Colaboradores **52**

4.3 Local **53**

4.4 Coleta dos dados **53**

4.5 Procedimento **55**

4.6 Compreensão dos dados **55**

4.7 Aspectos éticos **56**

5 APRESENTAÇÃO DO CASO **59**

5.1 Diário de campo **60**

5.2 Vida e morte de Rodrigo **72**

5.3 As vítimas ocultas da morte de Rodrigo **75**

5.3.1 Janete – a mãe **76**

5.3.2 Marta – a irmã 78

5.3.3 Nelson – o sobrinho 79

5.3.4 Cláudio – o amigo 82

5.3.5 Alice – a vizinha 83

5.3.6 Cícero – o líder comunitário 85

5.3.7 Marisa – a assistente social 87

5.3.8 Jorge – o líder de movimento social negro 89

5.3.9 Walter – o psicólogo social e professor universitário 91

5.3.10 Augusto – o repórter 92

5.3.11 Bruno – o leitor 94

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO 97

6.1 Repercussões da morte de Rodrigo na vida dos sobreviventes 97

6.2 O lado de lá e o de cá da ponte: preconceito, discriminação e percepções acerca do sistema de segurança pública 142

6.3 Mídia, violência e indústria do medo 184

6.4 Causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens 199

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 219

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 228

ANEXOS 245

Anexo A – Transcrição da Carta Aberta do V Fórum Social Sul 245

APÊNDICES 246

Apêndice A – Questões norteadoras para as entrevistas 246

Apêndice B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 247

Apêndice C – Endereços e contatos dos serviços de apoio às vítimas ocultas 250

Apêndice D – Entrevistas Realizadas **252**
Entrevista 1 – Marisa (Assistente social) **252**
Entrevista 2 – Walter (Psicólogo social e professor universitário) **259**
Entrevista 3 – Cícero (Líder comunitário) **266**
Entrevista 4 – Jorge (Líder de movimento social negro) **270**
Entrevista 5 – Janete, Marta, Nelson e Cláudio (Familiares e amigo de Rodrigo) (Entrevista 1) **279**
Entrevista 6 – Janete, Marta, Nelson e Alice (Familiares e vizinha de Rodrigo) (Entrevista 2) **291**
Entrevista 7 – Augusto (Repórter) **299**
Entrevista 8 – Bruno (Leitor) **306**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Teixeira, Clodine Janny.
Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes / Clodine Janny Teixeira; orientadora Maria Julia Kovács. -- São Paulo, 2016.
314 f.
Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração**:** Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Morte 2. Luto 3 . Violência 4. Homicídio 5. Juventude 6. Periferia I. Título.

BF789.D4

APRESENTAÇÃO

Minha vida foi muito intensa durante os cinco anos e meio deste doutorado. Separei-me quando meu filho, Rafael, tinha um ano e meio de idade, dei aulas de sete matérias diferentes em universidade particular de psicologia, consegui bolsa da Fapesp, parei de dar aulas, meu filho ingressou na escola com três anos, namorei, me casei, mudamos de casa, engravidei, nasceu minha filhinha Camille, em parto domiciliar na banheira, li livros, artigos e digitei com apenas uma mão enquanto amamentava.

O tema desta tese de doutorado foi um desdobramento de meu mestrado. Quando realizei estágio para a Licenciatura em aulas de psicologia para o ensino médio em uma escola pública do Butantã, em São Paulo, tive a oportunidade de propor que assistíssemos ao vídeo *Falando de morte: o adolescente* (KOVÁCS et al., 2003) para fomentar discussão sobre o tema da mortalidade de jovens. Ao final da projeção, foram feitas duas perguntas: "por que há tantas mortes de jovens?" e "como acham que poderiam mudar essa realidade?". Analisei as respostas dos alunos para a conclusão da matéria optativa Psicologia da Morte, da professora Maria Julia Kovács, que cursei no último ano da graduação em Psicologia. Esse trabalho foi base para o desenvolvimento de meu projeto de mestrado.

No mestrado, entrevistei jovens cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida) nos bairros paulistas Capão Redondo e Vila Brasilândia, respectivamente nas periferias sul e norte da cidade, para ouvir seus relatos sobre as experiências que tiveram em relação à morte. Muitos tiveram familiares e amigos assassinados em conflitos com a polícia, conflitos com traficantes ou por vingança. Alguns chegaram a testemunhar tais mortes. Todos correram risco de vida diversas vezes. No período noturno, costumam se lembrar das cenas e situações que viveram. Entristecem-se, sentem saudades e choram sozinhos, pois não costumam compartilhar suas dores com outras pessoas, como se o luto deles não fosse autorizado quando a situação que levou ao falecimento foi o envolvimento com algum tipo de crime. Os jovens entrevistados, ao se envolverem com o crime, haviam participado como "protagonistas" do fenômeno da violência urbana – são os primeiros a agonizar, dramatizam em suas ações as desigualdades sociais e econômicas estruturais da cidade, fazem parte do grupo de jovens com maiores índices de morte, são testemunhas de homicídios e perderam pessoas próximas queridas.

No doutorado, procurei ampliar a compreensão do fenômeno, incluindo, no levantamento de dados, observação participante, pesquisa documental e entrevistas com vítimas primárias, secundárias e terciárias do assassinato de um jovem em uma chacina. Investiguei as repercussões físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas da morte em suas vidas. Pude constatar que uma morte violenta modifica a vida de muitas pessoas. Foram 11 os entrevistados e cada um deles representa outros grupos de pessoas que também sofrem com essa morte: familiares, amigos, namoradas, dono e funcionários do estabelecimento comercial onde ocorreu a morte, vizinhos, professores, profissionais que prestam serviço na região e todos os que têm o cotidiano modificado pelo medo. O caso estudado exemplifica as repercussões da morte de tantos outros jovens em circunstâncias semelhantes. Esta tese visa a contribuir com informações sobre as vítimas ocultas, todos os sobreviventes afetados pelas mortes violentas, uma população que precisa de reconhecimento, acolhimento, orientação e de políticas públicas para a valorização de suas vidas. O ineditismo do trabalho está na multidimensionalidade com o fenômeno é tratado, pois é na interconexão entre temas como as repercussões psicossoais das mortes violentas na vida dos sobreviventes, desigualdade social, preconceito racial, mídia sensacionalista e violência policial, que o problema das mortes de jovens por armas de fogo é situado.

No capítulo 1, Mortes escancaradas, defino o que são as mortes escancaradas em termos teóricos e numéricos, trazendo mapas e estatísticas sobre mortalidade no Brasil e na cidade de São Paulo. Abordo também temas correlatos como a violência policial, as chacinas, a mídia e a indústria do medo.

No capítulo 2, Vítimas ocultas, é feita a definição do conceito de vítimas ocultas, indiretas, primárias, secundárias e terciárias da violência. Abordo os resultados de outras pesquisas que investigaram as repercussões de mortes violentas na vida de familiares e amigos e apresento o material encontrado sobre acolhida às vítimas ocultas.

O capítulo 3 traz os Objetivos do trabalho: verificar quais são as repercussões da morte de um jovem na vida dos sobreviventes.

No capítulo 4, Método, descrevo os recursos metodológicos qualitativos utilizados para a coleta de dados – observação participante, pesquisa documental e entrevistas abertas, dentro da perspectiva do estudo de caso integrado; e a análise temática para o tratamento do material obtido. O critério de inclusão dos participantes foi o pertencimento ao grupo de vítimas primárias, secundárias e terciárias da morte de um jovem em uma chacina. Cada entrevistado indicou o próximo participante da pesquisa, seguindo inspiração no método

snowball ou *snowball sampling* conhecido no Brasil como bola de neve ou cadeia de informantes.

No capítulo 5, Apresentação do caso, exponho, no diário de campo, o material obtido em sequência cronológica; o caso estudado, da morte de um jovem morador de uma das periferias da cidade de São Paulo em uma chacina; e os depoimentos dos colaboradores.

No capítulo 6, Análise e discussão, as falas dos entrevistados são agrupadas em quatro eixos temáticos, as categorias de análise. Para cada tema há a apresentação, o quadro com as falas transcritas dos entrevistados relativas àquele assunto e a interpretação correspondente, relacionando-as com as referências bibliográficas.

Por último, no capítulo 7, Considerações finais, retomo a trajetória do caminhar empreendido ao longo da pesquisa, a coleta de dados, leituras e compreensões. São apontadas propostas de ações que já vêm sendo implantadas para a prevenção da mortalidade de jovens por causas violentas e para o acolhimento aos familiares e sobreviventes. São feitas indicações para futuras pesquisas; recomendações de mudanças no sistema de segurança pública; e sugestões para a implantação de políticas públicas nos bairros periféricos, com o intuito de valorização da vida de seus moradores.

INTRODUÇÃO

> [...] os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década, e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país. (WAISELFISZ, 2014, p. 9).

Quem são as vítimas ocultas? O que são mortes escancaradas? Quem lê o título deste trabalho é levado a se questionar sobre o significado dessas palavras. Antes de responder a essas questões, vale refletir sobre por que a morte é um assunto pertinente à psicologia. A sociedade contemporânea ocidental valoriza o consumo e a imagem e busca, por intermédio da tecnologia, prolongar a vida e esconder os sinais de envelhecimento. Apesar de a morte ser tratada como tabu, ela é presença inevitável na vida de todos. Desde que nascemos, somos expostos a pequenas mortes, as mortes simbólicas, representadas pelas mudanças e transformações, tais como separações, doenças e términos de ciclos ou etapas do desenvolvimento. A morte concreta também nos acompanha, perdemos animais de estimação e pessoas queridas. Queiramos ou não, a morte é universal e irreversível, por isso, diz respeito a todos. Psicólogos devem se preparar para tratar do assunto em escolas, universidades, hospitais, consultórios, instituições públicas e, inclusive, podem ser chamados a atuar em locais onde houve emergências e desastres.

> A importância de enfocar o tema da morte está ligada ao fato de que, ao falar desta, estamos falando de vida e, ao falar de vida, a qualidade da mesma acaba sendo revista. Esta vem decaindo, em parte, pelo lugar ao qual a morte foi relegada no século XX: do interdito, do vergonhoso, do oculto – uma inimiga a ser vencida a qualquer custo. Quanto mais se nega a morte, mais esta parece fazer-se presente através da violência urbana, do crescimento do número de pessoas portadoras do HIV, do suicídio, das guerras. (KOVÁCS, 2005, p. 487).

A morte costuma ser compreendida como transição, passagem, ruptura ou despedida, é o fim inevitável da vida. Porém as circunstâncias em que se dá o término da vida não são iguais para todos. Elas variam em função da idade, gênero, hábitos, profissão, local de moradia, país, raça e classe social. As mortes violentas, foco deste estudo, são especialmente determinadas pelas questões políticas, sociais e econômicas de um país. No Brasil, os estudos e mapas têm mostrado que as mortes violentas ocasionadas por causas externas e não naturais se distribuem de maneira bastante específica no território e em função da idade, raça e gênero.

Os principais afetados são jovens do sexo masculino, negros, moradores das periferias. A principal causa externa das mortes são os homicídios por armas de fogo.

> No contexto internacional, analisando os dados correspondentes a 90 países para os quais contamos com informações fidedignas provenientes da OMS, o Brasil, com uma taxa de 21,9 óbitos por armas de fogo em 100 mil habitantes, ocupa o décimo primeiro lugar, atrás de países como El Salvador, Venezuela, Guatemala e Colômbia, de enorme carga de violência. [...] A posição do Brasil nas estatísticas internacionais já foi bem pior. Na primeira edição de Mortes Matadas, a de 2005, já referenciada, com uma taxa de 21,7 óbitos por AF por 100 mil habitantes, o país ocupava o segundo lugar. [...] O Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos levados ao plano das armas, consegue vitimar mais cidadãos via armas de fogo do que muitos dos conflitos contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as várias Intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de liberação de Angola e Moçambique, ou ainda uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século e que tivemos oportunidade de expor em mapas anteriores. (WAISELFISZ, 2015, p. 99-100).

Esse tipo de morte violenta está inserido no contexto das mortes escancaradas, termo cunhado por Kovács (2003) para designar as mortes que acontecem nas ruas, de maneira inesperada e violenta, diante de todos os presentes, sem chance de proteção ou preparo. São os acidentes, homicídios, atentados, chacinas, tiroteios e mortes por balas perdidas, que interrompem a vida trazendo sofrimento e traumas para os sobreviventes, testemunhas, familiares, amigos e vizinhos. Esses eventos trágicos são divulgados pela mídia, o que amplia a dimensão do fenômeno, pois mais pessoas passam a estar envolvidas.

A mídia apresenta repetidamente cenas chocantes e depoimentos emocionados, com textos superficiais e sem espaço para reflexão e elaboração. Desta forma, captura a audiência, gerando as sensações de medo e de insegurança, além disso, dá a impressão de que a violência está cada vez pior na cidade e de que, para combatê-la, são necessárias leis mais rígidas e punições mais severas por parte de policiais contra criminosos.

A morte de um jovem por homicídio é um evento traumático, pois é violenta, inesperada, prematura, mutila o corpo, abalando o sentimento de segurança e a crença de que os mais velhos devem morrer antes dos mais jovens, seguindo, assim, o fluxo natural da vida. Os enlutados são levados a rever suas concepções acerca de si mesmos e sobre o significado da vida. Influenciam, na maneira de lidar com o luto, a presença ou ausência de apoio social, a presença de proteção ou ameaça à vida dos sobreviventes e a forma como se dá o processo de busca por justiça (PARKES, 2009).

Segundo a definição de Soares, Miranda e Borges (2006), são chamados de “vítimas primárias”, os sobreviventes e testemunhas; de “vítimas secundárias”, os familiares, amigos, vizinhos e profissionais que atuam na região, com algum vínculo com o morto, incluindo-se

repórteres; e “vítimas terciárias”, pessoas que entraram em contato com a notícia pela mídia e tiveram suas vidas modificadas pelo medo, tristeza e insegurança. Esses três grupos de pessoas afetadas pelas mortes violentas são genericamente chamados de sobreviventes ou de vítimas ocultas, por não serem revelados pelas estatísticas ou incluídos nos planejamentos de políticas públicas para atendimento a seus sofrimentos e necessidades.

Este trabalho tem como objetivo investigar as repercussões físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas da morte de um jovem em uma chacina, na periferia da cidade de São Paulo, na vida dos sobreviventes, as vítimas ocultas das mortes escancaradas. Pesquisas como esta podem embasar a formulação de políticas públicas para tal população, incluindo melhorias no acesso a serviços de assistência jurídica, social e psicológica e sensibilizando a população para a necessidade de diminuição do número de mortes de jovens por causas violentas, valorizando a vida desses jovens.

1 MORTES ESCANCARADAS

Para o historiador francês Philippe Ariès (1977), a história da morte no Ocidente pode ser separada em dois momentos: o primeiro vai da Idade Média ao final do século XIX; o segundo se estende do início do século XX aos dias atuais. Na Idade Média, o processo de morrer era vivido como acontecimento natural. Era compartilhado pela família, que se colocava ao redor do moribundo em sua casa para a realização dos rituais de despedida. A morte podia ser considerada, segundo Ariès, como "domada", pois era percebida como parte da vida e era um evento social.

Já a partir do século XX, com os avanços tecnológicos da medicina, a morte deixa de ser evento social para ficar escondida e isolada nos quartos dos hospitais. O doente é cercado de tecnologias, mas fica longe da visão e do afeto da família. O médico não aceita a "perda do paciente", cuja morte é percebida como fracasso, privando "o homem de seu processo de morrer naturalmente, quando chega a sua hora" (KOVÁCS, 2003, p. 71).

Falar sobre morte, então, torna-se algo vergonhoso, um tabu tal qual era o sexo no século anterior. Os que ficam não têm direito de viver o luto em público, e têm de voltar rapidamente à produção. Há falta de comunicação entre paciente e familiares, ambos sabem que a morte está próxima, mas não há a comunicação de um com o outro sobre tal consciência. Assim, os processos da morte e do luto, que seriam facilitados se o morrer fosse visto como parte da vida, são dificultados. É o que Ariès chama de morte "interdita" ou "invertida".

Ainda no século XX, surge um movimento para a reumanização do processo de morrer. Nele, a proposta é que médicos e profissionais da saúde favoreçam que esse processo ocorra com qualidade e dignidade. A psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross e a enfermeira Cicely Saunders tiveram, em locais diferentes, papeis semelhantes e contribuições muito importantes para esse movimento.

Em 1980, Kübler-Ross começa a organizar palestras nos Estados Unidos com o intuito de mostrar a importância da proximidade entre médico e paciente, a importância da comunicação entre equipe médica e familiares e entre familiares e pacientes. Para a autora, o processo do morrer deve envolver troca de informações e sentimentos e o respeito ao ser humano que passa por essa etapa da vida. Esse respeito inclui o direito de fazer escolhas, a

possibilidade de dizer o que não havia sido dito, de se desculpar ou fazer recomendações, o que permite que se chegue ao aprendizado necessário e pertinente à vida.

Esse é o movimento da "boa morte", em uma rejeição à medicalização que impede a comunicação e na busca por maior preparo para o processo de morrer, sem prolongar esse processo – distanásia – e/ou antecipar a morte, no caso de eutanásia. Kübler-Ross (1996) ressalta a importância do toque físico e da escuta atenta, em uma postura de acolhimento. Defende que crianças também devem participar e partilhar das informações a respeito do luto e da morte, porque falta de comunicação não significa ausência de sofrimento. Nesses casos, favorecer a conversa e o compartilhamento de sentimentos é tido como a melhor maneira de conduzir o processo.

Outra importante contribuição para a reumanização do processo de morrer ocorre na Inglaterra, quando, em 1959, Cicely Saunders inicia a construção do St. Christopher's Hospice. *Hospice* – "abrigo para viajantes", daí, "hospedaria" – é o local destinado ao atendimento de pacientes com problemas oncológicos graves, que necessitam de urgente diminuição do sofrimento e da dor. O conjunto de cuidados destinados a pacientes graves ou crônicos passa a ser chamado de "cuidados paliativos".

No *hospice*, pacientes e familiares têm abertura para participar das decisões junto à equipe de profissionais para a condução do tratamento e são respeitados os valores e necessidades de cada pessoa, nas esferas física, psicológica, social e espiritual de sua vida e da doença. Essa compreensão ampla dá origem ao conceito de "dor total". Na proposta de Saunders (1975), são ressaltadas a importância da dimensão espiritual na busca do sentido da vida e da morte e a importância da retomada dos ritos na elaboração do luto, pois trazem o lado místico da existência, podendo dar sentido a certas experiências e expressão simbólica a sentimentos.

A morte "interdita" convive nos tempos atuais com o movimento de reumanização já mencionado e com uma forma de morrer chamada por Kovács (2003) de "escancarada", por se dar na rua, de forma violenta e inesperada, à vista de todos. São exemplos os homicídios, suicídios, acidentes de carro, atentados, chacinas, guerras, trocas de tiros e mortes por balas perdidas. Essa morte escancarada é amplificada pelos meios de comunicação, invadindo a vida das pessoas repentinamente, sem que elas possam se proteger ou se preparar.

As mortes escancaradas trazem rupturas, traumas e graves consequências para a vida dos sobreviventes, que sofrem sequelas físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas. Esses sobreviventes, constantemente, vivem ameaçados de morte por serem

testemunhas e têm de mudar de bairro ou cidade, ou perdem, por vezes, o provedor da família; sofrendo com o medo, a impotência, e a indignação acabam por adoecer. Eles são chamados de "vítimas ocultas" das mortes violentas, conforme será definido no capítulo 2 deste trabalho.

1.1 As mortes escancaradas em números

Com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, e dos registros policiais publicados no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) produziram o Atlas da Violência 2016. Em 2014, houve 59.627 homicídios no país, uma taxa de 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. Comparativamente aos anos anteriores, houve significativo aumento. Entre 2004 e 2007, ocorreram 50 mil homicídios. Entre 2008 e 2011, foram registradas 53 mil mortes (CERQUEIRA et al., 2016).

Os homicídios ocorridos no Brasil representam 10% das mortes pela mesma causalidade no mundo todo. Em números absolutos, o país ocupa a primeira posição entre 154 países com dados disponíveis sobre homicídios. Dos óbitos de homens entre 15 e 29 anos; 46,4% foram ocasionados por homicídios em 2014. Do total de homicídios; 76,1% foram em decorrência do uso de armas de fogo. Esse padrão de mortalidade provoca repercussões na dinâmica demográfica, na saúde e no processo de desenvolvimento econômico e social da população.

Entre os estados brasileiros do Nordeste, o crescimento das taxas de homicídio foi superior a 100%, com excessão de Pernambuco, que apresentou diminuição de 27,3%. No Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro houve queda significativa, respectivamente -52,4% e -33,3% entre 2004 e 2014. Na capital de São Paulo, a variação da taxa de homicídios no mesmo período foi de -64,98%. Houve queda de 60% no número de assassinatos de jovens na cidade.

As taxas de homicídios por 100 mil jovens com idade entre 15 e 29 anos, em 2014, foram de 61,0 no Brasil. 93,8% dos jovens assassinados eram do sexo masculino. A probabilidade de ser vítima de homicídio aumenta cinco vezes entre indivíduos com 21 anos e menos de sete anos de estudo. Aos 21 anos, a chance de um jovem negro (somatória entre

pretos e pardos) sofrer homicídio no Brasil é 147% maior em relação aos brancos, amarelos e indígenas. De 2004 a 2014, a taxa de homicídio de negros cresceu 18,2%, enquanto ouve diminuição de -14,6% para não negros. Assim, em 2014, a proporção de indivíduos negros mortos em relação a brancos, amarelos e indígenas foi de 2,4%. Esses números apresentaram grande variação entre os estados brasileiros. Enquanto em São Paulo houve redução de 61,6% na vitimização de negros na década estudada, no Rio Grande do Norte, a taxa de vitimização de negros aumentou 388,8%.

Historicamente, a evolução dos índices de homicídios foi dividida em três fases por Waiselfisz (2014). O primeiro período, que vai de 1980 a 1996, registrou crescimento acelerado das taxas nas capitais, que passam de 20,7 homicídios por 100 mil habitantes para 45,6; um crescimento de 121,0% em 15 anos. No interior, o crescimento foi de 69,1% no mesmo período. O segundo período contempla os anos 1996 a 2003, com o crescimento quase nulo nas capitais de 0,9% em 7 anos. Ao mesmo tempo, no interior, as taxas nesse período cresceram 30,4%. O terceiro período analisado foi dos anos 2003 a 2011, no qual as taxas das capitais começaram a diminuir, passando de 41,6 homicídios por 100 mil para 36,4 em 2011, uma queda de 29,9% em 8 anos. No interior, por outro lado, cresceram 23,6%.

O *Mapa da violência* de 2015 explica a interiorização ou o espalhamento da violência como resultado do investimento de recursos para o combate à violência nos grandes centros urbanos, dificultando a ação da criminalidade organizada nesses locais. Assim, a criminalidade foi forçada a migrar para áreas de menor risco como polos de crescimento no interior, municípios de fronteira, regiões de desmatamento e locais de turismo predatório, onde os esquemas de proteção do Estado são menos presentes. Houve também melhorias no monitoramento, que levaram à diminuição da subnotificação das causas de mortalidade nas cidades menores.

Foram denominados “homicídios ocultos” (HOs) os óbitos classificados de forma errônea como “causa indeterminada“, ocorridos no país entre 1996 e 2010. São estimados 8.600 homicídios não reconhecidos, a cada ano, no Brasil, nesse período, o que representaria um aumento de 18,3% nos registros oficiais (CERQUEIRA, 2013).

Ao longo dessas décadas, São Paulo, que ocupava a quinta posição entre os estados mais violentos do país, com taxa de 26,8 homicídios por armas de fogo por 100 mil habitantes em 2002, passou para a vigésima quinta posição em 2012, com taxa de 10,1. Um dos fatores mencionados por Waiselfisz (2015) para essa diminuição é a política de controle de armas de fogo. A diferença percentual entre o número de mortes previstas e as registradas foi

considerada como o índice de impacto do desarmamento, denominado de “vidas poupadas”. Entre 2004 e 2012, foram poupadas as vidas de 113.071 jovens, o que confirma, segundo os pesquisadores, o caráter preventivo das políticas de controle das armas de fogo. Porém, conforme afirma o autor, além dessas, outras ações e políticas devem ser propostas e implementadas:

> Não é só a farta disponibilidade de armas de fogo que levou os níveis de violência letal do Brasil a limites insuportáveis. É também a decisão de utilizar essas armas para resolver todos os tipos de conflitos interpessoais, na maior parte dos casos, banais e circunstanciais. É nesse campo que deve ser gerada uma nova proposta de ação política, criando oportunidades e alternativas para a juventude, setor da sociedade mais afetado pela mortalidade por armas de fogo. Criando as bases para a construção de uma nova cultura de paz e de tolerância entre os homens, com profundo respeito às diferenças e ao direito efetivo de todos os indivíduos aos benefícios sociais mínimos para uma vida digna: saúde, trabalho e educação. Se conseguirmos implementar conjunta e articuladamente ambas as fases desse desarmamento, a material e a cultural, não duvidamos que o futuro próximo será bem melhor. (WAISELFISZ, 2015, p. 102-103).

Contribuindo com a melhora nos índices de homicídios houve, nas duas últimas décadas, a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, que passou a integrar as prefeituras, propondo medidas de caráter preventivo como a expansão do policiamento municipal; a aprovação do Plano Nacional de Segurança Pública, que compreende ações de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, desarmamento e controle de armas, capacitação da polícia, eliminação das chacinas e das execuções sumárias e atualização da legislação sobre segurança pública; a criação do Sistema de Informação Criminal (Infocrim), um banco de dados informatizados e ligados em rede com referência às ocorrências policiais; e ações da sociedade civil nos movimentos sociais.

Houve atuação de organizações da sociedade civil na criação do Instituto São Paulo Contra a Violência (SPCV) – que originou o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, o Disque Denúncia, e a Rede de Observatórios de Direitos Humanos, junto ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e as secretarias de Estado de Direitos Humanos e de Assistência Social – e o projeto Abrace seu Bairro, direcionado ao estímulo do protagonismo juvenil; e na criação da Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento lançada por estudantes de Direito da Universidade de São Paulo em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Nacional dos Estudantes e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud); entre outras ações.

Feltran (2012, p. 241) menciona outra variável como responsável pela diminuição dos índices de mortalidade de jovens. Em suas pesquisas, o autor ouviu como justificativa do fato

de não haver mais mortes em determinada região da zona leste de São Paulo a não autorização para matar, por causa da mediação dos conflitos por parte do crime organizado.

> [...] é que um princípio instituído nos territórios em que o PCC emergia, naquele momento, era o de que a morte de alguém só se poderia decidir com o aval do "Comando". Para ajuizar quaisquer situações de conflito cotidiano, mas sobretudo as de conflito importante, os "irmãos" passaram a instituir "debates" sob sua intermediação, que podem ser muito rápidos e informais ou extre- mamente sofisticados, chegando ao limite de teleconferências de celular entre sete presídios ao mesmo tempo, como escutas da polícia, reportagens de imprensa e estudos têm mostrado.

Índices vêm sendo criados para medir o impacto da violência entre os adolescentes e fomentar políticas públicas de prevenção. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), dentro do Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL) expressa o número de vidas perdidas de 12 a 18 anos, ou seja, a cada 1 mil adolescentes de 12 anos, quantos não alcançarão os 19 anos porque serão vítimas de homicídio. Levando-se em consideração o mapeamento realizado em 2008, para cada 1 mil adolescentes de 12 anos, mais de 32 mil adolescentes serão assassinados e, portanto; 2,27 não irão completar os 19 anos. O assassinato de adolescentes é cerca de 14 vezes mais provável para os homens do que para as mulheres, e 4 vezes mais provável para os negros, em comparação com os brancos (MELO; CANO, 2014).

Outro indicador, o Índice de Vitimização Juvenil por Armas de Fogo (IVJ-AF), desenvolvido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, resulta da relação percentual entre a taxa de óbitos por armas de fogo da população de 15 a 29 anos de idade e as taxas correspondentes ao restante da população – considerada não jovem. Se o IVJ-AF estiver perto do zero, indica que ambas as taxas, a jovem e a não jovem são semelhantes, não havendo vitimização. Em 2012, morreram, proporcionalmente, 285% mais jovens que não jovens vítimas de homicídio por arma de fogo, perto de quatro vezes mais jovens que não jovens; 94% eram do sexo masculino, e morreram 2,5 vezes mais negros que brancos (WAISELFISZ, 2015).

Em vista da vitimização negra evidente demonstrada nos índices supracitados, a Presidência da República criou o Plano Juventude Viva, uma política formulada para coibir a violência contra jovens negros e ampliar a cidadania (SECRETARIA NACIONAL DE

JUVENTUDE, 2014). São previstas ações para o enfrentamento do racismo institucional tais como a sensibilização dos agentes públicos para a questão; atendimento psicossocial às vítimas de violência; vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para jovens dos territórios mais vulneráveis; implantação de Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo integrados aos Centros de Juventude; construção de centros culturais de referência nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade; formulação periódica do *Mapa da juventude* (MAPA [...], 2015) e produção do *Guia de políticas públicas da juventude* (BRASIL, 2006).

A Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude, o Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública criaram um indicador para o Plano Juventude Viva, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) à Violência e Desigualdade Racial. O IVJ à Violência e Desigualdade Racial agrega dados relativos à taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas internas, taxa de mortalidade por causas violentas e valor do rendimento familiar médio mensal, além das variáveis que compõem o IVJ. O estado de São Paulo apresentou a menor taxa de homicídios entre jovens negros dos estados do Sudeste e a menor discrepância entre homicídios de jovens brancos e negros. Ainda assim, a taxa de homicídios entre jovens negros é 49,1% superior à taxa de homicídios entre jovens brancos (BRASIL, 2015).

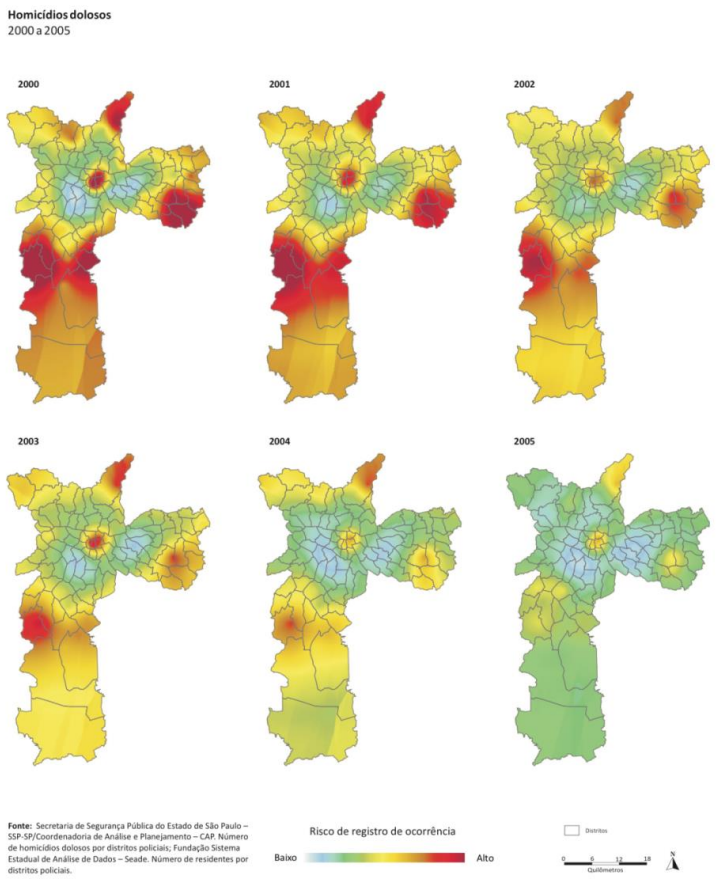
> O Plano Juventude Viva baseia-se na premissa de que a vulnerabilidade do jovem à violência é um fenômeno complexo que envolve as diversas dimensões da vida do jovem (educação, trabalho, família, saúde, renda, desigualdade racial). Essas dimensões são expressas nas variáveis que compõem o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial. Assim, esse indicador permite avaliar em que estados da Federação os jovens estão mais sujeitos à violência, quais dimensões da vida do jovem requerem maior atenção do poder público e em que medida a melhoria de cada uma dessas dimensões pode contribuir para a redução da vulnerabilidade juvenil à violência. Trata-se de um indicador que é calculado para orientar políticas públicas de diferentes áreas e por diferentes níveis de governo, e que reflete os principais desafios da juventude brasileira na atualidade. (BRASIL, 2015, p. 9).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal realizou o cálculo do custo das mortes ocasionadas por causas externas no Brasil. De acordo com a pesquisa, cada vítima fatal da violência representa perda de investimentos em capital humano e de capacidade produtiva. Para a mensuração de perdas de produção, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, foi calculado o valor presente total dos rendimentos que os indivíduos deixaram de

receber em consequuência do óbito, considerando idade, escolaridade, sexo e domínio geográfico durante suas vidas produtivas, até os 65 anos. Somando-se os custos de produtividade de cada registro de homicídio, a estimativa do custo das mortes por homicídios foi de R$ 9,1 bilhões, em 2001, e houve perda de 2,15 milhões de anos de vida (CARVALHO et al., 2007).

> Além dos custos decorrentes de perda de capital humano, outros custos sociais decorrentes da violência no Brasil precisam ser estimados. A oferta de bens e serviços não é apenas impactada pela perda de capital humano, mas pelo aumento dos custos marginais, em face da necessidade de as empresas despenderem recursos para a autoproteção. Do ponto de vista da demanda, o medo, a dor e o sofrimento mudam o comportamento, muitas fazem diminuir a demanda por determinados bens e serviços e geram perdas patrimoniais nos mercados imobiliários localizados em regiões com maior prevalência de incidentes violentos. (CARVALHO et al., 2007, p. 28).

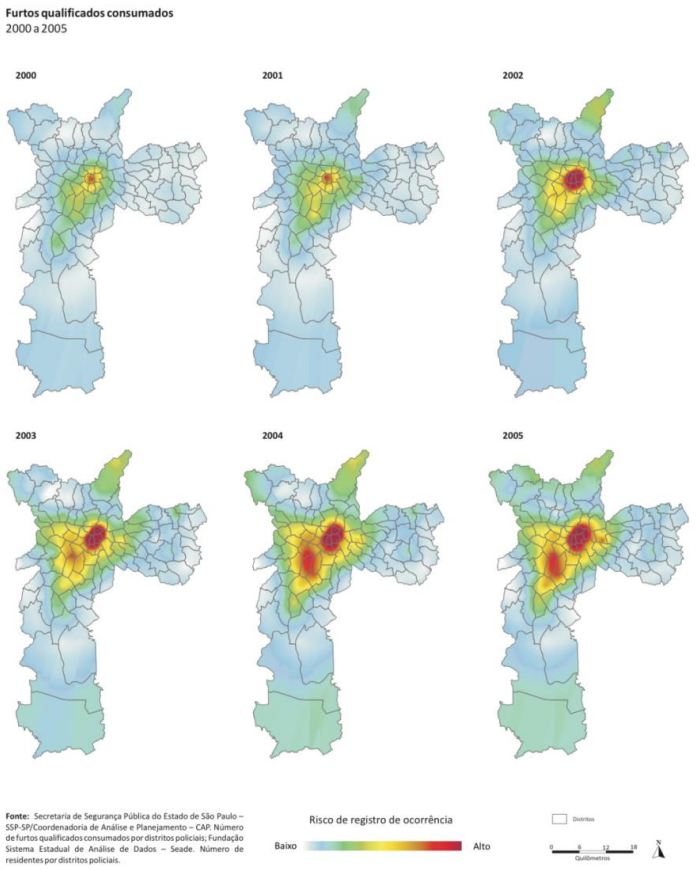
A publicação intitulada *Olhar São Paulo: violência e criminalidade*, evidencia a distribuição espacial desigual da criminalidade na cidade. Há maior risco de ser vítima de homicídio nas áreas mais extermas das zonas sul, leste e norte do município (figura 4). Nos bairros do chamado centro velho (Pari, Bom Retiro, Sé, Belém), a explicação para o risco de homicídio é associada à concentração de atividades econômicas formais e informais, legais e ilegais.



Fonte: Sempla (SÃO PAULO [Cidade], 2008, p. 14)

Figura 4 – Mapa de homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2005

Os mapas também indicam a diminuição dos números de homicídios em todas as regiões da cidade, mas a distribuição geográfica tem se mantido a mesma. Os crimes contra o patrimônio, historicamente, têm ocorrido nos bairros centrais da cidade, onde a renda média da população é maior e, portanto, é maior a concentração de bens e de oportunidades criminais (figura 5).



Fonte: Sempla (SÃO PAULO [Cidade], 2008, p. 17)

Figura 5 – Mapa de furtos qualificados consumados na cidade de São Paulo entre 2000 e 2005

O sociólogo Túlio Khan explica o fenômeno:

> Estamos acostumados a associar criminalidade com pobreza e não com riqueza. Na verdade, a criminologia descobriu que a relação entre riqueza, pobreza e crime é complexa e depende do tipo de crime que está sendo analisado. Enquanto os crimes contra a pessoa – homicídios, ameaças, agressões – são *poverty driven*, aqueles

> contra o patrimônio, como roubos e furtos, são em grande medida *opportunity driven*, ou seja, bastante influenciados pelas oportunidades. Empiricamente, ficou constatado que a renda média de determinado local – uma variável que indiretamente influencia a oferta de bens e as oportunidades criminais – explica em boa parte o volume de roubos e furtos naquele local. (SÃO PAULO [Cidade], 2008, p. 16).

Um dos aspectos analisados no *Atlas da violência 2016* foi a letalidade policial. Em 2014, ocorreram 3.009 mortes decorrentes de intervenção policial, das quais, 2.669 causadas por policiais durante o serviço. Os estados onde houve mais mortes por intervenções legais foram Rio de Janeiro (584), São Paulo (965) e Bahia (278). Entre 2004 e 2014, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 20.418 mortes em confronto com policiais em serviço (CERQUEIRA et al., 2016).

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apesar de o índice geral de mortes por homicídios vir diminuindo significativamente no estado de São Paulo, o número de homicídios resultantes da intervenção policial subiu de 438, em 1999, para 708 em 2014. A relação entre o número de mortos em decorrência de ação policial e o total de homicídios, que era de 5% em 2000, passou para 21% em 2014. Para verificar se tem havido excessos no uso da força policial, Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016) testaram três padrões internacionais: o índice de letalidade policial aceitável elaborado pelo Federal Bureau of Investigation (FBI) dos Estados Unidos, que aponta uma relação de 12 civis mortos para cada policial morto; a relação entre feridos e mortos pelas polícias; e a relação entre mortes cometidas por policiais e o total de homicídios.

As autoras verificaram que a razão entre as vítimas de policiais e os policiais vitimados foi de 32:1, em 2014; 2,6 vezes maior que o parâmetro do FBI. Há mais mortos do que feridos na ação policial em São Paulo, ao contrário do que seria de se esperar caso houvesse atitude de preservação da vida na atuação policial. E uma em cada cinco mortes violentas ocorridas na cidade foi cometida por policiais (20%), número superior à média nacional, que é de 5%. A partir desses dados, constatou-se que a Polícia Militar que atua no município de São Paulo faz uso abusivo da força letal, contribuindo consideravelmente para o fenômeno das mortes violentas. Dos 353 casos ocorridos em 2014, em relação ao gênero, apenas 1 era do sexo feminino; em relação ao perfil racial, 64% eram negros; e espacialmente, ocorreram mais mortes nos distritos mais afastados do centro da cidade. A Tabela 1 abaixo mostra a relação percentual de mortes em decorrência de ação policial em São Paulo de 2000 a 2014.

Tabela 1 – Total de mortes em decorrência de ação policial no município de São Paulo, 2000-2014

Cidade de São Paulo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total de homicídios	5.979	5.990	5.435	5.016	3.846	2.784	2.531	1.927
Mortes cometidas por policiais	327	229	278	434	264	121	257	203
Relação percentual	5%	4%	5%	9%	7%	4%	10%	11%

Cidade de São Paulo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de homicídios	1.631	1.685	1.557	1.392	1.741	1.621	1.661
Mortes cometidas por policiais	**211**	**275**	**256**	**243**	**323**	**175**	**353**
Relação percentual	**13%**	**16%**	**16%**	**17%**	**19%**	**11%**	**21%**

Fonte: PRO-AIM; SSMS/SIM; SMT/CET; SFMSP; SSP/SP. Elaboração de SINHORETTO J. et al., 2016, p. 13.

De 2012 a 2015, foram frequentes nos noticiários os casos de chacinas, em um cenário de conflitos entre o crime organizado e policiais, que levaram à morte centenas de pessoas. Por se tratar de fenômeno atual, não foi ainda completamente consolidado em estudos acadêmicos e estatísticas que permitam conclusões mais abrangentes. Como fonte de informações, foram utilizadas reportagens, através das quais é possível observar certo padrão de violência que se repete neste conflito entre a polícia e o crime organizado.

Os repórteres Salvadori e Cardoso (2014) remontam a 2009 para explicar o aumento da violência na cidade de São Paulo, que vinha diminuindo desde 2006, ano em que houve ataques contra forças de segurança organizados pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital. Em 2009 Antonio Ferreira Pinto foi nomeado Secretário de Segurança Pública e decidiu utilizar a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), comandada pelo tenente-coronel, com 36 mortes no currículo, Paulo Telhada, para investigar e reprimir o crime organizado. Foram realizadas escutas nos celulares dos presos e o conteúdo delas repassado à Rota, que tinha a missão de investigá-las. Em maio de 2012, policiais da Rota mataram seis homens reunidos em um lava-rápido, na favela Tiquatira, na zona leste de São Paulo, supostamente, para organizar o resgate de um preso no Centro de Detenção Provisória do Belém. Entre os mortos estava Anderson Minhano, homem de confiança de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, o líder da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Após a chacina, o PCC liderou ataques a policiais militares em horário de folga. Foram mortos, segundo dados publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 106

policiais militares da ativa e da reserva. Em uma área de até dez quilômetros dos locais em que cada policial foi morto, e até dois dias após a ocorrência, foram assassinados criminosos e trabalhadores sem ficha na polícia, moradores das periferias. Policiais fardados mataram 547 pessoas em supostos confrontos registrados como "resistências seguidas de morte". Execuções praticadas por grupos de extermínio contabilizaram 306 mortes. No total, foram mortos 853 civis, sem antecedentes criminais.

Em novembro de 2012, o Secretário da Segurança Pública foi substituído pelo promotor Fernando Grella Vieira, com a promessa de resgatar o respeito aos direitos humanos. O primeiro desafio com que se deparou foi a chacina ocorrida, em janeiro de 2013, em um bar no Jardim Rosana, bairro do Campo Limpo, zona sul da cidade, na qual foram assassinados sete jovens, entre eles o *rapper* DJ Lah do grupo Conexão do Morro. Segundo moradores da região, a tragédia foi uma vingança contra a publicação, no programa da Rede Globo de Televisão, *Fantástico*, que foi ao ar no dia 12 de novembro de 2012, de vídeo em que um servente de pedreiro foi executado por cinco policiais militares. A filmagem foi realizada em frente ao bar onde ocorreu a chacina. Para esclarecer o crime, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil, contou com a ajuda do batalhão da área e da Polícia Científica para analisar o arsenal do 37º Batalhão da Polícia Militar e descobriram que uma das balas disparadas no bar havia saído de uma das armas armazenadas ali. Na coronha de uma espingarda, havia sangue do DJ Lah. Conforme as investigações prosseguiram, cinco policiais militares foram responsabilizados e presos, enquanto outros cinco permaneceram aguardando julgamento em liberdade (CARVALHO, 2014).

Quatro dias após a chacina, foi publicada pela Secretaria de Segurança Pública a Resolução nº 5, que proíbe que policiais façam o resgate de baleados em confrontos, reservando a tarefa para o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e altera o termo "resistência seguida de morte" para "morte decorrente de intervenção policial" nos registros em boletins de ocorrência. A Resolução 5-2013 da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, publicada em 08 de janeiro de 2013 estabelece os parâmetros para atendimentos de policiais aos casos de lesões corporais graves e homicídios e fixa as diretrizes para a elaboração de registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais decorrentes de intervenção policial. O Artigo 1º determina que nas ocorrências policiais em que haja lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte, os policiais que primeiro atenderem a ocorrência, deverão:

> I – acionar, imediatamente, a equipe do resgate, SAMU ou serviço local de emergência, para o pronto e imediato socorro;
> II – comunicar, de pronto, ao COPOM ou CEPOL, conforme o caso;
> III – preservar o local até a chegada da perícia, isolando-o e zelando para que nada seja alterado, em especial, cadáver (es) e objeto (s) relacionados ao fato; ressalvada a intervenção da equipe do resgate, SAMU ou serviço local de emergência, por ocasião do socorro às vítimas.
> Parágrafo único. Caberá ao COPOM dar ciência imediata da ocorrência ao CEPOL, a quem incumbirá acionar, imediatamente, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica para a realização de perícia no local. (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO, 2013, p.3)

O Artigo 3º da mesma Resolução determina que nos registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais, os termos "auto de resistência" e "resistência seguida de morte" deverão ser substituídas por "lesão corporal decorrente de intervenção policial" e "morte decorrente de intervenção policial".

Apenas 12% dos demais casos de violência perpetrados em 2012 foram esclarecidos, permanecendo os responsáveis impunes. Em abril de 2013, homens encapuzados mataram quatro jovens em Osasco e Carapicuíba, após a morte de um policial militar em fevereiro, em Osasco. Dois policiais militares foram presos pelo crime. Em janeiro de 2014, 12 pessoas foram mortas em um período de cinco horas em bairros da periferia de Campinas, horas após o assassinato de um policial militar em um confronto com dois assaltantes. Cinco policiais militares foram presos sob suspeita de participação nos atentados (SALVADORI; CARDOSO, 2014).

Em março de 2015, 10 pessoas foram mortas em um período de quatro horas no Parque Santo Antônio, zona sul de São Paulo. Cartuchos de calibre 380 e calibre 40, de uso policial, foram encontrados. Em abril, seis pessoas foram mortas em Parelheiros após a execução de um cabo, e oito foram executadas por um policial militar e um ex-policial militar na quadra da agremiação do Corinthians, sob a ponte dos Remédios. Em julho, foram seis assassinatos em um bar no Jardim São Luís, uma semana após a morte de um policial militar no mesmo bairro. Em agosto, uma semana após a execução de um cabo da Polícia Militar e de um guarda civil metropolitano em Osasco, houve uma série de ataques que deixou 19 pessoas mortas em Osasco, Barueri e Itapevi, na região oeste metropolitana do estado de São Paulo. Há suspeita de participação de 11 soldados, cinco sargentos e dois cabos da corporação nos crimes (CARAMANTE, 2015).

1.2 Considerações sobre direitos humanos e violência

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e seu modo de ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica da dignidade de uma pessoa. Do ponto de vista ético, violência é toda e qualquer atitude exercida contra uma pessoa, ou situação, que a retire de seu lugar de sujeito e a coloque no lugar de objeto (CHAUÍ, 1990).

Para Minayo (2003, p.26) a violência física está relacionada a outras violências, como a econômica, a moral e a simbólica. A autora encontra no imaginário social três definições de violência:

> [...] a "violência física", que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, roubos a mão armada; a "violência econômica", que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens. Em terceiro lugar, a "violência moral e simbólica" é aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro.

A *Declaração universal dos direitos humanos*, de 1948, defende que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos; que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; e que todos são iguais perante a lei, com o mesmo direito de proteção contra qualquer discriminação que viole os valores postulados pela declaração.

Se considerarmos a diversidade cultural dos povos em todo o planeta, a universalização de direitos se torna complexa. Santos (2003) observa que a declaração de direitos humanos foi elaborada sem a participação da maioria dos países e leva em consideração apenas o reconhecimento de direitos individuais, sem incluir direitos coletivos, a noção de deveres e responsabilidades e direitos que garantam a sustentabilidade da vida na Terra. Como alternativa, o autor propõe uma concepção multicultural dos direitos humanos, elaborada por meio de diálogos interculturais sobre princípios de dignidade humana: "Das diferentes versões de uma dada cultura deve ser escolhida para o diálogo intercultural a que representa o círculo de reciprocidade mais amplo, a versão que vai mais longe no reconhecimento do outro" (SANTOS, 2003, p. 455). Esta concepção prioriza o direito a

sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e termos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Cruz-Neto e Minayo (1994) avaliam que, no Brasil, os direitos humanos são não práticas consolidadas, mesmo com o restabelecimento da democracia e a elaboração da "constituição cidadã" de 1988, porque alguns grupos continuam sendo excluídos da garantia do direito à vida. Para os autores, uma parcela da população é considerada supérflua. São grupos sócio-econômicos e culturais candidatos à delinqüência, "marginais", "perigosos", e, portanto, podem ser excluídos e eliminados. Assim, os atos de extermínio seriam uma forma de "limpeza social".

Adorno (2002) faz ressalvas à associação entre pobreza e delinquência; porém, uma associação direta pode ser feita entre a pobreza e a probabilidade de se ser vítima de violência contra a vida ou contra a integridade física. Os grupos que mais sofrem com a violência são aqueles desprovidos de proteção, que habitam áreas com múltiplas carências sociais, com elevados conflitos com desfechos fatais, carentes de garantias com relação aos direitos humanos e, muitas vezes, culpabilizados pelos problemas de toda a sociedade. A maioria dos crimes não chega a ser registrada e que, dos que são, apenas uma parte se transforma em inquérito policial e pouquíssimos chegam ir ao tribunal; mesmo entre os casos que chegam ao tribunal e são julgados, há grandes índices de impunidade. Segundo Cardia (1999, p.2), a impunidade é fator determinante na violência urbana, pois "é como se houvesse uma espécie de licença para matar adolescentes e jovens adultos, sobretudo procedentes dos estratos sócio-econômicos desfavorecidos que habitam os bairros da periferia urbana da capital do município."

A distribuição espacial dos crimes violentos contra a vida se concentra nas regiões onde há maior exclusão. Na cidade de São Paulo, é nos distritos mais afastados da região central onde ocorre a maior parte dos homicídios e é onde se concentram, também, os piores índices de exclusão social (ENDO, 2005). Nessas regiões, apesar do processo de democratização, ocorrem graves violações dos direitos humanos cotidianamente, incluindo desde torturas e detenções sem mandado a execuções.

A violência, enquanto mal social, tem diversas determinações e implicações. Em geral, para controlar esse mal, a sociedade dispõe da cultura e da mediação do Estado para estabelecer as leis e fazer com que elas sejam cumpridas, determinando punições aos infratores. Quando a cultura e a autoridade fracassam no controle a esse mal, ele passa a invadir espaços, e, de forma reativa, são adotadas medidas de encerramento e de controle

simbólicas - preconceito e estigmatização - e materiais, que não resolvem o problema, reproduzem-no. (CALDEIRA, 2000).

Para Caldeira (2000, p.9) além das variáveis econômicas e de urbanização, há valores socioculturais difundidos no Brasil que identificam a ordem e a autoridade ao uso da violência, e, desta forma, reproduzem-na. Os discursos sobre o medo "incorporam preocupações racionais e étnicas, preconceitos de classe e referencias negativas aos pobres e marginalizados" e levam adiante esses valores fazendo com que pessoas de todas as classes apoiem a ação policial violenta ou a adoção de medidas ilegais e privadas para combater a criminalidade ou para fazer "justiça" através da vingança, devido ao descrédito em relação à eficiência da polícia e a deslegitimação do sistema judiciário como mediador de conflitos.

Fernandes (2009) afirma que, para a compreensão do fenômeno da violência no Brasil, deve-se observar as estatístivas e verificar quais os grupos mais atingidos. Numericamente, os mais atingidos pela violência letal, ou seja, os que mais morrem por causas violentas, são jovens negros do sexo masculino moradores das periferias, com idade entre 15 e 29 anos.

> A situação particular que caracteriza este grupo - jovens, negros, pobres, moradores de áreas estigmatizadas e ainda identificados com situações de violência – contribui para que sua imagem e representação no imaginário social sejam associadas à idéia de ameaça e perigo. Não é para menos que estes jovens compõem um universo que vem sendo referenciado pela sociedade e refletido na mídia e nas políticas públicas como uma geração problemática, caracterizada pela precariedade das condições materiais e imateriais de vida e pela sua identificação como ameaça à segurança e ao bem-estar nas grandes cidades. Essa associação mobiliza ações sustentadas em torno de pressupostos estigmatizantes que têm como fim o controle e a contenção social desta "geração perdida", sem perspectivas futuras. O resultado extremo desta situação explicita-se em discursos conservadores defensores da redução da maioridade penal, na invisibilidade social dos jovens moradores de espaços populares e se reflete, de maneira mais abrupta, na violência policial – apoiada em estigmas e sustentada, na maior parte das vezes, pelo sentimento de medo e insegurança social que leva a defesa e legitimação de suas ações violentas, preferencialmente voltadas para a humilhação social e a eliminação daqueles considerados párias da sociedade. (Fernandes, 2009, p. 19).

Para Machado e Noronha (2002), a violência oficial praticada no contexto da segurança pública está ligada à violência estrutural, definida por Cruz-Neto e Minayo (1994, p. 8) como "violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos".

> Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial. [...] a

> percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos. (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 189).

De acordo com Waiselfisz (2015, p. 9), a violência torna-se linguagem validada pela sociedade, quando esta se omite a adotar normas e políticas capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tensionam a vida cotidiana, assim, aprofundam-se as desigualdades e promovem-se injustiças visíveis:

> A tradição de impunidade, a lentidão dos processos judiciais e o despreparo do aparato de investigação policial são fatores que se somam para sinalizar à sociedade que a violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem a pratica, contra quem, de que forma e em que lugar.

Referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes, o diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, afirmou que, no Brasil, por causa da naturalização da violência, há indiferença e cumplicidade de grande parcela da sociedade em relação às mortes. A naturalização se opera pela culpabilização da vítima por seu destino, já previamente traçado (WAISELFISZ, 2014).

Para Rolim (2012, p. 68) o desrespeito aos direitos e o homicídio de jovens expressa "incapacidade empática crônica", ou seja, a "impossibilidade de se identificar com o outro, de reconhecer a alteridade como portadora da condição humana pela qual me defino, ao conviver com aquilo que nela percebo como diverso ou mesmo estranho". Segundo Albuquerque (2009), a desconfiança e o medo levam a sociedade brasileira a aceitar estratégias institucionais fundadas na violência, com a ideia "desde que não façam comigo". Para Endo (2005), abrir mão da violência significa abrir mão de privilégios reais e imaginados de que se usufrui ou que se pensa um dia poder usufruir.

1.3 A mídia escancarando a morte

De acordo com Chauí (1990), a tela da televisão e o aparelho de rádio retiram as diferenças e as distâncias geográficas de tal modo que, o que acontece do outro lado do mundo ou na cidade vizinha, pareça igualmente próximo e igualmente distante. Os

acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros, o mundo é apresentado de forma fragmentada, por meio de fatos pontuais atuais, presentes, sem continuidade no tempo, sem origem ou consequências, ou seja, existem enquanto forem objetos de transmissão e deixam de existir se não forem transmitidos.

Exemplo dessa falta de contextualização histórica, geográfica e temporal é, segundo Natalino (2006), a estratégia de transmissão jornalística utilizada pelo *Jornal Nacional*, programa jornalístico de grande alcance da Rede Globo de Televisão, maior emissora de televisão brasileira. O autor explica que a política editorial do programa é de "não opinião", ao evitar veicular conteúdos mais analíticos nas notícias, para respeitar o "interesse do público". Ao mesmo tempo, porém, constrói a opinião do público.

> […] explicação dos próprios jornalistas William Bonner e Ali Kamel sobre o porquê de não emitir opiniões ou complexificar as notícias quando o assunto o exige: para eles, o telespectador do Jornal Nacional é como o personagem de desenho animado Homer Simpson, um pai de família conhecido por seu baixo intelecto e seu impulso de comprar produtos anunciados na televisão e depois nunca os usar. [...] Esclarecedor também é o fato de Homer ser, na palavra dos jornalistas do Jornal Nacional, exemplo do "perfil conservador" dos que assistem ao programa. Trata-se de uma determinação recíproca à pauta do programa: sendo os espectadores conservadores, não é do "interesse do público" ver notícias com outro viés; simultaneamente, o público do jornal se formou a partir do viés das matérias veiculadas, ou seja, de sua história de transmissão e da visão de parte do público de que o Jornal Nacional é um telejornal de perfil conservador. Assim, objetiva-se atingir o maior público possível, afastando causas para desconforto do telespectador, seja por expressões idiomáticas, pelo uso de gráficos ou tabelas complicadas, pela escolha de notícias que exigem conhecimentos prévios de geografia, economia ou qualquer outro assunto, seja pela emissão de uma opinião que confronte valores culturais, familiares e políticos de larga popularidade entre a população. (NATALINO, 2006, p. 99).

Na televisão, a competição por audiência leva os repórteres a assumirem postura mais dinâmica e superficial. As notícias são mais simples, resumidas e pontuais, sem maior aprofundamento. Oliveira Jr. (2012) descreve a forma como as notícias se transformam em mercadoria. Os meios de comunicação de massa permitem que a informação tenha alcance global e poderiam estreitar o vínculo entre sociedade, política e cultura, mas, como os custos para a operacionalização dos jornais não são cobertos pela venda dos periódicos, a publicidade foi adotada como fonte de rendimentos. Em consequência, os jornais, que tinham o escopo informativo, passaram a ter fim comercial e a ser feitos pelo interesse de lucro.

Para Melo (2010), se por um lado as instituições jornalísticas podem se constituir como espaço de debate, vigilância e controle dos poderes e organizações da estrutura social, por outro, elaboram representações sociais pautadas em jogos de interesses dos próprios

meios e do poder dos vários setores da estrutura social. Essas representações sociais direcionam as percepções da realidade e formam a opinião pública.

Para chamar a atenção do espectador, manter elevada a audiência e, assim, atrair anunciantes, os meios de comunicação divulgam aquelas informações que vendem mais e descartam outras. Há tendência dos telejornais em apresentar eventos ocorridos em metrópoles da região Sudeste, em especial naquelas em que se localizam as redações dos noticiários: Rio de Janeiro, no caso do *Jornal Nacional*; e São Paulo, no caso do *Jornal da Record*, outra emissora de televisão de canal aberto e grande alcance popular. Segundo pesquisa realizada por Natalino (2006, p. 156), "dentre os eventos relatados, as notícias envolvendo morte (assassinato, chacina e latrocínio) destacam-se como as mais presentes. Já as notícias de assalto foram exclusivamente relatadas em casos envolvendo a elite paulistana ou celebridades".

Outro aspecto da seletividade no jornalismo é a produção de sentidos sobre os temas que aborda. As pesquisas realizadas por Santos (2013) indicam que as notícias sobre violência e criminalidade repetem preconceitos sociais sem problematizá-los. Como exemplo, cita a construção da categoria social do criminoso, a produção de discursos sobre os lugares perigosos, oposições entre dia e noite, centro e periferia, a associação entre criminalidade e miséria, o reforço do fora da lei como um inimigo e o envolvimento com a criminalidade como justificativa para a morte. A autora reflete que:

> quando ações policiais truculentas não viram notícias é porque já estão normalizadas, e quando essa mesma ação aplicada em outro contexto se torna notícia é porque foge da norma. Teríamos então uma mesma polícia, uma mesma atuação, dois contextos diferentes e duas atuações jornalísticas diferentes. Em um contexto a atuação policial é notícia, em outro não. O que nos permite concluir que a truculência quando praticada na periferia é a norma. (SANTOS, 2013, p. 81).

Nesse contexto, a criminalidade é explorada pelo jornalismo policial, que recebe grande audiência e, por isso, tem papel importante na forma como a sociedade trata o problema da violência.

> O tratamento que a mídia dá à violência e ao crime geralmente dissocia os fatos de tal modo que os crimes econômicos ou de corrupção, por exemplo, podem não aparecer como uma das causas da outra criminalidade mais difusamente espalhada pela sociedade. O desvio ilegal de verbas públicas de programas de saúde ou nutrição poderiam, de forma indireta, matar pessoas que deles dependem, mas estes dois pólos da ação – o desvio da verba e a provocação da morte – não são relacionados e nem seus atores denunciados, uma vez que tais atos de corrupção geralmente se perdem nas redes de uma instituição burocrática difícil de identificar. Os chamados crimes contra a pessoa – um roubo de casa, um assalto na rua, um

> homicídio – são mais visíveis, detectáveis e passíveis de serem transformados em imagens dos noticiários do que estes outros crimes da corrupção, menos sujeitos a serem apreendidos por qualquer imagem. Neste sentido, mais importante do que a natureza e a dimensão do crime, o que importa é a sua potencialidade de gerar imagens. (RODELLI, 1996, p. 36).

De acordo com Romão (2013), no jornalismo policial, é utilizada a dramaticidade, a velocidade no fluxo de informações, o tom de conversa para envolver os telespectadores. Nesse tipo de programa, a visão de mundo transmitida é a de que a realidade social brasileira é extremamente perigosa, de que somos todos muito vulneráveis e de que estamos extremamente sujeitos à ameaça de pessoas de mau caráter. Os repórteres costumam solicitar leis mais rigorosas e policiamento mais intensivo, direcionando sentimento de raiva e vingança aos executores dos crimes, os "malfeitores", pessoas "de má índole" que violentam "pessoas de bem", e que, por isso, também podem ser violentados, chegando até a defender a pena de morte.

> Essa realidade hostil, no entanto, é apresentada de forma completamente simplista e maniqueísta, pois a origem dos problemas sociais apresentados é sempre reduzida à falta de caráter e responsabilidade dos criminosos envolvidos. Ou seja, questões sociais importantes são tratadas como questões morais e individuais. E, assim, esses indivíduos rotulados como corrompidos se tornam o alvo de uma série de preconceitos e de discursos de raiva e intolerância. (ROMÃO, 2013, p. 45).

Para Caldeira (2000), a "fala do crime", ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm as notícias sobre crimes e o medo como temas, organiza o mundo de modo simplista com base em preconceitos e na percepção de certos grupos como perigosos. Ela divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais.

Segundo Souza (2008), há crescente percepção de risco e medo entre a população das metrópoles brasileiras. O assunto é frequente nos noticiários e conversas e tem como efeito fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil.

> [...] o crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de "condomínios exclusivos" aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, p. 30).

Pesquisa realizada por Pastana (2007) sobre a cobertura jornalística dada à criminalidade violenta no município de São Paulo, das décadas de 1980 a 2006, destaca as

manchetes publicadas no *Jornal da Tarde*, revista *Veja*, revista *Isto É*, jornal *Folha de São Paulo* e jornal *O Estado de São Paulo* no período. Para a autora, as manchetes destacadas narram os fatos de forma sensacionalista, intensificando, assim, o medo e a insegurança. São exemplos: "São Paulo, capital do medo" (SÃO PAULO, 1980, apud Pastana, 2007, p. 101-102); "Medo e insegurança dominam a cidade: A população de São Paulo vive acossada pelo medo e pela insegurança. Ela tem medo de ser assaltada, mas tem tanto medo do assaltante quanto da polícia." (MEDO, 1980, apud Pastana, 2007, p. 101-102); "Socorro! A violência ultrapassa todos os limites e a população de São Paulo vive clima de total paranóia" (NASCIMENTO; ALCALDE, 1997, apud Pastana, 2007, p. 101-102); "Sem saída: diante de uma guerra civil não declarada, refém de uma polícia despreparada e à mercê de governos sem políticas de combate à violência, brasileiros indefesos vivem entre o medo e a revolta." (ALVES FILHO; FILHO; HELENA, 1998, apud Pastana, 2007, p. 101-102); "Um cotidiano de guerra: apavorado com a expansão da violência, o brasileiro evita sair de casa e adota estratégias para sobreviver à criminalidade nas grandes cidades." (WEIS, 2000, capa, apud Pastana, 2007, p. 101-102); "Violência apavora mais os brasileiros: Para 21% da população, criminalidade é o principal problema do país; em dezembro, tema preocupava 10%." (CORRÊA; SINIZ, 2002, apud Pastana, 2007, p. 101-102).

> Ao gerar essas informações distorcidas e estereotipadas sobre violência, a imprensa reproduz, de certo modo, um processo de dominação que reduz o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e induz a coletividade a aceitar, e em alguns momentos até mesmo reivindicar, políticas públicas simbólicas e igualmente equivocadas: orientações para tratar com maior rigor os migrantes e pobres, criação de grupos táticos casuais para crimes em evidência, leis mais repressivas contra toda espécie de criminoso ou mesmo contra adolescentes etc. Tais políticas ao abordarem simbolicamente o tema, ou seja, pregando apenas a necessidade de leis mais severas ou do trato mais truculento com o criminoso, acabam por abafar a responsabilidade do Estado e da União não só no combate ao crime mas também na sua prevenção e no controle prisional efetivo. (PASTANA, 2007, p.108).

Kamimura (2008) afirma que há forte resposta emocional diante da violência de medo e insegurança. As reações privadas variam de blindagem de carros a condomínios com segurança privada e sistema de câmeras de filmagem, movimentando, assim, uma indústria de proteção e venda de serviços de segurança. O debate em torno do tema da violência tende a ser pautado pelo conflito entre repressão e prevenção. Se por um lado há a defesa do combate à impunidade por meio da punição com maior rigor da pena, por outro, há demandas por promoção de justiça social e políticas de redução de desigualdades.

> Quando abrimos os jornais, vemos desfilar ante nossos olhos múltiplas situações de violência. Nesse contexto de violência, um dos aspectos sociologicamente mais significativos é o sentimento crescente de medo e insegurança de que os cidadãos dos mais variados grupos e classes sociais são tomados. Trata-se de um sentimento visível de diversos modos: nas ruas, as pessoas se protegem, andam com seus veículos particulares com os vidros fechados; aqueles que não dispõem de veículo próprio procuram evitar circular em áreas consideradas de risco, sair à noite, ter contato com pessoas estranhas. As casas passaram a ter inúmeros sistemas de segurança – enfim, as pessoas se protegem de diferentes modos. E basta olhar os jornais, ligar a televisão, para que cheguemos à conclusão de que, hoje, a violência não é mais um fato episódico, não é mais um acontecimento que poderia ocorrer vez ou outra. Ela transformou-se numa situação banal; temos até profissionais altamente qualificados, repórteres especializados, por exemplo, para detectar essas informações relacionadas com a violência e transmiti-las ao grande público. (ADORNO, 2000, p. 99).

O medo da violência real e imaginária transforma a sociabilidade da população. "Inviabiliza-se a possibilidade da interação entre os moradores da cidade: o outro é um inimigo em potencial" (FEFFERMAN, 2013, p.63). Enquanto aumentam os condomínios fechados, protegidos e confinados, moradores de favelas e certas áreas das periferias ficam vulneráveis.

Em julho de 2015, foi publicada pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Datafolha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o levantamento, mais de 81% dos residentes nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes declararam que têm medo de serem assassinados e 91% afirmaram ter medo de serem vítimas da violência de criminosos (LIMA, 2015, p. 19-20).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (IPEA) lançou, em 2010, seu *Sistema de indicadores de percepção social*, que enfoca as percepções da população em torno da segurança pública. "Dentre os entrevistados, 8 em cada dez 10 têm muito medo de morrer assassinado e 7 em 10, de ser assaltado com arma em punho" (WAISELFISZ, 2011, p. 152).

Em São Paulo, foi publicado levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, em novembro de 2012. Após a onda de violência na cidade envolvendo a população civil, criminosos e a polícia ocorrida naquele ano, 92% dos entrevistados afirmaram temer que a violência atingisse a eles e à família; e 35% mudaram a rotina por causa de violência, adotando restrições de horário e de lugares e permanecendo mais atentos (DATAFOLHA, 2012).

Conforme já exposto, os índices de violência e criminalidade têm diminuído nos últimos quinze anos na cidade de São Paulo, mas, nem sempre, os noticiários refletem essa mudança.

> Verifica-se, portanto, que o medo e a insegurança não têm raízes diretas na criminalidade urbana. O medo se associa à criminalidade através de uma via simbólica. Ele surge de uma utilização político-ideológica da insegurança, e se solidifica em um ambiente de desorganização social, alienação e isolamento. O que significa que os dois problemas, criminalidade e medo, não se condicionam reciprocamente. A confusão, nesse caso, serve às ideologizações, mas jamais à elaboração de políticas públicas eficientes. (SOARES et al., 1996, p. 88).

Para Soares, Miranda e Borges (2006), as notícias sobre violência podem gerar nos leitores e espectadores uma vitimização terciária. Parte da população exposta a cenas de tragédias e à abordagem sensacionalista presente no jornalismo policial desenvolve transtorno de estresse pós-traumático. Esse tipo de repercussão será explicado no Capítulo 2, deste trabalho.

Para Fefferman (2013), se por um lado, a constante exposição às cenas traumáticas causa reações de proteção e apoio a medidas repressivas relacionadas ao medo, por outro, pode causar banalização e naturalização dos fatos. Para Kovács (2003), as imagens de morte trazidas pela televisão não permitem tempo para reflexão e elaboração dos sentimentos despertados. A notícia de uma morte é sucedida por outro tema banal ou por comerciais, o que não permite que seja dada a devida importância ao assunto trazido pela matéria, que se compreendam os fatores envolvidos na causa e quais as repercussões daquele fato. A pesquisadora sugere que matérias que envolvam o tema da morte disponham de tempo de reflexão e possibilidade de discussão sobre o assunto.

> Um outro ponto que achamos importante ser considerado é que se possa pensar numa maneira menos agressiva de mostrar a morte, ou que a morte não sirva como mercadoria cujo único objetivo seja o aumento do índice de audiência. Não se trata de eliminar ou ocultar o assunto, e, sim, de tratá-lo de uma forma mais humana. (KOVÁCS, 2003, p. 494).

Fato é que, da maneira como tem sido abordada pela mídia, a mortalidade de jovens nas periferias da cidade de São Paulo “ainda não foi suficiente para gerar a discussão de um projeto abrangente contra a violência, nem a indignação da sociedade como um todo”, perdurando as medidas de proteção de uns contra os outros (DRUMOND Jr., 1999, p. 75).

> As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o status social das vítimas. Como resultado, os recursos públicos de proteção são canalizados, preferentemente, para as

> áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, que ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas. (WAISELFISZ, 2015, p. 102).

Pastana (2007), baseada em Alessandro Baratta, defende, do ponto de vista da sociologia, que a resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva se os cidadãos deixarem de ser espectadores dos meios de comunicação e da política como espetáculo, para serem atores.

> Nesse sentido, a sociedade civil tem que se fortalecer para poder identificar seus reais problemas e a intensidade deles, bem como poder visualizar a forma mais igualitária e menos violenta de resolvê-los. Quando a cidadania não é compreendida de forma plena pela sociedade, ela não identifica claramente seus reais problemas, ficando refém do medo. É necessário portanto, não só políticas de segurança adequadas, mas um amadurecimento político que faça com que a sociedade civil brasileira reconheça a relação direta da extrema injustiça social que cotidianamente reproduz com os índices de violência que experimenta. (Pastana, 2007, p. 110-111).

Em suma, as mortes escancaradas são mortes violentas que acontecem nas ruas, sem chance de proteção ou preparo. São exemplificadas principalmente pelos homicídios por armas de fogo. As principais vítimas são jovens do sexo masculino moradores das periferias. Os eventos violentos são divulgados pela mídia também de forma escancarada. A maneira como é feita a divulgação, leva muitos leitores e espectadores a se sentirem com medo, acreditando que podem sofrer atos de violência contra suas vidas a qualquer momento em seus cotidianos. O medo e a insegurança levam à busca de medidas de proteção, tais como morar em condomínios fechados, com seguranças particulares, e a apoiar medidas repressivas da polícia contra aqueles que são considerados suspeitos de cometer crimes.

Os números, porém, revelam que os crimes contra a vida ocorrem nos bairros periféricos e os crimes contra o patrimônio ocorrem nos bairros centrais.Nos últimos quinze anos, a violência tem diminuído significativamente na cidade, mantendo, porém, a mesma diminuição geográfica. Proporcionalmente, as mortes em decorrência de intervenção policial têm aumentado. Foram noticiadas inúmeras chacinas entre 2012 e 2016, nas quais houve suspeita de participação de policiais, inclusive, vários chegaram a ser julgados. O fato de ainda ocorrerem muitos crimes contra a vida revelam que há passos a serem percorridos no caminho do reconhecimento dos direitos humanos. Os sobreviventes, as testemunhas, os familiares, toda a comunidade afetada, bem como os leitores e espectadores que têm suas vidas modificadas pelas mortes são chamados de “vítimas ocultas”, tema do próximo capítulo deste trabalho.

2 VÍTIMAS OCULTAS

A *Declaração dos princípios básicos de justiça relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder*, de 1985, (apud KAMIMURA; SCHILLING, 2009, p. 45) define como vítimas:

> pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como conseqüência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder. Considera-se também vítima aquele(a) que sofreu dano ou lesão, independentemente de laços de parentesco com o autor, seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado.

As vítimas diretas da violência fatal são os mortos por causas externas e não naturais, como acidentes de trânsito, homicídios e suicídios registrados nos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Governo Federal. Kamimura e Schilling (2009) chamam de "vítimas difusas" ou indiretas aqueles que sofrem em decorrência da violência direta perpetrada. São os familiares, amigos, vizinhos, membros da comunidade, profissionais de saúde e de assistência social e pessoas que entraram em contato com o relato do fato ocorrido.

Soares, Miranda e Borges (2006), no livro *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro* denominam de "vítimas ocultas" os parentes e amigos que perderam seus familiares por mortes violentas, sobre os quais pouco se sabe, pois não constam nas estatísticas ou bancos de dados e são, muitas vezes, invisíveis para a sociedade civil e para o poder público. Estudar os efeitos da violência nesses indivíduos é de grande importância para saber como reagem às perdas, quais os impactos nas relações sociais e quais suas necessidades. Com base nessas informações, propostas podem ser feitas para a implantação de políticas públicas.

Os autores realizaram pesquisa com vítimas ocultas de homicídios no Rio de Janeiro e constataram que o processo de luto é difícil, principalmente quando a morte é violenta. As reações são de tristeza, medo e dor pela perda, associados à impotência diante da morte. "A forma como a morte ocorreu, como ficou o corpo da vítima, quem estava envolvido, qual o motivo e o que a provocou influenciam as percepções das vítimas secundárias sobre os tipos de morte e seus efeitos" (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 89) No livro, são

definidos como “vitimas primárias” os sobreviventes e as testemunhas; “vítimas secundárias” os parentes, amigos, vizinhos, psicólogos, médicos e professores diretamente vinculados ao morto; e “vítimas terciárias” as pessoas que tiveram contato com a notícia pela mídia e foram afetados.

Saindon (1998) afirma que, além das famílias, as comunidades, escolas e locais de trabalho são impactados pelas perdas violentas. O trauma e o luto vividos pelos sobreviventes, chamados de “*co-victims*” pela autora, podem causar feridas emocionais que duram a vida toda. São calculados de 40 a 80 *co-victims* para cada vítima direta de homicídio. A falta de cuidados emocionais e orientações jurídicas levam os familiares a se sentirem confusos e impotentes, agravando as dificuldades de lidar com o evento trágico.

Para Costa (2015) um homicídio afeta a saúde física e mental de familiares e amigos, interferindo nas relações conjugais, familiares e na comunidade, podendo gerar problemas financeiros, mudanças no âmbito espiritual e na visão de mundo. Quanto à utilização do termo “sobreviventes” como sinônimo de vítimas indiretas ou secundárias a autora explica:

> Esse termo pode soar, no entanto, como uma contradição. De fato, a vítima do homicídio não sobrevive, contudo, considera-se que todo homicídio produz duas categorias de vítimas: a vítima que é diretamente assassinada e as vítimas associadas ou as vítimas secundárias, como também são conhecidas. As vítimas secundárias englobam familiares, amigos e pessoas próximas, isto é, os sobreviventes. Diferente das vítimas diretas do homicídio que são facilmente reconhecidas e contabilizadas pela estatística, os familiares e amigos das vítimas permanecem desconhecidos, com pouco ou nenhum suporte para suas necessidades, sendo renegados à obscuridade em muitos contextos. (COSTA, 2015, p. 36).

Gregio et al. (2015b, p. 259-260) mencionam a divisão de Cohen (2002) em cinco níveis de pessoas afetadas nos casos de emergências e desastres, incluindo-se as chacinas, por serem situações violentas inesperadas que causam perdas humanas, materiais e econômicas, que rompem com o funcionamento da comunidade:

> O primeiro nível é composto pelos sobreviventes primários, aqueles que foram mais expostos ao acontecimento traumático. Sobreviventes secundários são os parentes enlutados das vítimas. O terceiro nível é composto pelas equipes de resgate, como médicos, paramédicos, bombeiros, enfermeiros, entre outros. No quarto nível, encontramos a comunidade atingida e envolvida na situação, como membros de comunidades próximas, profissionais da mídia e representantes governamentais. O quinto nível engloba pessoas que, após verem ou ouvirem reportagens sobre o acidente, experienciam intensidades variáveis de sofrimento.

Levando-se em consideração a Resolução n.o 5 da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, publicada em 08 de janeiro de 2013, que proíbe a polícia de prestar socorro às

vítimas de homicídio para garantir que recebam atendimento especializado, o terceiro nível proposto por Cohen, da equipe de resgate, passa a compor o grupo de vítimas ocultas ou indiretas. É interessante, também, nessa classificação, notar que os profissionais da mídia são incluídos no rol de pessoas afetadas.

Outro conceito de vitimização secundária é o que se refere ao descaso e à indiferença sofridos por familiares de vítimas de crimes fatais no processo de busca por justiça.

> Condutas ou comentários discriminatórios, demoras excessivas na finalização do processo, ausência de orientação sobre providências necessárias, dentre outros exemplos. A pessoa que já sofreu uma violação de seu direito experimenta novamente outra violação, desta vez praticada, freqüentemente, por algum agente estatal do sistema de justiça – o que pode agravar as conseqüências da vitimização primária. (KAMIMURA; SCHILLING, 2009, p. 47).

Para o presente trabalho, adotamos as definições de vítimas primárias (sobreviventes e testemunhas), secundárias (familiares, amigos, vizinhos e profissionais vinculados ao morto) e terciárias (pessoas que tiveram contato a notícia pela mídia) propostas por Soares, Miranda e Borges (2006).

Com relação às vítimas terciárias, destacam-se a globalização das informações, o uso de novas mídias digitais e as redes sociais nos dispositivos móveis, que permitem que notícias sejam divulgadas em tempo real. Com as transmissões ao vivo de situações de violência, cada vez mais pessoas são impactadas. A exposição a esses acontecimentos pode ser traumática e trazer desequilíbrio emocional, além dos sentimentos de medo e insegurança. (ENDO, 2005; GREGIO et al., 2015b; GIANINI et al., 2015)

Vaz (2009) classifica como “vítimas virtuais” aqueles que modificam suas rotinas de trabalho e de lazer por causa do medo de se tornar vítimas após entrarem em contato com notícias sobre violências. Souza (2008) adota o termo “fobópole” para caracterizar a crescente percepção de risco de sofrer violência vivenciada pela população nas cidades, que é perpetrada pela mídia.

Para Soares, Miranda e Borges (2006), o destaque midiático da violência gera medo crônico na população e a sensação de sermos todos sobreviventes, formando círculos concêntricos de vitimização, tanto mais carregados, quanto mais vinculados ao epicentro da violência, que vão atingindo sucessivas parcelas da população.

2.1 O luto em situações de perdas violentas

Para Parkes (2009, p. 42), o luto é uma "experiência de perda e uma reação de anseio intenso pelo objeto perdido (ansiedade de separação)". E "a perda é o resultado comum ao amore ao pesar, o preço que temos de pagar" (PARKES, 2009, p. 39). Além do pesar pela perda do ser amado, o luto traz ameaças à segurança ao demandar mudanças importantes na vida e na família.

Novos papéis, funções e tarefas são assumidos e redistribuídos entre membros da família. "Para encarar a morte na família é necessário um rearranjo do sistema familiar e, como consequência, a construção de uma nova identidade, um novo nível de equilíbrio" (BROMBERG, 1996, p. 105).

Com a perda do ente querido, rompe-se o "mundo presumido", definido por Parkes (2009) como tudo aquilo que garante previsibilidade e estabilidade para o cotidiano: as concepções acerca de si mesmo, a habilidade de se lidar com o perigo, a proteção esperada dos outros e o significado e o propósito de vida.

> Todos nós possuímos uma imagem pessoal de como o mundo é e de como a vida se desenrola. Acreditamos que nascemos, crescemos, nos desenvolvemos e envelhecemos. Acreditamos que os mais velhos morrem antes dos mais jovens, pois assi manda a natureza. Acreditamos que o mundo possui perigos e, para alguns, temos como nos proteger; para outros, cremos que estamos muito distantes para sermos atingidos. Acreditamos que temos zonas na vida de plena segurança. Às vezes, chegamos mesmo a acreditar que somos invulneráveis. (GREGIO et al., 2015a, p. 198).

Quando ocorrem perdas em decorrência de violência, "o ser humano se depara com um enorme desafio e um processo psicológico complexo diante da tarefa de lidar com o trauma vivido e a ruptura brusca e violenta de seu mundo presumido" (GREGIO et al., 2015a, p. 195). Nesse processo, de acordo com Hodgkinson e Stewart (1998), a fé em uma boa vida é perdida, provocando, nos primeiros meses, sensação de insegurança, desconfiança e medo, isolamento social, culpa e vergonha pela sobrevivência. A identidade se transforma enquanto há a busca por novos sentidos na elaboração da perda.

Kovács (1992) aponta que, no processo de luto, quanto maior o investimento afetivo na pessoa perdida, maior será a energia necessária para o desligamento. A perda brusca, inesperada e sem preparo, pode desencadear, nos sobreviventes, desorganização, paralisação e impotência. A mutilação do corpo é fator agravante, que costuma causar revolta e desespero.

O trauma destrói crenças básicas sobre o mundo, por isso, aumenta a intensidade e a duração do luto, que pode se tornar crônico. São considerados fatores traumáticos testemunhar violência, mortes por assassinatos e suicídios e a mutilação do corpo.

> A combinação de morte repentina, inesperada, horrível e precoce, com toda a raiva e suspeita que a seguem, mais a lentidão do processo legal, que geralmente leva a uma sentença que parece banal em comparação com a magnitude da perda, podem levar a família ao estresse e a deixar de apoiar seus membros, gerando problemas psicológicos duradouros. (PARKES, 1998, p. 161).

Para o autor, perdas múltiplas e sucessivas fazem com que os efeitos do luto se acumulem. A percepção sobre o mundo como lugar seguro é substituída pela expectativa de futuros desastres. Essa percepção pode funcionar para alguns como preparo para lidar com perdas repetidas, sofrendo menos com as perdas, como nos casos de idosos que são expostos a sucessivos velórios, ou de famílias que moram em condições de precária infraestrutura e saneamento básico e já têm muitos filhos com a expectativa de que alguns vão morrer.

Segundo o Modelo do processo dual de luto proposto por Stroebe e Schut (2001), durante o curso normal do luto ocorre a oscilação entre "orientação para a perda", na qual ocorre a busca pela pessoa perdida com reações físicas, afetivas, sociais e espirituais ligadas ao rompimento do vínculo; e "orientação para a restauração", com foco na adaptação à vida sem a pessoa significativa falecida, no restabelecimento da rotina, na busca de significados para a perda e para a vida e na construção de nova identidade.

Como resultado do processo de oscilação, a pessoa enlutada abandona antigas concepções sobre o mundo, mas "descobre que muito do passado do relacionamento continua a ter importância no planejamento do futuro. [...] O enlutado carrega dentro de si o mundo presumido do morto, por isso ele vive em sua memória" (PARKES, 2009, p. 48-49). Esse processo se torna complicado quando há exclusividade de um dos focos.

Fatores que influenciam na maneira de lidar com a perda são: relação com a pessoa falecida, força do apego, experiência em ter ou não vivência anterior de perdas de pessoas significativas, saúde mental, circunstâncias que levaram à morte, tipo de morte (prematura, violenta), gênero, idade, personalidade, nacionalidade, religião (crenças e rituais), fatores culturais e familiares que influenciam na expressão do pesar, apoio social ou isolamento, estresses secundários ligados ao sistema judiciário e o fato de haver ameaça à vida dos sobreviventes.

A morte de um jovem por homicídio é um evento traumático, pois é violenta, inesperada, prematura, mutila o corpo e abala a percepção de um mundo presumido no qual os

mais velhos morrem antes dos mais jovens e no qual há segurança para se viver. Esse tipo de morte aumenta a chance de desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), caracterizado como resposta de medo intenso, sensação de impotência e horror diante de evento caracterizado por perigo de morte ou de lesão grave, sofrido ou testemunhado; memórias recorrentes, intrusivas e debilitantes do acontecimento; sonhos e pesadelos repetidos com a cena traumática; percepção de que o acontecimento traumatizante esteja ocorrendo novamente, *flashbacks*; tentativa de evitar a presença persistente de estímulos associados ao evento traumático; dificuldade em dormir ou em continuar dormindo; irritabilidade e explosões de mau humor; dificuldade na concentração e hipervigilância, entre outras reações (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Quanto maior a exposição ao risco, mais intenso o TEPT. Mesmo quem não presenciou a cena diretamente, pode desenvolver TEPT, pois surge uma imagem mental traumatizante que se repete, trazendo o temor de que a tragédia possa se repetir.

Quando morre um filho, perde-se a oportunidade de compartilhar a vida dele, "seu futuro, suas alegrias e sucessos, além de seu amor por nós" (PARKES, 2009, p. 200). Se a intensidade do luto for proporcional à força do vínculo atribuído ao valor genético da pessoa, pode-se esperar que a perda de um filho provoque um luto prolongado e penoso.

Nas mortes de jovens associadas a comportamentos arriscados, como abuso de substâncias psicoativas e envolvimento com a criminalidade, os pais e irmãos podem ter sentimentos ambíguos de raiva e frustração em relação ao comportamento fatal, assim como tristeza pela perda sem sentido, não reconhecendo ou validando seu direito ao luto (COSTA, 2015). Casellato (2015) chama de "luto não reconhecido" ou "não franqueado" esse tipo de luto que não é admitido abertamente para si mesmo, não é expresso ou não recebe suporte e validação social. Quando não há reconhecimento do luto, fracassa a empatia enquanto capacidade de compreender o significado e validar a experiência de outra pessoa. Esse fracasso pode criar sofrimento adicional e levar ao adoecimento físico e/ou psicológico. Profissionais como bombeiros, policiais, psicólogos, médicos e enfermeiros, muitas vezes, também têm o luto não autorizado ou reconhecido.

Já o luto das crianças da família é influenciado pelo vínculo que tinham com o morto, por seu desenvolvimento cognitivo, pelas experiências relativas à morte pelas quais já tenham passado anteriormente, pela circunstância em que ocorreu a morte, pela maneira como a família reage, pelas explicações que tenham recebido e pela oportunidade ou não de expressar seus sentimentos.

De acordo com Kovács (2012), as crianças, assim como os adultos, precisam de tempo para elaborar o luto. Aquelas em idade pré-escolar compreendem o mundo com o pensamento mágico-animista e onipotente, acreditando-se centro do universo. Vivenciam fantasias de que seus pensamentos destrutivos possam interferir na vida e na morte dos entes queridos, por isso sentem-se culpadas e temem que o mesmo possa ocorrer com elas, como retaliação. Enfrentam a fragilidade e vislumbram o fim de vida de sua própria vida e de seus familiares e de si, o que provoca medo. As mais velhas passam a compreender a irreversibilidade e a universalidade da morte, compreendendo que tudo o que é vivo morre. Compreendem também que a morte pode ocorrer com elas e com quem está próximo a elas, percebendo a característica de não funcionalidade, ou seja, que as funções definidoras da vida cessam com a morte. Crianças que tiveram contato direto com a morte compreendem melhor o que ela significa e compreendem a sua realidade.

Torres (1999) recomenda que sejam dadas explicações sinceras, simples e objetivas com base na experiência da criança, perguntando, em seguida, o que a criança compreendeu. Às dúvidas geradas pela criança, deve-se responder assumindo as próprias dúvidas e incertezas com carinho e coerência, considerando explicações filosóficas/religiosas e as próprias crenças. É importante ainda o acolhimento aos sentimentos de saudade, tristeza, culpa e raiva manifestadas.

> Explorar e tentar responder às perguntas das crianças sobre a morte é muito melhor do que permitir que medos mágicos e não explicitados atuem em sua imaginação. Uma vez que há uma relação entre as representações que a criança faz da morte, a idade e o nível cognitivo, a abordagem deste tema deverá respeitar, tanto quanto possível, não somente a capacidade emocional da criança, mas também sua capacidade intelectual. (TORRES, 1999, p. 162).

Ao receber informações corretas e precisas sobre o ocorrido, a criança tem a oportunidade de construir significados coerentes sobre o que aconteceu e pode lidar com sua perda e dor. Participar dos ritos fúnebres com sua família é uma oportunidade de prestar homenagem ao morto e se despedir (GREGIO et al., 2015a).

Rituais são atos simbólicos, que conferem significado a certos eventos da vida ou experiências que marcam transformações e a passagem do tempo. Os rituais de luto ajudam os enlutados a compreender que, de fato, houve uma perda, facilitam a expressão de sentimentos e memórias, possibilitam que o falecido seja lembrado pelas homenagens no velório, enterro ou cremação, favorecem a reconstrução da identidade e propiciam que seja ofertado suporte

emocional e social aos enlutados (CASELLATO, 2015; COSTA et al. 2015; OLIVEIRA et al., 2015).

Em tragédias como as chacinas, para legitimar a dor dos familiares, amigos e vizinhos, impedir que o evento seja esquecido pelos demais membros da sociedade e possibilitar a prestação de homenagens é recomendada a criação de memoriais com o nome das vítimas, fotos e frases, que possam eternizar a passagem dos falecidos no mundo (CASELLATO, 2015).

Outra forma de expressão, ritualização e luta por direitos proposta por movimentos sociais como as Mães de Acari – mães de onze jovens que desapareceram após terem sido sequestrados em um sítio em 1990, no Rio de Janeiro – é a realização de atos, vigílias, passeatas, documentários e livros. O intuito é a expôr suas dores, obter justiça e dar visibilidade para o caso, retirando seus filhos do lugar da não existência e de irrelevância social (VEDOVELLO, 2015).

Nos casos de luto não reconhecido, a arte pode ser utilizada como ritual no contexto psicoterapêutico para a elaboração do sofrimento. A arte permite que se entre em contato com a perda e com a expressão das emoções e sentimentos por meio de gestos, sons, metáforas, símbolos, músicas e cantos, trazendo alívio.

> A vivência da arte une olhares e cantos, transforma a experiência do enlutado em algo maior, ampliando a percepção de si mesmo e sua capacidade de enfrentamento. O processo terapêutico oferece espelho, continência, acolhimento e partilha – experiências importantes para a validação de sentimentos. (PRADE, 2015, p. 214).

2.2 Atendimento psicossocial às vítimas ocultas

O trabalho psicoterápico pode auxiliar no processo de luto ao favorecer a expressão de sentimentos e oferecer suporte na busca por novos significados para a vida e na construção de nova identidade, facilitando a elaboração da perda (KOVÁCS, 1992). Narrar e se fazer ouvir são considerados processo fundamental de trabalho da memória no enfrentamento de traumas (TELES, 2011). Para Parkes (1998), quanto maior a possibilidade de expressão do pesar, menor a chance de adoecimento físico e emocional pós-perda. Na psicoterapia, há a possibilidade de expressar sentimentos em uma relação sem julgamentos.

No contexto psicoterapêutico, são ofertados suporte emocional e acolhimento, em um espaço de "permissão social" para dar vazão ao sofrimento frequentemente negado ou subjugado ao medo e à sobrevivência (OLIVEIRA; PAVEZ; SCHILLING, 2002). Diante do luto não reconhecido ou não franqueado,

> Ao aceitar o luto do paciente, o terapeuta o encoraja a se aceitar e permite que ele consiga reconhecer e expressar suas próximas necessidades e dificuldades no enfrentamento do luto. Dessa forma, o paciente revisita seu sistema de crenças e práticas que foram desafiadas pela perda e ressignifica a relação que estabeleceu consigo mesmo e com o mundo após a perda não franqueada. Objetivamente, o indivíduo é encorajado a validar a própria dor e, portanto, a si mesmo. (CASELLATO, 2015, p. 235).

O Conselho Regional de Psicologia (2011) recomenda que, em situações de violência, seja realizado trabalho para possibilitar que as pessoas narrem suas lembranças, reencontrem-se com a própria história e percebam a conexão entre a história individual e a coletiva em dado momento histórico. O olhar do terapeuta deve se voltar para o cenário e seus componentes, procurando abranger os diferentes envolvidos, restituir sentidos, acolher sofrimentos e, com isso, proporcionar condições para a implicação de todos e de cada um no processo.

Nos casos de emergências e desastres, que incluem as chacinas, recomenda-se que sejam prestados primeiros socorros emocionais no momento da tragédia. Devem ser ofertados cuidados, para atender às necessidades básicas e vitais da pessoa afetada, respeitando seus limites, escutando sem pressioná-la a falar, auxiliando para a compreensão de informações e indicando os serviços de suporte a que ela pode recorrer. Posteriormente, devem ser realizados atendimento domiciliar ou hospitalar (nos casos de internação); facilitação da organização de reuniões de familiares e de sobreviventes dentro das comunidades para apoio emocional mútuo e busca de soluções coletivas para as dificuldades encontradas, e criação de ritos de homenagem (COSTA et al. 2015).

Tanto Saindon (1998) quanto Soares, Miranda e Borges (2006) indicam a necessidade de criação de centros de trauma com serviços especializados de assistência social, jurídica e psicológica direcionados às vítimas ocultas.

> [...] o que se pode pensar é na criação de serviços de apoio psicológico, de intervenção em situações de crise, às vítimas da morte escancarada – tanto sobreviventes que "escaparam por milagre" (feridos ou não), como amigos e familiares dos que morreram. É escuta e acolhimento, porque encontrar sentido e explicação para essas mortes tão violentas pode ser muito difícil. (KOVÁCS, 2003, p. 146).

Psicoterapeutas, ao ouvirem histórias dos traumas dos sobreviventes, têm a visão de si mesmos e do mundo transformada permanentemente, por isso também precisam de acolhimento, supervisões e grupos de estudos (FONSECA et al., 2015).

Schilling (2011) destaca que os sobreviventes não costumam ter acesso a informações sobre os serviços de atendimento psicossocial. Atualmente, está em funcionamento o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, criado, em 1998, pelo Governo do Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social que oferece atendimento público a vítimas primárias e secundárias de crimes violentos. Conta em sua equipe com psicólogos, assistentes sociais e advogados que realizam acolhimento, atendimento terapêutico, orientação jurídica, encaminhamentos para serviços públicos, além de facilitarem o acesso a informações.

> [...] se todos os grupos sempre trabalharam com o apoio às *vítimas diretas* de violência ou de violações de direitos humanos, o Cravi enfrenta o desafio do trabalho com *vítimas indiretas* de violência, com familiares de vítimas de crimes fatais. Um desafio grande, pois trata-se de uma ampliação da compreensão da vitimização provocada pela violência. É um novo conceito, que não é obvio ou de imediata apreensão. Parte-se da premissa de que o fato violento gera repercussões em um grupo muito grande de pessoas, gerando vitimizações indiretas ou difusas. [...] Em relação à violência urbana, vamos nos construindo como subjetividades que vivem e sobrevivem em territórios violentos, mudando nossa forma de viver, de estar na cidade, de ver o outro. O atendimento a vítimas indiretas da violência nos leva a uma reflexão sobre o direito à vida. (OLIVEIRA, PAVEZ; SCHILLING, 2002, p. 6-7).

Um espaço significativo disponibilizado pelo Cravi é o Grupo de Cidadania, no qual, segundo Oliveira, Caritá e Ernesto (2008), os participantes são estimulados a refletir sobre os papéis sociais desempenhados, o momento histórico e a busca de alternativas coletivas. São trabalhados os eixos da Identidade, que aborda a história de vida dos usuários a partir do fato violento que os trouxe ao Cravi e seus desdobramentos; do Reconhecimento do território, com o intuito de se conhecer e reconhecer os direitos e recursos sociais, de saúde, educação e lazer, entre outros, de seus bairros com a perspectiva de acessar a rede de socialização que serviriam de apoio às suas demandas e de sua família; e dos Direitos humanos, com exposições dos profissionais sobre os procedimentos legais e seus fundamentos considerando a violação sistemática dos direitos humanos pelo Estado e pelas pessoas em seu agir cotidiano como importante fator da violência urbana.

O intuito do Grupo de Cidadania é estimular a percepção de que o sofrimento particular está inserido em contexto histórico e social que leva muitas famílias a sofrerem pelas mesmas causas, e a identificação dos recursos possíveis para intervir efetivando o protagonismo social. De acordo com Oliveira, Pavez e Schilling (2002, p. 9) os atendimentos realizados no Cravi permitem que se fale, em um lugar público com garantia de sigilo, "de coisas que são, geralmente, relegadas ao âmbito do privado. Ou escutadas – quando muito – no âmbito da polícia ou do judiciário", havendo, nesses espaços, permissão social para dar vazão ao sofrimento frequentemente negado, subjugado ao medo e à sobrevivência. Nos casos em que há demanda por atendimentos psicoterapêuticos, o trabalho tem como foco papéis familiares, projetos de vida e enfrentamento do luto.

> O núcleo de psicologia trabalha com a família, entendida em sentido amplo, revendo papéis familiares, reconstituição de figuras de autoridade, trabalho com limites, desbloqueios da comunicação, com a possibilidade de construção de projetos de ação que possam redundar em um projeto de vida, com um trabalho centrado em torno do luto violento. (OLIVEIRA; PAVEZ; SCHILLING, 2002, p. 11).

Outro serviço existente é o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA), que tem como objetivo oferecer assistência psicossocial e promover os direitos humanos de vítimas e testemunhas de crimes de alta complexidade que estejam sob ameaça de sua integridade física ou psicológica e cujo testemunho represente importante prova para andamento do inquérito. As medidas de proteção incluem o controle de telecomunicações na residência; escolta e segurança nos deslocamentos, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos; transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção; preservação da identidade, imagem e dados pessoais; ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda; suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar; e apoio e assistência social, médica e psicológica.

Os endereços e contatos dos serviços de apoio às vítimas ocultas encontrados foram compilados no Apêndice C.

3 OBJETIVOS

O objetivo principal deste trabalho é investigar, por meio de estudo de caso, as repercussões físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas na vida de vítimas primárias, secundárias e terciárias da morte de um jovem em uma chacina na periferia da cidade de São Paulo. Busco analisar a trama de sentidos que permeia e entrelaça as vítimas ocultas das mortes escancaradas, desde os mais diretamente vinculados ao jovem assassinado – familiares, amigos e vizinhos –, aos menos diretamente vinculados – lideranças sociais, profissionais que atuam na região, um repórter que noticiou o fato e um leitor da matéria. São pessoas que não constam como vítimas nas estatísticas, mas têm seu cotidiano modificado pela violência fatal, sem possibilidade de proteção ou preparo.

Como objetivo secundário, busca-se compreender a complexidade envolvida nos homicídios de jovens por armas de fogo, analisando-se desigualdades sociais, raciais, de tratamento nas abordagens policiais, de cobertura midiática dos casos e de acesso ao sistema judiciário, que interferem no fenômeno.

4 MÉTODO

4.1 Abordagem da pesquisa

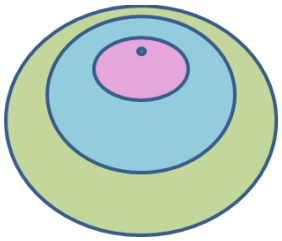
Este é um estudo qualitativo exploratório na área das Ciências Humanas e da Saúde. A abordagem qualitativa foi escolhida para a coleta dos dados e para sua compreensão. Busca-se, nessa abordagem, o aprofundamento e a compreensão ampla do fenômeno estudado, e não a generalização, valorizando a relação sujeito-sujeito (pesquisador e colaborador) e permitindo que o campo seja configurado mutuamente. O foco volta-se ao que é singular, único e humano de cada processo nos fenômenos observados (TURATO, 2003). E volta-se ao nível profundo dos símbolos, significados, subjetividade e intencionalidade (MINAYO; SANCHES, 1993).

O delineamento escolhido foi o estudo de caso integrado, conforme definido por Yin (2015). O estudo de caso é compreendido como investigação empírica profunda sobre um fenômeno contemporâneo, o caso, no contexto do mundo real em que ocorre, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso integrado envolve unidades de análise em mais de um nível e ocorre quando, em um caso único, a atenção também é dirigira a uma subunidade ou mais. As fontes de evidência no estudo de caso são documentos, registros e arquivos, observações participantes e entrevistas. Foram utilizados, para este estudo, notícias que aparecem na mídia de massa e nos jornais comunitários; mapas e gráficos das características geográficas e populacionais de São Paulo; observação participante; levantamento bibliográfico; e entrevistas não estruturadas.

O material obtido nas diferentes fontes de evidência é apresentado no capítulo 5, Apresentação do caso, que conta com as seguintes sessões: 5.1 Diário de campo, na qual o percurso percorrido no campo para a coleta de dados é relatado em sequência cronológica; 5.2 Vida e morte de Rodrigo, na qual é exposto o caso estudado; e 5.3 As vítimas ocultas da morte de Rodrigo, com a apresentação de cada um dos entrevistados. No capítulo 6, Análise e discussão, esse material foi relacionado e classificado em quatro eixos temáticos, seguindo a Compreensão dos Dados como definido no ítem 4.6 do Método.

4.2 Colaboradores

O critério de escolha dos participantes foi a definição de “vítimas ocultas” de Soares, Miranda e Borges (2006): pessoas que sofrem, cada uma a seu modo, as repercussões das mortes violentas de jovens que não são reveladas numericamente pelas estatísticas. São consideradas vítimas primárias os sobreviventes e testemunhas da cena do homicídio; vítimas secundárias os parentes, amigos, vizinhos e profissionais diretamente vinculados ao morto; terciárias ou virtuais aqueles que tiveram contato com a notícia pela mídia. Foram entrevistados representantes de cada um dos três grupos de vítimas da morte de Rodrigo, jovem assassinado em uma chacina na periferia da cidade de São Paulo. O modelo de diagrama de círculos concêntricos abaixo ilustra a divisão distribuição dos depoentes em níveis de proximidade física e afetiva com o caso estudado. O centro do diagrama é o caso estudado, da morte de um jovem.



Legenda	
	Vítimas primárias
	Vitimas secundárias
	Vítimas terciárias

Foram realizadas oito entrevistas, das quais, seis foram individuais e duas contaram com a participação de quatro entrevistados, perfazendo um total de onze principais colaboradores. Os participantes foram Janete, a mãe de Rodrigo; Marta, a irmã; Nelson, o sobrinho; Cláudio, o amigo; Alice, a vizinha; Cícero, o líder comunitário; Marisa, a assistente social; Jorge, o líder de movimento social negro; Walter, psicólogo social e professor universitário; Augusto, repórter; e Bruno, leitor. Para garantia do sigilo e anonimato, todos os nomes escolhidos são fictícios.

Cada entrevistado indicou o próximo participante da pesquisa, seguindo inspiração no método *snowball* ou *snowball sampling* conhecido no Brasil como bola de neve ou cadeia de informantes (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Os participantes iniciais do estudo indicaram novos participantes, que, por sua vez, indicaram outros entrevistados e assim sucessivamente, formando uma rede social de indivíduos interconectados. Esse método costuma ser utilizado em estudos envolvendo populações “ocultas”, por ser mais fácil um membro da população

conhecer outro membro dentro de contexto social específico (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Esta foi a circunstância desta pesquisa, pois as vítimas primárias são testemunhas da chacina e temem ser alvo de violência caso denunciem os agressores. Somente se dispuseram a falar porque foram indicadas pela liderança comunitária do bairro, a quem tive acesso em contato com a assistente social que trabalha na região, que, por sua vez, foi indicada pelo professor de psicologia social que realiza pesquisas e extensão universitária no bairro, e assim sucessivamente.

4.3 Local

Cada participante indicou o local no qual gostaria que a entrevista fosse realizada. Houve entrevistas realizadas em sedes de Organizações Não Governamentais, na residência do entrevistado, em espaço acadêmico e em estabelecimentos comerciais, sempre buscando o conforto do entrevistado, privacidade e respeito.

4.4 Coleta dos dados

A coleta de dados em estudos de caso inclui pesquisa documental: *folders*, atas de reuniões, cartilhas, cartazes, faixas e camisetas; entrevistas abertas, realizadas com os chamados atores relevantes, informantes chave; e observação participante. O material obtido nesses três tipos de fonte é relacionado entre si (YIN, 2015).

Na observação participante, definida como processo de investigação científica em situação social na qual o observador é parte do contexto sob observação e modifica ao mesmo tempo em que é modificado por esse contexto. No caso da presente pesquisa, houve interação e participação em eventos e na rotina da comunidade estudada. As experiências vividas e os documentos obtidos durante a observação participante foram registrados no diário de campo (MINAYO, 2000).

Nas entrevistas, a postura foi de abertura para o material que pudesse emergir. Foram utilizadas como guia algumas questões, tais como o envolvimento com o caso estudado, como ficou a vida após o ocorrido, as causas atribuídas à mortalidade de jovens e o que percebem que poderia ser feito para que menos jovens venham a morrer de forma violenta.

A entrevista aberta, de acordo com Bleger (1980), é uma técnica de investigação científica em psicologia na qual o entrevistador mantém a flexibilidade para permitir que o entrevistado configure o campo da entrevista em processo de interação constante. O entrevistador é parte do campo, por isso, sua presença é uma das variáveis que precisa ser considerada nos registros e análises. Na relação entre os dois sujeitos da entrevista, ocorre comunicação verbal e não-verbal, dentro do campo total, da escuta, da vivência e da observação e, também, do sentimento, por isso, Esslinger (1995) afirma que o entrevistador deve estar atento não apenas às reações e verbalizações do entrevistado, mas também de si mesmo, como um dado a mais a ser analisado.

Para Minayo (2000), na entrevista aberta, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto sem condições prefixadas pelo pesquisador, possibilitando a emergência de falas reveladoras de condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos como um porta-voz das representações históricas, sócio-econômicas e culturais de determinado grupo. Ao longo da conversa, o entrevistador introduz perguntas ou promove intervenções para favorecer explanações e aprofundamentos do entrevistado em informações e opiniões.

> [...] o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser tomado como uma falha ou um risco comprometedor da objetividade, é pensado como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. Assume-se que a inter-relação no ato da entrevista contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências, e a linguagem do senso comum, e é condição "sine qua non" do êxito da pesquisa qualitativa. (MINAYO, 2000, p. 124).

As questões norteadoras das entrevistas estão no Apêndice A. Procurando manter a maior fidedignidade possível, as conversas foram gravadas, com a autorização dos colaboradores. O conteúdo verbal foi transcrito na íntegra, tomando-se os devidos cuidados com o anonimato e o sigilo das informações confidenciais.

4.5 Procedimento

Realizei observação participante no Fórum em Defesa da Vida, na Caminhada pela Vida e pela Paz e em audiências públicas, e aproveitei para estabelecer contato com profissionais que atuam na região, movimentos sociais e lideranças. Ofereci esclarecimentos sobre a minha pesquisa sobre os homicídios de jovens em São Paulo e suas repercussões na vida dos sobreviventes. Conversas com profissionais e lideranças permitiram o contato com familiares do jovem morto em uma chacina. Cada colaborador foi facilitador de contato com a próxima pessoa convidada a participar da pesquisa.

Para a realização das entrevistas, fiz contato telefônico e agendei conversa no local indicado pelo participante. No início de cada encontro, expliquei os motivos da pesquisa buscando garantir compreensão. Em seguida, li em voz alta o *Termo de consentimento livre e esclarecido*, confirmando a garantia de sigilo e anonimato. Então, apresentei os principais temas de interesse da pesquisa para que o colaborador pudesse analisar se estava de acordo em abordá-los e se a conversa poderia ser gravada. Levei a transcrição da entrevista gravada a cada um dos entrevistados para que avaliassem se a transcrição estava correta, se alguma informação precisava ser omitida e se ainda mantinham a permissão para que o material fosse utilizado na pesquisa.

4.6 Compreensão dos dados

Para realizar a compreensão dos dados obtidos nesta pesquisa, foi escolhida a análise temática proposta por Minayo (2000). Essa análise consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação. O tema comporta um feixe de relações e pode ser apresentado por uma palavra ou uma frase.

Na pré-análise, realizei a leitura do diário de campo e das entrevistas transcritas para determinar as unidades de registro, palavras ou frases. Na exploração do material, os trechos das narrativas foram classificados e agrupados em categorias, os eixos temáticos. Foram criadas “categorias teóricas” com base nas questões que nortearam as entrevistas – as repercussões da morte do jovem na vida dos sobreviventes; e as causas e soluções apontadas

para a mortalidade de jovens. E foram criadas “categorias empíricas” a partir de conteúdo que emergiu espontaneamente nas entrevistas.

Para cada tema, foi elaborado um texto síntese de apresentação e um quadro que contém a transcrição das falas mais emblemáticas dos entrevistados em relação a ele, respeitando a sequência dos mais diretamente vinculados aos menos diretamente vinculados a Rodrigo. Exemplificando, as primeiras falas que aparecem são das vítimas primárias, em seguida, das secundárias, e, por último, da vítima terciária entrevistada. A análise dos dados foi realizada correlacionando o material categorizado e a bibliografia consultada.

4.7 Aspectos éticos

As seguintes considerações éticas foram seguidas para garantir risco mínimo aos colaboradores, com relação a danos e sofrimentos, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde: respeito a todos e quaisquer dores e sofrimentos que os colaboradores possam estar vivenciando em relação aos temas abordados no trabalho; explicitação clara dos objetivos da pesquisa e respeito ao desejo dos colaboradores de participarem ou não dela; explicitação de que os colaboradores que não desejem participar não serão, em qualquer hipótese, prejudicados; assinatura pelos colaboradores do *Termo de consentimento livre e esclarecido*, autorizando a gravação das entrevistas e a utilização do material na pesquisa; respeito ao desejo dos colaboradores de vetar a gravação das entrevistas; garantia do sigilo da identidade dos participantes, assim como das pessoas por eles citadas; e respeito às informações relatadas, sem emissão de juízo de valor, tanto durante as entrevistas quanto durante o processo de compreensão dos resultados. O projeto foi submetido ao Comitê de ética, do Instituto de Psicologia e foi aceito. Processo número 15038513.5.0000.5561, aprovado em 10 de setembro de 2013.

Conforme depoimento do professor Walter, entrevistado desta pesquisa, há dois tipos de cuidados éticos a serem tomados em pesquisas acadêmicas de campo em regiões de maior vulnerabilidade social, formais e informais. Os cuidados éticos formais incluem o *Termo de consentimento livre e esclarecido* e a submissão do projeto ao Comitê de ética. Os cuidados éticos informais envolvem a troca, comunicação que se estabelece entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. O aspecto político da ética informal implicaria no compromisso em ouvir quais

são as demandas da comunidade para se formular a questão de pesquisa, não naturalizar as questões apresentadas, compreender o universo simbólico do grupo para poder interpretar o material obtido e dar devolutiva para a comunidade do que foi pesquisado para discussão dos resultados. Dessa maneira, a ética informal deve permear as relações para evitar colocar o sujeito no lugar de objeto, desvalorizado, inferiorizado, na periferia do saber a seu próprio respeito. Walter afirma que a ética formal demanda previsão e explicitação de todo o procedimento de pesquisa a ser realizado, o que pode ser limitante no caso de pesquisas participantes, pois, nelas, a coleta de dados se dá, muitas vezes, de maneira informal e o roteiro muda quando se estabelece uma conversa.

> [...] conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro à condição de sujeito. Este conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade. Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. (SANTOS, 2000, p. 30)

O professor Walter trata de três papéis da universidade nas áreas periféricas da cidade. O primeiro é o de formação dos alunos que, ao se deslocarem a essas regiões, podem romper preconceitos, adquirir aprendizados com os residentes naquele entorno e refletir sobre o papel do psicólogo nos cuidados a essa população. O segundo é a pesquisa das temáticas pertinentes às demandas da comunidade, com todos os cuidados já mencionados. E o terceiro é o de extensão, ou seja, os serviços que a universidade presta nessas áreas, como a formação de grupos para debates e eventos. Walter fala da importância do diálogo sobre a pesquisa com a comunidade, para que se estabeleça uma via de mão dupla, que beneficie ambos os lados, universidade e população, na medida em que os problemas que fazem parte das suas questões possam ser traduzidos para o “idioma” da universidade e de políticas públicas.

Na entrevista, por ser uma conversa feita por iniciativa do entrevistador, pode ocorrer assimetria de poder entre pesquisador e pesquisado. Bourdieu (1997) defende que se leve em conta essa desigualdade, não como impeditiva da realização de pesquisas, mas para que sejam adotados alguns cuidados. Cabe ao pesquisador considerar as assimetrias de capital cultural, linguístico e simbólico para ocorrer uma comunicação clara, avaliar a compreensão do objetivo da pesquisa, se o tema é de interesse do entrevistado e se o consentimento é de fato livre e voluntário. Somando-se a essas medidas, para minimizar a violência simbólica, procurei, como entrevistadora, estar totalmente disponível em relação ao participante por meio de escuta ativa e metódica, respeitando a singularidade de sua história particular. É uma postura que

> [...] pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria. (BOURDIEU, 1997, p. 695).

Levando-se em consideração os cuidados éticos já descritos, além do cuidado em esclarecer os objetivos da pesquisa usando linguagem comum, a garantia do sigilo e do anonimato e a escolha de tema pertinente ao grupo estudado, foram identificados alguns possíveis interesses dos familiares em participar da pesquisa. A entrevista seria uma forma de mostrar para um pesquisador "do outro lado da ponte" (na realidade o bairro em que moro está situado no mesmo lado da ponte que o bairro deles, mas, por estar representando a universidade e a academia, estou do lado "central" do conhecimento), e dar visibilidade para os sofrimentos, o que vivem? Eu poderia ser vista como pessoa com mais conhecimento sobre as leis e que poderia auxiliá-los a conseguir obter justiça? Acredito que, por minha postura de acolhimento e empatia, por ser mulher, por estar grávida na época e por estar disposta a ir até a casa dos colaboradores, interessada em ouvir suas histórias sem julgamentos, eles se sentiram confortáveis para falar de suas experiências e se valeram da entrevista como oportunidade para desabafar, sentindo-se valorizados por receberem atenção, já que, segundo alegam, anteriormente, não houve outros interessados por suas histórias.

Foi realizada devolutiva com a entrega da transcrição das entrevistas para cada entrevistado e, no caso dos familiares entrevistados, foi feita indicação de serviços de atendimento psicológico para acolhimento e cuidados com relação ao luto e ao trauma vividos, além de indicações de serviços públicos de assistência e orientação jurídica.

5 APRESENTAÇÃO DO CASO

Na periferia não se pode moscar
Tem que olhar onde pisa pra não se machucar
Com humildade e respeito se chega em qualquer lugar
[...]
Vários tiros escutei
Até me assustei
De manhã quando acordei
Pela rua caminhei
A notícia que me fez
Me expressar mais uma vez
Que nessa noite se foram três
Pelo crime eu não sei
Amigo, te considerei
Não mexia com ninguém
Sempre tentou fazer o bem
Mas ele se foi além
Desejo que esteja em paz também
De vida sofrida, oprimida
Que se acabou em uma chacina
[...]
Rap não é viagem
Uma honra sabotagem
A minha parte não vou fazer pela metade
Nunca é tarde, eu vou seguindo na humildade
Chegando no ritmo, sem medo do perigo
Muitas palavras, vários suspiros
Evitando o disparo de um tiro
[...]
Pensamentos voam com o vento
Eu não consigo me esquecer dos maus momentos
Só por ser pobre preto guerreiro
Somos construtores de um país inteiro
Os imigrantes também vieram
Não tivemos ajuda de nenhum governo
Só a opressão policial mental foi o que veio
Pra dentro dos becos
Não quero ser tolo, salvação não é ouro
Só quero igualdade e paz para o meu povo
[...]
A vida não é novela e no final não vai ser bela

Letra de *rap* redigida por Jonas[1]

Neste capítulo, apresento a contribuição do presente trabalho para a compreensão do fenômeno estudado. Inicialmente, na seção 5.1 Diário de campo, é relatado, em sequência cronológica, o percurso empreendido em campo para a coleta de dados. A seção 5.2 Vida e

[1]Conheci Jonas (nome fictício) na audiência pública Quanto vale? Ou é por tiro?, na qual ele apresentou algumas de suas letras de *rap*. Agendamos conversa em uma ONG que ele frequenta. Lá, ele me presenteou com esta letra de *rap* para, em suas palavras, *fortalecer* meu trabalho.

morte de Rodrigo traz a trajetória de vida de Rodrigo, desde a sua adoção à sua morte trágica em uma chacina. A seção 5.3 As vítimas ocultas da morte de Rodrigo apresenta o resultado das entrevistas realizadas com seus familiares, amigo, vizinha, líder comunitário, assistente social, líder de movimento social negro, professor universitário, repórter e leitor, todos considerados, nesta pesquisa, vítimas ocultas de sua morte.

5.1 Diário de campo

Transitando entre os bairros centrais e periféricos, realizei a coleta de dados que é base para a compreensão do caso estudado. Foi realizada observação participante em reuniões de movimentos sociais, passeatas e audiências públicas, onde foram coletados *folders* e cartilhas, e foram fotografados cartazes, faixas e dizeres em camisetas. Foram realizadas oito entrevistas. Os registros constam neste diário de campo. Os nomes utilizados para identificar os participantes são fictícios.

Em outubro de 2013, quando o caso a ser estudado ainda não estava definido, estabeleci contato com o professor universitário Walter, psicólogo social que orienta pesquisas e realiza intervenções junto à comunidade em um bairro periférico da cidade de São Paulo traduzindo as demandas sociais para que se tornem políticas públicas. Walter concedeu entrevista e indicou como colaboradora da pesquisa a assistente social Marisa, que trabalha em uma organização não governamental voltada à garantia de direitos humanos para vítimas de violência no mesmo bairro.

A entrevista com Marisa versou sobre seu trabalho e a situação das famílias enlutadas por mortes violentas. Ela sugeriu a participação desta pesquisadora na Caminhada pela Vida e pela Paz, realizada no dia 2 de novembro de 2013, e no Fórum em Defesa da Vida, em 8 de novembro de 2013 e em 7 de março de 2014. Na caminhada, conheci Cícero, líder comunitário que protestava contra a morte de jovens em uma chacina em uma região periférica da cidade.

Cícero me recebeu em seu local de trabalho e me apresentou o bairro e o local onde ocorreu a chacina, gravando posteriormente a entrevista. Combinei novo encontro com Cícero na audiência pública Quanto vale? Ou é por tiro?, em 31 de janeiro de 2014, que contou com a presença de lideranças comunitárias, políticos, artísticas e repórteres. Na audiência,

apresentei publicamente os objetivos de minha pesquisa e estabeleci contato com Jonas, autor de letras de rap que narram seu cotidiano; com Jorge, líder de movimento social negro; e com Augusto, repórter de mídia independente que redigiu matéria sobre as chacinas. Jonas me presenteou com uma letra de *rap*. Jorge e Augusto foram entrevistados, respectivamente, em março de 2014 e em setembro de 2015.

No Fórum em Defesa da Vida, Cícero me apresentou Marta, jovem, irmã de Rodrigo, o rapaz que foi assassinado em uma chacina, supostamente por policiais militares à paisana. O caso não foi solucionado, não houve identificação dos responsáveis pela violência. Marta consentiu em participar da pesquisa e agendou uma conversa em sua casa em março de 2014, contando com a participação de sua mãe, Janete, seu sobrinho, Nelson, e o amigo Cláudio.

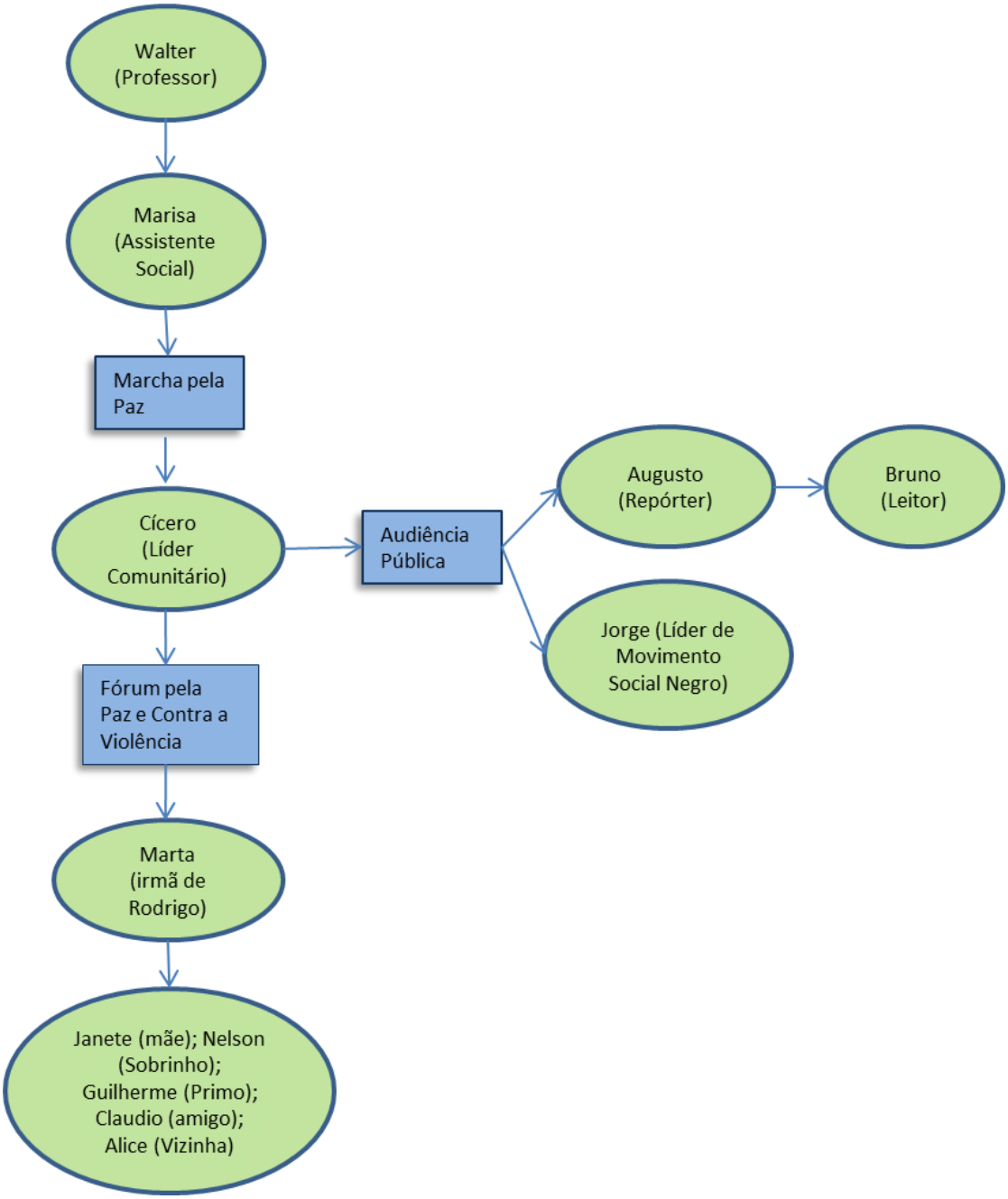
A família demonstrou certa ambiguidade quanto ao desejo de recorrer ao sistema judiciário para o esclarecimento da morte de Rodrigo. Apesar do desejo de obter justiça, temem por suas vidas por serem testemunhas. Alguns dos membros expressaram interesse em realizar psicoterapia.

Busquei orientação com um advogado ligado a uma organização não governamental (ONG) que defende causas raciais para obter informações mais precisas sobre o caminho que vítimas de violência devem seguir quando há risco de vida caso haja denúncia. Realizei levantamento sobre os serviços de suporte psicoterapêutico existentes na região.

A transcrição impressa da primeira entrevista foi entregue à família junto a uma folha contendo as informações colhidas com o advogado e os serviços de psicoterapia arrolados, em uma devolutiva que foi chamada de “entrevista 2 com a família”, em março de 2015. Estavam presentes Janete, Marta, Guilherme, primo de Rodrigo, e Alice, vizinha da família.

Por último, foi realizada entrevista com Bruno, internauta que leu a matéria publicada pelo repórter Augusto e postou comentário a respeito dela. De todos os leitores que comentaram a reportagem, e foram contatados pela pesquisadora, Bruno foi o único que demonstrou interesse em participar da pesquisa e contribuiu com sua percepção e compreensão acerca dos fenômenos ligados à mídia, ao medo e à violência.

A figura 1 sistematiza a sequência em que foram coletados os dados em campo.



Legenda	
	Locais onde se realizou observação participante
	Pessoas que contribuíram para a pesquisa, concedendo entrevista

Figura 1 – Diagrama bola de neve da pesquisa de campo

O quadro 1 sintetiza a sequência cronológica em que foram coletados os dados.

	Datas da coleta de dados em campo
10/10/2013	Entrevista com Marisa (Assistente social)
02/11/2013	Caminhada pela Vida e pela Paz
08/11/2013	Fórum em Defesa da Vida
10/12/2013	Entrevista com Walter (Psicólogo social e professor universitário)
17/01/2014	Entrevista com Cícero (Líder comunitário)
31/01/2014	Audiência pública Quanto vale? Ou é por tiro?
07/03/2014	Fórum em Defesa da Vida
14/03/2014	Conversa com Jonas (Autor de letras de *rap*)
25/03/2014	Entrevista com Jorge (Líder de movimento social negro)
26/03/2014	Entrevista com Janete, Marta, Nelson e Cláudio (Entrevista 1 com familiares e amigo de Rodrigo)
05/09/2014	Conversa com advogado de organização não governamental ligado a causas raciais
31/03/2015	Entrevista com Janete, Marta, Guilherme e Alice (Entrevista 2 com familiares e vizinha de Rodrigo)
28/09/2015	Entrevista com o repórter Augusto
27/10/2015	Entrevista com Bruno (Leitor que comentou a matéria do repórter entrevistado publicada na internet)

Quadro 1 – Datas da coleta de dados em campo em ordem cronológica

- 10/10/2013

  Entrevista com Marisa

Nesta data, entrevistei Marisa, assistente social de instituição que atende famílias na periferia. Ela conta que, na instituição em que trabalha, as mães que foram atendidas por terem perdido seus filhos de forma violenta haviam sido encaminhadas para proteção, acompanhadas e auxiliadas no processo de mudança de cidade ou estado, e, portanto, eu não teria como contatá-las.

Marisa sugeriu que eu entrasse em contato com o movimento chamado Mães de Maio, que é constituído por mães que perderam seus filhos, segundo alegam, em conflitos com a polícia em maio de 2006. Elas militam em defesa da reparação das vítimas do Estado e da federalização de crimes ocorridos em maio de 2006, quando aproximadamente quinhentas

pessoas foram assassinadas na baixada santista. Elas seriam colaboradoras adequadas por serem pessoas engajadas politicamente e, dessa forma, possivelmente mais dispostas a tratar dos assuntos dolorosos vivenciados, tendo em vista o cuidado ético da pesquisa de evitar sofrimentos adicionais desnecessários.

Entrei em contato com as Mães de Maio pelo *blog* e pelo *facebook* do movimento. Escrevi três vezes até que me respondessem pedindo que eu lhes enviasse um *e-mail*. Mandei dois *e-mails* e não obtive resposta. Levantou-se a hipótese de que isso possa ter ocorrido, por medo ou desconfiança.

Marisa ainda sugeriu que houvesse participação na Caminhada pela vida e pela paz e no Fórum em Defesa da Vida.

- 02/11/2013

  A Caminhada pela Vida e pela Paz

Foi lembrado, entre os participantes da caminhada, que, em 2012, os policiais de uma base móvel situada próxima à passagem das pessoas viraram de costas para o evento. Em 2013, foi diferente, manifestantes e policiais rezaram juntos. Ao chegarmos ao cemitério onde a caminhada termina, iniciaram-se alguns discursos e cerimônias. Lá, conheci Cícero, líder comunitário que acompanhava mães que tiveram seus filhos assassinados, elas participavam carregando faixas e cartazes de denúncia, com a foto de seus filhos e a data de nascimento e de morte deles.

Uma senhora comentou que vários de seus familiares e filhos estavam enterrados naquele cemitério. Sua fala era repetitiva e sem envolvimento afetivo.

Conheci também lideranças comunitárias, funcionários de ONGs e lideranças de movimentos sociais. Nas camisetas com manchas vermelhas reproduzindo ferimentos à bala havia os dizeres como: “Por que o senhor atirou em mim?”. Houve menção a chacinas que ocorreram na zona norte e na zona sul de São Paulo. Em uma das faixas estava escrito: “Eu queria... Me formar, casar. Ter filhos e ser feliz. Mas a violência de São Paulo arrancou isso de Mim”.

Foram entregues, aos participantes, cópias da Carta Aberta do V Fórum Social Sul (anexo A).

- 08/11/2013

  Fórum em Defesa da Vida

No fórum, houve a discussão sobre as seguintes pautas:

1. Avaliação da 18ª Caminhada pela Vida e pela Paz
2. Projeto piloto de Policiamento Comunitário do FDV 2013
3. Conselho Participativo

Eram trinta e sete pessoas na sala, dentre elas, seis eram psicólogos, envolvidos com questões sociais.

O primeiro ano da Caminhada pela Vida e pela Paz, ponto alto do Fórum em Defesa da Vida, foi em 1996. Padre Jaime estava cansado de fazer missas pela morte de jovens e mobilizou-se para lutar por alterações nessa situação, criando a marcha. Houve avanços desde então, mas muitos retrocessos também.

No fórum, foi defendido o processo de desmilitarização da polícia, e avaliou-se ser ideal que haja policiamento comunitário, com policiais que residam na região, com tempo mínimo de atuação e que conheçam os moradores, para que possam, efetivamente, protegê-los, uma vez que saberiam mais sobre eles, tal qual acontece no Japão e no Canadá.

Comentaram sobre o Projeto de Lei 4471/12 contra o auto de resistência seguido de morte como uma medida importante para se diminuir o número de mortos em conflito com a polícia, uma vez que há casos de execuções que são justificadas com o discurso de que o suspeito havia reagido e, por isso, foi assassinado, quando, na realidade, estava rendido. Um exemplo de situação como essa foi uma filmagem amadora transmitida pelo programa *Fantástico*, em novembro de 2012, na qual um servente de pedreiro rendido é executado em frente à sua casa por cinco policiais militares. O que foi registrado em Boletim de Ocorrência feito pelos policiais, em contraste com as imagens exibidas, foi “troca de tiros em perseguição”.

Pude notar claramente o poder de acolhimento e deliberação do fórum, um importante espaço para organização política e exercício de cidadania.

- 10/12/2013

Entrevista com Walter, psicólogo social e professor universitário

Walter explicou que as mães dos jovens mortos em conflito com a polícia procuram defender a memória de seus filhos dizendo que não eram bandidos, como se o contrário justificasse que fossem assassinados.

O professor contou sobre sua atuação no fórum, como facilitador da tradução das demandas dos cidadãos em políticas públicas, e falou sobre os cuidados éticos ao se realizar pesquisas em periferias: utilizar o Termo de consentimento livre e esclarecido, não naturalizar questões sociais, não transformar as pessoas em "objeto" de pesquisa, pesquisando questões pertinentes a elas e dando devolutiva para a comunidade acerca da discussão realizada. Mencionou ainda o papel de formação da universidade em trazer alunos para as periferias para que os que moram em regiões centrais desconstruam preconceitos; assim como o papel de extensão e de prestação de serviços à população.

- 17/01/2014

  Entrevista com Cícero

Caminhando com o líder comunitário Cícero, fui ouvindo sobre a história da região. Paramos em frente a casas onde tragédias aconteceram deixando muitas crianças órfãs. Pude ver nos muros as marcas dos tiros.

Cícero contou que, na região, não havia mais alegria, às nove horas da noite, as pessoas já não saíam mais às ruas e, aqueles que se arriscavam, andavam olhando para os lados com medo. Antes, as ruas estavam sempre cheias e, quando havia festas, as pessoas que não cabiam nas salas e cozinhas ficavam na rua ouvindo música e bebendo. Mesmo que os policiais passassem soltando bombas para dispersar as pessoas, não havia assassinatos. Na época da entrevista, não se realizavam mais festas.

Apesar da dor da perda e do luto, os sobreviventes têm de trabalhar e se estruturar para conseguir sustentar a família e criar seus filhos. Muitos sofrem com a depressão e o medo. Alguns são levados a mudar de casa. Não sabem a quem recorrer para ter orientação e justiça. De acordo com Cícero, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ficavam cheios de usuários com depressão, em surto ou buscando tratamento para o abuso de drogas. Crianças de 5 anos são medicadas para depressão. Sentadas nas calçadas, elas procuram no céu o pai que, dizem, "virou estrela".

Cícero me indicou para participar da pesquisa uma mãe engajada na luta por direitos como a responsabilização dos autores dos disparos que vitimaram seu filho e a indenização por parte do Estado. Entrei em contato com ela e chegamos a agendar três encontros, mas em nenhum deles ela compareceu. Conversamos apenas por telefone. Ela parecia estar bastante assustada e agitada.

- 31/01/2014

  Audiência pública Quanto vale? Ou é por tiro?

Figura 2 – Foto de camiseta com o título da audiência

A audiência foi organizada pela sociedade civil para avaliar o quanto se avançou após um ano de uma chacina ocorrida na periferia sul de São Paulo, em janeiro de 2013. Os familiares das vítimas e os movimentos sociais reivindicavam responsabilização dos autores dos crimes e ressarcimento das vítimas. Dos dez policiais indiciados, cinco estavam presos e outros cinco aguardando o julgamento em liberdade. Eles respondiam pelo homicídio de sete jovens, por duas tentativas de homicídio e pela alteração do local do crime, dificultado o trabalho da perícia. Fui convidada, pelo líder comunitário, a falar nessa audiência sobre como fortalecer os vitimados pela violência, que desampara os familiares, sobre como a comunidade pode auxiliar, sobre como cuidar da autoestima das mães e sobre o que falar para as crianças. Esses temas foram apontados como importantes demandas da comunidade.

Minha fala abordou a importância de se sensibilizar a opinião pública contra a violência e o desrespeito aos direitos humanos e de trazer visibilidade para o assunto. Falei sobre os objetivos de minha pesquisa, de estudar as repercussões das mortes violentas na vida dos sobreviventes, mostrando a gravidade desse tipo de situação que afeta grande número de pessoas. Trouxe alguns dados referentes ao levantamento bibliográfico, sobre o discurso da mídia que coloca o jovem como agressor e causador da violência, levando a população a defender a atuação violenta da polícia e a diminuição da maioridade penal. Ressaltei a importância de se lutar por políticas públicas na região, para diminuir as desigualdades e a exclusão: transporte, educação integradora e compatível, lazer, esporte, cultura, espaços de socialização e espaços terapêuticos. Os dois últimos seriam locais para compartilhamento de histórias de vida, para as vítimas saberem que não estão sozinhas em suas dores e que suas experiências fazem parte de um fenômeno social mais amplo.

Representantes do grupo Margens Clínicas posicionaram-se dizendo que iriam prestar atendimento psicológico aos sobreviventes. Eles estiveram na comunidade como voluntários

anteriormente, mas foi-lhes dito que o sofrimento estava muito intenso e que as mães não queriam participar dos grupos de psicodrama. Na audiência, foi dito que o grupo Margens Clínicas passaria a receber financiamento do governo. Até meados de 2016 o grupo tem trabalhado atendendo vítimas da ditadura e ainda não foi viabilizado o atendimento aos sobreviventes das chacinas.

Grupos falaram sobre a importância de mais espaços de lazer, sobre o *funk* e o *hip hop*. Foram cantados *rap*s com letras que retratavam o cotidiano nas periferias. A fala de Jorge, um líder de movimento social negro foi muito clara e precisa, por isso, trocamos contatos. As mães de filhos assassinados na chacina optaram por não se pronunciar, apesar dos apelos de Cícero.

- 07/03/2014

  Fórum em Defesa da Vida

  O fórum teve como pauta:

  1. Papel da polícia nas periferias
  2. Justiça Restaurativa
  3. Continuidade dos grupos criados no encontro anterior:
     - Saúde
     - Educação e cultura
     - Moradia
     - Mobilidade
     - Juventude

O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) estava presente com o projeto Jovens Facilitadores para promover a Justiça Restaurativa, que visa à resolução de conflitos por meio do diálogo envolvendo vítima e agressor. O processo de restauração se dá no diálogo envolvendo toda a comunidade. O recurso é a integração e não o aprisionamento e a punição, que estigmatizam a pessoa que fica sujeitada à vontade alheia contra sua vontade. Busca-se compreender a complexidade do contexto de desigualdades em que as ações são produzidas e os conflitos gerados.

O Cravi, outro participante do fórum, é um centro de apoio a vítimas diretas sobreviventes de situações de violência, vítimas indiretas com risco de vida, seus familiares e pessoas ligadas afetivamente.

Houve depoimento de uma mãe falando de sua filha desaparecida.

Cícero falou das chacinas. Ele me apresentou Marta, irmã de um rapaz de 22 anos assassinado em uma chacina.

- 14/03/2014

Conversa com Jonas

Jonas é um rapaz, com 17 anos na época, autor de letras de *rap*, que conheci na audiência pública de 31 de janeiro.

Encontrei Jonas em uma ONG baseada na comunidade onde ele morava. Expliquei sobre minha pesquisa e ele quis "fortalecer" meu trabalho me dando uma de suas letras de *rap* para eu digitar e utilizar para ilustrar minha tese. Digitei o material e enviei para ele, que o aprovou. Indicou-me que conhecesse também as letras do *rapper* Sabotage e dos Racionais Mcs. Jonas me falou sobre problemas sociais relativos à violência e sobre a escola, não atrativa por não trazer conteúdos que digam respeito à realidade vivida no seu cotidiano e por não reconhecer ou valorizar a bagagem que cada aluno traz, principalmente quando associada ao referencial da cultura negra.

- 25/03/2014

Entrevista com Jorge

Jorge era líder de uma entidade vinculada ao Movimento Contra o Genocídio da População Negra. Encontrei-o na sede da entidade, uma casa com biblioteca, muitos documentos informativos, *folders* e saguão para eventos, saraus, festas e danças.

- 26/03/2014

Entrevista com Janete, Marta, Nelson e Cláudio

Telefonei para Marta, a moça que conheci no Fórum em Defesa da Vida, para agendar uma conversa em sua casa. Ao telefone, ela me contou que havia saído para ir ao médico, mas que eu deveria ir à sua casa naquele mesmo dia, pois lá estava um menino que havia sido baleado e com quem eu poderia conversar. Ao chegar lá, conheci sua avó, Janete. Foi Janete quem criou Marta, por isso a moça a chama de mãe.

Janete me recebeu prontamente, expliquei o meu trabalho e logo ela começou a contar os fatos de sua vida relacionados ao tema da pesquisa. Marta não havia avisado sobre minha

visita, mas, apesar disso, foram todos muito gentis em me receber e falar de assuntos tão íntimos.

A conversa durou em torno de quatro horas e envolveu quatro pessoas. Duas crianças estavam na sala enquanto dialogávamos, elas tinham 2 e 5 anos, estavam brincando, se alimentando e interagindo. Uma delas tomou banho e foi levada à escola por Janete. Marta voltou do médico em companhia de Cláudio, um amigo. Nelson, neto de Janete, foi quem esteve comigo a maior parte do tempo, ele era o menino baleado de que Marta havia falado.

As histórias foram sendo contadas e recontadas, cada vez incluindo novos detalhes e ângulos, conforme diferentes narradores entraram e saíram da conversa.

Janete contou sobre o primeiro filho que perdeu em conflito com polícia, Juliano. Ele havia se envolvido com a criminalidade o que, para Janete, justificaria sua morte, pois teria sido "sua escolha". Já com relação a seu filho mais novo, adotivo, Rodrigo, ela não se conformava. Rodrigo era companheiro, obediente, trabalhador e ajudava financeiramente com as despesas da casa. Ele foi assassinado no bar em que trabalhava, aos 22 anos. Com a morte de Rodrigo, Janete emagreceu, se deprimiu e, segundo Marta, nunca mais foi a mesma.

Nelson e Cláudio estavam presentes no bar no dia em que Rodrigo foi assassinado e sobreviveram. Contaram que, desde crianças, foram abordados por policiais por serem negros e que temem policiais desde então. Diziam viver com medo, assustados, fugindo, relembrando a cena da chacina, em choque. Não sabiam a quem recorrer, dizendo que quem é pobre não tem informação, nem poder para fazer valer a Justiça.

Ficaram felizes com minha presença, com a esperança de que eu pudesse levar o caso para autoridades. Disseram serem poucos os que se interessam pelos sofrimentos dos pobres e que, antes, ninguém havia ido ouvir suas histórias.

Como não sou advogada, prometi voltar para trazer, junto à devolutiva da entrevista, mais informações sobre a rede de apoio psicossocial existente na região.

- 05/09/2014

  Conversa com Lúcio

Lúcio, era advogado de uma ONG que defende direitos da população negra. Lúcio assinalou-me que, nos casos em que há assassinato de jovens praticados, supostamente, por policiais, os órgãos a se procurar são, em primeiro lugar, a Defensoria Pública, para, com a ajuda de um advogado, obter informação e orientação. Em seguida, caso sintam-se protegidos, os familiares podem procurar a corregedoria e a ouvidoria da Polícia Militar para realizar a

investigação. Caso as testemunhas tenham medo de prestar depoimento, podem procurar diretamente o Ministério Público, onde um promotor irá analisar o inquérito policial e verificar se há provas de que houve homicídio para fazer uma denúncia, ou podem procurar se inserir no Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) por intermédio da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

- 31/03/2015

  Entrevista com Janete, Marta, Guilherme e Alice

  Nesta data foi realizada nova entrevista com a família de Rodrigo. Estavam presentes a mãe, Janete; a irmã, Marta; o primo, Guilherme e a vizinha, Alice, de Rodrigo. Entreguei a transcrição da primeira entrevista realizada, juntamente com as informações coletadas junto ao advogado Lúcio acerca da Defensoria Pública, Ministério Público, Disque Denúncia, Corregedoria e Ouvidoria da Polícia Militar e o Provita. Complementarmente, indiquei o Cravi como local que conta com assistentes sociais, orientação jurídica e atendimento psicológico.

  Novos sobreviventes contribuíram para a compreensão do tema de estudo desta pesquisa, em especial a vizinha da vítima, Alice, que falou sobre as questões existenciais nela despertadas a partir da interrupção violenta da vida de pessoas próximas.

- 28/09/2015

  Entrevista com Augusto

  Augusto é repórter, ele havia me entrevistado para obter informações sobre a situação das vítimas ocultas no contexto das chacinas que vêm ocorrendo em São Paulo desde 2006. Meses mais tarde, procurei-o para que relatasse as repercussões das matérias que escreve em sua vida. Augusto discorreu sobre seu envolvimento com o tema e sobre a relação entre mídia, medo e violência.

  Solicitei que ele indicasse a última pessoa a ser entrevistada para esta pesquisa. Alguém que tivesse tido contato com a notícia da morte de Rodrigo apenas pela mídia. Augusto sugeriu que eu buscasse entre os leitores que postaram comentários ao final da reportagem no *site* de jornalismo, alguém que tivesse disponibilidade para contribuir com a pesquisa.

- 27/10/2015

Entrevista com Bruno

Última entrevista realizada para este trabalho, a conversa com Bruno, foi realizada em um bairro nobre do centro expandido da cidade de São Paulo. Bruno é formado em comunicação e afirma que, para se manter realmente informado, é necessário buscar informações em mídias independentes, como aquela em que foi publicada a matéria que Augusto escreveu sobre as chacinas.

Bruno comentou a matéria de Augusto no *site* em que a notícia saíu e, por intermédio desse comentário, cheguei a seu perfil na rede social *Facebook*. Foram contatados mais seis leitores, mas apenas Bruno respondeu se disponibilizando a conceder a entrevista.

Em um café, dentro de uma livraria de shopping, o leitor comentou sobre seu interesse acerca do assunto, sobre os impactos que as leituras sobre violência e chacinas trazem para sua vida, e sobre sua compreensão do fenômeno da violência, associando-o à militarização da polícia e ao papel da mídia em fomentar a indústria da segurança privada a partir do medo mobilizado.

A seguir, na seção 5.2 Vida e morte do Rodrigo, relato o caso escolhido como base para reflexões e análises nesta pesquisa de doutorado.

5.2 Vida e morte de Rodrigo

> Na igreja que eu frequentava, anunciaram quem queria uma criança para criar. Ninguém quis porque ele já estava nas últimas. Ele tinha três meses e pesava dois quilos e pouco. [...] Eu ia duas vezes por dia no hospital com ele. A médica foi e falou para mim: "mãe, se eu fosse você, eu devolvia essa criança. Essa criança vai morrer. E quem vai ser culpada é você" e eu falei: "não doutora, eu não vou devolver, eu já estou na luta e eu vou lutar. Seja o que Deus quiser, mas eu vou lutar" [...] Se ele gritava, caía, ou se machucava, não era ele só que sentia a dor, éramos nós todos que sentíamos a dor. Era protegido, paparicado. [...] Ele chegava com o envelopinho dele: "mãe, tá aqui o dinheiro, a senhora paga as contas e, se sobrar, a senhora me dá". [...] Quando eu cheguei lá a cabeça dele borbulhava de sangue. Eu peguei ele no chão assim, nas mãos, a cabeça dele tava toda furada. Tem a roupa lá na casa da minha filha, a blusa, a calça, todas furadas de bala. [...] Uma coisa que ele morreu com ele, acho que ele sentia vontade de conhecer a mãe dele, sei lá, ele tinha uma sede de conhecer alguma pessoa da família dele. (JANETE, 2014).[2]

> Quando chegou na minha frente e apontaram a arma eu levantei e peguei a mesa e dei uma mesada assim e falei: "corre Rodrigo", ele ia correr, mas voltou e segurou na mão da menina. Aí foi nessa hora que ele tomou uma no peito e ele não conseguiu mais sair. Ele falou: "cuidado, neguinha", se escondeu debaixo da mesa e

[2] Mãe de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

> puxou ela, ainda ele gritava: “a menina é cega, a menina é cega”. Eu ouvi vários tiros, aí eu bati a mesa e saí correndo. (NELSON, 2014).[3]

Rodrigo era filho adotivo de Janete. Janete já era viúva quando assumiu os cuidados do bebê de três meses, que corria risco de vida por conta do baixo peso e de problemas de saúde. Sua mãe biológica não quis criá-lo e deixou-o na Igreja que Janete frequentava.

Janete foi aconselhada a devolver a criança para não ficar responsabilizada por sua morte, mas ela insistiu pela vida do menino. Todos na casa se mobilizaram por sua sobrevivência, fazendo turnos para observar sua respiração dia e noite e fornecer os cuidados necessários. Desde os seis meses, conforme ganhou peso e começou a engatinhar, passou a ser considerado a alegria da casa. Sua irmã, Marta, o chamava de chaveirinho de Janete por estar sempre próximo ou “pendurado” na mãe. Desenvolveram o que Janete chama de um "amor doentio" por ele, a ponto de sofrerem por qualquer dor que ele sentisse, até mesmo por uma picada de pernilongo. Quando ele completou 5 anos, e precisou frequentar a escola, Janete conseguiu sua guarda no Juizado de Menores. Profetizando, o juiz afirmou que a mãe adotiva teria Rodrigo até os 21 anos.

À medida que foi crescendo e se tornando independente, caso demorasse a regressar ao lar, seus irmãos logo telefonavam perguntando onde ele estava. Aos 18 anos, já estudava e trabalhava como pintor de paredes, assumindo a responsabilidade de pagar as contas da casa. Não brigava com ninguém, era classificado por Janete como um menino maravilhoso, doce, risonho e generoso, obediente, estudioso e respeitador.

Aos 22 anos, Rodrigo ficou desempregado e foi convidado pelo dono de um bar próximo à sua casa a trabalhar no estabelecimento. Era domingo e ele havia acabado de voltar de uma festa. Tomou banho e, ao meio-dia, não pôde esperar o almoço ficar pronto, pediu, então, que sua irmã levasse a macarronada até o boteco, pois ele tinha de ir trabalhar.

O bar estava aberto para a comemoração do nascimento de Pedro, o filho de Marta, que seria apresentado a um grupo de amigos. Nelson, sobrinho de Rodrigo, relata que, logo que chegou ao recinto, as mesas ainda estavam sendo higienizadas, por isso foram dispensadas oito crianças que pretendiam jogar fliperama. Estavam reunidos Nelson, Cláudio – um amigo da família –, um padeiro, uma menina com deficiência visual, uma enfermeira e um rapaz que cursava faculdade.

[3] Sobrinho de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

Naquele dia, Marta se sentia indisposta por causa dos pontos da cesariana a que havia sido submetida e decidiu não sair de casa. Com o recém-nascido ainda nos braços, ela ouviu barulhos que pareciam tiros e se perguntou se era dia de jogo de futebol. Em seguida, seu tio entrou na casa ferido e com a mão vermelha de sangue. Ele pediu que corressem ao bar, dizendo que todos que estavam lá haviam sido mortos.

Janete encontrou o filho baleado na cabeça, tórax e pernas, encolhido sob a mesa do bar. O sangue "borbulhava", vertendo dos furos. Mais duas pessoas foram assassinadas. Nelson levou vários tiros de raspão e um perfurou seu ombro e Cláudio foi baleado no joelho.

Nelson estava sentado em frente ao bar a uma mesa do tipo abre e fecha. Ele observou três homens desconhecidos, usando óculos escuros, se aproximarem, assustado, Nelson tentou alertou os demais, mas a música alta não permitiu que os outros ouvissem, com exceção de Cláudio. Dois dos desconhecidos sacaram duas armas cada um e começaram a atirar. Quando apontaram as armas para ele, Nelson levantou-se e jogou a mesa sobre os atiradores, gritando para que Rodrigo corresse. Ao correr, e assim salvar sua vida, Nelson pôde observar o momento em que Rodrigo deixou de fugir para segurar as mãos da menina deficiente visual que ali estava. Rodrigo foi baleado no peito, mas, mesmo assim, se escondeu sob uma mesa puxando a garota junto de si com o intuito de protegê-la. Ele gritava "cuidado, neguinha!" e "a menina é cega, a menina é cega!". A menina sobreviveu.

Cláudio ouviu os gritos de Nelson e fugiu, correndo o quanto pôde. Quando chegou ao outro extremo do quarteirão, um morador do bairro apontou-lhe uma arma imaginando que fosse um criminoso fugitivo, mas ele conseguiu escapar.

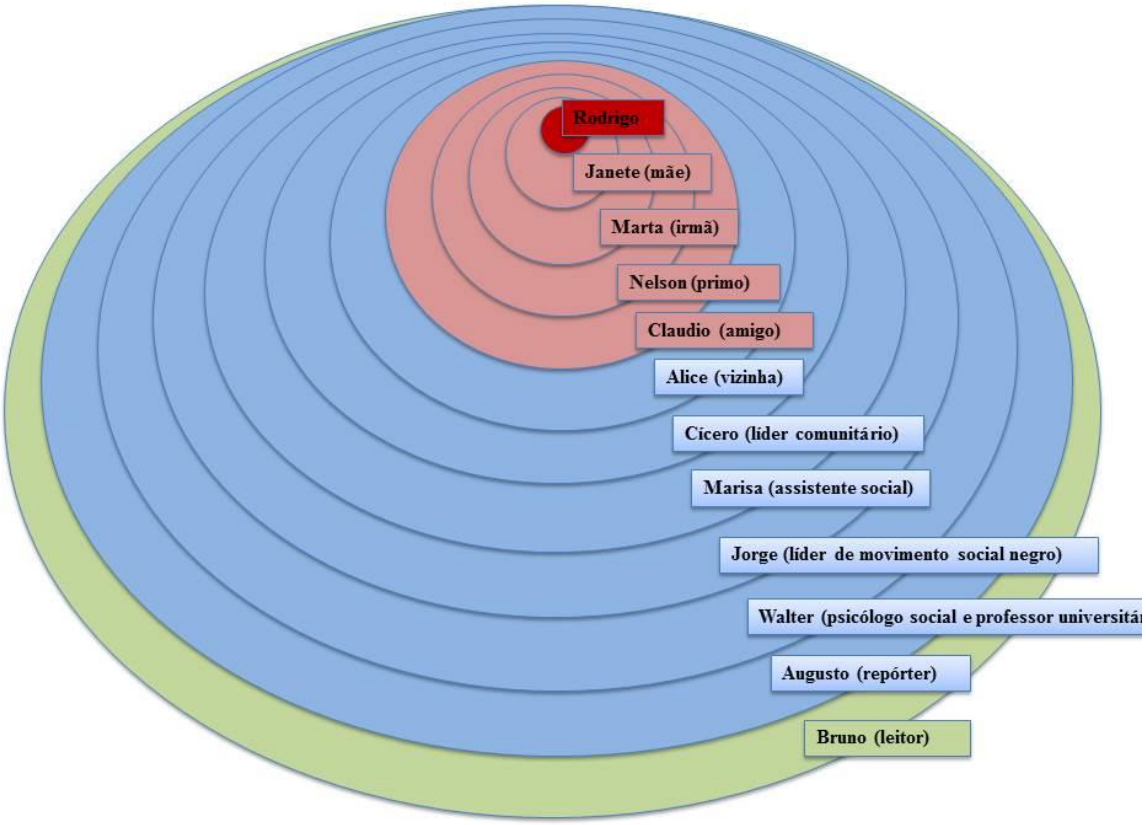
Cláudio já havia sido alertado para se recolher à sua casa caso observasse a base comunitária móvel da polícia circulando pela região seguida por carros estranhos, como um indicativo de que alguma tragédia pudesse acontecer. Ele afirma que a base comunitária permaneceu estacionada em uma rua paralela enquanto ocorria a chacina. Em seguida, os policiais que estavam dentro dela vieram recolher as cápsulas dos projéteis, descaracterizando a cena do crime. O carro preto de onde saíram os atiradores foi manobrado, na contramão, em direção a um batalhão de Polícia Militar, por isso os moradores do bairro suspeitam que teria havido envolvimento da polícia na chacina. A avó de Cláudio atribuiu a autoria dos homicídios a um grupo de extermínio chamado "Pés de pato".

Rodrigo não teve a chance de realizar o desejo de conhecer a mãe biológica ou algum membro de sua família de origem, assim como não conseguiu terminar de pagar sua moto. Janete não teve a chance de realizar o sonho de colocar seu seguro de vida em nome do filho,

de comprar-lhe um carro quando tivesse acesso ao dinheiro do inventário do falecido marido, ou de construir outra casinha em seu terreno para deixar uma delas para Rodrigo morar e, assim, nunca se distanciar dele.

5.3 As vítimas ocultas da morte de Rodrigo

A figura 3 sistematiza as vítimas primárias, secundárias e terciárias da morte de Rodrigo entrevistadas nesta pesquisa estando, do centro para fora, os mais diretamente vinculados e os menos diretamente vinculados à vítima.



Legenda	
	Vítimas primárias
	Vitimas secundárias
	Vítima terciária

Figura 3 – Diagrama de círculos concêntricos dos entrevistados da pesquisa

Foram consideradas, nesta pesquisa, as vítimas primárias da morte de Rodrigo: sua mãe, Janete (que testemunhou sua morte ao ver o corpo do filho no local do crime), o primo, Nelson, e o amigo, Cláudio (os dois últimos, sobreviventes da chacina); vítimas secundárias: sua irmã, Marta, a vizinha da família, Alice, o líder comunitário, Cícero, a assistente social, Marisa, o líder de movimento social negro, Jorge e o psicólogo social e professor universitário, Walter; e terciárias: o repórter, Augusto, e o leitor, Bruno.

Os temas abordados foram as repercussões da morte de Rodrigo na vida dos entrevistados; percepções sobre a atuação da polícia e do sistema judiciário; vivências relativas à dicotomia entre centro e periferia da cidade; estereótipos e discriminação racial; explicações encontradas para as mortes violentas; e maneiras de diminuir os homicídios de jovens. Um tema específico em algumas entrevistas foi a relação entre mídia, violência e medo. Segue a apresentação de cada um dos entrevistados.

5.3.1 Janete – a mãe

> Tem vez que eu deito para dormir e fico vendo tudo na minha cabeça. [...] Tudo aquilo que eu vi, eu pegada na cabeça dele jorrando sangue, eu gritando, meu filho gritando. Eu vejo aquela cena de novo. Quando eu passo ali que eu vejo aquele buraco na porta naquele bar, Nossa Senhora! Que é um lugar que a gente não pode mudar, né, que é o mesmo lugar que a pessoa mora, ter que ficar passando do lado. (JANETE, 2015).[4]

Janete tem mais de 60 anos. Teve 10 filhos biológicos e adotou Rodrigo quando já era viúva. Do total de 11 filhos, 5 morreram na infância. As causas de morte relatadas, de acordo com os pareceres médicos obtidos na época foram pneumonia, “coração muito grande” e “doença de macaco”. Dos que chegaram à adolescência, quatro foram assassinados com arma de fogo. Carla morreu de bala perdida quando dançava em um salão, deixando a bebê Marta, que Janete criou como sua filha; Arthur foi assassinado aos 18 anos quando voltava de um baile por ciúme da namorada; Juliano levou um tiro pelas costas de policiais quando participava de um assalto no Ibirapuera; e Rodrigo morreu em uma chacina enquanto trabalhava em um bar.

Como Rodrigo foi adotado por Janete quando tinha meses de vida, muito fraco e magro, a mãe não sabia se sobreviveria, mas, com o empenho de todos, cresceu e engordou,

[4] Mãe de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2015.

superando as dificuldades iniciais e se tornando um menino, segundo relatam, alegre e com bom desempenho escolar, muito querido por amigos e vizinhos, realizando constantemente churrascos em que todos eram convidados. A luta pela vida de Rodrigo fez com que Janete ficasse muito apegada a ele, ressentindo-se de qualquer dor que o pudesse acometer. Esse apego levou-a a fazer planos para que estivessem sempre juntos, ela desejava construir outra casa no terreno da sua casa para que ele morasse e constituísse família.

Moravam com Janete, à época das entrevistas, a neta Marta (criada como filha) e seu bebê de 2 anos, e outra neta de 4 anos. Era Rodrigo quem sustentava a família. Ele era pintor de paredes e, quando foi morto, estava desempregado, por isso aceitou o convite para trabalhar no bar, assim conseguiria continuar pagando as prestações de sua moto e as contas da casa. Janete contou que Rodrigo deixava todo o seu salário com ela e ficava apenas com o vale alimentação, mas muitas vezes deixava o valor do vale com ela também.

Janete tinha planos para o dinheiro que estava para sair com o inventário de seu falecido marido. Ela queria comprar um carro para Rodrigo e fazer um seguro de vida em seu nome. Já que a família dele era somente ela, desejava que ele tivesse amparo no caso de ela lhe faltar. Ela relatou que, mesmo depois da morte do filho, quando passava em frente a algumas lojas, via roupas que gostaria de poder comprar para ele.

Dos nove filhos falecidos, a morte de Rodrigo parece ser a que mais a abalou. Outra morte relatada por ela, a do filho Juliano, em um assalto, para ela, se justificava, uma vez que ela a entendia como uma escolha do filho, que teria procurado a morte ao "mexer com o que é dos outros". Já para a morte de Rodrigo, não encontrava explicação, o que lhe causava revolta. O temor de que os responsáveis tenham sido policiais gerava impotência, pois, ao serem testemunhas, os outros membros da família corriam igualmente risco de vida. Seu neto, Nelson, sobreviveu aos tiros na chacina e passou a ser perseguido e ameaçado de morte.

Janete viu a cena do crime e segurou o filho nos braços enquanto o sangue escorria dos buracos de tiros em sua cabeça. As imagens presenciadas eram revividas em sua memória diariamente, com pensamentos recorrentes, a violência da circunstância não permitia que fossem esquecidas. Ela contou que pintou a casa, deu os móveis, as roupas de cama e os bens de uso pessoal de Rodrigo, com o intuito de minimizar lembranças tristes na casa, porém não teve êxito. Passar pelo local onde houve a chacina a fazia reviver a dor, mas Janete afirmava que se mudasse de casa ou saísse do bairro não a faria esquecer ou superar o sofrimento. Ela sentia como se parte dela tivesse morrido com Rodrigo. As datas comemorativas como Natal, ano-novo, aniversários, dia dos pais e das mães já não eram comemoradas, "morreram". Ela

relatou instabilidade emocional, choro frequente e vontade de gritar na rua, a mesma dor do luto mesmo passados dois anos da chacina. Janete já não conseguia pagar todas as contas e, sem sentir mais felicidade, vivia para cuidar da filha e da neta.

Contou que a rotina dos habitantes do bairro também foi afetada pela chacina. Os bares passaram a fechar mais cedo e todos procuravam se recolher aos seus lares no período noturno.

Queixou-se da abordagem policial nas ruas, que é violenta e preconceituosa, tendo como alvo seus netos, julgados como potenciais bandidos ou traficantes somente por serem negros.

Janete disse pedir ajuda a Deus, para aliviar as saudades e a dor de seu peito. Ela não desejava vingança, mas pensava que Deus iria cobrar a responsabilidade dos assassinos. Não sabia onde buscar ajuda ou orientação para o encaminhamento e esclarecimento do caso além do divino, "não entende de nada", não conhecia as leis ou seus direitos e não confiava no sistema judiciário. Acreditava que, por serem pobres, o governo não se interessa por suas mazelas.

5.3.2 Marta – a irmã

> Eu falava bastante que não ia nem fazer festa para o meu filho, porque foi praticamente junto, né. Mas agora eu não penso mais assim. Tem que fazer, ele não tem culpa, ele era só um bebê. Eu acho que eu tenho que me espelhar nele agora. (MARTA, 2015).[5]

Conheci Marta por intermédio do líder comunitário, Cícero, que participava da Caminhada pela Vida e pela Paz, em novembro de 2013. Combinei de me encontrar com Cícero em uma das edições do Fórum em Defesa da Vida, em que ele e Marta estariam presentes. No fórum, fomos apresentadas e trocamos telefones. Posteriormente agendamos uma entrevista em sua casa, estiveram presentes Marta, sua mãe, Janete; seu sobrinho, Nelson e um amigo da família, Cláudio.

Marta foi submetida a uma cesariana dias antes da chacina que vitimou seu irmão. Ela havia chegado em casa havia poucas horas quando seu tio chegou gritando para avisar que Rodrigo tinha sido baleado. Ela iria apresentar o filho recém nascido a seus familiares e

[5] Irmã de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2015.

amigos no bar em que Rodrigo trabalhava. Já estavam todos reunidos, mas os pontos da cirurgia a impediram de sair de casa. Os mesmos pontos não a permitiram correr até lá quando chegou a notícia de que três homens haviam saído de um carro preto atirando em todos que estavam no bar. Em seu lugar, correu a mãe, uma senhora já idosa, que segurou nos braços o corpo do filho já sem vida, vertendo sangue pelos furos de bala no tórax e na cabeça.

Marta contou que, quando passava em frente ao antigo bar, que foi transformado em uma barbearia, e via a bala que não foi retirada da porta, imaginava toda a cena. Afirmava não sentir medo por sua vida e não ter tido seu cotidiano alterado, mas que temia pela vida de seu filho. Contou que ao passarem carros estranhos na rua à noite e os cachorros latirem, se sobressaltava receando que pudessem invadir a casa e vitimar mais familiares.

Quando do falecimento do irmão, a família viajou por um mês para a Bahia. No dia em que retornaram, ela contou, passou na rua um carro prateado com homens armados, seguidos de uma viatura, os rapazes da família, amigos e vizinhos fugiram. Seu primo, Nelson, se escondeu no telhado. Caso não tivessem feito isso, Marta acreditava que teriam morrido. Foram à delegacia, e, lá, foram informados que não havia pessoas armadas na rua.

Marta achava que as crianças mais velhas da família vão crescer com medo da polícia. Disse que elas tinham saudades e perguntavam sobre o tio, questionando por que o teriam matado.

Na opinião dela, o sistema judiciário é ineficiente, pois pune severamente, com muitos anos de prisão, crimes leves, e deixa impune quem tira a vida, em função do dinheiro que se tem ou não para “comprar a Justiça”. Sobre a corrupção policial, disse que membros da corporação exigem dinheiro periodicamente com amigos seus.

Seu desejo era conseguir para a mãe uma indenização do Estado pela morte de Rodrigo, mas não tinha orientação de como fazer isso. Ela também acreditava que, além de demorar muito, não teriam êxito, pois, para ela, mesmo que haja afastamento ou condenação, os responsáveis voltam para a rua depois de um ano ou dois fazendo coisas piores do que faziam anteriormente. Contou que mães que denunciaram crimes policiais passaram a ser perseguidas, tendo de mudar de casa sucessivas vezes.

5.3.3 Nelson – o sobrinho

> Sei lá. Você fica se escondendo de tudo. Você não confia mais em ninguém. Todo mundo fica suspeito para você quando você vai andar, fica meio estranho. Ninguém

> pode se aproximar de você. [...] Me senti desprotegido, sem saber o que acontece, a qualquer momento. [...] Eu levei vários tiros, sete tiros no total. [...] Até hoje eu vejo. Se eu fechar assim os olhos, eu ainda escuto o barulho dos tiros. [...] Às vezes, eu fecho o olho assim, e vivo a cena de novo. Vou te contar, não sai da cabeça. [...] Desde pequenos nós já temos essa tristeza na nossa vida. Desde criança a gente aprende. Eu era criança e já tinha medo de polícia. Já tinha medo. [...] Não é de agora, não. Eu sou um sobrevivente desde que nasci. Nós temos que nascer lutando. Porque nós somos considerados como um lixo para a sociedade. (NELSON, 2014).[6]

Jovem, negro, com 17 anos na época da entrevista, Nelson era sobrinho de Rodrigo. Ele sobreviveu à chacina que vitimou seu tio. É testemunha do que ocorreu no bar e foi alvejado com sete tiros. Contou que, desde criança, via cenas de violência policial envolvendo os jovens em frente a suas casas e foi constituindo a percepção de si mesmo como um sobrevivente, tendo de lutar por sua própria vida. Talvez por essa postura de luta, tenha estado atento a alguns sinais no dia em que houve a tragédia, pôde reagir, por isso estava vivo.

Nelson contou que, ao chegarem ao bar, o dono limpava as mesas e dispensou oito crianças de 10 a 11 anos, que desejavam jogar fliperama. Sentando-se a uma mesa, primeiramente, observou a presença de três homens, que julgou serem estranhos, e comentou com os colegas, mas relata que a música estava muito alta e não recebeu atenção. Os homens se aproximaram dele e apontaram suas armas. Nelson se levantou e lançou sobre eles uma mesa, gritando para que Rodrigo corresse. Observou que o tio deixou de correr para segurar as mãos de uma menina deficiente visual, momento em que foi baleado no peito e não conseguiu correr, mas escondeu-se sob uma mesa junto com a menina falando apenas: "cuidado, neguinha!", e gritando "a menina é cega, a menina é cega!". Em seguida, Nelson correu.

Um dos tiros havia perfurado seu ombro e ele foi internado para se tratar. No hospital, alguns policiais foram fotografá-lo e, segundo relata, riam ao pressionar seu ferimento. Temendo por sua vida, fugiu do hospital e recebeu tratamento na casa de uma vizinha que é enfermeira. Assim, mais uma vez, sobreviveu, seguindo o que parece ser o mote de sua vida: "correr, ou morrer lutando".

Após a chacina, Janete, Nelson, Marta e o bebê recém-nascido, Pedro, passaram um mês na Bahia, para se protegerem, com medo de serem assassinados como testemunhas do crime. No dia em que retornaram, homens armados circularam pela rua, levando Nelson e outros rapazes a se esconderem sobre o telhado. Os vizinhos se reuniram na rua para, com a presença de muitas testemunhas, evitar que se repetissem atos violentos. Foram à delegacia

[6] Sobrinho de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

relatar o ocorrido, mas foram desencorajados a registrar Boletim de Ocorrência porque os policiais afirmaram que não havia atiradores na rua.

Como consequência da chacina, Nelson deixou de estudar e de trabalhar. Convivendo com o sentimento de desproteção, constantemente mudava da casa de uma familiar para a de outro. No ombro, ficou a sequela do deslocamento da clavícula, que sentia doer quando levantava peso e quando se deitava para dormir. Disse reviver a cena da chacina todas as noites quando ia dormir, ao fechar os olhos, via os vultos das balas que rasgaram sua camisa.

Na análise de Nelson, esse tipo de chacina acontece por preconceito racial e social, pela localização da moradia e pelo tipo de vestimenta, que formam o estereótipo de "quem é pobre e, portanto, sem valor para a sociedade, desprovido de humanidade, um lixo". Os pobres que estavam na chacina que vitimou seu tio eram, segundo relata, trabalhadores e não possuíam envolvimento com a criminalidade; teriam sido alvo de vingança policial, pois, alguns dias antes, membros da corporação policial foram assassinados.

Nelson reproduziu em sua fala o imaginário preconceituoso que julgava balizar a ação violenta de policiais: "um preto parado é suspeito, imagine dois. [...] Se tá andando, tá roubando, se tá parado, tá vendendo droga".

Como reação à violência policial – que engloba "tapas na orelha", coronhadas, tortura, extorsão para evitar tortura e prisão em flagrante com provas forjadas, bombas lançadas na rua e "cacetadas" para dispersar grupos que se reúnem aos domingos e feriados para lazer, além de assassinatos – compreende que muitos jovens revoltam-se e passam a "barbarizar" e a matar.

Nelson relatou ter visto os assassinos e que seria capaz de reconhecer seus rostos caso os visse, mas não tinha coragem de fazer o reconhecimento por não saber em quem confiar. Por isso, preferiu não se envolver com a Justiça ou reivindicar indenização. Disse que havia um processo em andamento, mas não havia provas que liguassem o crime aos autores. Afirmou não ter recebido orientação da Defensoria Pública e que não houve contato de advogados com as vítimas.

Sua desconfiança em relação ao sistema judiciário estava embasada em matérias jornalísticas que mostram que aqueles que cometem pequenos delitos, como roubar uma margarina, podem ficar muitos anos presos. Enquanto isso observava que policiais que tiram vidas nem sempre são julgados, e, quando julgados e afastados de seus cargos, passam a agir "por conta própria" em grupos de extermínio. Assim, não via possibilidade de pessoas pobres conseguirem fazer com que aqueles que são mais poderosos sejam punidos.

O grupo de extermínio que atuava na região em que a família morava era chamado por Nelson de Pés de Pato. Segundo ele, esse grupo era composto pelos policiais militares mais agressivos, expulsos da corporação e que, apesar de serem pobres, são preconceituosos e perseguem pobres.

A realidade que Nelson descreveu foi classificada por ele como "tortura". Uma dor que não era apenas relativa ao seu presente, era a do luto, da fuga, dos projetos interrompidos, da dor física. Relatou que era uma dor antiga, presente desde a infância, talvez pelas cenas de violência presenciadas, pela perda de tantos outros tios assassinados com armas de fogo, ou pela assimetria entre as classes sociais, que observava com clareza. Ele contou como as famílias ficam desestruturadas quando há a morte violenta de um de seus membros jovens.

Como carreira profissional, Nelson ambicionava trabalhar com comida, mas não gostaria de se sentir pressionado para trabalhar acelerado. Refletia que, apesar do lugar de desvalia e risco de vida a que os pobres são submetidos, ao mesmo tempo, são eles os responsáveis pelo desenvolvimento do país.

Ao receber a explicação sobre o trabalho de um psicólogo clínico: ouvir sem julgar suas experiências de vida e seus traumas, garantindo o sigilo e oferecendo acolhimento e apoio, Nelson se interessou por fazer terapia. Afirmou se sentir bem ao pensar que haveria uma pessoa interessada por sua história e que poderis falar se sentindo protegido, como ocorreu durante a entrevista.

5.3.4 Cláudio - o amigo

> Só faço coisas se for de dia. Só vou, então, faço o que é necessário e volto. Tô [sic] em choque de andar no meu bairro. Dá um medo terrível, tá mó [sic] estranho! Sozinho, e ainda mais, nós sendo preto [sic], é suspeito. Eu ando só. O negócio é triste. [...] Por que esses caras vêm e executam? Foi execução de todo mundo e eu ia ser executado, tio! Cê [sic] é louco, mano? Dá mó [sic] raiva, dá mó [sic] raiva que não era para eu estar aqui. (CLÁUDIO, 2014).[7]

Cláudio, amigo de Rodrigo, passou por grandes mudanças depois do dia da chacina. Emagreceu, diminuiu sua renda ao deixar de trabalhar no período noturno e se desestabilizou do ponto de vida psíquico. Segundo Janete, Marta e Nelson, deixou de ser calmo, "suave" e

[7] Amigo de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

alegre, passando a ficar agitado, paranoico e com a mente "bagunçada". Um dos tiros afetou seu joelho e já não conseguia mais jogar bola.

Contou que passou a sair de casa apenas durante o dia. Quando saía sentia-se perseguido todo o tempo. Não ia à padaria ou ao supermercado. Pensava que, uma vez que a chacina ocorreu no período vespertino, o risco de se sair à noite era ainda maior. Disse ser alvo frequente de abordagem policial por ser negro, o que seria sinônimo de ser suspeito. Acreditava que policiais imaginem que jovens negros parados na rua sejam traficantes. Considerava-se um sobrevivente.

Cláudio relatou estar em choque, revivendo o que aconteceu na tarde da chacina, com muito medo de andar no bairro em que vivia desde seu nascimento, local que considerava bom, mas que passou a perceber como "sinistro, morto, carregado, estranho, sombrio e deserto". Estranhava o clima que ficou após a chacina e não reconhecia o bairro.

Surpreendeu-se com o fato de ter ocorrido tal violência de maneira repentina, somente vinte minutos depois de ter chegado ao local. Estranhava e achava "chato" o fato de ter sobrevivido, talvez "enquanto tantas outras pessoas consideradas boas morreram". O rapaz mostrava inconformidade, incompreensão, revolta e raiva em relação às execuções, realizadas sem explicação ou razão. Nomeou a ação dos ofensores como "maldita e fria". A revolta se misturava com desejo de justiça, de que os agressores pagassem pelo que fizeram e que fossem presos, mas, em seguida, aparecia o medo de que, ao depor, passasse a ser perseguido. Então, ganhou força o desejo de sair do bairro, ir embora, sumir e se manter no anonimato, já que não houve registro em boletins ou entrada em hospital.

Interessou-se em fazer terapia quando expliquei o trabalho de profissionais da área da psicologia. Ao mesmo tempo em que desejava tratamento psíquico, desejava se distanciar mentalmente, esquecendo seus traumas, mudando de bairro.

Ao saber que há pessoas que se interessam por sua história, como foi o caso da entrevistadora, disse ficar mais "em paz".

5.3.5 Alice – a vizinha

> Eu sou vizinha deles e estudava com a Marta na mesma escola desde os seis anos. [...] Sabe, é muito estranho você falar com a pessoa num dia e, no outro, a pessoa ir embora e você não saber onde enfiar a sua cara. Você não sabe o que você pode

> fazer, se sente impotente de olhar para si próprio e falar: "caramba, por que que não teve alguma coisa, uma luz para poder impedir?". (ALICE, 2015).[8]

Alice era vizinha da família de Rodrigo e amiga de Marta. Assim como Marta, foi criada pelos avós. Sua mãe é falecida e não conheceu o pai. Estava grávida quando foi realizada a entrevista e ainda não sabia o sexo do bebê.

De maneira poética, falou sobre o luto e sobre suas questões existenciais.

Afirmou que sua vida mudou muito com a morte de Rodrigo. Revoltou-se com a falta de explicação ou justificativa para a chacina e a morte de Rodrigo, rapaz que, segundo ela, trabalhava e não fazia mal a ninguém. Para se conformar-se pensava que são "coisas da vida". "Mas qual o propósito da vida? Para que existe tudo? Como viver e construir a própria história quando há tantas marcas de perdas e saudades?", assim, perguntava ao marido se estava ficando louca ou atormentada por ter tais pensamentos.

Alice desejava saber se a vida valerá à pena, se guardará surpresas boas como o nascimento de seu bebê, que, sendo menino ou menina, invariavelmente irá sofrer e lutar para superar as dificuldades, assim como ocorreu com ela. Acreditando que o mundo irá acabar, sucumbir, por existir tanta maldade, tantas chacinas, mortes violentas de pessoas queridas, noticiadas pela mídia sofria com as notícias de catástrofes, guerras, assassinatos, abandono e violência contra crianças. Um mundo "louco", que, em sua percepção, piora a cada ano, sem perspectiva de mudanças ou melhoras, o que a levava a acreditar na necessidade de fazer psicoterapia.

Esteve no velório de um amigo, que morreu em uma tentativa de assalto e havia prometido a si mesma que não passaria por outra experiência semelhante. Poucas semanas depois, houve o falecimento de Rodrigo. Receber a notícia da morte de uma pessoa que, no dia anterior, estava bem foi um choque que a levou a tentar negar o fato usando o humor, imaginando que Rodrigo estivesse em uma viagem e que logo voltaria contando as novidades. Rir e brincar, segundo relatou, tinha o intuito de trazer de volta a "normalidade", a realidade anterior à tragédia, porém sem êxito.

Imaginar a dor que a amiga, Marta, e sua mãe, Janete, estavam sentindo e a impossibilidade de trazer qualquer alívio ou conforto gerou sentimento de impotência e revolta; era uma situação que classificou como "chata e estranha". Não foi ao velório e se

[8] Vizinha de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2015.

arrependeu. Na época da entrevista, evitava falar sobre o assunto e desejava que não acontecessem mais tragédias com as pessoas que conhece.

Alice compreendia que o processo de luto seria longo, marcado pelas saudades, pela falta de explicação e pela lembrança presente em cada momento, em fotos e olhares acompanhando cada sobrevivente, cada membro da família, até a própria morte.

Afirmou que todas as chacinas e mortes violentas deixam sobreviventes, os amigos e familiares, que serão portadores das lembranças e do sofrimento. Imaginava que "sessenta anos atrás", apesar da rigidez dos costumes, a vida fosse melhor, por haver menos assassinatos e a morte acontecer por doenças graves ou velhice.

A moça não confiava no sistema judiciário: "nunca é feita a justiça, de verdade" e "lei não presta", e tampouco na polícia: "os que deveriam proteger são os que estão matando". Acreditava terem sido policiais os responsáveis pela chacina em que Rodrigo foi assassinado, mas afirmava não terem como provar. A farda e o revólver eram vistos por ela como símbolos de poder e opressão, utilizados para disseminar medo e maldade, em contrapartida, sentia-se protegida e apoiada pelos bandidos da região.

Falou, ainda, do preconceito racial sofrido por causa da cor de sua pele e das tranças afro que levava em seus cabelos.

Alice surpreendeu-se com o próprio envolvimento com o tema e com a entrevista, analisando que ficou aliviada e se sentiu bem ao falar por estar entre pessoas em quem confiava, a família de Rodrigo. Finalizou a entrevista refletindo que a vida pode revelar surpresas e que deveria ser levada adiante, com orações, pelo filho, ainda no ventre, "nossos *babys* que estão sendo fortes, o suficiente para aguentar a dor que bate todos os dias, a saudade".

5.3.6 Cícero – o líder comunitário

> Já vi várias mortes aqui nesse bairro, o jovem vem conversar com você agora e ali na frente tá morto. Agora igual a essa chacina aí eu nunca vi. Por isso que eu te pergunto se vale à pena lutar ainda. Porque você não vê resposta. Você não vê resposta no poder público, não vê resposta no Senado, não vê resposta dos vereadores, você não vê uma resposta da Igreja. (CÍCERO, 2014).[9]

[9] Líder comunitário, em entrevista dada à autora em janeiro de 2014.

Conheci Cícero na Caminhada pela vida e pela paz, realizada em São Paulo, no dia 2 de novembro de 2013. Flávia, coordenadora de uma ONG na região, foi quem me apresentou a ele. Ele estava lá acompanhando uma família que carregava um cartaz com o nome de um rapaz assassinado na chacina ocorrida em 2013. Cícero é líder comunitário, está à frente das reivindicações de seu bairro como porta-voz. Não teve familiares vítimas de homicídio, mas afirma sentir como se os jovens assassinados fossem de sua família, pois convivia cotidianamente com eles.

Agendamos a conversa em seu local de trabalho. Apresentei meu projeto de pesquisa e, antes de gravarmos a entrevista, Cícero me levou para caminhar pelas ruas do bairro, passando em frente ao bar que guardava as marcas de balas da última chacina. A emoção foi forte. Segundo o líder comunitário, era um bar frequentado por homens e mulheres da comunidade. Afirma que nenhuma das vítimas tinha envolvimento com a criminalidade. A autoria dos disparos é atribuída a policiais militares.

De volta ao seu local de trabalho, contou sobre as mudanças ocorridas no bairro desde que houve a primeira chacina, quando Rodrigo foi assassinado. Os moradores passaram a viver com medo, deixaram de sair de casa à noite, as ruas ficaram desertas, os jovens passaram a retornar da escola sempre em grupos, caminhando rápido e olhando com desconfiança para os lados. Segundo ele, “a alegria no bairro acabou”.

Muito triste e decepcionado contou que já tinha acompanhado o luto de muitas famílias. As chacinas faziam com que questione a efetividade da luta por melhorias e transformações na comunidade. Conta que as Igrejas também não ajudavam porque não se unem por serem de doutrinas diferentes. A dor sentida cotidianamente e a dificuldade em encontrar soluções tiravam suas esperanças, mas ele se mantinha engajado nas lutas, movimentos, reivindicações e manifestações.

Comentou sobre as consequências nas vidas das crianças que perderam seus pais, vinte e cinco crianças órfãs após a última chacina, que crescerão sem a presença de um dos provedores, revoltadas, tristes e com medo da polícia. Cícero questionava o uso de antidepressivos em crianças, que, segundo contou, vêm sendo receitados.

Enfatizou também a diferença entre o centro expandido e a periferia no que tange à presença do Estado. Afirmou que há falta de políticas públicas voltadas à infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer nas periferias. Nesses locais, a presença do Estado se dá, segundo ele, por meio da ação policial repressiva e baseada em preconceitos e discriminação. “Da ponte para cá, a abordagem da polícia é com a arma na cabeça. Se você não morre com

um tiro, você tem um infarto" e "É que da ponte para cá, temos que falar a verdade, todo mundo aqui é visto como bandido, tudo mundo aqui não vale nada, são pessoas que não são de boa índole."

Cícero julgava que os familiares se mantêm vivos, respirando, apenas para criar os demais filhos, mas sem esperança ou perspectiva de futuro, de construção da continuidade da história, que se acaba. Diferenciava as famílias que ficam com medo, mães que não saem de casa, ficam com depressão e debilitadas, das que conseguem ainda ter forças e caminhar, fazendo denúncias, reivindicando justiça e, evitando, assim, depressão e doenças. As mães do segundo grupo são as que podem ajudar as demais. Atribuiu a força que tem a Deus e pedia a Deus forças para continuar lutando.

Como solução para diminuir a morte de jovens apontou a necessidade de desmilitarização da polícia; reorganização política para que a Secretaria de Segurança Pública reassuma o controle sobre a segurança da cidade e para que o PCC passe a exercer menos controle sobre políticos; mobilização da população para lutar por uma sociedade mais justa, por mudanças no plano diretor, melhorias nas escolas e indenização das famílias vítimas do Estado; e realização de trabalhos com jovens pela cidadania e pelo fortalecimento da autoestima, já que sofrem discriminação nas ruas.

5.3.7 Marisa – a assistente social

> Isso para nós que estamos aqui trabalhando com esses adolescentes é muito angustiante. Nos deixa muito perplexos e impotentes. Como denunciar isso? Como trazer isso para as autoridades? O pior é que nós temos contato aqui inclusive com o Secretário da Segurança Pública. Nós fizemos várias denúncias diretamente para o Secretário da Segurança Pública em relação às violências que aconteceram ultimamente da polícia, que era a polícia quem estava matando. Era a polícia quem estava matando e isso era reconhecido, muito claro para toda a comunidade. E como fica isso? Quem tem que cuidar, quem tem que proteger mata. Os policiais acabavam de matar e passavam recolhendo os corpos e todo o material para não se comprometerem. (MARISA, 2013)[10]

A assistente social Marisa trabalha na região em que ouve o caso da chacina estudado, atendendo crianças, jovens e seus familiares quando há casos de violência doméstica, abuso sexual e outros tipos de violação de direitos. Ela não atendeu a família de Rodrigo, mas tem envolvimento com o assunto por atuar na região e participar de diversos movimentos sociais,

[10] Assistente social, em entrevista dada à autora em outubro de 2013.

como a organização do Fórum em Defesa da Vida e a Caminhada pela Vida e pela Paz, onde realizei a pesquisa de campo. Marisa foi a primeira depoente a ser entrevistada antes da definição do caso que viria a ser estudado.

A conversa com a assistente social facilitou o contato com o tema e foi uma forma importante de se estabelecer pontes com os outros participantes da pesquisa.

Marisa afirmou que grupos de jovens reunidos em bares ou esquinas estavam sendo assassinados há muitos anos na periferia. Seus corpos vinham sendo levados a hospitais por policiais e as evidências recolhidas impedindo a investigação. A partir de discussões realizadas no Fórum em Defesa da Vida, foi criada a lei que impede que policiais recolham os corpos ou prestem socorro.

Ela contou que os familiares das vítimas sofrem, sentem-se impotentes, incapazes de reagir, com muito medo e insegurança. Por vezes, são levados a fugir e mudar de cidade por serem testemunhas, com desestruturação social, econômica e emocional. Nos casos em que os familiares não têm possibilidades de se mudar, sentem que suas vidas estão ameaçadas e que ocorrerão novas chacinas, culminando em "problemas de saúde mental", tais como a depressão, que, segundo ela, desencadeiam outras doenças, como gastrite e úlcera. Apontou, assim, a importância do acolhimento para que os sentimentos não fiquem guardados e que não se perca a esperança de lutar.

De acordo com Marisa, frequentemente, o assassinato de jovens por policiais é associado, na mídia, ao envolvimento com o tráfico, como justificativa para a morte. Os familiares interiorizam esse discurso e, ao concederem depoimentos, utilizam a mesma justificativa, que, se por um lado apresentam certa conformidade, por outro, trazem sofrimento e culpa, pois as mães se questionam quanto ao que poderiam ter feito para evitar que os filhos se envolvessem com a criminalidade.

Relatou seus sentimentos de angústia, perplexidade, impotência e revolta, ao mencionar os casos atendidos envolvendo violência do Estado e mortes por conflito com a polícia. Countou também que apresentou diversas denúncias sobre violência policial e sobre o envolvimento de agentes do Estado nos homicídios que ocorreram no bairro ao Secretário da Segurança Pública, mas questionava-se sobre como denunciar e levar o assunto às autoridades, quando "quem deveria cuidar e proteger mata".

Ela defendeu a manutenção de psicólogos e assistentes sociais que deveriam atuar com a temática da violência, oferecendo supervisão técnica e psicológica, para tratar dos impactos emocionais dos que sofrem e "cuidar de quem cuida".

Citando as estatísticas de mortalidade na cidade de São Paulo, disse: "quem morre nessa nossa sociedade são negros, pobres e periféricos. E a faixa etária é de 14 a 21 anos", confirmando o que presencia no seu cotidiano. Além da abordagem policial diferenciada nos bairros centrais e na periferia, tratou da assimetria social e racial no sistema prisional.

Contrastou a morte noticiada pela mídia com a vivência direta da morte. Para a assistente social, a mídia "filtra" o impacto do sofrimento pela banalização e pelo desejo de distanciamento que o assunto gera. Por outro lado, em sua opinião, ver alguém morto traz para perto e para a realidade aquilo que costuma aparecer do outro lado da tela e causa grande impacto.

Como solução para diminuir o número de mortes de jovens elegeu, em primeiro lugar, a necessidade de se realizar melhorias no sistema de ensino, para que ela passe a contemplar as especificidades dos alunos da periferia, com salas menores e professores bem remunerados, aptos a utilizar tecnologias informatizadas e a realizar educação inclusiva para acolher, tanto os alunos, quanto os familiares. Apontou a contradição existente entre a ausência do Estado, que não pode investir em infraestrutura por se tratar de uma região de mananciais, e a falta de cuidados para evitar invasões e a construção aleatória de casas.

5.3.8 Jorge – o líder de movimento social negro

> Esses casos exemplificam o que acontece cotidianamente, não foram os primeiros casos e infelizmente não serão os últimos. Porque, na verdade, hoje, a estrutura da polícia e da segurança pública – hoje, não, acho que historicamente – foi pensada para proteger os interesses de uma minoria e conter uma grande maioria. (JORGE, 2014).[11]

Jorge liderava uma ONG que atua politicamente contra o que chama de "faxina étnica da população negra". Segundo ele, essa faxina ocorre por meio da política de remoções de comunidades para locais mais distantes com menor infraestrutura; do extermínio indireto pela falta de saneamento, de políticas de saúde pública e de desenvolvimento humano; do encarceramento em massa; e do genocídio direto da população negra, por meio dos homicídios.

A entidade em que atuava participou da formação do Comitê Contra o Genocídio da População Negra, da organização de Audiências Públicas e da ocupação da Secretaria de

[11] Líder de movimento social negro, em entrevista dada à autora em março de 2014.

Justiça. Essa ocupação resultou no Projeto de Lei pelo fim dos autos de resistência, situações em que se alega que o suspeito reagiu e foi morto em conflito com a polícia, quando, na realidade, frequentemente, estava rendido e foi executado. A resolução prevê que os casos sejam investigados, que a cena do crime seja preservada, que haja proteção às testemunhas, que haja o afastamento dos acusados e que os atendimentos aos feridos sejam realizados pelo Samu ou por paramédicos, e não mais por policiais. As reivindicações, na época, eram pela efetivação das investigações; que houvesse acolhimento para as famílias vítimas de violência, com apoio financeiro e psicológico; e pela criação de uma ouvidoria que pudesse acolher denúncias de violência sem parcialidade.

Jorge sentia-se como sobrevivente privilegiado, pois teve família estruturada e oportunidade de estudar e de se engajar politicamente, mantendo seu poder de indignação, capacidade de superar a naturalização com que são apresentadas situações de abuso, para pensar em formas de articulação de soluções e superação para os problemas sociais.

Afirmou que, comumente, a população deixa de se surpreender e de se indignar com os homicídios de jovens negros e da periferia, por causa da naturalização da violência e da concepção de que eles seriam os responsáveis pela criminalidade, e, portanto, passíveis de extermínio.

Nas periferias onde há ausência de políticas públicas de transporte, saúde e educação, a presença do Estado ocorre, segundo Jorge, por meio da repressão. Assim, afirmava que a polícia e a segurança pública foram criadas no país para proteger os interesses de uma minoria e conter uma grande maioria, mantendo os menos favorecidos com medo de reivindicarem seus direitos.

No caso da Polícia Militar, "criada para combater os inimigos do Estado, com o final da ditadura, os inimigos são agora os membros da população considerados marginais, os 'suspeitos padrão'". Para garantir a segurança de comerciantes e pequenos empresários locais, grupos de extermínio são formados pelos policiais mais violentos dos batalhões, que passam a impedir pequenos furtos e assassinar suspeitos e desavenças.

Jorge explicou que a motivação para as chacinas ocorridas em 2012 e 2013 foi vingança de policiais contra ações da população civil. Cenas de agressões e ações arbitrárias de alguns dos membros da corporação foram filmadas e divulgadas, gerando repreensão e afastamento desses policiais, que, para evidenciar poder e manter os delatores com medo, realizaram a chacina: "foi uma demonstração de força e uma tentativa de inibir que a população se articule reivindicando mudanças dentro desse cenário".

Criticou o programa de bonificação criado para premiar os batalhões que conseguissem diminuir os índices de violência no bairro, pois, para ele, a medida incentivava uma competição entre esses batalhões pelo bônus, as ações repressivas continuaram e as evidências eram burladas para que não fossem computadas nas estatísticas. Em contrapartida, defendeu a discussão do plano de carreira e aumento real no salário dos policiais.

Jorge afirmou que a melhor forma de diminuir os índices de violência é o desenvolvimento econômico, social e cultural e não a repressão, entendida como incumbência dos policiais militares.

5.3.9 Walter – o psicólogo e professor universitário

> Olha, me afeta muito. Você vê que é uma pessoa que foi assassinada, independente do que ela estava fazendo. Eu sou contra pena de morte, então, eu acho que ela não deveria morrer. [...] E a segunda coisa que me afeta é ir lá naquela caminhada e ver centenas de jovens que foram mortos e parece uma barbárie mesmo. Eu me sinto muito afetado por isso. Eu me sinto triste. Eu fico pensando "que sociedade é essa?". Muitas vezes, me pergunto a que preço desigual a gente tem segurança em certos lugares e não tem em outros, me questiono muito porque que esses caras, mesmo que estivessem vivos, talvez nunca estivessem no lugar em que eu trabalho, nunca estivessem como meus alunos, eventualmente, depois, como meus colegas... (WALTER, 2013).[12]

Walter, psicólogo social e professor universitário, participava de grupos e reuniões na região onde houve a chacina, nos quais são debatidos problemas e demandas da comunidade a serem traduzidos em políticas públicas. Orientou pesquisas realizadas por seus alunos a partir dessas demandas.

O professor falou sobre o papel da universidade em extensão e pesquisas de campo nas periferias urbanas e abordou os cuidados éticos que o pesquisador deve ter para não colocar os entrevistados em um lugar de periferia do saber, rompendo o ciclo que afasta a população pobre do centro expandido, do acesso aos melhores serviços públicos e das decisões políticas no que concerne aos investimentos na cidade.

Segundo o professor, a violência, os desaparecimentos e os homicídios voltaram a ser tema central no bairro desde 2012. Relembrou que o número de mortes vinha decrescendo em São Paulo desde 2006, mas, no final de 2011, começaram a ocorrer assaltos a caixas eletrônicos com explosões e assassinatos de policiais em horário de folga. Como resposta, na

[12] Psicólogo social e professor universitário, em entrevista dada à autora em dezembro de 2013.

mesma região e em horário próximo ao assassinato do policial, havia um conjunto de execuções, uma moto passava e atirava em pessoas que estavam nas esquinas.

Além das chacinas realizadas por grupos de extermínio, contribuíram para o aumento da mortalidade situações de suposto confronto com a polícia. Pessoas eram presas e rendidas, eram executadas, mas no Boletim de Ocorrência o registro feito era de resistência seguida de morte, de revide do policial em legítima defesa.

Walter explicou que os familiares costumam passar por um processo de defesa da memória do membro que morreu em conflito com a polícia, ao afirmar que ele não era criminoso, pela suposição de que o ato da polícia se justificaria caso a vítima tivesse envolvimento com a criminalidade. Quando não obtêm sucesso, além do luto, vivenciam o sentimento de vergonha.

Há pais e mães que lutam por justiça e para provar que houve a participação de policiais em execuções, passam, então, a ser perseguidos e têm a vida ameaçada, sendo obrigados a mudar de bairro.

Afirmou sentir-se triste, afetado pelas mortes violentas dos jovens moradores dos bairros periféricos onde atua, refletindo sobre o contexto social que leva à distribuição desigual da mortalidade, da segurança, do acesso à universidade pública e às carreiras acadêmicas, e à diferenciação do valor dado à vida de pessoas em razão da classe social ou do bairro onde moram. Percebendo a relevância de se discutir o assunto nos grupos de que participa e pensar em conjunto nas ações necessárias para modificar o cenário.

Para a diminuição das mortes violentas de jovens, Walter propôs medidas de políticas públicas ligadas à segurança, saúde, educação e moradia, a serem tomadas em curto, médio e longo prazo. Defendeu o policiamento comunitário e a desmilitarização da polícia, um sistema público de saúde que contemple cuidados com o sofrimento psíquico e a mudança ampla na sociedade para reconhecimento da humanidade e garantia do direito à vida de todos.

5.3.10 Augusto – o repórter

> Você tem um preconceito da sociedade, a mídia noticia refletindo esse preconceito quando trata dos crimes. E a maneira como a mídia noticia acaba reforçando ainda mais a prática do preconceito na sociedade, porque a polícia, ao investigar, vai priorizar o caso que a mídia priorizou, que são as pessoas que o mundo prioriza, que são as pessoas que têm mais dinheiro. Então, isso me levou a tentar fazer trabalhos, junto com outras pessoas também, tentando mudar essa lógica. Trabalhos independentes ou associados a outros grupos, tentando mostrar essa violência que

> ocorre nas periferias, que ocorre com pessoas mais pobres, usando a lógica de que a vida delas não vale menos do que a vida de outras pessoas. (AUGUSTO, 2015).[13]

O primeiro contato estabelecido com Augusto ocorreu na Audiência Pública Quanto vale? Ou é por tiro? Agendamos uma conversa por telefone na qual eu concedi entrevista para compor a matéria que ele estava escrevendo sobre as chacinas de 2012 e 2013. Meses mais tarde, eu o procurei para entrevistá-lo.

Augusto contou sobre como passou a se interessar pelo tema da violência e os homicídios de jovens. Vindo do interior de São Paulo, branco e pertencendo à classe média, começou a trabalhar com jornalismo, dando cobertura a notícias da noite, nas quais a violência era temática constante. Em sua carreira profissional, pôde observar que o tempo e a ênfase da mídia aos casos de violência variam em função da classe social das vítimas e que as matérias policiais costumam ser carregadas de preconceitos, reproduzindo o que acontece, de modo geral, na sociedade. Ele explicou que esse fato ocorre porque existe, no imaginário da população, a ideia de que não é natural que a violência atinja pessoas da classe média e alta, mas é natural para as pessoas da periferia, e o que é percebido como natural "é menos notícia".

Afirmou que as mortes de pessoas nas periferias são noticiadas apenas quando ocorrem muitos assassinatos de uma vez, como nas chacinas. Assim, o sofrimento advindo da violência que atinge as periferias é noticiado como "dor coletiva" e, portanto, sensibiliza menos os leitores e espectadores. Soma-se a esse fato o pouco esforço de humanização dos personagens, sendo mencionados apenas seus nomes, idades e as circunstâncias em que foram mortos.

Com o intuito de mudar a lógica de que a vida de pessoas que moram na periferia valha menos do que aqueles que moram em regiões centrais da cidade, há quinze anos vinha trabalhando com a temática da violência. Já não conseguia dimensionar o impacto que esse tipo de trabalho trouxe para a sua vida. Em sua trajetória, velórios e conversas com os familiares das vítimas sempre foram mais impactantes do ponto de vista emocional do que as cenas de crimes com cadáveres. Ao realizar entrevistas com enlutados, o planejamento e a organização técnica trazem certo distanciamento afetivo, mas, ao terminar o trabalho, e relaxar, disse sentir o peso e a carga emocional. Relacionou a tristeza que sente após realizar essas entrevistas com o fato de ser pai e se imaginar no lugar da pessoa.

[13] Repórter, em entrevista dada à autora em setembro de 2015.

Narrou que houve uma fase, quando era repórter da madrugada, que se cansou de ver crimes todas as noites e começou a desenvolver uma couraça emocional para não se envolver com os fatos, passando a considerar "tudo normal", o que é terrível, em seu ponto de vista. Estava em crise com a profissão de jornalista e julgou que a proteção para não se envolver tenha sido uma forma de reposta emocional. Na época da entrevista, afirmou sentir-se afetado, caso contrário, estaria "perdendo sua humanidade". O contato constante com o tema da morte já trouxe o medo de perder familiares e estava lhe estimulando reflexões sobre a vida e a morte, além de questões espirituais.

Por ser branco, de classe média e morar em bairro do centro expandido, sentia-se protegido, mesmo realizando denúncias que envolviam policiais que cometeram irregularidades. Afirmou que dificilmente a violência chegaria até ele, como ocorreu com um colega repórter negro, morador da periferia, que foi abordado pela polícia, espancado e ameaçado de morte.

Como solução para a diminuição dos homicídios de jovens pobres nas periferias, defendeu a sensibilização e a mobilização da sociedade para a escolha de partidos políticos que lutem pelo fim da violência policial. Afirmou que ter um noticiário que reflita a realidade ajudará a formar opiniões mais coerentes.

5.3.11 Bruno – o leitor

> Eu não imagino, por exemplo, como eu conseguiria seguir em frente se, de repente, acontecesse uma chacina com a minha família e eu perdesse minhas duas irmãs, por exemplo. Eu não consigo imaginar. O ser humano é uma coisa muito frágil, né, de certa forma. A gente sobrevive, mas sobrevive em que existência? [...] Tristeza, né, você sente tristeza. Você fica magoado pela situação. O ser humano tem alguma empatia pelo outro, né, mesmo que ele não conheça. As histórias emocionam a gente. (BRUNO, 2015).[14]

A matéria que o repórter Augusto publicou na internet recebeu muitos comentários. De todos os leitores que postaram comentários, Bruno foi o único que respondeu ao meu convite para participar da pesquisa concedendo entrevista.

[14] Leitor, em entrevista dada à autora em outubro de 2015.

Na época da entrevista, Bruno tinha 25 anos, é formado em Comunicação, morava em um bairro nobre da região central de São Paulo, seu pai é engenheiro e sua mãe é médica. Agendamos a conversa, conforme solicitado pelo leitor, em um *shopping* próximo à sua casa.

Como já havia se passado dois anos da publicação da matéria e de seu comentário, enviei um *link* para que Bruno relembrasse o conteúdo. Porém o rapaz não acessou o *link* e, no momento da entrevista, não se lembrava de qual chacina especificamente se tratava. Por isso, incialmente, tratou sobre os impactos que a leitura sobre mortes violentas de jovens trouxe para sua vida: o sentimento de impotência e de medo por não poder alterar a letalidade policial; a frustração por não conhecer as comunidades e pessoas envolvidas e não poder ajudar ou agir nos locais em que acontecem os crimes; a revolta pelo desrespeito às leis, que deveriam garantir a igualdade entre as pessoas; a revolta diante da reeleição de governantes, que determinam como política pública não declarada o extermínio de parcela da população.

Bruno relatou também sua vivência em relação a abordagens policiais. Nas quatro abordagens que sofreu enquanto bebia ou fumava maconha com amigos, na rua, de madrugada, afirma que foram tratados como se fossem filhos do policial, que disse apenas: "ô molecada, não pode fazer isso... Vamos apagar esse cigarro...". Atribuiu esse tratamento ao fato de ele e seus amigos serem brancos e não se encaixarem no estereótipo de bandido conferido pelos policiais.

Apontou o contraste entre a violência percebida e a vivida pela população. A violência percebida ocorre no centro expandido, enquanto a vivida acontece na periferia. Na região central, os crimes costumam ser contra o patrimônio; já, na periferia, contra a vida. Argumentou que, no entanto, a percepção de quem está no centro é de que está exposto a constante risco de vida. Sua namorada morava em uma cobertura, em um bairro nobre da zona sul de São Paulo, e continuamente dizia temer ser estuprada. Ele morava há vinte e cinco anos no mesmo prédio, localizado em um bairro nobre central. Nesse prédio, ainda que não tivesse havido incidência de roubos ou assaltos, nos últimos cinco anos, foram instaladas gaiolas para a entrada de pedestres e carros, vidros fumês na guarita do porteiro e foram colocados um segurança em frente e outro dentro do prédio. Alegou que sua rua era segura, mas que, ainda assim, os moradores sentiam medo.

Para ele, programas televisivos retratam a realidade social de maneira distorcida, trazendo pânico. Os moradores, se sentindo ameaçados e em defesa da própria vida, passam a mobilizar dinheiro para investimento em aparatos de segurança, alimentando o que Bruno chamou de "indústria da violência", e a apoiar medidas de repressão.

A repressão é traduzida na ação preventiva da polícia e nos autos de resistência – assassinatos nos quais o registro nos Boletins de Ocorrência é de "resistência seguida de morte". Esse tipo de registro foi proibido desde dezembro de 2012, passando a ser registrado como "homicídio decorrente de intervenção policial". Os assassinatos frutos dessa repressão não são divulgados de maneira coerente pela mídia, recebendo pouca atenção.

Falei sobre as repercussões psicossociais da morte de Rodrigo na vida de familiares, amigos e vizinhos, de acordo com o que foi relatado por aqueles que foram entrevistados. Perguntei a Bruno como ele se sentia em relação a esse fato, e ele respondeu que não conseguia imaginar a dor dessa família. Contou que ficou muito triste e traumatizado quando perdeu uma namorada e que, a partir desse fato, conseguia deduzir que a dor de uma mãe ao perder um filho deva ser comparável às vivências de guerras, das quais as pessoas saem modificadas, desorientadas, sem sentimentos de segurança ou tranquilidade, em uma sobrevivência que, muitas vezes, perde o sentido.

Bruno explicou o poder da mídia de "agendar *setting*", que é o poder de determinar o que será discutido nas esferas sociais. Por outro lado, a mídia tem o poder de silenciar opiniões majoritárias, no fenômeno chamado de "espiral do silêncio". Na espiral do silêncio, uma opinião é colocada de maneira categórica, como, por exemplo, a necessidade de redução de maioridade penal, e todos aqueles que divergem dessa opinião passam sucessivamente a se calar. Salientou que o jornalismo já não traz apenas fatos e dados, mas busca construir narrativas para contar uma história, entretanto, quando a notícia se refere a membros da periferia, costuma trazer apenas fatos e dados. Apesar de as notícias serem datadas e não se voltar a discutir sobre um caso que ocorreu no passado, para ele, o sofrimento continua presente na história e na vida dos que ficaram.

Como solução, para a diminuição da morte de jovens em homicídios, Bruno defendeu o uso da mídia, em novelas, por exemplo, mostrando o sofrimento dos envolvidos, como forma de colocar em pauta entre a população a questão da letalidade policial, já que, de acordo com estudos realizados pela Escola de Comunicações e Artes da USP, as novelas trazem os assuntos que são mais debatidos pela sociedade brasileira; a busca de informações mais precisas e coerentes com a realidade em mídias independentes como o *site* no qual Augusto publicou a matéria sobre as chacinas ocorridas em São Paulo em 2012; a desmilitarização da polícia, que, segundo ele, trabalha com base em estereótipos e age de maneira preconceituosa; a troca de comandantes policiais por outros "mais humanos"; e a intensão política, do governador eleito, de reduzir o número de mortos pela polícia.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Adotando como referencial a análise temática proposta por Minayo (2000, p. 209), para quem "fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado", este capítulo apresenta as principais falas dos entrevistados classificadas em quatro eixos temáticos: 6.1 Repercussões da morte de Rodrigo na vida dos sobreviventes; 6.2 O lado de lá e o de cá da ponte: preconceito, discriminação e percepções acerca do sistema de segurança pública; 6.3 Mídia, violência e indústria do medo; 6.4 Causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens.

A partir de repetida leitura das transcrições de cada entrevista, foram destacadas as falas mais importantes. Em seguida, foram criados temas, "unidades de registro" para categorizar as falas destacadas. Há temas criados com base em assuntos que surgiram espontaneamente nas conversas – categorias empíricas (seções 6.2 e 6.3) – e outros baseados nos interesses prévios e no referencial teórico da pesquisa – as categorias teóricas (seções 6.1 e 6.4).

Para cada tema há um texto de apresentação, um quadro com as falas transcritas mais emblemáticas de cada entrevistado relativas àquele assunto, e a interpretação correspondente – análise e discussão para a compreensão do material obtido, situando-o em relação às referências bibliográficas.

Cada quadro agrupa sequencialmente as falas dos entrevistados, dos mais diretamente vinculados, aos menos diretamente vinculados a Rodrigo – vítimas primárias, secundárias e terciárias de sua morte.

6.1 Repercussões da morte de Rodrigo na vida dos sobreviventes

O luto pela morte de Rodrigo se estende a um número muito grande de pessoas. Não apenas os familiares mais próximos, como mãe, tios, irmãos, sobrinhos e amigos, ficaram marcados pelo fato, mas toda a vizinhança. Os relatos (quadro 2) mostram que houve mudanças significativas no cotidiano do bairro. Já não há mais festas no período noturno,

quase não se vê pessoas na rua nesse horário, comércio e bares fecham. Jovens que estudam à noite andam em grupos, assustados, olhando para os lados e caminhando rápido para chegarem a seus lares. Todo o movimento e a festividade que eram considerados como a alegria e a vida do bairro desapareceram, e o bairro passou a ser considerado "morto". Os sentimentos relatados como predominantes são medo, tristeza, agonia e revolta, além de receio e alerta com relação a carros de polícia, associados às chacinas que ocorreram nos anos posteriores à essa chacina, como se estivessem revivendo o trauma dos assassinatos.

(continua)

Entrevistado	**Transcrição da fala**
Janete – Mãe de Rodrigo	Nossa! A morte do Rodrigo matou nós. Acredita? [...] Eu sou viúva, eu só tinha ele. [...] eu não posso nem me sustentar, tem mês que eu não pago, que eu saio pedindo pra pagarem uma conta de água, uma conta de luz, uma conta de telefone, porque eu não tenho dinheiro pra pagar [...] Quem ajudava nós era o Rodrigo, que trabalhava de pintor e nos ajudava. [...] Tem dia que eu fico bem, tem dia que eu fico mal. Tem dia que eu choro e tenho vontade de sair gritando na rua. Eu sou evangélica e peço ajuda a Deus. [...] Com a morte de Rodrigo, morreu a comunidade inteira! Se você perguntar quem era o Rodrigo por aqui, todo mundo chora porque não sabe como aconteceu uma coisa dessa, não sabe que maldade foi essa. [...] E falo para você, nós tamo sujeito também, né? Porque nós somo testemunha do fato que aconteceu. [...] Nós tamo andando porque ninguém pode parar, mas tamo correndo risco. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014) Minha vida não mudou em nada. Pra mim aconteceu hoje. Minha mente não muda de jeito nenhum. Eu tô vendo tudo. Tem vez que eu deito para dormir e fico vendo tudo na minha cabeça. [...] Tudo aquilo que eu vi, eu pegada na cabeça dele jorrando sangue, eu gritando, meu filho gritando. Eu vejo aquela cena de novo. Quando eu passo ali que eu vejo aquele buraco na porta naquele bar, Nossa Senhora! Que é um lugar que a gente não pode mudar, né, que é o mesmo lugar que a pessoa mora, ter que ficar passando do lado. [...] Do jeito que eu cheguei lá e vi ele miudinho, assim, ó, com as mãozinhas no meio das pernas, deitadinho no chão, debaixo da mesa, achando que a mesa ia proteger ele dos tiros, e vendo o sangue descer da cabeça dele, parecia que você via a cabeça do seu filho dentro de uma roda de sangue. [...] Pra nós não tem mais felicidade. Não tem mais Natal, não tem mais aniversário, ano-novo, dia das mães, dia dos pais, pra nós não tem mais nada disso. Acabou. Eles

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	mataram nossa vida. [...] Eu peço tanto a Deus, que Deus venha tirar essa dor do meu peito, porque a gente não pode ficar assim, né? Eu sinto muita... Sabe, tem dia que eu choro, tem dia que eu deito e choro, porque relembra demais. Já mudei o quarto, já tirei tudo que era dele, eu tirei. Já pintei a casa, dei todos os móveis do quarto dele, dei as roupas, dei sapato, dei o lençol da cama dele, a colcha da cama dele, não ficou nada. Mas não adianta, não sai. Pior que ele morreu numa tragédia muito feia, muito feia. [...] Minha família pergunta: "por que você não muda daqui?". E eu falo: "gente, não precisa mudar, a dor não vai ficar aqui não, a dor vai com nós, para o lugar que a gente for". Para o lugar que a gente for, o sofrimento vai junto, não adianta. [...] A gente tenta viver, mas... Você tenta viver, você tenta ser alegre, mas você não é. Você ri ali fora, você chega aqui dentro, e sua risada não tem mais valor para você. Acabou com tudo, minha filha, com tudo, com tudo. [...] Nem que eu ganhasse na Mega-sena, a felicidade não volta. Eu sempre falava para ele: "o dia que sair aquele dinheiro do seu avô, eu vou comprar um carro para você". [...] Tudo que eu ia fazer eu falava: "o dia que eu fizer um seguro de vida, vou colocar em nome do Rodrigo", porque ele não tem parentes, é só nós mesmo. [...] Não cumpri com nenhuma minha felicidade que eu queria cumprir com ele. Agora tudo o que eu vejo quando passo numa loja, uma roupa, eu vejo uma roupa que o Rodrigo usava, que ele queria. Tudo relembra ele. Tudo, tudo, tudo que você vê me lembra ele. O outro meu filho não dá pra dizer que eu não tenho saudades dele, nossa eu tenho muita saudades dele, mas ninguém chegou pra matar ele, assim igual matou o Rodrigo. Ele foi procurar a maldade para ele mesmo. [...] Eu tinha o maior sonho. Tinha o sonho de construir lá na frente, um dia ele ficar com essa casa aqui para ele morar. Que eu nunca queria me separar dele. Nem dele nem dela aí, ó [apontando para Marta]. Nenhum dos dois, né. Porque eles sempre foram minhas companhia. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Marta – Irmã de Rodrigo	[Minha mãe] ficou super hiper desestabilizada, ela perdeu o chão. Assim, de vez em quando, ela lembra. O aniversário dela foi na semana passada, ela chora, ela fica chateada, às vezes, ela procura saber o que aconteceu, fica perguntando por quê. Ela nunca mais foi a mesma, nunca mais. Ela ficou um tempo sem ir para a igreja. Agora que ela tá voltando. Ela fala que ela nunca vai se conformar. Ela chegou no bar primeiro, né, para ver. Eu, cheia de ponto, não conseguia correr, então gritei ela, e ela foi lá. Ela fala que ela se arrepende de ter visto essa cena, de ter visto isso. Se ela soubesse que ia achar ele daquele jeito ela não tinha ido. [...] É inevitável, você

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	entra no lugar e você já imagina aquela cena toda. A bala que tinha, assim, na porta, não tiraram. [...] pra mim eu não consigo encarar com tanto medo, eu sou mais sossegada, mas quando eu estou na rua com o meu filho, às vezes, eu fico preocupada. [...] meu medo mesmo é só quando eu estou na rua e aí passa um carro estranho. Eu falo: "ai meu Deus, será que vai acontecer alguma coisa, de novo?". Ainda mais aqui, que de noite, às vezes, os cachorros ficam latindo. Você já pensou? Será que alguma hora alguém vai entrar aqui e vai fazer alguma coisa? Você sempre tem aquele receio, né? Aquele medo. Aqui é só eu e a minha mãe, meu filho e aquela menininha. Então, ela também fica super preocupada. Será, né? Uma hora ou outra chega um louco aqui e faz alguma coisa. É complicado. [...] Um mês certinho depois que o meu irmão morreu, no dia que a gente voltou da Bahia, estava todo mundo na rua conversando, veio um carro prata com uns caras armados e todo mundo saiu correndo, os meninos saíram correndo, e vinha uma viatura atrás. Aí chega na delegacia, quando você vai dar depoimento, dizemos: "os caras chegaram armados", e eles dizem: "não, não tinha ninguém, não tinha ninguém". Ia dar um mês e ia morrer mais gente. [...] Eu acho que quando [as crianças] crescerem, e entenderem mais, como a outra menina, que é mais velha e vem perguntar sobre a polícia e "por que mataram o tio Rodrigo? Eu estou com saudades". Ela já vai crescer com medo, essa é a verdade. Tanto ela quanto os outros. Os mais velhos que já entendem mais, sentem medo. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014) Eu falava bastante que não ia nem fazer festa para o meu filho, porque foi praticamente junto, né? Mas, agora, eu não penso mais assim. Tem que fazer, ele não tem culpa, ele era só um bebê. Eu acho que eu tenho que me espelhar nele agora. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Nelson – Sobrinho de Rodrigo	[A morte de Rodrigo] matou nós, tipo assim, não só a família, mas a comunidade inteira. [...] Ah, é um bairro sem vida. Todo mundo vive a mesma agonia. Até pra comer uma pizza a família fica com medo se passa qualquer carro estranho. [...] Medo, insegurança, tudo isso. Dá dez horas da noite, quem diz que alguém sai de casa? Qualquer dia passa aqui dez hora da noite para você ver, não tem ninguém andando na rua. Se precisar ir no mercado nove horas da noite já tá estranho. E pra quem estuda à noite, vem todo mundo em grupos, ninguém mais quer vir sozinho.

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da Fala
	Ficar um indo na casa do outro para ficar conversando, isso daí não dá mais pra fazer. Se você for pra uma festa de noite você tem que voltar no outro dia de manhã, porque pra voltar na madrugada não dá. [...] Você fica se escondendo de tudo. Você não confia mais em ninguém. Todo mundo fica suspeito pra você quando você vai andar, fica meio estranho. Ninguém pode se aproximar de você. Quem se aproxima atrás de você, você também quer ir na maldade, dá essa reação, você não sabe quem é, vai se aproximando? Tem que ficar esperto, se der para correr, corre, se não, vai morrer lutando. [...] Eu tive que ficar um mês fora de casa, parei a escola, saí do trampo. [...] Me senti desprotegido, sem saber o que acontece, a qualquer momento. [...] Eu levei vários tiros, sete tiros no total. Eu não posso mais levantar peso, que desloca a minha clavícula. Tem dia que eu durmo e quando acordo meu braço parece que pesa uns cem quilos e eu tenho que fazer massagem até ela voltar, quase todo dia. [...] Até hoje eu vejo. Se eu fechar assim os olhos, eu ainda escuto o barulho dos tiros. Até hoje. Sabe, tem hora que você sente, você vê o vulto passando assim. Ai que estranho, imagina. Os vultos que passaram, assim, me abriram a camisa, minha camisa ficou toda furada desse lado. [...] Você vê uns vultos, um negócio passando na cabeça. Você fecha o olho e vive aquela cena de novo. Às vezes eu fecho o olho assim, e vivo a cena de novo. Vou te contar, não sai da cabeça. [...] Eu tive que fugir do hospital. Eu cuidei em casa com a minha vizinha que é enfermeira. Eles [policiais] ficaram tirando fotos toda hora. Eles apertavam, davam risada. [...] É, eu tinha que fazer alguma coisa. Morrer sem lutar não dá, né. Porque desde pequenos nós já temos que lutar pela vida. Você acha que essa tristeza e esse sofrimento são de agora? Desde pequenos nós já temos essa tristeza na nossa vida. Desde criança a gente aprende. Eu era criança e já tinha medo de polícia. Já tinha medo. Eu via a polícia, constantemente, assim, uma criança da favela, na porta de casa, já abre o portão, e já vê a polícia esculachando, *plah*, dando tapa, dando tiros também, tendo que correr para dentro de casa. Não é de agora, não. Eu sou um sobrevivente desde que nasci. Nós temo que nascer lutando! Porque nós somo considerado como um lixo para a sociedade. [...] O Claudinho não era assim. Ele era suavão... Quando aconteceu isso daí [a chacina], bagunçou bastante com a mente dele. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014)

Entrevistado	Transcrição da fala
Guilherme – Primo de Rodrigo	Eu sou primo do Rodrigo, e morava aqui, a sorte é que eu tinha ido para a casa da minha tia. [...] O que dá é só revolta só, só revolta. [E permaneceu calado até o final da entrevista]. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015) A vida do Guilherme mesmo mudou demais. Emagreceu. Ele é um menino que ele ficou muito calado. Ele não fala o que ele sente. (Janete, mãe de Rodrigo, referindo-
Cláudio – Amigo de Rodrigo	Só faço coisas se for de dia. Só vou, então faço o que é necessário e volto. Tô em choque de andar no meu bairro. Dá um medo terrível, tá mó estranho! Sozinho, e ainda mais, nós sendo preto, é suspeito. Eu ando só. O negócio é triste. [...] Por que esses caras vêm e executam? Foi execução de todo mundo e eu ia ser executado, tio! Cê é louco, mano? Dá mó raiva, dá mó raiva que não era para eu tá aqui. Ninguém, Bro! [...] Mó estranho. Mó chato. É tudo mó estranho. Eu tava tomando banho, nós subimos pela outra rua, vinte minutinhos depois que nós chegamos no bar, bateu a polícia lá. [...] Cê é louco. Eu sou sobrevivente e estou com medo de andar no meu bairro. Tô com medo de andar no meu bairro, eu cresci aqui. [...] Eu não saio mais. Se tem que comprar pão assim, eu não vou mais. Supermercado, essas coisa, quem faz são outras pessoas de casa, eu não saio mais. Eu acho sempre que alguém tá me seguindo. Só ando de dia, à noite não. Eu tô recebendo menos. Antes eu tinha dois trampos e agora tô trampando em um só, porque eu não trampo a noite mais. [...] É um negócio muito maldito, muito frio. Tem que pagar. Quê que tem que fazer pra esses caras aí irem presos? Tem que ir lá depor? E se esses caras começam a vir atrás de nós? [...] Eu quero sumir aqui desse bairro. É sério. Eu já te falei isso, né, Nelson? [fala voltando-se para o sobrinho de Rodrigo que estava presente durante a entrevista] Eu quero me mudar daqui, faz tempo. Eu cresci aqui, tranquilo, aqui era um bairro bom, era antes. Agora é um bairro meio sinistro. [...] Tá [um bairro] meio morto, tá meio carregado, assim, tá meio estranho. Eu quero ir embora daqui... [...] [Se o que aconteceu foi de dia] então, dá mó medo, você imagina à noite o que pode acontecer. [...] Ficou tudo meio estranho. Eu não fui no médico quando aconteceu esse negócio. Eu não tenho nenhum Boletim com meu nome, com nada. Então, qual que é o problema? Eu quero sumir. Um tiro passou de raspão aqui e o outro zuou a minha perna que já era zuada, eu não precisei nem ir no médico. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014)

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
Alice – Vizinha de Rodrigo	Eu sou vizinha deles e estudava com a Marta na mesma escola desde os 6 anos. Eu falava com o Rodrigo, falei com ele um dia antes dele morrer. Perguntei pra ele: "cadê a sua irmã?", e ele falou: "vai chegar do hospital". Eu falei com ela uns minutos antes dele morrer. Eu liguei pra Marta e ela falou: "vem aqui, eu acabei dechegar". Dez minutos depois, eu cheguei aqui, a rua tava lotada, ela já estava para dentro da casa chorando e nossa amiga falou: "mataram o Rodrigo". Eu falei: "não, mentira, eu acabei de falar com a Marta no telefone, ela estava esperando". "Não, mataram o Rodrigo". [...] E foi a maior correria. Chegou a roupa do Rodrigo, que ele tinha morrido, chegou toda suja de sangue. E eu já tinha ido num velório antes e tinha prometido para mim mesma que não iria em mais nenhum, de um amigo que morreu numa tentativa de assalto. E eu falei que eu não ia, por saber que a dor ia ser tão grande para elas, e você não poder fazer nada. Me arrependo, assim, entre aspas de ter ido. E eu ficava brincando que o Rodrigo tava viajando, que ele estava fazendo várias viagens, "daqui a pouco ele tá chegando aqui para contar!", eu sempre brincava, ria com elas, ficava falando do Rodrigo, para ver se ficava normal, mas não era normal. [...] Mudou muito! Ah, ver a pessoa ali sempre e depois ela não estar mais. E você pára para pensar e fala "Mas, por que? Por que fizeram isso?" Não tem motivo, ele não fazia nada para ninguém, ele trabalhava, ele não dava motivos para ninguém. Sabe, é muito estranho você falar com a pessoa num dia e no outro a pessoa ir embora e você não saber onde enfiar a sua cara, você não sabe o que você pode fazer, você se sente impotente de olhar para si próprio e falar: "caramba, por que que não teve alguma coisa, uma luz para poder impedir". Mas é coisas da vida, né. (emocionada, com a voz trêmula e olhos marejados). [...] Acho que sinto mais a revolta, porque a justiça tem que ser feita, mas nunca é feita de verdade. A gente sabe que foi polícia que matou, e não tem como totalmente provar. [...] a gente vê a dor da família, e você não poder fazer nada, é uma coisa muito chata. A gente até evita falar. É uma coisa estranha. Espero que não aconteça com mais ninguém que eu conheça, né. Porque os outros parecem que só pensam em matar. Não sei, hoje em dia é tudo assim tão louco que eu acho que até eu tô precisando de um psicólogo. Eu fico pensando para quê que a gente existe, sabe essas coisas? Eu conheço a Marta, eu conheço todo mundo e depois essas pessoas morrem. E você pensa: "e tudo o que eu vivi?", "para que?". É uma coisa sei lá, é uma coisa de louco. O mundo é louco. E cada ano que passa parece que piora. É

	real. Acontece mesmo. Primeiro que não tem explicação. [...] É uma coisa que vai ser lembrada sempre, em cada momento, em cada foto, em cada olhar. Não tem como esquecer, é uma coisa que não vai sair jamais. Só quando a gente estiver do lado dele, enterrado lá. [...] É uma coisa assim de louco gente. O mundo de hoje em dia eu tô sentindo que vai acabar mesmo. Eu sinto que realmente o mundo tá acabando. [...] Minha mãe já morreu e o meu pai eu não conheço, não sei quem é, e eu morava com os meus avós, da mesma forma que a Marta. Então são coisas que você não tem como evitar. Necessidades todo mundo passa. Então não vai mudar ter uma menina ou ter um menino [fala em relação ao bebê que estava esperando]. O mundo vai ser o mesmo. As pessoas vão ser piores do que elas já são. Um ano após o outro é sempre pior. Veio um tempo, na época que o Rodrigo morreu, que era só chacina, era só chacina. Daqui a pouco, não deu nem tempo, começou tudo de novo, só que foi em outros lugares. Não vai parar. Não vai mudar nada. [...] Não tinha que ter revólver, as pessoas não tinham que matar. Tinham que morrer ou com uma doença muito grave mesmo, ou se não, pela idade. Mas não, tem que ter uma coisa pior, né, para trazer sofrimento. É uma coisa que dá pra garantir, alguém sempre sofre. E a lembrança sempre fica, né? [...] Eu fico meio assim, entendeu, com essas coisas da morte, eu fico pensando mesmo pra que que existe tudo. Eu falo pro meu marido que eu acho que eu tô ficando meio louca, atormentada. [...] Mas eu falo o que eu acho a verdade. Eu tô me envolvendo não sei nem por que, que eu não tô na minha casa, mas é assim mesmo. Pelo menos eu me senti bem, aliviada, tô com pessoas que me fazem bem. É assim mesmo, a vida é uma caixinha de surpresas. E estamos aí, né? E vamos viver. E pelos nossos *babys* [refere-se ao próprio filho e ao da entrevistadora, que também estava grávida na época da entrevista], que estão sendo fortes o suficiente para aguentar a dor que bate todos os dias, a saudade, né? Mas vamos seguindo, rezando, e ver até aonde vai dar. Vamos ver se a vida vale tanto a pena assim, sei lá. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Cícero – Líder comunitário	A alegria nesse bairro acabou. Aqui, dá nove horas da noite já não tem mais ninguém na rua, as ruas ficam desertas. Depois das nove, você vê só alguns jovens voltando da faculdade e do colégio andando a passos largos e olhando pra tudo quanto é lado. Se vê um carro de polícia então, aí o coração dispara. Essa é a realidade aqui. Hoje se uma criança aqui vê um carro de polícia ela volta correndo pra trás, por conta da morte de familiares, vizinhos e amigos... [...] Eu acho que essas pessoas que perderam seus entes queridos respiram só. Acho que, pra eles, a história acabou. Acho que vive porque tem que criar os filhos. [...] Eu não sou parente de nenhuma das vítimas, mas eu me sinto como se fosse da minha família.

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	Já vi várias mortes aqui nesse bairro, o jovem vem conversar com você agora e, ali na frente, tá morto. Agora, igual a essa chacina aí eu nunca vi. Por isso que eu te pergunto se vale a pena lutar ainda. Porque você não vê resposta. Você não vê resposta no poder público, não vê resposta no Senado, não vê resposta dos vereadores, você não vê uma resposta da Igreja. A Igreja, padres e pastores não se unem devido às doutrinas diferentes, então, fica difícil, você não vê uma saída lá no fim do túnel [...] Algumas pessoas conseguem ainda caminhar. Essas pessoas eu acho que estão de certa forma livres de ter uma depressão, infarto instantâneo, porque são pessoas que ainda têm força, acho que é Deus ali dando força pra pessoa poder lutar contra a injustiça que cometeram. E essas mães são pessoas que vão poder ajudar outras pessoas. Tem muitas mães que estão com medo, estão em casa, aí começam a ficar com depressão e ficar doentes, debilitadas. [...] Olha, eu não sei, às vezes, eu não tenho mais palavras pra tentar chegar numa conclusão, mas é doloroso. É doloroso. Só quem tá aqui no dia a dia... Você vai conversar com as mães e você vai ver que não é fácil. [...] Além da dor, tem a questão econômica, onde é que você vai arrumar dinheiro para sustentar aí quatro adolescentes? Tem uma pessoa que foi assassinada aí que deixou quatro adolescentes. Ficaram mais de 25 crianças órfãs. Na nossa região toda, se você pegar de junho 2012 pra cá, foram mais de 270 assassinatos e tudo pessoas que foram mortas pela Polícia Militar. Muita coisa, né? [...] Para os filhos é um mundo que vai ser uma eternidade, pra eles entenderem isso, e vão crescer com isso na cabeça e medo da polícia, porque a polícia matou o pai deles. [...] Então, essas crianças que perderam seus pais acabam recebendo indicação pra tomar antidepressivos. Mas eu não conheço um antidepressivo que seja pra se dar pra uma criança. É absurdo um negócio desses, como uma criança pode tomar antidepressivo? (Entrevista realizada em 17/01/2014)
Marisa – Assistente social	Isso para nós que estamos aqui trabalhando com esses adolescentes é muito angustiante. Nos deixa muito perplexos e impotentes. Como denunciar isso? Como trazer isso para as autoridades? Pior que nós temos contato aqui inclusive com o Secretário da Segurança Pública. Nós fizemos várias denúncias diretamente para o Secretário da Segurança Pública em relação às violências que aconteceram ultimamente da polícia, que era a polícia quem estava matando, e isso era reconhecido, muito claro para toda a comunidade. E como fica isso? Quem tem que cuidar, quem tem que proteger mata. Os policiais acabavam de matar e passavam recolhendo os corpos e todo o material para não se comprometer. [...] Essa questão

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	da violência afeta muito as pessoas próximas por conta de um sofrimento, de uma incapacidade de reagir, uma impotência e, às vezes, de ter que mudar a vida de repente. Se ocorre uma violência muito forte em uma família, alguém foi assassinado, a insegurança toma conta daquela família, o medo, e eles tem que sair daquela região. Quando eles não têm condição de sair, isso afeta de uma forma muito profunda, porque eles ficam muito tempo amedrontados, achando que vai acontecer novamente. Isso dá, inclusive, problemas de saúde mental naquela família. Eles se sentem de fato agredidos e amedrontados. Isso é muito real. Tem pessoas que entram em depressão e aí desencadeia uma série de outras doenças, como problemas de estômago, úlcera, gastrite e outras doenças físicas. [...] Se não tem acolhimento, as pessoas se embutem, aquilo dá o sentimento de que morreu alguma coisa dentro deles, perdem um pouco a esperança de sair para uma luta. [...] É uma coisa que nos trás muita impotência, revolta, sabe? Como que isso acontece? Coisas que a gente nem imagina. Meu Deus, isso é inimaginável acontecer numa cidade como a nossa, tão próximo da gente. É por isso que, no nosso tipo de trabalho, a gente tem que ter uma supervisão técnica e uma supervisão também psicológica, para que tenha cuidado com quem cuida, porque, de fato, tem os impactos. Todo psicólogo, quando inicia um trabalho desses, passa os primeiros meses bem impactado com aquilo, e ele tem necessidade de falar do que ele ouviu, então, eu sempre estou ouvindo e, depois, a gente tem uma orientação também, um apoio psicológico, que é importantíssimo. (Entrevista realizada em 10/10/2013)
Jorge – Líder de movimento social negro	O meu envolvimento é a partir da atuação política da entidade de que eu participo, que é uma entidade do movimento negro [...] Desde 2009, definimos como centro da nossa atuação política o que chamamos de territórios negros urbanos, e definimos um eixo para atuação nesse campo, o que a gente vem chamando de faxina étnica, que são as intervenções que o Estado promove em cima desses territórios, que perpassam quatro grandes eixos, que são: a política de remoções, ou seja, a serviço da especulação imobiliária e do dito desenvolvimento o Estado promove um processo sistemático de remoções de comunidades inteiras para lugares mais distantes com menor infraestrutura; um outro eixo é o extermínio indireto da nossa população com a política de falta de saneamento, de uma política de desenvolvimento humano, então, é a ausência de saúde pública e de saneamento que implicam num processo de extermínio da nossa população indiretamente; o terceiro eixo é o encarceramento em massa da nossa juventude e, aí, a relação com o

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	judiciário; e o quarto eixo é a questão do genocídio direto da população, que é esse projeto que a gente vem chamando de "extermínio da população negra". [...] E a luta continua pela investigação, ter apoio às famílias, apoio financeiro, psicológico, teraparato social para acolher as famílias de vítimas da violência, ter uma ouvidoria, um mecanismo direto para além da ouvidoria da Polícia Militar, ter um órgão que possa acolher, um disque denúncia mais isento, com um controle social maior, para que a população se sinta mais à vontade para denunciar casos de violência. [...] Na verdade, eu me sinto como um sobrevivente, primeiro, porque eu carrego comigo a ideia que, se um dia eu perder o poder de indignação com as coisas, de assistir determinadas coisas e não conseguir me indignar, acho que alguma coisa de errado tá acontecendo. Assim como eu não consigo ver pessoas vivendo na rua em condições extremamente precarizadas e não me indignar com aquela situação e deixar de pensar formas para superar aquilo, assim como eu não consigo ver mais um jovem sendo assassinado e achar que isso é normal e é só mais uma estatística. Então, o que mais me incomoda é a naturalização, quando se naturaliza, quando não produz a mesma indignação na população como outros casos. Como, por exemplo, no Rio, a morte de 16 policiais é mais significativa que os quase 200, 300 Amarildos e Cláudias que morreram com essa política de militarização das comunidades. [...] eu tento buscar, a partir desses espaços que eu ocupei e de onde consegui chegar, colocar tudo isso à serviço da mudança de paradigmas e da realidade em que está inserida a nossa população, procurando ajudar e contribuir das mais diversas formas para tentar alterar essa realidade. (Entrevista realizada em 25/03/2014)
Walter – Psicólogo social e professor universitário	Olha, me afeta muito. Você vê que é uma pessoa que foi assassinada, independente do que ela estava fazendo. Eu sou contra pena de morte, então, eu acho que ela não deveria morrer. Então, falam: "fulano está assaltando, então ele deve ser preso", não tenho dúvida sobre isso, tem que ser lidado socialmente com o que é crime, mas execução não. Então, quando eu vejo aquilo ali, eu vejo uma parte dessa disputa pela memória do sujeito, dizendo o que ele fazia e o que estava fazendo quando morreu. Isso é importante para a pessoa dizer: "Ele estava indo buscar uma pizza". Isso é importante para a família dizer, porque tem uma disputa nisso que talvez a gente não perceba e não ouça. E a segunda coisa que me afeta é ir lá naquela caminhada e ver centenas de jovens que foram mortos, e parece uma barbárie mesmo. Eu me sinto muito afetado por isso. Eu me sinto triste. Eu fico pensado: "que sociedade é essa?". Muitas vezes me pergunto a que preço desigual a gente tem segurança em certos

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	lugares e não tem em outros, me questiono muito por que que esses caras, mesmo que estivessem vivos, talvez nunca estivessem no lugar em que eu trabalho, nunca estivessem como meus alunos, eventualmente, depois, como meus colegas [...] Isso me afeta muito. Me deixa de fato muito triste, essa situação. E, ao mesmo tempo, me dá força para pensar que, sim, é importante discutir isso, é importante discutir isso com essas pessoas, me dá motivação também para pensar uma ação em relação a essa população. (Entrevista realizada em 10/12/2013)
Augusto – Repórter	Você tem um preconceito da sociedade, a mídia noticia refletindo esse preconceito quando ela noticia os crimes. E a maneira como a mídia noticia acaba reforçando ainda mais a prática do preconceito na sociedade, porque a polícia, ao investigar, vai priorizar o caso que a mídia priorizou, que são as pessoas que o mundo prioriza, que são as pessoas que têm mais dinheiro. Então, isso me levou a tentar fazer trabalhos, junto com outras pessoas também, tentando mudar essa lógica. Trabalhos independentes ou associados a outros grupos, tentando mostrar essa violência que ocorre nas periferias, que ocorre com pessoas mais pobres, usando a lógica de que a vida delas não vale menos do que a vida de outras pessoas. [...] Uma violência muito grande, que faz mal para mim, em acompanhar tudo isso, é a violência de ver a impunidade e a indiferença que esses casos geram. De estar a tanto tempo cobrindo isso e a dificuldade que você tem de fazer com que essas coisas vão para a frente. [...] Eu tenho dificuldade de dimensionar esse impacto na minha vida, que já é uma coisa que dura há uns quinze anos, mais ou menos, que eu tenho feito coberturas sobre esse tema. Então, foram tantos casos. Com certeza, eles me influenciaram na minha maneira de existir, que eu já não saberia como dizer o que eu seria sem ter passado por isso. É algo que está muito incorporado em mim. Assim, é muito mais impactante lidar com o vivo do que com o morto, isso é muito claro. Eu não me afetava de encontrar cenas de crime, por mais chocantes que fossem, às vezes, as circunstâncias, o velório era muito mais impactante, muito mais difícil emocionalmente de encarar do que os corpos, digamos assim. É que também tem várias fases. Tem várias maneiras que esse impacto se dá. E também pode ser terrível quando o impacto não se dá. Teve uma época, que foi uma época em que eu estava especialmente em crise com o jornalismo, que eu comecei a não me envolver emocionalmente mesmo com os fatos. Eu era repórter de madrugada e já estava um pouco cansado de ficar vendo crime toda noite e, naturalmente, fui percebendo que eu comecei a desenvolver uma couraça emocional para não me envolver com nada e

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	comecei a achar tudo normal. Claramente foi me protegendo de me envolver, o que também não deixa de ser uma reposta emocional. E essa época foi uma das piores épocas, eu diria, porque não se envolver também é a pior coisa que pode acontecer com uma pessoa, seja um médico, um jornalista, qualquer pessoa, ou psicólogo, qualquer pessoa que trabalha com isso, não se envolver. E isso mudou, hoje em dia, já não tem mais isso, mas é algo bem complicado, você vai passar por tudo isso e não deixar que isso te afete emocionalmente? Isso tem que afetar sim, se não afetar, você está perdendo a sua humanidade. [...] J á me afetou muito, de chorar depois de uma entrevista. O durante éuma coisa que é mais fácil de ser administrada, primeiro, porque não pega bem se você começar a chorar junto com o entrevistado, segundo, porque tem toda uma preocupação com o trabalho em si, que você tem que ouvir certas pessoas, apurar certas informações, tem uma questão técnica a ser trabalhada que te preserva um pouco daquele contato emocional. Geralmente, as reações emocionais mais fortes vêm depois, quando você já fez o que tinha que fazer, você está voltando da entrevista, você relaxa e você sente aquela carga emocional. [...] O contato com a dor, a narrativa de quem perdeu alguém vítima de violência, sempre me impactou muito mais do que cenas de violência, sempre foi algo, emocionalmente falando, que teve um custo muito maior para mim, isso tem a ver com o fato de ser pai, ver alguém falando da dor da perda de um ente querido e de que maneira lidou com isso, ou de que maneira não consegue lidar com isso, isso sempre foi uma coisa para mim que impacta emocionalmente. Isso mexe com toda a relação que eu tenho com a vida, a relação que eu tenho com a morte. Esse contato tão frequente com quem perdeu gente muito próxima. [...] Para começar, me fez pensar muito nisso. Talvez mais do que muita gente. A morte ficou muito presente, de certa maneira. A morte ficou um tema frequente para mim. O medo de perder também, isso com certeza me marca, ou me marcou durante muito tempo. Me levou a refletir sobre questões espirituais, a querer entender mais sobre vida e morte, sobre o que é a morte, e o que é estar vivo também, que é justamente o oposto e complementar da ideia de morte. Viraram questões presentes para mim, de reflexão. Essa junto com outras questões que acontecem na vida da gente, depois de tanto tempo, é complicado isolar, “isso aconteceu por causa disso”. Mas tem esse impacto sim. (Entrevista realizada em 28/09/2015)
Bruno – Leitor	Ah, são vários os sentimentos, primeiro é o de impotência, o que é que você vai fazer? Eu tenho medo da polícia. Eu tenho medo do policial militar do estado de São

(conclusão)

Entrevistado	Transcrição da fala
	Paulo. Então, você já se sente impotente num primeiro momento, porque, apesar de aquilo estar perto de você, tá longe, você não conhece aquelas pessoas, você não conhece aquela comunidade, mas você se sente, de alguma forma, impotente por não poder agir ali, por não poder ajudar, ou por não poder mudar aquela situação da PM [Polícia Militar] matando as pessoas. Você também sente que a nossa constituição e as nossas leis são de papel, quando o policial militar age desse jeito, ele tá simplesmente rasgando aquilo que foi estabelecido como direito para todos, que a gente vê que não existe igualdade entre as pessoas, isso tudo me causa uma revolta muito grande. Mas o pior de tudo, eu acho que é perceber isso como política pública, não declarada obviamente, mas uma política pública do estado de São Paulo, [...] então, você percebe que essa pauta, esse assunto não chega às pessoas. [...] Revolta também, né? De não compreender como a população consegue votar nesse governador, essas coisas. Porque você acaba indo para o lado político, né, não tem jeito. Porque você tenta achar um culpado, acho que é natural do ser humano. Não tem como não culpar quem manda na porcaria da PM. [...] Eu não imagino, por exemplo, como eu conseguiria seguir em frente se, de repente, acontecesse uma chacina com a minha família e eu perdesse minhas duas irmãs, por exemplo. Eu não consigo imaginar. O ser humano é uma coisa muito frágil, né, de certa forma. A gente sobrevive, mas sobrevive em que existência? Qual o sentido dessa existência que a gente sobrevive? A gente só vive, quando acontece umas coisas dessas na nossa vida. No sentido social, a pessoa não vai ter nunca mais na vida dela uma percepção de segurança, tranquilidade... A mãe, criar um filho é despender vinte, trinta anos da sua vida, que vida essa mãe que perde os filhos vai ter agora? Não vai ter vida. Nunca mais. Eu acho. A gente já fica triste por coisa tão boba. Eu passei uma época muito triste da minha vida porque eu perdi uma namorada, sabe, foi um trauma muito profundo para mim, e eu carrego até hoje comigo as coisas que aconteceram. Mas, pô, perder as coisas assim, sem... eu não consigo imaginar. Eu imagino que seja algo próximo da guerra, que as pessoas voltam realmente transformadas, nunca mais conseguem ser elas mesmas, acho que deve ser por aí. [...] Tristeza, né, você sente tristeza. Você fica magoado pela situação. O ser humano tem alguma empatia pelo outro, né, mesmo que ele não conheça. As histórias emocionam a gente. (Entrevista realizada em 27/10/2015)

Quadro 2 – Transcrição das falas relacionadas às repercussões da morte de Rodrigo na vida dos sobreviventes

A Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) declara que os Estados membros das Nações Unidas devem se basear no princípio de que a saúde "é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946). Em 1998, foram incluídas as preocupações com espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais como dimensões importantes da saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1998). Considerando as proposições da OMS, são considerados definidores de saúde, além do adoecimento, as inter-relações dos aspectos físico, psíquico e social do sujeito e do ambiente em que vive; suas percepções acerca de si mesmo; seu sistema de valores, objetivos, expectativas e preocupações.

Por se tratar do eixo temático mais importante e extenso deste trabalho, ele foi dividido em quatro níveis: Repercussões físicas; Repercussões afetivas; Repercussões sociais e econômicas; e Repercussões religiosas, espirituais e existenciais, com base na definição de saúde da OMS. Tal definição é coerente com este trabalho por se tratar de discussão e análise das consequências psicossociais da morte de Rodrigo na vida dos sobreviventes. A divisão é apenas didática, pois entendo que os níveis sejam complementares, interligados, indissociáveis e se influenciam mutuamente.

- **Repercussões físicas**

> Eu levei vários tiros, sete tiros no total. Eu não posso mais levantar peso, que desloca a minha clavícula. (NELSON, 2014).[15]
>
> Um tiro passou de raspão aqui e o outro zuou a minha perna que já era zuada. (CLÁUDIO, 2014).[16]

Considero como repercussões físicas, todas as consequências do caso estudado no corpo dos sobreviventes: como os sintomas físicos de doenças; sequelas da violência; e expressões físicas das emoções – distúrbios gastrointestinais, alterações nos batimentos cardíacos, sudorese, tremor, choro e expressões faciais.

Dalbosco (2006) entrevistou mães e irmãos de jovens assassinados e observou que as principais repercussões físicas das perdas foram nervos abalados, pressão alta, derrame e problemas de coluna. Bussinger (2010, p. 83), em pesquisa realizada com grupos de mães e

[15] Sobrinho de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.
[16] Amigo de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

familiares vítimas da violência no Espírito Santo, descreve como consequências psicossomáticas da dor da perda a "hipertensão, diabetes, perda de peso, alteração do sono, problemas cardíacos e alterações fisiológicas (como taquicardia)". Oliveira (2013) entrevistou vítimas indiretas de homicídios, na Bahia, e as somatizações relatadas foram também hipertensão e diabetes.

Na dissertação intitulada *Relatos de sangue: apresentação de mundos de famílias negras vítimas ocultas da violência*, realizada em Natal, os principais problemas físicos mencionados são as doenças cardiovasculares, associadas pelos familiares a "dificuldades pelas quais passam no processo de busca de justiça, [...] à pressão de lidar com os obstáculos que enfrentam" (OLIVEIRA Jr., 2010, p. 131)

Débora, líder do movimento Mães de Maio, narra que, ao perder seu filho, vítima de violência policial durante os crimes de maio de 2006, foi medicada com tranquilizantes, deixou de se alimentar adequadamente por quarenta dias e, quando o marido pintou a casa ao término desse período, passou mal e foi internada por fraqueza e problemas pulmonares. No hospital, sentiu-se instigada pela memória do filho a lutar por justiça e, desde que passou a militar, declara não estar mais tomando tranquilizantes, apenas remédios para dormir. Rita, mãe de Brunno de Cássio, assassinado no Jardim Rosana, em São Paulo, em 2012, passou a tomar calmantes e remédios para a pressão, que baixa quando está muito deprimida, além de ter se tornado diabética (NWABASILI, 2014).

Parkes (1998) explica que o luto produz efeitos no sistema imunológico, que passa a produzir menos células supressoras – de defesa, a saber, os linfócitos –, o que torna o organismo mais suscetível a infecções. As reações fisiológicas mencionadas pelo autor estão ligadas ao estresse e à sensação de alarme:

> Perda de apetite e de peso, dificuldade em conciliar o sono, distúrbios digestivos, palpitações, dores de cabeça e dores musculares parecem refletir perturbações gerais no controle nervoso dos processos corporais na direção de uma estimulação da atividade simpática com inibição das atividades parassimpáticas ou vegetativas. (PARKES, 1998, p. 54).

Na presente pesquisa, Nelson e Cláudio, respectivamente sobrinho e amigo de Rodrigo, vítimas primárias e sobreviventes da chacina, relataram consequências físicas da tragédia em suas vidas em decorrência dos tiros que levaram: Nelson não pode levantar peso por ter quebrado a clavícula e Cláudio não pode praticar esportes porque teve uma lesão no joelho. A família mencionou que Cláudio e Guilherme, primo de Rodrigo, tiveram emagrecimento significativo após o ocorrido. O emagrecimento é atribuído à causalidade

afetiva, atrelada ao medo e à revolta. A dificuldade para dormir não foi explicitada, mas, pode-se supor que Janete e Nelson, ao relembrarem e reviverem as cenas traumáticas quando estão deitados à noite, tenham seu sono prejudicado.

Janete chora nos dias em que o sofrimento, a saudade e a revolta se tornam insuportáveis e sente vontade de "sair gritando na rua". A expressão física da dor por meio do choro é comum entre familiares vítimas de mortes violentas. Ao analisar o que foi relatado por Janete, referimos Parkes (1998, p. 111), que aborda em seu livro sobre luto, as reações de viúvas deprimidas, que descreveram sentimentos de pânico "em momentos nos quais tinham vontade de sair correndo, se tivessem para onde ir".

Assim, em relação às demais pesquisas consultadas, os sintomas físicos coincidentes são o emagrecimento, a provável alteração no sono e o choro. As demais repercussões físicas observadas, sequelas da violência no corpo dos sobreviventes, são específicas do caso estudado.

- **Repercussões afetivas**

> Você tenta viver, você tenta ser alegre, mas você não é. Você ri ali fora, você chega aqui dentro, e sua risada não tem mais valor para você. Acabou com tudo, minha filha, com tudo, com tudo. [...] Nem que eu ganhasse na Mega-sena, a felicidade não volta. (JANETE, 2014).[17]

As repercussões afetivas são aqui definidas como aquelas que afetam os entrevistados tanto na expressão do momento das emoções quanto na forma mais duradoura dos sentimentos que permanecem, abarcando os "estados pertencentes à gama prazer-desprazer, como, por exemplo, a angústia em seus diferentes aspectos – a dor, o luto, a gratidão, a despersonalização –, os afetos que sustentam o temor do aniquilamento" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 164).

As repercussões afetivas relatadas pelas vítimas primárias, familiares diretamente vinculados a Rodrigo, que tiveram contato com a cena de sua morte, a mãe e a irmã, e os sobreviventes diretos da chacina, o sobrinho e o amigo de Rodrigo, estão intimamente ligadas ao luto e ao trauma.

A experiência do luto é influenciada pelo grau de parentesco, a força do apego, as perdas anteriores de pessoas significativas, a saúde mental, o tipo de morte (prematura, violenta), o gênero (mulheres comumente, nas pesquisas, se expressam mais em relação a

[17] Mãe de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

seus sofrimentos afetivos), a idade, a rede de suporte familiar e social, a religião (crenças e rituais), os fatores culturais e familiares que influem na expressão do pesar e no significado da perda e estresse secundário (ameaças à vida dos sobreviventes) (PARKES, 1998).

Thompson, Norris e Ruback (1998) sugerem que, para que se compreenda a experiência de luto de familiares por homicídio, chamados por eles de "*co-victims*", devam ser observados três momentos a serem acessados por meio de suas narativas: o pré-evento – a trajetória de vida da vítima, seu papel e sua relação com a família; o evento propriamente dito – as circusntâncias; e o pós-evento – como se dá a vivência após a perda.

As mortes violentas, por serem inesperadas, são preditoras de luto complicado. A ruptura brusca e inesperada, sem preparo, tem uma potencialidade de desorganização, paralisação e impotência. São chamadas por Kovács (2003) de mortes escancaradas, por ocorrerem nas ruas, diante de todos, inclusive crianças, de maneira brutal, sem possibilidade de proteção ou previsibilidade, tornando todos vulneráveis.

As chacinas, ao envolverem mortes repentinas e inesperadas, perdas múltiplas, mortes violentas e precoces e ação humana, representam, de acordo com Parkes (1998), risco para a saúde mental. O autor afirma que testemunhas e sobreviventes apresentam alto risco de desenvolver TEPT, que pode coexistir com o luto e criar complicações para a sua elaboração. São perdas traumáticas, que podem gerar sentimentos de desamparo e desconfiança.

> Ante um acontecimento traumático, o mundo presumido tem a sua validade abalada, abrindo espaço para um imenso vazio. O antigo conceito filosófico da vida é rompido, questionando a veracidade de nossas crenças pessoais, as quais não podem mais explicar/significar o terror vivido. (GREGIO et al., 2015a, p. 200).

Esses sentimentos são agravados quando há suspeita de responsabilidade de agentes do Estado. Os familiares e sobreviventes precisam de apoio emocional e jurídico, mas não possuem referências confiáveis de instituições a que possam recorrer. Sem o suporte necessário, além do sofrimento psíquico, pode haver adoecimento físico, desestruturação social, econômica e familiar.

Outro fator envolvido é a idade das vítimas de homicídios em chacinas, em geral jovens. Com a morte prematura, há uma inversão cronológica do ciclo esperado da vida. Projetos e sonhos com o futuro são interrompidos.

> O homicídio de um jovem além ser um evento violento é também prematuro, o que representa para a família, um grande infortúnio, principalmente devido à concepção de que a morte de um jovem é uma "morte antes do tempo". Assim, a perda de um filho, por exemplo, representa a troca da ordem natural da vida e da morte. [...] A

> prematuridade e o sentimento de injustiça relativo à morte podem levar os membros da família a um profundo questionamento do sentido da vida. (COSTA, 2015, p. 33).

No caso estudado, da morte de Rodrigo, jovem negro de 22 anos, em uma chacina, em 2012, na periferia de São Paulo, há inúmeros fatores agravantes do luto dos familiares, em especial da mãe, Janete.

Janete é uma senhora idosa. Já era viúva quando adotou Rodrigo quando tinha apenas três meses, fragilizado, correndo risco de vida. Toda a família de Janete empenhou-se em lutar pela sobrevivência do bebê, alimentando-o e vigiando seu sono em turnos alternados. Nas entrevistas, os familiares relatam que Rodrigo era protegido por seus irmãos, querido pela família e pela vizinhança. Quando começou a trabalhar como pintor de paredes, entregava seu salário para a mãe pagar as contas da casa e ficava com o vale alimentação para suas despesas. Fazia companhia para Janete e ela desejava nunca se separar dele, planejando, inclusive, construir uma casa no mesmo terreno da sua para que ele morasse quando constituísse família e, assim, se mantivesse perto. A matriarca teme pela segurança e pela vida dos sobreviventes e testemunhas da chacina que vitimou Rodrigo. Atribuem a responsabilidade a policiais, mas não há evidências, pois as testemunhas não realizaram depoimento, por medo. Não se sentem amparados psiquicamente ou juridicamente e não conhecem ONGs ou instituições públicas em que possam confiar. Além de Rodrigo, cinco filhos biológicos de Janete morreram enquanto ainda eram crianças e três já adolescentes, por armas de fogo.

Assim, há como complicadores: as perdas anteriores, o forte vínculo, a dependência afetiva e financeira, a idade da vítima, a circunstância violenta do óbito e as fontes de estresse secundário, marcado pela ameaça à vida dos sobreviventes e pelo desamparo.

Em algumas situações, as perdas múltiplas funcionam como preparo para perdas futuras (PARKES, 2009). No caso de Janete, a morte de seus filhos pequenos parece não ter representando tanto quanto a morte de Rodrigo. Ela afirma sentir saudades do filho que morreu baleado em uma tentativa de assalto, Juliano, mas, em relação a esse filho, seu luto "não é autorizado" (CASELLATO, 2015). Não se permite vivenciar a dor da perda ao afirmar que o filho teria buscado a própria morte ao se envolver com a criminalidade. Soares, Miranda e Borges (2006, p. 104) afirmam: "Muitos familiares e amigos culpam as vítimas por terem escolhido o caminho do tráfico. [...] Afinal, essas vítimas 'procuraram a própria morte'".

Costa (2015, p. 41) menciona os trabalhos de Asaro (2001) e de Clements e Burgess (2002) sobre as repercussões de homicídios na vida dos familiares sobreviventes ao afirmar que o estigma social envolvido nas mortes por homicídio, especialmente nos casos em que a

vítima exibia “comportamentos de risco”, pode produzir sentimento de isolamento e de “desprivilégio no seu direito de vivenciar o luto pela perda. A morte por homicídio, nesse contexto, é entendida como merecida e o sofrimento da família é negligenciado, pois não vale à pena.”. Da mesma forma, as atividades anteriores da vítima do homicídio influenciam a maneira como a comunidade reage à morte, oferecendo ou não suporte social e afetivo à família.

Entre as repercussões afetivas mencionadas por Dalbosco (2006), em seu estudo sobre as ressonâncias de mortes violentas na vida dos familiares de vítimas de crimes violentos, realizado em Brasília, estão sentimento de vazio, medo, insônia, fragilidade, ideias suicidas, desespero frente às circunstâncias, desejo de morrer, alcoolismo velado, solidão, dificuldade em suportar o peso da vivência, falta de disposição frente à vida, problemas de memória, sentimento de não ter mais energia e depressão.

A fala de Janete “a morte do Rodrigo matou nós” ilustra aquilo que Oliveira (2013), ancorado em Parkes (1999), denomina “experiência de dano do Eu”: a sensação de perda e morte de si mesmas vivenciada pelas mães logo após o assassinato de seus filhos, que, perdurando por períodos mais longos, é associada à depressão. “Como o mundo interno fica ‘bagunçado’, devastado pela violência letal, os familiares ficaram com a sensação de que não foram os entes queridos, mas eles mesmos, que foram mortos” (OLIVEIRA, 2013, p. 143).

Vera, membro do grupo Mães de Maio, por ter tido seu genro, Joey, e sua filha, Ana Paula, que estava grávida, assassinados durante os Crimes de Maio de 2006, na Baixada Santista, expressa esse tipo de sensação relatada por grande número de mães que tiveram seus filhos vítimas de homicídio:

> Depois que a Ana morreu, eu vegeto. A gente não vive mais. Você não tem mais vida, você não dorme, não come direito. E aí você passa por aquela fusão de “será que eles vão voltar e vão pegar mais um?”. Porque quem tem filho não pode falar muito. [...] Eu tenho medo pelos meus filhos, tenho medo pelas pessoas que vivem à minha volta. Mas não tenho medo por mim mesma. Eu já estou morta. Se eles me matarem hoje, é um favor que eles estão fazendo. Eu eles já mataram quando mataram a minha filha. A real de todas as mães é essa: quando você perde um filho, 99% da sua vida está indo junto. [...] Por conta dessas mortes não explicadas, temos mãe que já morreu de desgosto, temos mãe com câncer gravíssimo, temos mãe que abriu mão de tudo, temos mãe que já ficou louca. Nós só temos esse direito na nossa vida: ou nós fica louca, ou nós se mata ou nós entra numa depressão profunda. A gente não tem mais pra onde correr. (NWABASILI, 2014, p. 181-182).

Os sentimentos de tristeza e saudades são igualmente frequentes nos depoimentos de outros membros do grupo Mães de Maio:

> Senti na pele a dor e a perda, pois fazem 9 anos que sinto esta dor. Meu filho tinha só 18 anos, quando [...] Dispararam, então, 6 tiros, sendo que 3 pegaram no meu filho, que morreu na hora. Hoje estou muito triste, nem sei e nem tenho forças para descrever; só sei dizer que a dor é tão grande que às vezes eu acho que não vou suportar. (SÃO PAULO [Estado], 2008, p. 23)

Janete nos revelou que, quando sorri, está escondendo a tristeza que vivencia internamente. Sua filha, Marta, afirma que a mãe "perdeu o chão", ficou desestabilizada e nunca mais foi a mesma. Rita de Cássia Monteiro passou por experiência semelhante, conforme revela em seu depoimento no livro *Do luto à luta: mães de maio*.

> Não tem como explicar o quê uma mãe e um pai sentem quando ficam sabendo que perderam um filho de uma forma tão brutal e tão estúpida como foi a do meu filho Rogério. A gente fica sem chão. Bom, aí foi a correria de fazer o velório e depois o enterro, só que eu estava tão dopada de remédio que eu nem me despedi direito do meu filho Rogério. Só que depois disso tudo eu passei a ser outra pessoa, foi quando me deu depressão, problema de pressão alta, labirintite, foi só problema atrás de problema. (MÃES DE MAIO, 2011, p. 45).

O uso de tranquilizantes que suprimam a expressão do luto, como no caso de Rita de Cássia, pode, na realidade, prolongar o luto, pois, de acordo com Parkes (1998), esses medicamentos impedem a expressão dos sentimentos.

Para Janete, as lembranças trazem o choro, principalmente no período noturno e nas datas comemorativas, que afirma não serem mais celebradas. Passar em frente ao bar onde ocorreu a tragédia, situado ao lado de sua casa – que, mesmo tendo sido reformado, manteve os buracos de tiros na porta – potencializa a dor, mas ela não pretende se mudar de bairro, pois acredita que as saudades a acompanharão onde estiver. Já tirou do quarto do filho todas as coisas que eram dele, doou os móveis e roupas e pintou a casa, mas os mesmos sentimentos de saudade e de tristeza continuam presentes.

Mudar de casa ou de cidade poderia implicar em mais perdas sociais e de convivência e a levaria a afastar-se de um local onde, além do trauma, houve experiências boas. Esse tipo de mudança, para Parkes (2009) representa mais um tipo de luto. No momento em que se "perde o chão"; expressão que traduz o início do processo de luto, envolvendo a ruptura das sensações de "segurança, esperança, entusiasmo e previsão de futuro" (AGNESE et al., 2012); pode ser delicado mudar. Por outro lado, a reexposição a estímulos que tragam a perda traumática à mente pode aumentar o sofrimento e prolongar o luto.

Janete arrepende-se de ter visto o filho morto, encolhido, deitado na poça do sague que vertia dos furos de tiros em sua cabeça e tórax. Além da dor da perda inesperada, a cena,

classificada como “muito feia”, foi traumática por conta da violência e da mutilação do corpo do filho e, assim, ainda se repete em seu pensamento. Rituais fúnebres são sabidamente importantes para a despedida. Quando ocorre o desaparecimento de um familiar, é comum que sobreviventes tenham suas vidas paralisadas e continuem procurando o desaparecido. Assim, ver o corpo de quem morreu pode ser importante para o fechamento, ou *closure* (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). Por outro lado, quando o corpo está mutilado, o reconhecimento pode ser muito traumático.

> A mutilação do corpo costuma ser um fator agravante, acarretando frequentemente revolta e desespero. Sabe-se que o estado em que fica o morto pode ter fortes influências nas memórias e lembranças, que se têm dele. Em casos de morte repentina, quando não há informações de como ocorreu, pode haver dificuldades no processo de luto consciente. (KOVÁCS, 1992, p. 155).

Parkes (1998) afirma que as lembranças de quem testemunhou mortes inesperadas e precoces serão dolorosas, que podem persistir, impedindo lembranças felizes, o que interfere no trabalho do luto e caracteriza um dos critérios do TEPT.

Diante desse dilema, o sofrimento do reconhecimento do corpo é difícil de ser evitado. Alguém fará o reconhecimento, seja familiar ou amigo. Quando ocorrem mortes violentas, escancaradas, a cena é traumática, e não é possível negar o quanto é horrível. Para que o sofrimento seja evitado, é fundamental que haja diminuição dos índices de mortalidade de jovens, principalmente aqueles que são moradores das periferias, que deixam grande número de vítimas primárias e secundárias afetadas pelo luto e pelo trauma. E é importante que aqueles que estão relacionados às vítimas ocultas possam receber acolhimento social e terapêutico.

Com a morte prematura e violenta, os projetos e sonhos dos pais em relação ao filho são interrompidos. Rita de Cássio Souza, mãe de Brunno de Cássio Cassiano Souza, vítima de uma chacina no Jardim Rosana, bairro perifério da zona sul de São Paulo, a respeito da morte do filho, afirma: “O Brunno era o único comigo, meu companheiro. Ele era tudo meu, minha vida. Ele não está aqui hoje, mas tinha projetos, sonhos, vontades. Eu tinha sonhos e projetos pro meu filho e eles cortaram tudo isso” (NWABASILI, 2014, p. 31-33).

Sobre as mortes realizadas por policiais no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, em 2007, registradas como autos de resistência, no que foi chamado de “Chacina do Pan” (aproveitando-se da realização dos Jogos Panamericanos na cidade, intensificaram-se os processos repressivos e exterminadores sobre os segmentos mais pobres da população), o

advogado João Tancredo, fundador e presidente do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), comenta:

> Os números, embora alarmantes, são incapazes de alcançar a dimensão da dor – individual e coletiva. Quem são essas 1.330 pessoas? Em que circunstâncias foram mortas? Que entes queridos deixaram? Ou será que nenhuma delas era querida por alguém? E as mães, pais, filhos, avós, afilhados, namorados, noivos, esposas, patrões, colegas de trabalho, amigos? Será que as mães, os pais e a família dessas pessoas não investiram e projetaram nelas um futuro? Será que, para quem fica, não existe a sensação de projeto abortado? Por que a dor, o sofrimento e as vozes das famílias, em quase 100% dos casos, só chegam ao noticiário dominante quando a vítima é de classe média ou alta? (apud FORTES, 2008, p. 30).

Janete lamenta todos os projetos que não pôde realizar por Rodrigo. Ela ambicionava comprar um carro para ele quando recebesse o dinheiro do inventário da morte de seu marido e fazer um seguro de vida para colocar em nome dele, para deixá-lo amparado, uma vez que ele não possuía vínculos com familiares consanguíneos, e podia contar apenas com o suporte de sua família adotiva. Quando passa em frente a lojas, lembra-se do filho ao ver roupas que ele queria comprar. Ele desejava, um dia, conhecer sua mãe biológica, mas não pôde realizar seu sonho.

Nelson, sobrinho de Rodrigo, após ter sobrevivido à chacina, passou a se esconder de tudo, não confiando em ninguém e sentindo-se desprotegido. Permanece alerta em relação a pessoas que se aproximem sem aviso na rua e reage de maneira instintiva "partindo para cima", ao se sentir ameaçado. Tem como mote de sua vida aquilo que revela ter aprendido desde a infância: "Tem que ficar esperto, se der para correr, corre, se não, vai morrer lutando".

Nelson tem lembranças da infância em que via a polícia em frente ao portão de sua casa agredindo fisicamente seus vizinhos e disparando tiros. Aprendeu a correr para dentro de casa para se proteger e a temer ser ferido por membros da corporação. Nelson se entristece diante dos desrespeitos e humilhações cometidos pela polícia. Um jovem participante de grupo focal no Rio de Janeiro narra no livro *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza* seu sentimento de revolta ao passar por experiência semelhante:

> Cara, foi tipo assim, eu nasci aqui, sempre vivi aqui na favela e vendo o quê? Vendo a polícia entrando, subindo a passarela ali, e já dando tiro prá cá pra dentro. E se dane quem tava no meio da rua, tá entendendo? Se dane, eles não querem nem saber... eu cresci vendo a polícia massacrando meus familiares, meus amigos e o pessoal da comunidade. Eu cresci vendo a polícia dando tapa na minha cara, enfiando porrada. Esculachando minha família, minha mãe e me mandando ir

> embora, entendeu? Essa é uma coisa que vai despertando uma revolta, sabe? (CASTRO et al., 2001, p. 77).

Baierl (2008) realizou pesquisa com diversos segmentos sociais sobre o medo da polícia e a percepção de ameaça que ela representa. Foram entrevistados um grupo de *rap* de uma favela; um grupo de crianças e adolescentes de uma favela; um grupo de evangélicos; representantes do poder executivo e legislativo; traficantes; moradores de favelas; lideranças de movimentos sociais e profissionais de organizações públicas e privadas. A autora concluiu que o medo de policiais é compartilhado por todos os grupos entrevistados. Os moradores de bairros de clase média temem sofrer agressões, não terem reconhecidos seus direitos e sua cidadania e serem confundidos com criminosos. Já os moradores de favelas baseiam o medo que sentem em ações concretas vividas em seu cotidiano:

> [...] invasão de domicílio, preconceito, discriminação, desrespeito, tiroteios, cobranças de propinas, agressão entre outros, vivenciadas pelos moradores, sejam eles criminosos ou não. O sentimento expresso pelos moradores é de ameaça, humilhação, discriminação, raiva, ódio, insegurança e de um medo assustador em relação ao policial. (BAIERL, 2008, p. 145).

Endo (2005) considera que os preconceitos de classe, cor e posição social arraigados na sociedade direcionam a ação de policiais ao cometerem violências contra aqueles que julgam como suspeitos. Para Fernandes (2009) a violência policial apoia-se no sentimento de medo e insegurança da população para legitimar-se por meio de humilhações e execuções. De acordo com Ferrer (2014, p. 5) há uma divisão maniqueísta entre os considerados “cidadão de bem (ou de bens) e os maus”. Os “maus”, tidos como ameaça à população, “podem ou devem ser eliminados”.

> No entanto, permanece fora da discussão que esses cidadãos de territórios marginalizados devem ser tratados respeitando seus direitos, sua cidadania. [...] A violência policial nesses territórios é uma consequência dessa opção governamental ao olhar a exclusão social como “questão de polícia”, no entanto é necessário desconstruir essa ótica criminal que tenta esconder a desigualdade social e de infraestrutura. (FERRER, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva, as humilhações sofridas e testemunhadas por Nelson, que geraram os sentimentos de medo e tristeza, seriam uma forma de controle social, de manutenção de quem está à margem, na periferia: o medo coíbe reivindicações por melhorias nos serviços públicos e infraestruturas e faz com que se contentem com a sobrevivência.

No dia da chacina, Nelson estava atento aos sinais do ambiente: carro estranho circulando, pessoas com atitude suspeita se aproximando. Tentou avisar os demais presentes no bar acerca de suas percepções, mas o som alto não permitiu que ouvissem. Quando os atiradores se aproximaram, ele jogou sobre eles uma mesa do bar e fugiu correndo, ação que permitiu que Cláudio também fugisse e não fosse assassinado. Um tiro perfurou seu ombro e outros passaram de raspão. Ao ser internado para tratar dos ferimentos, foi fotografado por policiais que, segundo relata, apertavam as feridas e riam, o que o levou a fugir do hospital e cuidar das lesões na casa de uma vizinha enfermeira. Ele e os familiares ficaram, então, um mês na Bahia, e, no dia em que retornaram, Nelson observou homens armados circulando de carro pela rua e, mais uma vez, escapou da morte, escondendo-se sobre o telhado da casa.

Sua vivência enquanto jovem, negro, morador da periferia de São Paulo, sobrevivente de uma chacina e de tantas outras situações de violência com risco de vida, ao mesmo tempo em que o faz lutar por sua vida, traz sofrimento, por perceber que sua existência não é valorizada, que é descartável como o lixo, apesar de, como tantos outros jovens na mesma situação, se esforçar para estudar e trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A declaração de Abramovay (2015, p. 20-21) confirma sua percepção: "A única explicação para a aceitação de uma polícia tão letal é a visão, pelo conjunto da sociedade, de que há vidas descartáveis". Zaffaroni (2012, p. 310, grifo do autor) explica que:

> Apesar de a *enorme maioria de eles não* ter cometido nenhum crime, são projetados como *potenciais delinquentes*, sob a alegação de que nunca saberemos quando passarão da espreita à ação, mas assegurando que o farão; por isso, eles são maus e temíveis e ninguém deve assumir sua defesa nem discutir o que mostra a imagem, que é a única realidade midiática.

Recai sobre jovens como Nelson, Cláudio e Rodrigo a representação do mal social, como potenciais delinquentes e, portanto, a ideia de que suas vidas são descartáveis.

Quando fecha os olhos, Nelson ainda vê e escuta o barulho dos tiros. Essa repetição, ou revivescência, além do estado constante de alerta, caracterizam sintomas de TEPT. Segundo o MANUAL DE DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICA DOS TRANSTORNOS MENTAIS (DSM-V), o TEPT se caracteriza como resposta de medo intenso diante de evento caracterizado por perigo de morte ou de lesão grave, sofrido ou testemunhado, memórias vívidas recorrentes do acontecimento, sonhos ou pesadelos repetidos com a cena, agir ou sentir como se o acontecimento traumatizante estivesse acorrendo novamente, hipervigilância

e esforço para evitar contato com estímulos associados ao trauma (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Soares, Miranda e Borges (2006), basearam-se no DSM para verificar a prevalência de TEPT entre as chamadas vítimas ocultas das mortes violentas de jovens no Rio de Janeiro, as vítimas primárias, sobreviventes e testemunhas; e secundárias, que tinham vínculos com o morto. Metade dos colaboradores afirmou se lembrar da morte violenta de parente ou amigo diariamente. Datas significativas e lugares marcantes trazem saudade, sofrimento e estresse. A lembrança da morte violenta de entes queridos dos entrevistados causa, com frequência, reações físicas, como "perna mole" e diarreia; e afetivas, como crises de choro, depressão e distração.

Cláudio, amigo de Rodrigo e de sua família, também está permanentemente em estado de alerta e com medo de que uma nova tragédia aconteça. Nelson relata que o amigo ficou com a "mente bagunçada" após a chacina, deixando de ser um rapaz tranquilo, "suavão", ficando ansioso e paranoico. Cláudio sente muito medo de andar sozinho na rua por ser negro – estereótipo do suspeito, na visão dos policiais – e passou a sair de casa apenas para trabalhar e fazer o estritamente necessário, somente no período diurno. Não sai mais à noite e, por isso, abandonou um de seus empregos.

Estranha o fato de ter sobrevivido enquanto outras pessoas igualmente boas e, portanto, merecedoras da vida, morreram. Suponho que se sinta culpado por ter sobrevivido, tal qual sobreviventes aos campos de concentração nazistas que, de acordo com pesquisa realizada por Kval (1951) mencionada por Parkes (1998), tiveram reações depressivas sérias e forte sentimento de culpa por terem sobrevivido, enquanto familiares e amigos haviam sucumbido. Endo (2005, p. 239) faz uma análise psicanalítica do relato de sobrevivência ao holocausto feito por Primo Levi (1990):

> Após o trauma, o ego permaneceria psiquicamente degradado e o superego, como um carrasco exemplar, se aproveitaria dessa fraqueza para mortificá-lo. O sentimento de culpa, profundamente singular, se instalaria como culpa de ter sobrevivido. Uma mimetização da autoridade do agressor – que Freud sugeriu quando se preocupou em diferenciar o sentimento de culpa da consciência moral – como se esta mimetização da culpa pudesse arrancar qualquer orgulho (amor) narcísico extraído da proeza de ter sobrevivido em condições ostensivamente adversas.

Cláudio sente tristeza, raiva e revolta em relação às execuções, que tomaram a todos os presentes no bar de surpresa, desprevenidos e vulneráveis. Gostaria que fosse feita justiça e que os responsáveis pela crueldade fossem condenados e presos. Por instantes, deseja depor,

mas teme passar a ser perseguido e sentir que sua vida corre ainda mais risco. Os sentimentos de inconformidade, raiva e impotência diante da injustiça, da impunidade dos responsáveis e da impossibilidade de evitar a morte de outras pessoas queridas são igualmente relatados pelos sobreviventes entrevistados por Oliveira Jr (2010).

O medo de ser vítima de nova violência ou de que algum familiar possa ser assassinado por ser testemunha do crime ocorrido está presente também na fala de Marta. De acordo com Soares, Miranda e Borges (2006, p. 13), o temor de Janete, Marta, Nelson e Cláudio é embasado na realidade:

> A impossibilidade de obter justiça quanto ao homicídio deixa as vítimas indiretas num abismo de vulnerabilidade, tanto em sentido físico quanto psicológico. Frequentemente, a tentativa de processar os culpados pode ter como primeira consequência uma nova agressão, talvez fatal, contra os sobreviventes. Dessa forma, num cenário de falência generalizada os mecanismos sociais e jurídicos de produção de justiça, é comum que o entorno da vítima, e não o algoz, acabe pagando o preço pelo crime. As famílias das vítimas das ditaduras conhecem muito bem esse quadro. Geralmente, o crime fica impune não porque se ignore a identidade do assassino, mas porque não há nada a ser feito para transformar esse conhecimento em punição legal.

Kamimura (2008) afirma que, além de se sentir intimidados, com medo e inseguros, os sobreviventes, muitas vezes, não se percebem como sujeitos de direitos que foram violados, e a violência passa a compor o cotidiano de maneira “natural” e “banalizada”.

Dentre os sentimentos relatados pelas vítimas secundárias, os mais frequentemente relatados são tristeza, revolta e impotência. Porém, em alguns casos, a inconformidade gera engajamento em movimentos sociais e políticos em prol da alteração do contexto de desigualdades e mortes de jovens negros na periferia da cidade.

As crianças da família de Rodrigo que já falam, expressam os sentimentos de saudades e de medo. Os filhos representam o futuro, dentre as incertezas do porvir. As crianças parecem dar sentido para a vida dos pais enlutados. Marta diz se “espelhar” no filho para seguir adiante. Alice, apesar de sentir que o mundo está cada dia mais violento e beirando o colapso, se propõe a viver por seu bebê, e descobrir as surpresas e mistérios que a vida pode lhe reservar. Mesmo antes de nascer, de acordo com Alice, seu bebê já sofre e suporta, junto com ela, a dor do luto e das saudades.

As crianças pequenas, apesar de ainda não compreenderem a tragédia, são afetadas pelo sofrimento dos familiares. Depreende-se da fala de Cícero que compreende que a maternagem é afetada pelo luto, uma vez que, segundo ele, para as mães que perderam seus filhos “a história acabou”, elas apenas sobrevivem e respiram para criar os filhos que não

morreram. Marta considerou não comemorar o aniversário de seu filho, Pedro, por ele ter nascido dias antes do assassinato de Rodrigo. Reavaliou a decisão, porém, compreendendo que o filho não é responsável pela morte do tio e, portanto, deveria ter sua vida celebrada. As crianças mais velhas verbalizam o sentimento de saudade e medo e questionam a razão da morte do tio.

Na matéria intitulada *Quando a gente perde um filho, os outros perdem uma mãe*, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15 de maio de 2016, Vera Lúcia dos Santos, de 60 anos, fala da tristeza ao perder sua filha, Ana Paula, que estava grávida durante os crimes de maio de 2006. Vera sente como se tivesse morrido junto com a filha e a depressão dificulta a manutenção dos cuidados com outros membros da família (RESK, 2016).

De acordo com Kovács (2012), as crianças, assim como os adultos, precisam de tempo para elaborar o luto. Aquelas em idade pré-escolar compreendem o mundo com o pensamento mágico-animista e onipotente, acreditando-se centro do universo. Vivenciam fantasias de que seus pensamentos destrutivos possam interferir na vida e na morte dos entes queridos, por isso sentem-se culpadas e temem que o mesmo possa ocorrer com elas como retaliação. Deparam-se com a fragilidade e com a finitude da vida de seus familiares e de si próprias, o que ocasiona o medo.

As mais velhas passam a compreender a irreversibilidade da morte, sua universalidade – que tudo o que é vivo morre e também que a morte pode ocorrer com elas e com quem é próximo delas –, compreendem também a característica de não funcionalidade – que as funções definidoras da vida cessam com a morte. Crianças que tiveram contato direto com a morte compreendem melhor o que ela significa e tornam-se realistas em relação ao tema (TORRES, 1999).

No presente caso estudado, há como agravante a violência com que se deu a morte e o fato de os responsáveis pela chacina não terem sido punidos, fazendo com que a família se sinta vulnerável e receie, inclusive, pela vida das crianças. Assim, o medo que as crianças sentem não é totalmente abstrato ou fantasioso, é um medo direcionado a policiais militares. Pesquisa realizada por Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016) indica que, na cidade de São Paulo, apesar de os números gerais de homicídios terem diminuído, a letalidade policial continua elevada e foi responsável, em 2014, por 21% do total de homicídios.

Apesar dos dados estatísticos, que indicam que 95% das vítimas de homicídio com idade entre 15 e 29 anos, em 2012, eram do sexo masculino (WAISELFISZ, 2015), Alice afirma não se preocupar de antemão com o sexo de seu bebê. Tomando como referência sua

própria experiência, sabe que menino ou menina, tal qual ocorreu com ela, passará por dificuldades.

A família demonstra comunicar-se de maneira explícita e direta sobre a morte com as crianças, sem considerar o assunto tabu. Estão expostas ao contexto traumático da violência, mas seria difícil poupá-las, quando a realidade é de fato dura. É importante que haja comunicação sobre a morte com a criança. "A morte da mãe, do pai ou de um irmão provoca uma imensa dor, falar dessa morte não significa criar ou aumentar a dor, pelo contrário, pode aliviar a criança e facilitar a elaboração do luto" (KOVÁCS, 1992, p. 48).

Torres (1999) recomenda que sejam dadas explicações sinceras, simples e objetivas com base na experiência da criança, perguntando, em seguida, o que ela compreendeu e, em caso de dúvidas, responder assumindo as próprias dúvidas e incertezas com carinho e coerência, considerando explicações filosóficas/religiosas e as próprias crenças. É importante ainda o acolhimento aos sentimentos de saudade, tristeza, culpa e raiva manifestadas.

Cícero comenta a indicação, feita nos postos de saúde públicos, de que crianças que perderam os pais tomem antidepressivos e revolta-se com isso. Considera que os antidepressivos não permitirão a volta do tempo ou a anulação das mortes. O sofrimento e todas as etapas do luto serão vividos pelas crianças e familiares. O melhor que pode ser feito é o acolhimento da criança e da família, em contexto social e terapêutico, que transforme a dor individual em percepção do contexto social amplo em que se insere.

Um exemplo desse tipo de acolhimento é o trabalho realizado no Grupo de Cidadania do Cravi, que oferece atendimento público interdisciplinar psicológico, jurídico e social e se propõe a

> [...] estimular a vivência do protagonismo social com o sentido de promover questionamentos sobre as formas de constituição dos laços sociais, o acesso às instituições e/ou redes de apoio e a circulação no próprio território ou comunidade, valorizando o contexto social e histórico dos cidadãos que sofreram violações de direitos. [...] Realizar uma intervenção que contextualize seu lugar social, o momento histórico e seus desdobramentos, provoca o sujeito a se posicionar de outra forma e buscar alternativas coletivas. (OLIVEIRA; CARITÁ; ERNESTO, 2008, p. 121).

Guilherme, primo de Rodrigo, na época da entrevista tinha 16 anos, e morava na casa de Janete na época da chacina, mas foi visitar uma tia na data, o que permitiu que se salvasse. A família conta que ele emagreceu e se tornou um rapaz calado, que não expressa o que está sentindo. Ele esteve presente durante toda a segunda entrevista realizada com a família e proferiu apenas uma frase, para expressar seu sentimento de revolta.

A vizinha, Alice, por outro lado, expressou seus sentimentos de forma detalhada, narrando suas reações desde a notícia da morte de Rodrigo e as reflexões existenciais em decorrência das perdas vividas. Alice esteve anteriormente no velório de um amigo que morreu em uma tentativa de assalto, e havia prometido a si mesma não voltar a participar de outro rito como esse, por conta de seu sentimento de impotência diante da dor dos familiares. Decidiu não ir ao velório de Rodrigo, mas, depois, se arrependeu de não ter ido. Em um primeiro momento, Alice reagiu à notícia negando-a. Parkes (1998) aponta a dificuldade em se aceitar mudanças, pois a tendência humana é de interpretar as novas informações à luz das antigas concepções, no esquema de referências que se tem. O modelo de mundo antigo, chamado de "mundo presumido" pode ser imperfeito, mas é o único que temos. Se esse modelo for abandonado, poderemos ficar sem nada, por isso, é compreensível que a primeira reação à perda seja a negação. Mudanças bruscas e repentinas são ainda mais difíceis de serem absorvidas.

Posteriormente, Alice começou a evitar falar sobre o assunto da morte com os familiares de Rodrigo. Ela tenta conformar-se com o fato afirmando serem "coisas da vida". Uma vida dura, em um "mundo louco". A sociedade e a cultura em que vivemos estariam "loucas", invertendo a ordem natural do envelhecimento antes da morte, desrespeitando o direito à vida. Alice tem essa percepção por conta dos sucessivos assassinatos ocorridos na região em que mora e pela exposição às notícias de desastres, guerras e abandono de crianças que assiste na televisão. Ela avalia que a tendência é de piora, a ponto de o mundo acabar, entrando em colapso.

Alice acha que está enlouquecendo por ter essas percepções e por se questionar sobre a transitoriedade da vida e sobre o sentido da existência diante das perdas. A psicoterapia poderia amparar alice na caminhada de reflexões existenciais e na elaboração do luto, ajudando-a a abandonar a crença de que o tratamento seja destinado apenas a pessoas com transtornos mentais. Por sofrer com a dor dos familiares e com o que assiste na mídia, Alice é vítima secundária e terciária das mortes violentas. Apesar do cenário apocalíptico que ela aponta parecer exagerado, desde a abertura democrática do Brasil, nos anos 1990, até 2015, podem ser contabilizadas 54 grandes chacinas, todas com suspeita, e algumas com evidências, de participação de policiais militares e/ou agentes de segurança do Estado. A divulgação midiática desses eventos levou os movimentos sociais Mães de Maio e Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência do Rio de Janeiro a batizarem esse momento histórico de "Democracia das Chacinas" ou "Era das Chacinas":

> Chacina de Acari (1990); de Matupá (1991); Massacre do Carandiru (1992); Chacina da Candelária e Vigário Geral (1993); Alto da Bondade (1994); Corumbiara (1995); Eldorado dos Carajás (1996); São Gonçalo e da Favela Naval (1997); Alhandra e Maracanã (1998); Cavalaria e Vila Prudente (1999); Jacareí (2000); Caraguatatuba (2001); Castelinho, Jd. Presidente Dutra e Urso Branco (2002); Amarelinho, Via Show e Borel (2003); Unaí, Caju, Praça da Sé e Felisburgo (2004); Baixada Fluminense (2005); Crimes de Maio (2006); Jacarezinho e Complexo do Alemão (2007); Morro da Providência (2008); Canabrava (2009); Vitória da Conquista e os Crimes de Abril na Baixada Santista (2010); Praia Grande (2011); Chacina do ABC, de Saramandaia, da Aldeia Teles Pires, da Penha, Japeri, Favela da Chatuba, Várzea Paulista, os Crimes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro em SP (2012), a Chacina do Jd. Rosana, Vila Funerária, Chacina da Maré (2013), Chacina de Belém do Pará (2014), Chacina do Cabula (2015), Chacina do Pavilhão Nove (2015), Chacina de Manaus (2015), Chacina de Barueri e Osasco (2015). (VEDOVELLO, 2015, p. 137).

É importante que as mortes em chacinas ganhem visibilidade, que sensibilizem a opinião pública e que haja mobilização para diminuição do número de jovens mortos nesses contextos. Por outro lado, a chamada "cultura do medo", exemplificada na comunicação de massa do jornalismo policial, faz com que um número de indivíduos cada vez maior se sinta vulnerável – mesmo que os índices de criminalidade estejam efetivamente estacionários ou decrescentes. Assustada e se sentindo vulnerável, a população recorre aos produtos da "indústria do medo", os bens e serviços de segurança privada, ergue muros e se recolhe em condomínios fechados e, muitas vezes, apoia medidas de repressão como a redução da maioridade penal, a prisão perpétua, a pena de morte, ou até as execuções ilegais e extrajudiciais que parecem vigorar no país.

> Vivemos e somos subjetivados pela ideia de que há uma crise, caracterizada pelo aumento de atos violentos. Vivemos em uma sociedade injusta, desigual. Cada vez mais a cultura do medo nos faz acreditar que o único caminho possível é a criminalização de conflitos, e o encarceramento das pessoas e o uso cada vez maior da força policial ou militar. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 7).

Fefferman (2013, p. 63) afirma que

> Ocorre uma escamoteação dos dados da realidade, promovendo a violência como um produto rentável e aguçando a sensação de medo, tendo como consequência uma exigência quase que popular para o recrudescimento da intervenção punitiva. O sensacionalismo e o que é espetacular tornam-se ingredientes imprescindíveis para a efetivação dessa cultura.

Assim, a divulgação midiática deveria dispor de informações mais realistas e humanizadas para despertar no leitor/espectador empatia, sem ocasionar vitimização terciária

desnecessária à partir da banalização da exposição das mortes, mas visando a gerar reflexão e compreensão crítica do fenômeno, com tempo para elaboração e assimilação das informações.

Nwabasili (2014, p. 7), no livro-reportagem que redigiu como trabalho de conclusão de curso de Jornalismo na ECA/USP, para o qual entrevistou mães de jovens vítimas de homicídios ocorridos entre 2006 e 2012, em São Paulo, procura colocar em prática essa proposta:

> [...] como um contraste, ou mesmo alternativa, à forma superficial e estigmatizante das abordagens jornalísticas baseadas apenas em estatísticas sobre o tema, a narrativa explora uma perspectiva mais humanizada e crítica das mortes – e da vida– dos jovens assassinados. Qual o sexo, a cor, a idade, a condição social, o local de moradia e os sonhos da maioria das vítimas fatais?

Alice não compreende a razão da morte de Rodrigo, uma vez que "ele trabalhava e não fazia mal para ninguém". Essa indagação demonstra que partilha do ideário de que haveria justificativa para a morte daqueles envolvidos com a criminalidade, por mais que familiares e amigos sofram com isso. Em relação à necessidade de diferenciação entre criminosos e trabalhadores que "não fazem mal para ninguém", Caldeira (2000, p. 89) afirma que "a 'confusão' entre pessoas pobres e os criminosos pode ter sérias consequências, considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos, frequentemente confundindo os pobres com criminosos e às vezes até os matando". A execução de criminosos e não criminosos evidencia que há muito por se conquistar em relação aos direitos humanos na democracia brasileira.

Alice ainda afirma se entir revoltada ao ver a impunidade dos responsáveis pelos assassinatos e comenta sobre a saudade e o sofrimento causados pela morte violenta como marcas indeléveis em familiares e amigos. A moça também se surpreendeu com o fato de ter se envolvido com a entrevista, falando de si, de seus sentimentos e suas reflexões sobre o fenômeno, declara ter se sentido bem e aliviada por falar o que pensa a pessoas que lhe transmitem confiança.

Rodrigo namorava uma jovem de seu bairro. Na entrevista realizada com a família em março de 2015, ou seja, dois anos depois da chacina, Janete conta que a vida da namorada de Rodrigo também foi bastante afetada pela tragédia: "Nossa a vida dela ficou um lixo, tadinha, ela não tem namorado até hoje".

O dono do bar onde ocorreu a chacina paga a manutenção do cemitério em que Rodrigo está enterrado. Ele acorda repetidas vezes ouvindo o grito de horror que Rodrigo soltou logo antes de morrer e é também uma vítima secundária. Segundo Marta, poderiam

abrir um processo contra o dono do bar para obterem indenização, já que seu irmão morreu trabalhando, mas optaram por não fazê-lo.

Apesar de não ter tido nenhum familiar assassinado, Cícero, líder comunitário do bairro onde ocorreu a chacina, sente como se os jovens assassinados fossem de sua família, por conviver com eles cotidianamente. Ele partilha da dor e do sofrimento dos familiares, amigos e vizinhos e afirmou, na época da entrevista, que não havia mais alegria na região, festividades ou eventos sociais. Todos se recolhem a seus lares, assustados, principalmente no período noturno. Muitas mães se isolam, vivenciam suas dores sozinhas e adoecem. Poucas se envolvem na luta por justiça. O rapaz se questiona se vale à pena continuar lutando quando não vê resposta do poder público ou da Igreja. Revela sentimentos de decepção e desesperança, e não enxerga soluções para que jovens negros e pobres, moradores das periferias, parem de ser assassinados. Não obstante, mobiliza esforços para se envolver em eventos como o Fórum em Defesa da Vida, a Caminhada pela Vida e pela Paz, a organização de audiências públicas, entre outras ações que buscam trazer melhorias para o bairro. Recentemente, filiou-se a um partido político para que, caso seja eleito, possa ter mais condições para intervir no contexto social em que está inserido. Cícero se recente da falta de engajamento social e coletivo motivada pelo medo e da falta de respostas e resultados de seus esforços.

Cardia e Schiffer (2002) apontam o isolamento dos familiares das vítimas como movimento de autoproteção. Porém, é uma medida que, ao diminuir a comunicação entre as pessoas, pode ocasionar

> [...] menor identificação de problemas comuns e em menos ação coletiva. [...] A literatura aponta que uma das conseqüências da maior exposição à violência, além da restrição do uso dos espaços públicos, pode ser um menor contato entre os vizinhos, afetando mais a coesão social, com impacto sobre as expectativas de ação coletiva, sobre a eficácia coletiva e sobre o capital social. (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 29).

Fica evidente, até aqui, o quanto o sofrimento trazido pela morte violenta está presente na vida das vítimas primárias, diretamente vinculadas a Rodrigo, testemunhas e sobreviventes à chacina; e das vítimas secundárias, que, como representado no diagrama de círculos concêntricos (figura 3), são atingidas pelas ondas de dor geradas no epicentro da tragédia.

Passo, agora, às repercussões na vida das pessoas indiretamente vinculadas a Rodrigo, a assistente social, o líder de movimento social negro, o psicólogo social e o repórter, todos vítimas secundárias, e o leitor, vítima terciária.

Marisa, assistente social, narra sentir angústia, impotência, perplexidade e revolta por não conseguir fazer com que os encaminhamentos de denúncias às autoridades acarretem em transformações sociais. Relata que, mesmo tendo feito denúncias diretas ao Secretário da Segurança Pública, relacionando os assassinatos da região à ação da polícia, não houve respostas. Sublinha a necessidade de cuidados a profissionais que acolhem vítimas de violência.

Shilling (2011, p. 61) afirma que "trabalhar com vítimas e com o tema da violência é muito difícil, deixa marcas naqueles que se dedicam a esse tema. Fundamental é a reflexão, o apoio, a tomada coletiva de algumas decisões", que se dá no espaço das supervisões. Nas supervisões, o silêncio característico da violência "pela impossibilidade de pôr em palavras o que se sente, de representar a catástrofe", pode ser superado entre os funcionários.

> Momento, portanto, absolutamente fundamental para que a equipe possa permanecer em contato com o outro, com aquele que sofreu diretamente. Pois as equipes vivem uma situação de vitimização indireta constante, pelo contato e pela proximidade com os relatos. (SHILLING, 2011, p. 61).

Jorge, líder de movimento social negro, interpreta seu poder de indignação como importante dispositivo para evitar a naturalização da violência e a indiferença diante dela. Entende que a naturalização permite que barbaridades sejam percebidas como apenas números ou estatísticas, dentro da normalidade. Sente-se como um sobrevivente e busca, por intermédio de sua atuação política, levar mudanças, na realidade em que vive, à população, em um esforço de superação das causas de indignação ligadas ao que chama de "genocídio indireto da juventude negra" – decorrente da falta de políticas públicas de saúde, saneamento e desenvolvimento humano direcionadas para essa população; e de genocídio direto – decorrente dos encarceramentos e assassinatos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Valente (2013, p. 122) afirma que, além da violência direta "real", há a violência estrutural, ligada à ausência de políticas públicas:

> A violência real (ou coercitiva) é ladeada, portanto, pela violência estrutural, que se expressa na precarização da vida de pessoas que margeiam o processo produtivo e passam ao largo da riqueza dele advinda. Mascarada pela ilusão jurídica da igualdade e da liberdade, a violência estrutural é a outra face da mesma moeda da violência organizada pelo Estado, que desse modo se revela, historicamente, como gestor da pobreza e garantidor do capital.

Walter, psicólogo social e professor universitário, sente-se afetado pela morte de Rodrigo, assim como pelo contingente de jovens negros moradores das periferias assassinados anualmente. Esse volume de mortes fica evidente na Caminhada pela vida e pela paz,

organizada pelo Padre Jaime, da Igreja de Santos Mártires do Jardim Ângela, que mobiliza milhares de mães, familiares, amigos, vizinhos e profissionais ligados a jovens enterrados no cemitério São Luís, onde termina a caminhada. Walter sente-se triste e reflete sobre a sociedade em que vivemos, marcada pela desigualdade. Os bairros do centro expandido são mais seguros que os periféricos. Os jovens negros das periferias têm menos acesso ao ensino superior público e raras vezes chegam à carreira de docência em uma universidade pública. Walter é contrário à pena de morte e, por isso, avalia que, caso um suspeito seja pego roubando, deve ser preso, mas não executado. Suas reflexões o motivam a pensar, junto a populações afetadas pela desigualdade, sobre ações para reverter ou minimizar a situação.

Mendes (2014), em sua dissertação de mestrado, aponta os sentidos atribuídos ao futuro por jovens negras da região do Capão Redondo e Jardim Ângela, bairros da periferia do município de São Paulo, e afirma que o cemitério São Luís é símbolo da violência que assola a região, com estimativas não oficiais de 120.000 jovens sepultados que tiveram como causa de morte a violência. A Caminhada pela vida e pela paz, realizada anualmente no Dia de Finados, foi criada em 1996 para dar visibilidade aos protestos articulados pelo Fórum em defesa da vida contra a morte de jovens. O fórum foi fundado por lideranças políticas e comunitárias, familiares dos jovens mortos e párocos da Igreja, com destaque para o padre Jaime Crowe da Igreja Santos Mártires.

No que diz respeito às desigualdades, o caderno *Olhar São Paulo: contrastes urbanos*, da antiga Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, hoje Secretaria Municipal de Gestão, traz diversos mapas detalhando a distribuição territorial de infraestrutura, oportunidades econômicas e violência na cidade de São Paulo. Os mapas revelam que "situações de riqueza e de pobreza em marcante contraste moldam uma das principais características da cidade e se expressam na fragmentação do espaço urbano ou em suas denominadas desigualdades socioterritoriais" (SÃO PAULO, 2007, p. 25).

No mapa de risco distrital por homicídios, o município de São Paulo apresenta a divisão em três áreas: os bairros mais próximos da região central – área de baixo risco, ou seja, quem mora nesses bairros tem chance maior de ter sua vida protegida; área em volta desses bairros – médio risco; e "áreas mais periféricas das regiões Sul e Leste, e um pouco da região Norte, estão nas chamadas áreas de alto risco" (ADORNO, 2000, p. 106). A mesma distribuição da violência tem se mantido na cidade, apesar da taxa de homicídios por 100 mil habitantes vir diminuindo significativamente nos últimos quinze anos, como mostram os

mapas de risco de ocorrência criminal da antiga Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SÃO PAULO, 2007).

Sobre a pena de morte, o dossiê *Mapas do extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do estado de São Paulo* (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al., 2009, p. 4) traz algumas informações. Apesar de sua proibição no artigo 5º, inciso XLVII da Constituição Federal de 1988, de acordo com o dossiê, ela vem sendo aplicada ilegalmente no país e está presente em

> [...] chacinas, execuções sumárias praticadas por forças policiais, em serviço e fora de serviço, e mortes de pessoas que se encontram sob custódia e responsabilidade do Estado. [...] As vítimas dessa "pena de morte" são, em sua grande maioria: jovens entre 15 a 24 anos de idade, moradores das periferias das grandes cidades, afrodescendentes em sua grande maioria e pobres no geral. A impunidade em relação aos casos de homicídios nas periferias é enorme. Não existe estímulo por parte dos organismos investigadores do Estado em revelar a autoria de tais mortes, muitas vezes porque existe o envolvimento de policiais.

Na Caminhada pela vida e pela paz, de 2 de novembro de 2013, realizada no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, muitas mães indignadas pela perda de seus filhos levaram faixas com fotos e datas em que foram assassinados por policiais. Nas camisetas, havia os dizeres: "Por que o senhor atirou em mim?", frase que Douglas Rodrigues teria dito antes de morrer. O Rapaz de 17 anos passava com o irmão de 13 anos em frente a um bar, na zona norte da cidade, onde residia, e foi baleado acidentalmente por um policial militar que atendia queixa de perturbação de sossego por som alto na rua. A assessoria de imprensa da polícia emitiu nota dizendo que dois policiais atendiam a ocorrência "quando suspeitaram de dois indivíduos e decidiram fiscalizá-los" (MELLO, 2013)

No V Fórum Social Sul, realizado de 30 de Outubro a 1 de Novembro de 2013, foi produzida, nas plenárias, uma carta que defendia a luta por alguns dos tópicos como a "implantação de Bases Comunitárias da Polícia nos bairros"; "por um Ensino de qualidade"; por "Qualidade de Vida para TODOS e não apenas privilégios para alguns"; "pelo fim do genocídio dos jovens pobres e negros de nossas periferias" (anexo A).

Augusto, repórter de mídias alternativas entrevistado para este trabalho, mostra, em suas matérias, a violência que ocorre nas periferias da cidade buscando superar a lógica de que a vida de pessoas mais pobres valha menos que a das demais. Sente-se mal com a impunidade, com a indiferença com que os homicídios que ocorrem na periferia são tratados e, ao perceber que, após quinze anos cobrindo casos de violência, a situação não mudou. Já

não consegue distinguir como seria sua vida caso não trabalhasse com essa temática, que constitui sua identidade e sua maneira de existir.

Lidar com o sofrimento dos familiares em velórios é, para Augusto, mais impactante que se deparar com cenas em que haja mortos. O repórter afirma já ter passado por diferentes fases quanto à maneira emocional de lidar com o sofrimento trazido pela violência, desde o choro à indiferença. Na época em que era repórter da madrugada e via crimes todas as noites, entrou em crise com o jornalismo e desenvolveu o que chamou de "couraça emocional" que o fez passar a perceber tudo como "normal" e deixou de se envolver emocionalmente com os fatos. Augusto considera essa fase como terrível, pois, para ele, "não se envolver significa perder a humanidade".

Fora do período de crise com a profissão, no momento em que realiza as entrevistas, a preocupação com as perguntas, a apuração dos fatos e as questões técnicas levam-no temporariamente a não entrar em contato com a dor, porém, quando a tensão do trabalho passa, e Augusto retorna ao seu lar, sente a tristeza, principalmente por ser pai e solidarizar-se com a dor da perda de entes queridos presente nas narrativas dos familiares. Augusto, por conta do recorte de tema escolhido em sua atuação profissional, é uma vítima oculta secundária das mortes violentas de jovens. O tema da morte está presente cotidianamente em sua vida, levando-o a refletir com muita frequência sobre a relação que tem com a vida e com a morte e a temer perder seus familiares.

Kovács (1992) afirma que o medo da morte faz parte do instinto de autoconservação humano e que o contato direto com a morte influencia o medo consciente da morte prematura. Para a autora, pensar sobre a morte não é tarefa que deva ser realizada apenas ao final da vida; já que, em nossa sociedade, convivem a morte interdita, a reumanização da morte e a morte escancarada esse é um assunto que diz respeito a todos. Discutir o tema pode auxiliar a refletir sobre nossos valores, escolhas e os modos de viver e morrer em nossa cultura.

> A importância de enfocar o tema da morte está ligada ao fato de que, ao falar desta, estamos falando de vida e, ao falar de vida, a qualidade da mesma acaba sendo revista. Esta vem decaindo, em parte, pelo lugar ao qual a morte foi relegada no século XX: do interdito, do vergonhoso, do oculto – uma inimiga a ser vencida a qualquer custo. Quanto mais se nega a morte, mais esta parece fazer-se presente através da violência urbana, do crescimento do número de pessoas portadoras do HIV, do suicídio, das guerras. (KOVÁCS, 2005, p. 487).

O jornalismo costuma diferenciar o tratamento dado a notícias que envolvem membros da classe média e alta e aqueles de classe menos favorecida, reproduzindo preconceitos sociais e raciais presentes na sociedade. No caso dos assassinatos ocorridos em 10 de agosto

de 1996, no Bar Bodega, localizado em Moema, bairro nobre da zona sul de São Paulo, por exemplo, houve grande empenho jornalístico de humanização das vítimas pela exaltação de suas qualidades, trabalhos, cursos universitários e trabalhos voluntários. Em contrapartida, jovens suspeitos que foram presos e torturados 15 dias após os crimes, todos negros, pobres, moradores da periferia da cidade, além de terem tido seus direitos desrespeitados, não foram sequer nomeados nas matérias. Os verdadeiros responsáveis foram encontrados e os suspeitos torturados foram soltos.

> O ato de nomear os mortos do Bodega e não os torturados oferece aos primeiros identidade e reconhecimento – humanidade – ao passo que os segundos são classificados numericamente. Cada qual deixa de ser ele próprio para perder-se em meio ao grupo dos nove. (SANTOS, 1998, p. 135).

Superar assimetrias como essas é importante motivador do trabalho de Augusto. Em relação à indiferença que começou a sentir após certo tempo testemunhando diariamente cenas trágicas quando foi repórter da madrugada, que o levou a entrar em crise com a profissão, pode-se pensar que seria insuportável chorar todos os dias continuamente com aquilo que via, por isso, distanciar-se pode ter sido sua forma de proteção. Para a compreensão da formação do que Augusto chama de "couraça emocional", Reich (1995) afirma que o corpo é marcado por memórias afetivas. Certos grupos musculares se enrijecem quando determinadas emoções não são expressas. A retenção constante de algumas emoções pode tornar o enrijecimento muscular crônico. Esse tipo de enrijecimento é chamado de couraça muscular. Quando a couraça se instaura, aquela emoção original, fonte de desprazer por representar conflito entre demandas psíquicas e o mundo externo que as frustra, deixa de ser percebida. Mas, como as marcas permanecem no corpo, podem ser acessadas e voltar a fazer parte da consciência.

No documentário *O sal da Terra*, de 2014, o fotógrafo Sebastião Salgado descreve suas percepções ao fotografar refugiados em Sahel, na África, em 1983, em seu projeto sobre a fome: "Morrer, por aqui, é como a vida do dia a dia. As pessoas se acostumam com a morte". Mas, para o fotógrafo, "cada pessoa que morre é um pedaço do mundo que morre". Em outro projeto, sobre deslocamentos de populações inteiras provocados por guerras, fome e regras do mercado global, chamado Êxodo, fotografou refugiados na Índia, Vietnã, Ruanda, Filipinas, América Latina, Palestina e Iraque também retratado no filme. Ao sair de Ruanda, o fotógrafo narra: "eu estava doente, não era meu corpo que estava doente, era a minha alma. Saí de lá sem acreditar em mais nada. Achava que não havia mais saída para a espécie

humana. Várias vezes larguei a câmera para chorar pelo que via". Ao passar por essa experiência, questionou-se sobre seu trabalho como fotógrafo social e sobre seu papel como testemunha da condição humana (O SAL DA TERRA, 2014).

Bruno, leitor que entrou em contato com a notícia da morte de Rodrigo por intermédio da matéria escrita por Augusto, relata sentir-se impotente ao não saber o que fazer diante das chacinas que vitimam jovens nas periferias. Afirma que seu sentimento de impotência advém do medo que sente da Polícia Militar e por não conhecer as vítimas, geralmente moradoras de comunidades distantes de onde ele mora. A distância o leva a crer que não pode agir para ajudar as vítimas ou fazer algo para mudar a situação. Revolta-se com as ações violentas cometidas por policiais que desrespeitam as leis de direito à vida e igualdade entre todos. Percebe o extermínio de jovens negros da periferia como política pública não declarada do estado de São Paulo. Surpreende-se com o fato de que esse tema não se torne pauta de discussões mais amplas na sociedade, que levem a mudanças políticas tais como a não reeleição de representantes que têm orientado a ação da Polícia Militar.

Quando relatei a Bruno as repercussões físicas, afetivas, sociais e econômicas da morte de Rodrigo na vida das vítimas primárias entrevistadas, ele declarou não conseguir imaginar como seria perder familiares que ama, uma de suas irmãs, por exemplo. Presume que seria como a transformação vivenciada por pessoas que passam por experiência de guerra e nunca mais são as mesmas. Por empatia, sentiu-se triste, magoado e emocionado ao imaginar a situação dos familiares, mesmo sem conhecê-los. Bruno teve contato com a morte de Rodrigo apenas por meio da mídia e de meu relato sendo, portanto, vítima terciária, de acordo com a definição de Soares, Miranda e Borges (2006), que se referem à violência difusa "que nos atinge indistintamente quando em contato com relatos, casos e fatos violentos" (SCHILLING, 2011, p. 58).

Pode-se observar que há, na fala de Bruno, dois momentos, um, em que está mais distanciado daquilo que leu na matéria: é um leitor consciente, que, apesar de morar em bairro nobre da região central de São Paulo, busca informações mais precisas que as divulgadas na mídia de massa sobre o que ocorre na periferia, mas, ainda assim, não havia tido proximidade com o sofrimento dos familiares de vítimas de homicídios. Em um segundo momento, Bruno percebe aqueles que estão "do outro lado da ponte" como pessoas que passaram pela inimaginável experiência de perder alguém querido de forma violenta e sobreviveram. Com essa aproximação, identifica com precisão os sentimentos de Janete: não ter mais vida, não se sentir segura ou ter tranquilidade.

- **Repercussões sociais e econômicas**

> Eu tô recebendo menos. Antes eu tinha dois trampos e agora tô trampando em um só, porque eu não trampo à noite mais. (CLÁUDIO, 2014).[18]

Considero como repercussões sociais, as transformações no âmbito coletivo que aparecem nas falas dos entrevistados, todas as mudanças ocorridas no bairro e em seus moradores a partir da chacina que vitimou Rodrigo. As repercussões econômicas são aquelas que se dão no âmbito da alocação dos recursos financeiros em função das necessidades humanas relatadas.

Janete, Nelson, Cláudio e Cícero relatam que, com a morte de Rodrigo, morreu junto "a comunidade inteira" e que todos choram por sua morte, inconformados com a tragédia. O medo e a insegurança acometeram, além dos familiares mais próximos, também a vizinhança, que, segundo suas narrativas, modificaram seus hábitos, saindo de casa apenas no período diurno, deixando as ruas vazias à noite. Os estudantes passaram a retornar das aulas em grupos. Os jovens já não frequentavam as casas uns dos outros para conversar. Quando saíam para uma festa retornavam apenas na manhã seguinte para evitar circular durante a madrugada. As ruas vazias e a memória da violência trazem a Cláudio a percepção de que o bairro tenha se tornado um local mórbido.

De acordo com Cogo et al. (2015, p. 18) os desastres "roubam das pessoas e das comunidades suas concepções anteriormente estabelecidas sobre si e seu mundo, causando medo, insegurança e desequilíbrio". Um desastre ocasiona ruptura grave no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais e econômicas, que excedem a capacidade da comunidade afetada de lidar com a situação utilizando seus próprios recursos. As chacinas também trazem repercussões semelhantes para a comunidade, portanto podem ser consideradas um tipo de desastre.

Logo após a chacina, Janete, Marta e Nelson passaram um mês na Bahia. No dia em que retornaram, contam que homens armados passaram em carros estranhos e que, caso Nelson, Cláudio e outros rapazes não tivessem se escondido sobre o telhado, uma nova chacina teria ocorrido. Por serem testemunhas, Janete acredita que ela, sua filha e seus netos possam ser assassinados. O medo do risco de morte poderia paralisá-la, no entanto, afirma que "continua andando porque ninguém pode parar". Por outro lado, já não consegue se sustentar ou pagar todas as contas, pois Rodrigo era o provedor da casa.

[18] Amigo de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

A memória da perda, o luto e a tristeza são potencializados quando os sobreviventes passam em frente ao local do crime e veem os furos de bala que permanecem na porta do bar, mas Janete opta por não se mudar de casa, apesar dos questionamentos da família quanto à sua permanência. Janete diz saber que a dor irá acompanhá-la onde ela estiver. A impunidade é preditor de luto complicado, segundo Kamimura e Schilling (2009), e as dificuldades no processo de busca por justiça podem caracterizar vitimização secundária.

Já Nelson, teve sua vida paralisada. Deixou a escola e o emprego e passou a morar por períodos variados na casa de cada um de seus familiares. A avó Janete afirma que, quando ele fica mais de na casa dela, viaturas começam a circular pela rua. Como consequência, Nelson não completou o ensino médio, deixou de receber salário e está impedido de desfrutar de convivência estável com a família e com os amigos.

Cláudio, por "estar em choque de andar no bairro", somente deixava sua casa no período diurno, para fazer o que é estritamente necessário. Não saía para comprar pão ou ir ao supermercado, por crer que estava constantemente sendo perseguido. Trabalhava em dois empregos e, após a chacina, diminuiu sua renda, pois teve de deixar o emprego noturno por causa do medo de ser assassinado. O rapaz demonstra sentir afeto pelo bairro em que cresceu e viveu toda a sua vida, que, até essa chacina, era um local percebido como bom. Mas, para ele, se tornou estranho, morto, carregado e sinistro, por isso desejava se mudar. Ele é testemunha e é sobrevivente. Poderia reconhecer o rosto de responsáveis pelo crime, mas optou por não fazer nenhuma denúncia. Não deu entrada em hospital ou efetuou Boletim de Ocorrência, assim, não deixaria nenhuma evidência que o atrele à chacina. Esse anonimato parece lhe conferir o desejo imaginário de desaparecimento, de fuga sem possibilidade de rastreamento, e consequente afastamento do medo e da morbidade.

A atribuição da responsabilidade da chacina à polícia leva os moradores do bairro a temerem a aproximação de viaturas, segundo relata Cícero. As crianças que ficaram órfãs de seus pais, além de vivenciarem o luto, perdem importantes provedores da casa, ficam afetadas pelo medo de serem vítimas de violência e de morrerem e têm seu deslocamento no bairro afetado pela presença ou ausência de viaturas.

Em suma, as repercussões sociais apontadas foram o luto e o medo coletivos que acarretaram em alterações no padrão de circulação humana e de convivência no bairro. Os tiros presentes na porta do bar continuavam despertando lembranças doloridas. Mudar de bairro pode significar a busca por proteção, mas as lembranças, a tristeza e a sensação de insegurança e perseguição parecem acompanhar as vítimas primárias. Economicamente,

houve perdas. Rodrigo era o provedor da casa e Janete não conseguia mais pagar todas as contas, Nelson deixou de estudar e de trabalhar e Cláudio abandonou um de seus empregos. Não há provas para sustentar denúncias, pois as testemunhas não estão dispostas a se expor a ainda maiores riscos de vida ao depor, os responsáveis pela chacina não foram julgados e continuam soltos.

Conforme afirma Gregio et al. (2015a, p. 205) em situações de emergências a "comunidade muitas vezes sofre um grande impacto com as perdas de bens, mas, principalmente, com a perda do senso de proteção e segurança. As pessoas perdem em muitas situações trabalho, sustento e senso de pertencimento e de produtividade".

Jorge, o líder de movimento social negro, busca contribuir para a alteração dessa realidade lutando para que haja investigação, apoio psicológico e financeiro às famílias, e que sejam implantadas ouvidoria e disque denúncia imparciais para que a população se sinta protegida para denunciar. No Cravi, programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, no qual as vítimas de violências podem ser atendidas por equipes multiprofissionais incluindo psicólogos, assistentes sociais e advogados, as seguintes demandas de direitos sociais foram identificadas:

> Trabalho, pois normalmente nos casos de homicídio a vítima direta era arrimo de família e a vítima indireta se vê na posição de se tornar a provedora, ou o usuário, após o fato violento afasta-se do trabalho por ter medo de sair de casa quando sente-se ameaçado, ou por não poder se posicionar subjetivamente de forma a se responsabilizar por esta atividade, ou pelo abandono de trabalho por motivos de doença relacionados ao fato; Habitação, quando o sujeito não consegue continuar vivendo na moradia que dividia com a vítima direta, seja por ter lembranças recorrentes desta e/ou do crime ou por sentir-se ameaçado; Reconstrução de uma rede de apoio (instituições, vizinhança), pois o sujeito, na maioria das vezes, sente desconfiança em relação às instituições, o que pode ocasionar um entrave em relação à efetividade dos encaminhamentos externos, e, às pessoas de seu entorno social; Informação sobre o funcionamento e a pertinência de algumas instituições como delegacias, Ministério Público, Conselho Tutelar, entre outras, já que muitas vezes o cidadão percorre um caminho no qual não obtém respostas às suas queixas e/ou demandas." (OLIVEIRA; CARITÁ; ERNESTO, 2008, p. 118-119).

Nos trabalhos de Costa (2015) e Bussinger (2010), problemas financeiros são relatados como comuns entre famílias que perdem jovens por homicídio. Além da perda da renda que o jovem – comumente o provedor – trazia, há acréscimo de despesas inesperadas com a morte. Alguns familiares desenvolvem doenças físicas e se desestruturam psiquicamente, necessitando de atendimentos médico e passando a ter muitos gastos com medicamentos e, em alguns casos, chegando a uma situação incapacitante causada por depressão ou outras

doenças. O lazer e as relações sociais também são afetados. Com frequencia, ocorre isolamento.

Um estudo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal levantou os custos das mortes ocasionadas por causas externas no Brasil, no ano de 2001. Do ponto de vista econômico, cada vítima fatal da violência representa "enorme perda de investimentos em capital humano e, portanto, de capacidade produtiva". Por meio do cálculo do fluxo médio de renda do trabalho que o indivíduo teria se estivesse vivo nos próximos anos de sua vida produtiva (dos 15 aos 65 anos), em função de sua escolaridade, idade, região e gênero, houve estimativa da perda de produção de R$9,1 bilhões por causa de homicídios. Esse estudo não menciona a perda de produção dos sobreviventes, que não conseguem trabalhar em decorrência da violência a que foram expostos (CARVALHO et al, 2007, p. 5).

Mães entrevistadas por Dalbosco (2006, p.107), após perderem seus filhos, tiveram dificuldade em trabalhar, como no exemplo abaixo:

> Após a morte de Moisés, Sara tentou voltar ao trabalho durante três meses, mas desistiu. Ficou com problema de pressão alta e os "nervos muito abalados". Também aparenta estar vivendo um quadro de depressão. Ficou desorientada, sofre muito, afinal, a perda dos filhos "é uma dor muito grande e uma saudade". Diz não ser mais a mesma mulher depois de ter passado por essa situação".

- **Repercussões religiosas, espirituais e existenciais**

> Eu fico pensando para quê que a gente existe, sabe essas coisas? Eu conheço a Marta, eu conheço todo mundo e, depois, essas pessoas morrem. E você pensa: "e tudo o que eu vivi?", "para quê?". [...] Primeiro que não tem explicação. [...] Eu fico meio assim, entendeu, com essas coisas da morte, eu fico pensando mesmo para que que existe tudo. Eu falo para o meu marido que eu acho que eu tô ficando meio louca, atormentada. (ALICE, 2015).[19]

A religião é definida por Souza, Pessini e Hossne (2012) como conjunto de dogmas, doutrinas e rituais que envolvem preceitos morais, filosóficos e éticos, baseados na crença na existência de forças metafísicas, criadoras do universo. A religião contribui para a formação de grupos sociais, oferece embasamento para a conduta moral de quem a segue e dá significado para a vida além da morte. A espiritualidade, por sua vez, é definida como a "sensação de algo que nos transcende e que, portanto, dá um sentido àquilo que fazemos e que somos" (SOUZA; PESSINI; HOSSNE, 2012, p. 181).

[19] Vizinha de Rodrigo, em entrevista realizada pela autora em março de 2015.

Conforme já descrito neste trabalho, o mundo presumido, ou seja, tudo aquilo que dá a segurança de que as coisas vão continuar sendo como são, as concepções acerca de si mesmo, a proteção esperada dos outros e o significado atribuído à vida, é rompido quando ocorre a morte de uma pessoa significativa por quem se tem afeto (PARKES, 2009). Com essa ruptura, são feitos questionamentos sobre o sentido da vida, sobre a razão da morte nas circunstâncias em que ela ocorreu, sobre a razão da própria sobrevivência, sobre como viver após uma perda, e sobre o que mais está por vir. Essas são consideradas questões existenciais que levam à busca de uma nova identidade no processo de elaboração da perda.

Janete é evangélica e recorre à fé quando o sofrimento é tão grande que sente que não vai aguentar. Pede que Deus alivie a dor de seu peito. O suporte dos membros da Igreja pode contribuir para amenizar a dor. Costa (2015, p. 105), em sua pesquisa, observou que

> [...] para os entrevistados, de fato, a fé é um fator importante, pois além de conduzir os sobreviventes do homicídio a uma sensação de apaziguamento do sofrimento, também os incentiva a acreditar que a morte do ente querido não foi totalmente em vão ao ser alimentada a esperança de que nem que seja somente no plano divino a justiça pelo crime será feita.

Porém, conforme relato de Marta, Janete deixou de frequentar a Igreja por um período em consequência do sentimento de revolta que sentiu. De acordo com Parkes (1998, p. 202), "a visão de um Deus como um pai amoroso e protetor dificilmente é mantida em face de uma perda precoce".

> Uma pessoa enlutada frequentemente vivencia mudanças profundas no processo de ajustamento a uma perda, em especial na busca de significado do que foi vivido. Nesse sentido, novas orientações nos níveis psicológico e espiritual podem acontecer, gerando uma crise nos pressupostos ou paradigmas prévios do enlutado no que tange à sua fé e espiritualidade. Isso se dá, em geral, numa briga com Deus ou num forte questionamento da fé e de uma força superior, e esse senso de espiritualidade abalado pode sofrer um forte fracasso da empatia por parte da comunidade religiosa, que não reconhece ou aceita a revolta ou crise da fé manifestada pelo enlutado. (CASELLATO, 2015, p. 20-21).

O diretor de cinema Eduardo Coutinho, para a produção do documentário *Jogo de Cena*, colocou anúncio em um jornal convidando mulheres com mais de 18 anos, moradoras do Rio de Janeiro, que tivessem histórias para contar e quisessem fazer um teste para participar das filmagens de um documentário. Na penúltima cena, uma mãe dá o depoimento de como ficou sua vida após o assassinato do filho de 19 anos. No que considera ter sido a pior fase de sua vida, questiona-se: "por que Deus fez isso?", desejando que Deus ressuscitasse seu filho. Deixou de comer, tomava muitos sedativos e era sua filha quem lhe

dava banho. Alugaram um apartamento durante oito meses, enquanto não conseguiam voltar para casa. Quando retornaram à casa, todos os vegetais que estava na geladeira haviam brotado. Limparam os cômodos, mas ela não conseguia mexer nas coisas do filho, ver fotos, ou filmagens em que ele aparecesse, mantendo seu quarto intacto por cinco anos. Então, teve um sonho com o garoto, no qual ele contava que havia se formado e se tornado um anjo e que, portanto, ela não deveria mais sofrer, pois ele estava bem. Desse dia em diante, a mãe voltou a abrir a janela, "para começar a viver de novo". Ao final da cena, afirma: "Deus é bom, mas ruim comigo. Ele fez maldade comigo. Hoje, ele está me recompensando com a minha filha, mas não chega a me convencer, porque ele não me respondeu, porque ele levou o meu filho". (JOGO DE CENA, 2007)

A fé na justiça divina pode ser vivenciada como forma de aplacar o sentimento de revolta e o desejo de vingança. Dalbosco (2006, p. 91) coletou o relato de uma mãe que tenta dissuadir seu filho mais novo de vingar a morte do irmão mais velho dizendo: "a justiça, Deus é quem dá". Outra mãe entrevistada pela pesquisadora afirma não pensar em vingança, por não se pagar o mal com o mal, mas relata que gostaria que Deus "transformasse os assassinos dos filhos, para que não façam isso com mais ninguém, nem, tampouco, sofram o que seus filhos sofreram" (DALBOSCO, 2006, p. 107).

Alice, a vizinha de Rodrigo, reflete sobre o sentido da vida uma vez ela pode ser interrompida de forma violenta. Faz sentido viver e investir tempo e energia nas relações, se são efêmeras? O que dá sentido para a vida dos sobreviventes? Para Hodgkinson e Stewart (1998) a morte em uma situação trágica leva à perda da fé em uma vida que tenha consistência e significado, provocando sensação de insegurança, desconfiança, medo, culpa e, em alguns casos, vergonha pela sobrevivência. Conforme abordado anteriormente, com a perda repentina, ocorrem questionamentos existenciais no processo de aquisição de nova identidade (PARKES, 2009).

Cícero, o líder comunitário entrevistado, acredita que os familiares que conseguem engajar-se na busca por identificação dos responsáveis pelas mortes e, consequentemente, obtenção de justiça estejam livres de adoecimento psíquico e de doenças psicossomáticas, tais como depressão ou infarto. Ele atribui a Deus a força desses familiares para lutar e classifica as mães engajadas como figuras que poderão ajudar as demais mães. Depoimentos de mães engajadas na luta por justiça mostram que, mesmo lutando por justiça, sofrem e adoecem com sintomas físicos e psíquicos chegando a tomar calmantes, remédios para controle da pressão arterial, para diabetes e para dormir (NWABASILI, 2014; MÃES DE MAIO, 2011).

Débora, líder do movimento Mães de Maio, relatou à jornalista Mariana Nwabasili experiência transcendente que teve enquanto estava hospitalizada fraca e em depressão por causa da morte de seu filho, Rogério. Essa experiência deu novo sentido para a vida de Débora e restabeleceu sua saúde física, ela narra que seu filho apareceu e a segurou pelos braços falando: "mãe, levanta, vai à luta. Luta por mim e pelos que estão vivos ainda. Luta por justiça". Débora pensou que estava "vendo uma miragem" desencadeada por medicamentos, mas verificou que estava recebendo apenas soro. Quando estava no banho, no dia seguinte, observou marcas roxas em seus braços e as atribuiu à ação do filho. Passou a ajudar senhoras idosas que estavam internadas no mesmo hospital, auxiliando no banho e na alimentação e, quando recebeu alta, começou a procurar as mães dos jovens assassinados em maio de 2006, em Santos, dando início ao movimento de mães "que lutam por justiça, verdade e memória contra a violência do Estado que vitima jovens pobres, negros e indígenas nas periferias e lutam para que os assassinos de seus filhos sejam culpados" (NWABASILI, 2014, p. 82).

Augusto, o repórter entrevistado, motivado pelo contato frequente com a dor da perda dos familiares enlutados que entrevista para escrever suas matérias também reflete sobre espiritualidade e o sentido da vida e da morte.

6.2 O lado de lá e o de cá da ponte: preconceito, discriminação e percepções acerca do sistema de segurança pública

Da ponte pra cá

Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá
[...]
Penso, talvez citar não seja necessário
O fato de que já fui a mais velórios que a Aniversários
De que os melhores realmente vão
De que a terra não é lugar pra quem tem bondade no Coração
Às vezes é difícil acreditar
Não tem palavra que possa confortar
Não tem peito que possa comportar
Vejo como se fosse um rolê e do nada cê fosse Voltar...

(Brown, 2002)

O Rio Tietê delimita a periferia norte da cidade de São Paulo em relação à região central, o Rio Pinheiros delimita as periferias oeste e sul, e o Rio Aricanduva, a periferia a leste. São apontadas pelos entrevistados diferenças geográficas, políticas, econômicas, de infraestrutura e de abordagem policial entre os dois lados das pontes que unem as margens dos rios Tietê, Pinheiros e Aricanduva. O lado de lá é a região central onde há mais investimentos, infraestrutura, educação, cultura e saúde. No lado de cá, a região periférica, os recursos não chegam e há maior discriminação com relação aos moradores, vistos como suspeitos, marginais, criminosos em potencial. No quadro 3, temos as transcrições das falas dos entrevistados relativas a preconceito, discriminação e percepções acerca do sistema de segurança pública.

(continua)

Entrevistado	**Transcrição da fala**
Janete – Mãe de Rodrigo	Minha filha. Minha filha. Você acha que vão correr atrás de coisa de pobre? Eles não correm não! Você vai lá, dá uma entrevista pra eles. Tudo bem! Eles não te procuram mais e o causo morre. [...] Se você estiver na esquina parado, preto, tá vendendo droga. Para eles [policiais] é isso. [...] “Onde você pôs o revólver?” “Onde você pôs a maconha?” “Onde você pôs a cocaína?” Tudo louco! Essa polícia é o que acaba com o Brasil. A PM é triste, ela é o cão. [...] Tanto é que suspenderam eles para eles não socorrerem mais. Eles baleavam e eles mesmos matavam dentro do carro. (Entrevista 1 com a família realizada em 26/03/2014) Não tem [nenhum defensor cuidando do caso]. [...] Eu acho que vai acontecer tudo de novo. [...] Eu não quero vingança, não quero nada, mas Deus vai cobrar deles, que eles vão pagar. Eu coloco eles nas mãos de Deus todo dia. Eles vão pagar um dia. [...] A hora que, Deus o livre e guarde, eles quiserem matar nós, eles matam. Tem segurança de quem? Só de Deus. Eu peço a Deus pra nunca deixar o que aconteceu com ele acontecer com os outros, né? Peço pra Deus proteger. Porque eles não vão proteger. Se nós tivéssemos dinheiro, tudo bem, mas nós não temos dinheiro. [...] A vida aqui é assim. Se você estiver aí na frente de casa é: “entra pra dentro seu vagabundo se você não quiser que eu te mate”. Se os meninos estiverem na rua eles fazem isso. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Marta – Irmã de	Ontem tava falando com uns amigos que contaram que a polícia tava lá no meio da favela pegando dinheiro dos meninos. [...] tem gente que rouba leite e fica cinco ou

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
Rodrigo	seis anos preso. [...] E se você tem dinheiro, tem estrutura você paga, você compra a Justiça. Essa é a verdade, você compra a justiça. [...]. Não temos [auxílio ou orientação]. [...] Minha mãe fala: "eu quero uma indenização", porque quando é vítima do Estado cada família tem o direito de ter uma indenização. Demora muito. [...] Apesar do que eu acho que não adianta muito, porque passa um ano, dois anos, eles [os agressores responsáveis pelas mortes] estão na rua. Eles são afastados e, quando eles saem, eles fazem pior. [...] Tem mães que denunciaram e fizeram toda a correria delas, mas tiveram que mudar para longe. Tem uma mãe que já mudou três vezes. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014) A gente só foi no DHPP [Delegacia Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa]. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Nelson – Sobrinho de Rodrigo	Nós temos certeza que foi a polícia, mas não tem como provar. Precisa investigar, tudo, mas não tem nada que ligue a eles. Só o reconhecimento de algumas das vítimas. Mas quem tem coragem de reconhecer? Eu não tenho coragem de reconhecer, não. Eu sei quem é. Se eu ver o rosto eu sei quem é, mas não... Eu não sei em quem eu confio! [...] Eu não quero saber dessa história de indenização. Eu prefiro ficar o mais longe dessa história possível. [...] Como a gente vai punir eles? Todo mundo pobre. [...] O preconceito pra nós não é só de cor, é de classe social, dos lugares onde mora, do jeito que se veste. [...] Quando tem festa na rua a polícia chega derrubando o cavalete e estourando bomba. Aqui é rua de lazer! Tem os cavaletes e a rua pode ficar fechadinha de domingo e feriado das nove horas da manhã às cinco da tarde. Você acha que eles tão ligando? Eles passam pelo cavalete [...] já vem tacando bomba, já vem acabando com tudo, dando cacetada em todo mundo. [...] Aí Claudinho, um preto parado é suspeito, imagine dois. [...] Se tá andando, cê tá roubando, se tá parado, tá vendendo droga. [...] Quem é que trabalha pra manter todo o desenvolvimento do país fluindo? São os pobres. Então, como a sociedade não vai considerar quem mais batalhou por esse país se desenvolver e fluir? Eles não conseguem enxergar dessa forma. Na verdade, os lixos, eu acho que são eles. Vou dar um exemplo: por que você acha que os menores tão barbarizando aí? É porque os policiais tão andando assim e já sentam a mão na orelha. Agora os meninos tão matando, tão se revoltando também, é a questão, porque tá todo mundo sendo torturado. A verdade é uma tortura. Mano, eu tou com a cabeça rachada aqui,

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	que os policiais racharam a minha cabeça, há duas semanas atrás.[...] Coronhada.[...] Não dá em nada pra eles... Que nem, sempre tem corrupção, e sempre dá em quê? Em pizza. [...] Os caras [policiais] tomam dez reais, se não, toma coro, ou vai preso forjado, tudo isso. Na cadeia tem uma par de inocente mesmo, sabia? [...] Até hoje eu não me esqueço de uma reportagem que eu vi há muitos anos de um moleque que foi preso por roubar uma margarina e tá preso até hoje. [...] [No caso da morte de Rodrigo, não recebemos auxílio ou orientação] nem defensoria pública, que devia mesmo estar ajudando a gente. O processo tá correndo e o advogado não vem conversar com as vítimas. [...] [Não adianta que sejam presos ou afastados] porque eles têm o suporte da Polícia Militar e eles vão estar operando por conta própria, são os famosos Pés de Pato. Os Pés de Pato são policiais expulsos da Polícia Militar,que são os mais agressivos, que odeiam os pobres, odeiam favela, mas se for olhar também são pobres. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014)
Guilherme – Primo de Rodrigo	A ROTA desceu a milhão e pegou nela no meio da rua, [atropelou uma mulher]. [...] A polícia nunca ajudou ninguém não. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Cláudio – Amigo de Rodrigo	Se estiver parado, tá vendendo droga ainda. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014)
Alice – Vizinha de Rodrigo	Eles vêm mesmo, vêm jogando a viatura pra cima. Se você não desviar, eles passam por cima, né? [...] Os que deveriam proteger é os que estão matando, gente. A gente tem que dar boa sorte para os bandidos, porque eles tão ajudando mais do que os polícia, não é verdade? [...] Eles só usam uma farda e um revólver pra assustar as pessoas. Como se assustassem todos. Eles andam lá, e falam: “eu tenho poder, eu faço o que eu quero”. Se uma pessoa levar um tiro e ele quiser que a pessoa morra, ou eles terminam de matar, ou eles deixam a pessoa morrendo agoniada. Eles gostam. Eles gostam de ver o mal. A lei não presta. [...] Eu já sofri muito preconceito por causa de cor, por causa do meu cabelo [cabelos com tranças afro]. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Cícero – Líder comunitário	Essa região é muito discriminada pelo poder público e aqui nada acontece. [...] É que da ponte pra cá, temos que falar a verdade, todo mundo aqui é visto como bandido, tudo mundo aqui não vale nada, são pessoas que não são de boa índole. [...] Nessa região abandonada, é aqui que os caras conseguem os votos para serem eleitos. É importante trabalhar com o jovem, pensando em cidadania, porque os

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	jovens são muito discriminados na rua, principalmente quando passa da ponte pra lá. [...] Eles mataram só trabalhador, isso é comprovado, trabalhadores que foram mortos pelas mãos da policia militar. Quando você chega num lugar e fala: "mão na cabeça, é a polícia", quem é trabalhador não vai correr, concorda? Tinha lá homens e mulheres, é um lugar onde a comunidade fica. Entendeu? Aqui não é os Jardins, onde os *playboys* ficam até seis horas da manhã tomando cerveja na calçada e a polícia passa lá e bate continência, entendeu? [...] Você pode ver essa questão dos rolezinhos nos *shoppings*. A molecada marca pela internet, pelo *Facebook*. O *shopping* é pra atender todo mundo. Agora eles estão fazendo isso porque são jovens pobres e pretos da periferia. Aí eu pergunto, e se fosse da ponte pra lá? Se fossem os jovens do lado de lá? Existe uma discriminação muito grande. [...] Se você faz um aniversário na sua casa, se a rua enche, aí já é motivo pra polícia vir e jogar bomba, *spray* de pimenta, na sua casa. Como aqui as casas não são grandes mansões, às vezes, não cabe nacozinha e na sala, o pessoal fica na rua. Isso é realidade da periferia. Quando a polícia vem, eles já vêm pra retaliar mesmo. Tá na rua, mesmo durante o dia, eles vêm e param as pessoas mesmo, mandam todo mundo embora e acabou. Da ponte pra cá, a abordagem da polícia é com a arma na cabeça. Se você não morre com um tiro, você tem um infarto. [...] os militares tomando conta não dá mais. Hoje tem acordo até com os manos da sigla, o PCC, eles têm acordos com o governo. [...] eu vejo que o PCC vai dominar aqui esse país. Na política eles já estão. [...] Então, a luta dos movimentos aqui é escrever um documento pro governo indenizar essas famílias, porque comprova que eles foram mortos pela Polícia Militar. Quando morre um policial eles têm uma indenização de 200 mil, fora o seguro que o policial tem. Então, a nossa pergunta é: e o trabalhador que é morto na mão da Polícia Militar, qual é a indenização que eles vão ter? Nossa luta é pressionar. Já falamos com o secretário várias vezes e nada andou. Tudo ficou parado, e as mortes continuaram acontecendo. Ele vai na mídia e não tem mais o que falar, porque tá na cara dele que eles perderam o controle da situação, entendeu? (Entrevista realizada em 17/01/2014)
Marisa – Assistente social	Passavam matando grupos de jovens, depois recolhiam os corpos e não deixavam nenhum vestígio pra ser investigado melhor. Foi daí que veio a lei que os próprios policiais não podem recolher os corpos, nem prestar socorro. Essa lei surgiu aqui com discussão no Fórum em Defesa da Vida. Ficava muito claro que quem não morria ali, morria no caminho sendo levado pro hospital, porque a polícia acabava

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	dando cabo de quem tava naquele carro que eles estavam levando. [...] Branco que mora num bom bairro dificilmente vai morrer pela mão da polícia, porque são respeitados, a forma de abordar uma pessoa branca que mora num bairro de classe média alta é diferenciada da abordagem que se dá na periferia.. [...] Num bairro de periferia, chegam de qualquer forma, já chegam batendo, arrancando o boné de qualquer jeito. [...] São os jovens negros, pobres e periféricos que morrem nessa nossa sociedade. Você vê que as prisões estão cheias de negros, pobres, que também moram na periferia. São poucos brancos que estão lá. E a classe média alta também não fica lá por muito tempo, né, porque tem bons advogados, tem conhecimentos e não vai ficar lá dentro muito tempo. O pobre é esquecido lá. Isso é muito grave, muito sério, e só alimenta a violência. [...]isso revolta quem está fora, e quem está lá dentro. (Entrevista realizada em 10/10/2013)
Jorge – Líder de movimento social negro	E a luta continua pela investigação, ter apoio às famílias, apoio financeiro, psicológico, ter aparato social para acolher as famílias de vítimas da violência, ter uma ouvidoria, um mecanismo direto para além da ouvidoria da Polícia Militar, ter um órgão que possa acolher, um disque denúncia mais isento, com um controle social maior, para que a população se sinta mais a vontade para denunciar casos de violência. [...] Então, há uma população considerada excedente, que não serve para esse modo de produção e de expansão do capitalismo nos grandes centros urbanos, que precisam ser sistematicamente eliminados pelos aparatos do estado, seja diretamente, através do extermínio, seja através do encarceramento, seja pelo extermínio indireto, com a ausência de políticas públicas, de saúde, de saneamento, etc., ou afastando, repelindo, removendo para lugares mais distantes. [...] A elite tinha a ideia de que o grande contingente de negros no território brasileiro era um entrave para o desenvolvimento do país, então, por isso, essa política de embranquecimento. Como não era possível exterminar tudo de uma vez e você precisava de força de trabalho e do exército de reserva [de mão de obra], [...] a ideia é que a mestiçagem pudesse provocar um embranquecimento da sociedade brasileira até o momento em que não houvesse mais negros ou negros escuros dentro do Brasil. [...] a ideia de democracia racial [...] é o discurso perfeito no sentido de acomodar e de jogar para o indivíduo a responsabilidade da condição que ele vive. Aí você vê uma parcela significativa da própria população negra acreditando que não estão em melhores condições porque não se esforçaram o suficiente para chegar lá. [...] Esses casos [de chacinas] exemplificam o que acontece cotidianamente, não

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	foram os primeiros casos e infelizmente não serão os últimos. Porque, na verdade, a estrutura da polícia e da segurança pública historicamente foi pensada para proteger os interesses de uma minoria e conter uma grande maioria. [...] quem é o inimigo da Polícia Militar num território urbano? É a própria população. [...] Então, infelizmente a Polícia Militar cumpre um papel muito importante para a manutenção do *status quo*, de uma pequena elite que permanece no poder, seja a elite política, seja os grandes interesses econômicos, que perpassa pela grande mídia, pelos bancos, pelos grandes latifúndios, os grandes negócios do nosso país, e conter uma parcela significativa da população que fica aí sobrevivendo em condições precárias, com um transporte que não funciona, com uma saúde e educação que não funcionam, e aí a grande presença do Estado nos territórios periféricos, de maior vulnerabilidade, é a partir da repressão. E essa estrutura militarizada tem uma certa autonomia que o próprio Estado, até certa medida perde o controle. [...] com uma formação extremamente perversa, que estabelece um determinado padrão de pessoas como inimigo, um padrão de pessoas como marginais, a ideia do suspeito padrão, do marginal padrão, do ladrão padrão. É feita toda uma lavagem cerebral na cabeça do cara desde a academia, desde a sua formação, e ainda é jogado em território de vulnerabilidade, que, muitas vezes, ele também é desses territórios, que esses policiais também são trabalhadores, são filhos e familiares de pessoas que também moram na periferia, mas, a partir do momento que ele veste aquela farda, ele assume um papel de Estado e ganha uma certa autonomia para agir de uma forma bastante truculenta, e se deseja isso. E, a partir disso, vão se criando micro poderes nesses territórios onde eles começam a agir. Foi publicada uma matéria na revista *Caros Amigos*, da Tatiana Merlino, que mostra que quase todos os batalhões da polícia possuem grupos de extermínio, onde aqueles policiais mais violentos são selecionados para uma elite de ação naqueles territórios. E é interessante que esses policiais agem como um grupo de extermínio, muitas vezes, a partir da relação com o pequeno comércio, então, eles fazem a segurança. [...] ele faz uma limpa geral na comunidade [...]. O que aconteceu em janeiro de 2013 tem a ver com isso. Aquela ação violenta dos policias que foi gravada, deles entrando dentro da casa do cara para prendê-lo, de forma absurda, e, depois, o cara apareceu morto. Quem foi filmado ganhou uma baita repercussão na grande mídia. Aí, os grupos de extermínio que atuavam naquela região e se sentiam muito à vontade, acabaram sendo reprimidos naquele momento e precisavam dar uma resposta, tentar eliminar aqueles

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	que suspeitavam que fossem responsáveis por aquela filmagem. Então, aquela chacina foi uma resposta a uma tentativa da população de denunciar as arbitrariedades que a polícia comete dentro desses territórios periféricos. Foi muito emblemático por isso, mostra o grau de poder que esses agentes têm sobre esses territórios. Foi uma demonstração de força e uma tentativa de inibir que a população se articule reivindicando mudanças dentro desse cenário. [...] E o que mais nos assusta é que tem todas as evidências de que teve a participação de policiais, mas há uma total inoperância do Estado para o julgamento e, de fato, condenação dos envolvidos. Então, por mais que haja autonomia, há cumplicidade da estrutura com esse tipo de ação. [...] O próprio Marcelo Freixo diz isso que eu acho fantástico: "Como é que pode você me dizer que o crime organizado tá representado por um jovem, preto, de chinelo, bermuda e sem camisa, com um fuzil na mão? Ele que é o grande responsável pelo crime organizado no Brasil? Ele é o terror que nós precisamos combater? É ele que traz as drogas, é ele que trafica as armas, é ele que produz toda a violência?". Aí, vamos trazer para a realidade de São Paulo, o aviãozinho, o moleque que mal sabe ler e escrever, ele é o grande representante da criminalidade no Estado de São Paulo? É um pouco demais, né? O próprio Freixo fala: "Não existe crime organizado sem estar por dentro do Estado". As estruturas do crime organizado perpassam por uma relação íntima com o Estado, seja através dos aparatos repressores, seja através da grande cúpula do Estado. Então, se criminaliza quem está na ponta, quem agoniza, esse é o inimigo, por isso você tem a Polícia Militar, você precisa criar um inimigo para ser combatido sistematicamente. [...] começa a estourar contradições que o próprio Estado e a sociedade não conseguem responder, seja a mobilidade urbana, a questão do direito à cidade, seja a questão de espaço de lazer e cultura. [...] Hoje virou quase que moda, então, aconteceu alguma coisa que as pessoas estão revoltadas, a primeira ação delas é parar um ônibus e tocar fogo. Isso para mim é uma expressão do que está acontecendo no momento. (Entrevista realizada em 25/03/2014)
Walter – Psicólogo social e professor universitário	A sociedade faz isso com eles, simbólica e concretamente, põe eles na periferia, porque eles recebem ganhos ou salários que não permitem que morem em locais mais centrais da cidade com melhores serviços públicos, então, geograficamente, eles vão para longe. Simbolicamente, eles também vão para longe, porque eles não são considerados na hora de definir as prioridades da sociedade. Tem que ser discutido um homicídio em um sinal de trânsito, em relação a dez homicídios que

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	acontecem na periferia. Dez pessoas morrem na periferia e não há repercussão na classe média. Se forem dez juntos, até pode aparecer, mas se forem picadinhos, pode esquecer. [...] Quem morre lá? O jovem, morador da região, em geral negro ou pardo, e isso cria uma situação muito grave. Tem um grupo mesmo que tem maior risco de ser morto. Então, é obvio que tem aí as mães, pais, irmãos, as namoradas, eventualmente os filhos – porque também é uma característica dessa população que mesmo os jovens já tenham filhos, a questão da gravidez na adolescência acontece bastante – todos esses estão envolvidos em alguma medida nesse luto dessa perda dessa pessoa. Em parte, tem essa discussão sobre a vergonha, se a pessoa era ou não criminosa, se foi uma morte "justificada" ou não e tal. E tem uma variante dessa situação que é quando os pais ou as mães, especialmente, batalham para provar que a pessoa foi executada, aí essa pessoa passa a ser perseguida pela polícia. Tem várias mães que a gente sabe que tiveram que mudar da região porque foram denunciar a participação de policiais em homicídios, então, a pessoa tem que lidar com a ameaça à sua própria vida a partir desse momento que alguém morreu. (Entrevista realizada em 10/12/2013)
Augusto – Repórter	Parece que, quando a pessoa é morta pela polícia, os familiares da vítima se sentem na obrigação de provar que a vítima era inocente. É uma inversão total de qualquer lógica. Numa situação em que a pessoa foi morta, ela é a vítima. Mas, automaticamente, se inverte. Quando o Estado mata, a vítima é culpada até que provem o contrário. É terrível isso. Se inverte demais. E até que ponto esse valores não são assumidos pelas comunidades? As pessoas que não foram vítimas da polícia, quantas vezes eles não apoiam também que a polícia mate, achando, de certa maneira, que a polícia só mata bandido? Também tem aí uma definição muito larga do que é bandido. Bandido é quem tá na rua até tarde da noite no bar. Se você fosse trabalhador, tava em casa dormindo. Às vezes, a própria periferia assume esses discursos, alguns setores, alguns bairros, algumas faixas etárias. Eu vi uma vez um debate interessante lá nos Santos Mártires [Igreja católica cujo padre é o fundador da Caminhada pela vida e pela paz], que era a juventude querendo afastar o máximo os policias e os mais velhos querendo mais policiamento comunitário, querendo mais polícia no bairro, porque tinham uma percepção completamente diferente do que era a polícia, mas ambos eram moradores da periferia, o que mostra que tem outras variáveis envolvidas, que não só periferia e centro. Na periferia, você tem questões de idade, tipo de trabalho que a pessoa tem... Inclusive, muitos dos políticos que se

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	elegeram da bancada da bala tem bases fortes na periferia. [...] "Direitos humanos para humanos direitos" é um dos bordões. Mas a polícia é muito consequência, né? A polícia faz também o que acham certo que ela faça, Me parece que, se houvesse uma mobilização social para que ela agisse diferente, ela agiria diferente. É o começo de tudo, as pessoas têm que querer isso. As pessoas têm que rejeitar uma polícia que mata, né? Tem que se tornar um tema de interesse social. Um tema que mobilize. [...] são casos que eu tenho acompanhado, que, no tribunal do júri, quem está sendo julgado é a vítima. De maneira geral, eu diria que o tribunal do júri não se importa tanto se o policial executou ou não executou. Você pode julgar se a pessoa mereceu ou não mereceu a execução. [...] Como se o bandido tivesse essa sentença de morte aceitável. [...] É muito significativo o fato de você queimar ônibus para você reivindicar, se tem a noção de que não existe outra maneira de você reivindicar que não seja queimando ônibus. Os canais legítimos de reivindicação e negociação que deveriam funcionar na maioria, na democracia, não funcionam para essas pessoas. [...] Quem garante que elas vão ser ouvidas em quaisquer outros canais que elas poderiam usar? Defensoria, Ministério Público? [...] Tem um repórter que conheço que foi ameaçado de morte e foi espancado. E é um dos poucos repórteres que conheço que é negro e que mora na periferia. Então, infelizmente, e é terrível falar isso, mas pelo fato de ser branco, de classe média e morar em regiões não periféricas, eu sei que estou, de certa maneira, protegido, eu sei que não vou ser abordado pela polícia como outros são abordados. Eu tenho um círculo mais protegido, infelizmente. Eu estou falando agora do que eu já denuncio, todos os dias, reconhecendo o lugar onde eu estou nessa história. Eu sei que eu não sofro os crimes que outros sofrem. Você fala sobre medo, eu estou numa posição privilegiada para falar sobre isso, do ponto de vista de que eu falo. Eu sei que dificilmente essa violência vai chegar em mim. Quer dizer, tudo pode acontecer, mas as chances são menores. Qualquer família, aliás, que mora na periferia, tem muito mais a perder do que eu com tudo isso. (Entrevista realizada em 28/09/2015)
Bruno – Leitor	[A violência] não chega à minha porta, né? Eu moro aqui do lado [bairro nobre da região central da cidade de São Paulo]. Dificilmente eu vejo alguma coisa acontecer. Mas o que acontece na periferia também faz parte da minha realidade. Pertence à mesma cidade. [...] Quando me formei, em 2012, tinha acabado de acontecer o caso de um jovem assassinado no *campus*, e aquilo parecia um absurdo, a violência ter chegado lá. Era preciso intervir com a Polícia Militar. O *campus* tá inserido na

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	cidade, e tem inclusive favelas do lado. Daí, você pensa que a cidade tá toda interligada. [...] Eu moro num bairro de classe média alta, estudei boa parte da minha vida aqui. Meu pai é engenheiro, minha mãe é médica, me deram toda a assistência possível. Hoje eu trabalho. Não ganho bem, porque a minha área não ganha bem, mas isso é irrelevante dado todo o contexto em que eu vivi, mas a cidade não deixa de fazer parte da minha vida. [...] Falando do tratamento policial, é absolutamente diferente. Eu sofri enquadro quatro vezes na minha vida. Uma eu tava na praia, e não aconteceu nada. E duas aqui de madrugada, quando eu era jovem, a gente ficava bebendo por aqui e os policiais chegavam. Mas uma delas, eu tava fumando maconha com os amigos, todos que estudavam Comunicação, a gente tinha saído de um *show*, todos brancos, e estávamos em Pinheiros, o policial abordou a gente e tratou como se fosse filho dele na verdade: "Ôh molecada, não pode fazer isso... Vamos apagar esse cigarro...". Entendeu? Eu duvido que, do lado de lá da ponte, seria a mesma abordagem. Óbvio que não. Essa aparência, que, na verdade, o policial militar não me conhece, para ele foi suficiente e determinante para o modo de tratamento que ele foi me dar. Eu acho que, se eu fosse negro, mesmo em Pinheiros, e estivesse com colegas negros já seria diferente, não precisa nem estar do outro lado da ponte. É esse o espírito. A polícia vê as coisas com muito preconceito. [...] Não é só o preconceito racial, a própria corporação acho que trabalha em cima desses estereótipos. No Brasil, historicamente, o negro é mais pobre, é mais vulnerável, menos favorecido. E esse cenário se encaixa dentro da noção de ação preventiva da polícia. Se forem abordar alguém preventivamente, vão abordar esses públicos, porque acham que têm maior probabilidade de entrar dentro do que eles estão procurando. [...] É tipo uma política de Estado mesmo, na minha opinião, muito mais do que: "Ah, são as normas da PM". Não. Se o governador começasse a trabalhar em: "Vamos reduzir o número de mortes da polícia, que é um absurdo". Poderia trocar os comandantes da Polícia Militar por comandantes mais humanos, mas não. Ele acha que esse modelo de repressão é eficiente. [...] A violência percebida, ela acontece no centro expandido, o centro expandido se sente com medo. [...] Eu tenho uma namorada que mora na Vila Mariana, numa cobertura, e ela acha que vai ser estuprada a qualquer momento. Se você olhar as estatísticas, se você olhar os números, você vai ver que as pessoas não são estupradas no centro expandido a todo momento. [...] Eu moro no mesmo prédio há vinte e cinco anos. Nunca teve segurança dentro do prédio, segurança era da rua, assim. E, de uns anos

(conclusão)

Entrevistado	Transcrição da fala
	para cá, instalaram aquelas gaiolas. Para entrar no prédio, você tem que entrar numa gaiola antes de poder passar. Daí, eles colocaram vidro fumê em toda a guarita e eu não consigo mais ver o porteiro. Daí, colocaram um segurança em frente ao prédio e um dentro do prédio. Nunca teve um assalto no meu prédio, nunca teve, nem na rua, que a gente tenha ficado sabendo. É uma região que não deve ter violência quase, só a molecada que tá na rua às vezes é assaltada, essas coisas. Mas a indústria da violência é isso, né, ela é motivada por esse medo que as pessoas têm, essa necessidade de elas se sentirem seguras, e, de repente, isso move muito dinheiro. [...] Isso é uma forma de apartar o outro, né. Um cidadão comum que entra aqui, por exemplo, um negro, que está subindo do metrô para cá para vir para o *shopping*, ele se sente um pouco apartado, ele vê o olhar do segurança prestando atenção nele, ele vê que aquele prédio não tem abertura, não tem convívio, são grades expulsando ele dali. Isso é uma coisa que você percebe. Isso tem um reflexo social também. [...] Para mim a PM tinha que acabar, o modo militarizado tinha que acabar." (Entrevista realizada em 27/10/2015)

Quadro 3 – Transcrição das falas dos entrevistados relativas a preconceito, discriminação e percepções acerca do sistema de segurança pública

Para facilitar a análise e a discussão deste eixo temático, ele foi dividido em quatro partes, com base nas percepções dos entrevistados acerca da vida no centro e na periferia da cidade, a atuação policial e o sistema judiciário: Preconceito e discriminação na dicotomia centro e periferia; Atuação policial: violência, corrupção e assassinatos; Sistema judiciário: a justiça nas mãos de Deus; e, por último, Revolta e luta.

- **Preconceito e discriminação na dicotomia centro e periferia**

> O preconceito para nós não é só de cor, é de classe social, dos lugares onde mora, do jeito que se veste. (NELSON, 2014).[20]

O preconceito e a discriminação sofridos pelos depoentes estão relacionados, principalmente, à atuação policial, pautada, de acordo com Cícero, o líder comunitário entrevistado, no julgamento de que todos os moradores da periferia sejam pessoas sem valor,

[20] Sobrinho de Rodrigo, em entrevista realizada pela autora em março de 2014.

que cometem transgressões às leis. Feltran (2014) comenta que, nos diversos debates políticos e acadêmicos dos quais participou sobre as periferias, relacionados a pobres, violência, movimentos sociais e transformações urbanas, pôde perceber que a visão predominante que se tem da pobreza e da periferia é resumida a algumas imagens de que essas pessoas são integrantes do PCC, usuárias de *crack* ou presidiárias e as famílias estão endividadas. Para o autor, esse resumo é equivalente a tomar a parte pelo todo. Entre os setores populacionais das "periferias" (a "Classe C" ou "marginais") e os "*playboys*" ("madames" ou "bacanas"), há um conflito social, porém estão todos submetidos à mesma lógica mercantil, que produz forma de vida desejável por todos, mediada pelo consumo, respeitando a riqueza como signo de poder.

Diversos autores explicam a discriminação relatada por Nelson e por Cícero, os entrevistados deste trabalho, como reflexo da divisão maniqueísta da sociedade entre pessoas boas e más. Para distanciar-se do mal e não reconhecer a própria participação nos problemas sociais, são eleitos bodes expiatórios nos quais é projetada toda a responsabilidade pelo incômodo da violência. Jovens negros e pobres são, muitas vezes, eleitos para ocupar esse lugar e, por receberem essa projeção, passam a despertar medo nas pessoas. O medo, por sua vez, gera como reação a necessidade de medidas protetivas – para afastar os criminosos/inimigos – e repressivas. O papel da repressão é desempenhado pela polícia, responsável por proteger quem mora nos bairros centrais e por "limpar" a sociedade do mal.

Antes de avançar nesta reflexão, cabe definir brevemente o siginficado dos conceitos "preconceito", "estereótipo" e "racismo". De acordo com Crochik (2006, p. 22), o preconceito está relacionado a um mecanismo de defesa contra ameaças imaginárias, "que o indivíduio foi impedido de enxergar e que contém elementos que ele gostaria de ter para si, mas se vê obrigado a não ter; quanto maior o desejo de poder se identificar com a pessoa vítima do preconceito, mais esse tem de ser fortalecido". São julgamentos sem fundamento na razão. Os estereótipos, por sua vez, são, para o autor, definições precisas e irrefletidas que assumem o lugar da verdade, fazendo com que apreendamos de maneira simplista e reduzida os grupos humanos, como forma de justificar as desigualdades sociais. Os conteúdos transmitidos por meio dos estereótipos são frutos de mecanismo social que visa a manter o *status quo*, fragmentando o mundo por meio de clichês de forma binária: bom e mau, útil e inútil, inferiores e superiores.

Segundo Santos et al. (2015), o racismo é a ideologia resultante da diferenciação dos seres humanos em raças, que se traduz na ideia de que há raças superiores a outras, justificando a opressão, a violência, a exploração e a manutenção de desigualdades e

privilégios. A manifestação individual do racismo é chamada de preconceito racial e refere-se a "percepções, atitudes e juízos pré-concebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada cor-raça" (SANTOS et al., 2015, p. 17). A manifestação social do racismo é a discriminação racial – toda distinção, exclusão ou restrição baseada na cor-raça, que coloque em risco as liberdades fundamentais e os direitos. E o racismo institucional é aquele que resulta em ignorância, falta de atenção e negligência em ambientes institucionais. Apesar de a genética ter demonstrado que todos os seres humanos pertencem a uma única raça: a espécie humana, o termo "raça" continua sendo empregado em uma perspectiva sociológica para designar características políticas e culturais de um grupo (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2002).

De acordo com Bento (2002, p. 31), narcisismo e projeção são, respectivamente,

> [...] ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não podem ser assumidas como próprias, pois maculam o modelo, [são processos que] visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, consequentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios.

Para a autora, "o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam a legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio" (BENTO, 2002, p. 35).

Caldeira (2000, p. 90-91) explica que o mal é associado à natureza humana, como o que se opõe à razão, "algo a que qualquer um é vulnerável". No entanto, "como os pobres são vistos como mais próximos da natureza e da necessidade e mais distantes da razão e do comportamento racional que as outras pessoas, são tidos também como grupo que corre o risco de ser infectado pelo mal".

A mídia reforça essa dualidade entre bem e mal por meio do discurso do medo, que incorpora "preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados" e da fala do crime, que "constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos" (CALDEIRA, 2000, p. 9). Em decorrência da sensação de perigo e medo, são tomadas medidas de controle simbólicas – como o preconceito e a estigmatização – e materiais – como os muros e os condomínios fechados. Esses condomínios, por sua vez, são supervisionados por seguranças privados, com sistemas de identificação, triagem e controle de circulação com base em estereótipos, que discriminam especialmente os pobres e os negros. Assim, a arquitetura da cidade é modificada aumentando a segregação espacial e social em

sentido contrário ao ideal democrático moderno de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade na organização dos espaços públicos.

De acordo com Romão (2013), o jornalismo policial apresenta, de um lado, "as pessoas de bem", os *in-group*, com as quais os leitores e espectadores se identificam e, do outro, "os marginais malfeitores", os *out-group*, excluídos. A raiva decorrente das diversas frustrações da vida em sociedade é dirigida a esse *out-group*, que passa a cumprir o papel de bode expiatório.

> Tal como o discurso paranóico presente no antissemitismo, a construção de um bode expiatório permite que determinado grupo social veja a si mesmo como puro e livre de responsabilidades sobre aquilo que se lhe passa, enquanto, ao grupo eleito como a fonte do mal, cabe toda a responsabilidade e culpa. E como esses "criminosos" e "vagabundos" são vistos como maus e desumanos, todo tipo de violência pode ser dirigido a eles, funcionando como um mecanismo compensatório para as diversas frustrações que a vida em sociedade pode vir a causar. O resultado é um discurso preconceituoso que se mistura com vários preconceitos de classe e raciais historicamente presentes na sociedade brasileira, pois os suspeitos apresentados no Jornalismo Policial geralmente são jovens, pardos ou negros e pobres. (ROMÃO, 2013, p. 158).

Karam (2009, p. 149-150) afirma que a necessidade de criação de bodes expiatórios aumenta quando há desequilíbrios econômicos e sociais. A identificação do criminoso como indivíduo isolado, reconhecível por seu estereótipo permite que a ele seja associado o mal, enquanto absolve-se a si mesmo de qualquer responsabilidade, autointitulando-se "cidadão de bem". O delinquente, mau, é inimigo, que, por sua periculosidade, perde os direitos dos pertencentes à comunidade e, "desprovido de dignidade e de direitos, perde a qualidade de pessoa, tornando-se uma 'não-pessoa'".

Zaffaroni (2012, p. 315, grifo do autor) chama os excluídos de "*Eles* – os estereotipados". Por se suspeitar que possam vir a cometer crimes, são julgados como não humanos, "a *escória social*, as *fezes* da sociedade", portanto não merecedores de direitos, inclusive do direito à vida.

> Apesar de a *enorme maioria de eles não* ter cometido nenhum crime, são projetados como *potenciais delinquentes*, sob a alegação de que nunca saberemos quando passarão da espreita à ação, mas assegurando que o farão; por isso, eles são maus [...]. Todas essas mortes, e muitas outras que deixam cadáveres mudos, são produto da necessidade de purificar, de limpar, de eliminar os *germes patogênicos* do corpo social, a *escória social*. (ZAFFARONI, 2012 p. 310-311, grifo do autor).

São, de acordo com Caldeira (2000), corpos "incircunscritos", desprotegidos. Ou, como define Agamben (2002), são "vidas nuas", bandos empurrados para fora dos limites do

contrato social e da humanidade e, portanto, matáveis. Estão sujeitos a massacres, torturas e execuções para evitar o contágio e a contaminação pela "parte estragada" (ENDO, 2005).

Reportagem da revista *Veja São Paulo* sobre o Parque Santo Antônio, região avaliada como campeã em mortes pela revista, em 2012, ilustra a questão do preconceito racial envolvendo a morte de um jovem por um segurança:

> Aldeíza Milfont, de 52 anos, só pega no sono com a ajuda de remédios. Mesmo assim, todos os dias antes de dormir, é acometida por um grande aperto no peito, provocado por saudade e revolta. Em novembro de 2008, seu filho, então com 23 anos, tomou um tiro de um segurança da loja das Casas Bahia que fica na divisa entre o Santo Antônio e o Capão Redondo. Ele havia ido ao local para comprar um colchão. Iria dormir a primeira noite na casa que acabara de alugar com a namorada. Tombou segurando na mão a nota fiscal do produto. Segundo testemunhas, o vigia teria confundido o rapaz com um bandido. "Ele foi morto por vestir bermuda e chinelo. E, acima de tudo, porque era moreno", afirma Aldeíza, indignada. Gustavo, que ficou órfão do pai aos 7 meses, é criado hoje pela avó. Em março deste ano, a Justiça condenou o segurança a dezoito anos de prisão. Ele recorre em liberdade. (BATISTA Jr., 2012, p. 39).

Em uma sociedade de classes em que há produções sociais e históricas de desigualdades, de povos dominados e de dominadores, são criados certos estereótipos para delimitar quem são os pertencentes a cada um dos grupos. São também criados preconceitos para afastar o outro, que se julga conhecer antes de ter um contato real. O preconceito atua como "válvula de segurança do sistema", para manter tudo como está, ou seja, para manter a ordem social (FERREIRA; HAMLIN, 2010).

A pobreza é criminalizada, tida como transgressora e perigosa. Os pobres ficam sujeitos ao risco de vida por causa da repressão e da violência institucionalizada desempenhadas pela polícia (IAMAMOTO, 2003). José Padilha no documentário "Ônibus 174" (2002) afirma: "A polícia faz o trabalho sujo que a sociedade não quer ver, mas que deseja que se realize: a produção da invisibilidade".

Alice, a vizinha de Rodrigo, não sofreu ameaças à sua vida, mas declara que foi discriminada por causa da cor de sua pele, negra, e porque usa o cabelo penteado com tranças afro. O cabelo e a cor de pele são os quesitos utilizados no Brasil para definir a classificação racial. O cabelo crespo, considerado como "ruim", é símbolo do racismo que sofre o negro. Nos salões de beleza étnicos, trançado ou avolumado, o cabelo do negro é transformado de estigma em "símbolo de orgulho e afirmação étnico/racial" (GOMES, 2002, p. 1). Assumindo sua identidade negra, Alice ainda enfrenta desafios de aceitação e acolhida na sociedade.

A discriminação está presente também, de acordo com Cícero, um dos entrevistados, na diferenciação de distribuição dos recursos entre os bairros centrais e a periferia. Segundo o

líder comunitário, apesar de ser por meio dos votos dos moradores dos bairros periféricos, com grande contingente populacional, que políticos conseguem se eleger, eles não oferecem a contrapartida com intervenções que melhorem a qualidade de vida da população.

Segundo Jorge, o líder de movimento social negro entrevistado, a segregação e o preconceito se dão por razões históricas. Desde o período pós-abolição, as elites, temerosas de que o grande contingente de negros recém-libertos representasse entrave para o desenvolvimento do país, adotaram política de embranquecimento por meio da mestiçagem, já que era impossível exterminar todos de uma vez, como ocorreu nos campos de concentração alemães, mantendo, assim, um "exército de reserva" de mão de obra disciplinado dominado pelo mito da democracia racial. O mito, segundo o qual há convivência harmoniosa entre todas as raças no Brasil, traz para o indivíduo a responsabilidade pela condição em que vive, desconsiderando a desigualdade de oportunidades existentes.

Patto (1999, p. 184) refere-se ao final do império como período em que o negro e o mulato "passaram a ser objeto da atenção da ciência e a arcar com o peso da responsabilidade pelo 'corrompimento social' em que o país se encontraría". A tese da degeneração trazida pela mistura racial condenava a miscigenação. Segundo a autora, as ideias dos criminologistas italianos Lombroso e Ferri argumentavam que os pobres eram especialmente predispostos ao crime e poderiam ter seu comportamento previsto pela identificação de suas características físicas: "traços fisionômicos, proporções e formas de várias partes do corpo, eram tomadas como indicadores inequívocos de tendências psíquicas e morais e tornavam-se os novos espelhos da alma" (PATTO, 1999, p. 185). Os traços e proporções do "criminoso nato" correspondiam ao biótipo do negro.

A população negra e mestiça chegava a mais da metade da população no censo populacional de 1872. "É possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração européia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros" (BENTO, 2002, p. 36).

Passa a vigorar, nos primeiros anos de república, a tese de que era possível reverter a degeneração racial por meio da miscigenação e do branqueamento. De acordo com Bento (2002, p. 47) o branqueamento "nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro. [...] expectativa de o Brasil tornar-se um país branco, como consequência do cruzamento de raças".

Na apresentação da obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso afirma que o livro funda o mito da democracia racial, segundo a qual haveria ausência de conflitos entre as classes e entre as raças, miscigenadas, com base na "plasticidade e no hibridismo inato que teríamos herdado dos ibéricos" (FREYRE, 2006, p. 25). Para Freyre (2006), a distância social entre dominantes e dominados seria atenuada pelo cruzamento inter-racial. Negando o preconceito e a discriminação, o mito possibilita a compreensão de que o "'insucesso dos mestiços e negros' deve-se a eles próprios" (BENTO, 2002, p. 48).

Excluídos da participação das decisões políticas e sociais e do mercado de trabalho o segmento da população negra compõe o exército de reserva a que se refere Jorge, o líder de movimento social negro entrevistado. O termo, que vem da obra de Karl Marx, caracteriza a força de trabalho que excede as necessidades da produção por causa das novas tecnologias, que trazem automatizações de processos e reduções de custos com mão de obra e causam desemprego estrutural (BAUMAN, 1999).

Esse exército de reserva, nos tempos atuais, ao mesmo tempo em que exerce a função de pressionar aqueles que estão empregados a se submeter a condições de trabalho precárias e baixos salários por medo de perderem o emprego, é considerado, nas palavras de Jorge, uma população "excedente", e, por isso, continua sendo exterminável. Segundo o líder de movimento social negro, quando não ocorre o extermínio direto em chacinas e mortes decorrentes de intervenção policial, há o afastamento para bairros longínquos, com menos infraestrutura; o encarceramento; e o extermínio indireto, representado pela ausência de políticas públicas de saúde e de saneamento.

Para Peralva (2000), Frúgoli Jr. (2005) e Fefferman (2013), a especulação imobiliária e a urbanização dos bairros populares expulsam as populações mais pobres das periferias para regiões ainda mais distantes, onde há ainda menos infraestrutura e oferta de serviços públicos, chamadas por Frúgoli Jr (2005) de "hiperperiferias".

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a violência contra jovens negros e pobres, que apura causas, razões, consequências e custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil, reconhece que "existe sim um genocídio simbólico quando o Estado Brasileiro, ao longo não de alguns meses ou anos, mas durante séculos vem negando a essas pessoas os mais básicos serviços públicos" (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, 2015, p. 37).

Cruz-Neto e Minayo (1994, p. 207) definem genocídio como o "extermínio de coletividades étnicas, confessionais ou sociais, pressupondo um plano de ação coordenado. O termo *geno* vem de raça; *cidium* significa matança, assassinato". Corroboram as ideias de Jorge (2014)[21] ao afirmar que:

> Na realidade brasileira, há duas ideias muito fortes comandando a legitimação dos atos de extermínio: a de limpeza social e a de população supérflua. Vai se construindo no país um senso comum de que temos um excesso de população [pobre], economicamente supérflua e socialmente sem raízes, candidata à delinquência e, portanto, sem utilidade numa sociedade competitiva que aspira às riquezas da civilização e à modernidade. Tais ideias vingam com mais intensidade nos períodos de maior desintegração social, quando os milhares de indesejados somam-se aos desempregados e quando a população economicamente ativa diminui sua participação no mercado, tornando-se, por sua vez, supérflua. [...] Dentro de influências autoritárias, o extermínio no Brasil se dá, sistematicamente, como um processo de aniquilamento, de exclusão e eliminação de grupos sócio-econômicos e culturais considerados marginais, supérfluos e perigosos. Mas não apenas. É, em última instância, uma forma de controle populacional e social.

Walter, o psicólogo e professor de psicologia social entrevistado, alega que o processo de periferização se dá de maneira simbólica e concreta. Geograficamente, ficam longe do centro e dos melhores serviços públicos. Simbolicamente, "também vão para longe, porque eles não são considerados na hora de definir as prioridades da sociedade". Walter destaca a distribuição geográfica desigual da mortalidade violenta: aqueles que mais morrem em São Paulo são jovens negros, moradores das periferias. A morte desses jovens, apesar de causar grande sofrimento entre familiares, amigos e vizinhos, não provocam comoção social e repercussão midiática.

Nesse quesito, Barcellos (1992, p. 26) descreve o que constatou quando iniciou sua carreira como jornalista.

> Sou novato na profissão, mas já constato que na cobertura de assuntos policiais a imprensa também dá um tratamento diferenciado às pessoas pelo critério da sua condição social. Neste ano de 75, dezenas de jovens da periferia de São Paulo já foram perseguidos por policiais militares de forma idêntica, inclusive com desfechos semelhantes. Entretanto a cobertura da imprensa foi quase nula.

Em contraste com a vivência do lado periférico da ponte, Augusto, o repórter, e Bruno, o leitor, homens brancos, de classe média e média alta, moradores de bairros centrais narram o quanto a violência não chega até seus corpos ou à porta de suas casas. Sentem-se protegidos. Augusto conta sobre o caso de um repórter conhecido, negro e morador da

[21] Em entrevista realizada pela autora em março de 2014.

periferia, que foi espancado e ameaçado de morte. Por mais que sintam que a violência chegue menos até eles, sentem-se mobilizados pelo tema. Bruno defende que as ocorrências na periferia fazem parte de sua realidade por viver na mesma cidade. Para ele, os bairros são conectados de maneira complexa. Augusto fez da denúncia da violência e da desigualdade seu foco de trabalho na mídia independente para a qual escreve.

Rolnik (1999, p. 100) afirma que o urbanismo envolvendo toda a cidade de São Paulo, marcado pela desigualdade, é de risco. O que acontece em uma região reflete na outra de maneira complexa, pois estão interconectadas, e são todos afetados:

> [...] por concentrar qualidades num espaço exíguo e impedir que elas sejam partilhadas por todos, os espaços mais bem equipados da cidade sentem-se constantemente ameaçados por cobiças imobiliárias, por congestionamentos, por assaltos. Quando a erosão causada pelos desmatamentos e ocupações das encostas se acumula nas baixadas, rios e córregos, toda a cidade sofre com as enchentes. E quando o excesso de veículos e viagens provoca o colapso da circulação, é toda a cidade que pára. Portanto, a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco.

Bruno comenta sobre o jovem assassinado no *campus* da Universidade de São Paulo, em 2012. A violência ter chegado à elite dos estudantes foi tida como absurdo nos noticiários. A população tem a percepção, em função do que é divulgado na mídia, de que são altos os índices de homicídios no centro expandido da cidade, quando, na realidade, nos bairros pertencentes a essa região, a maior parte dos crimes são contra o patrimônio. Em decorrência dessa percepção, os moradores do centro expandido sentem-se permanentemente com medo. Esse medo tem feito com que haja investimentos em medidas protetivas que alimentam e são alimentadas pela indústria do medo e da violência, que fornece equipamentos e seguranças particulares, movendo altas quantias de dinheiro. São medidas que aumentam a segregação racial, espacial, social e econômica.

Caldeira (2000) descreve o processo em que o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial. A autora chama as novas organizações urbanas de não democráticas e não modernas por reforçarem e valorizarem desigualdades e separações que impedem que se identifique pontos comuns.

Considerando um viés narcísico, de acordo com Jodelet (2002), defende-se os valores e interesses do grupo a que se pertence e que fornece identidade, e se exclui aqueles que sentimos que não fazem parte.

> Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. [...] Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento moral de outro. (BENTO, 2002, p. 30).

> Em uma sociedade como a brasileira, na qual não se universalizou o modelo contratual de organização societária, e não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, no qual muitos se encontram à mercê de poucos, em que vige, sem interditos, acentuada assimetria no acesso aos recursos, bem como a sua distribuição, e a vida de muitos não tem o mesmo valor e significado da vida de alguns, somente pode ser instituída a guerra de todos contra todos como modo de funcionamento regular e normal. Daí que a violação de direitos humanos não seja menos escandalosa que a desigualdade social e o espectro de pobreza. (ADORNO, 2002, p. 128).

É necessária uma revisão na compreensão social do que é cidadania e do que são direitos humanos. Afinal, a discriminação levada ao extremo do extermínio, da pena de morte ilegal e sem julgamento, "não implica a violação de um direito qualquer, mas representa a negação do mais fundamental dos direitos humanos, aquele que constitui a raiz ou fonte de todos eles: o direito à vida" (CALDEIRA, 2000, p. 354).

- **Atuação policial: violência, corrupção e assassinatos**

> Se você estiver na esquina parado, preto, tá vendendo droga. Para eles [policiais] é isso. [...] "Onde você pôs o revólver?" "Onde você pôs a maconha?" "Onde você pôs a cocaína?" Tudo louco! [...] Tanto é que suspenderam eles pra eles não socorrerem mais. Eles baleavam e eles mesmos matavam dentro do carro. (JANETE, 2014).[22]

Santos (2012, p. 82) define da seguinte forma a função da polícia:

> [...] resolver, de modo rápido, situações desagradáveis e, muitas vezes, inesperadas. Previne crimes com rondas ostensivas, reprime a execução de delitos e conduz os infratores para o devido julgamento. Protege a vida e a propriedade e é um mecanismo oficial de gerenciamento de relações entre os indivíduos. Além do controle social, ainda presta serviços à comunidade.

A percepção dos entrevistados, no entanto, não condiz exatamente com essa definição. Para eles, a atuação da polícia, especialmente a militar, se dá nas regiões periféricas, com base em estereótipos e preconceitos. Os jovens negros são os principais alvos do julgamento preconceituoso que os rotula como criminosos, potenciais traficantes ou assaltantes. Na fala

[22] Mãe de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2014.

de Nelson, o jovem negro é visto como suspeito, principalmente se estiver acompanhado de mais jovens negros. Caso estejam parados, são julgados como se estivessem vendendo drogas e, quando estão andando, como se estivessem roubando.

Endo (2005, p. 81) descreve a avaliação feita por policiais com base em estereótipos para definir quem são os suspeitos.

> O suspeito deve possuir traços distinguíveis numa rápida olhadela. Na situação, sempre de extrema urgência, não cabe avaliar, considerar, pensar. Deve-se, antes, determinar o suspeito e agir rápida e eficazmente. Não há modo de fazer isso senão exacerbando determinadas marcas, sinais, relativamente consagrados, visíveis no corpo e no comportamento do suspeito. Estas marcas não estão apenas na lente do policial, mas também, igualmente, nos valores da sociedade paulistana.

Segundo Santos (2012), os critérios de suspeição de um indivíduo são a vestimenta, a cor da pele, o olhar preocupado com a ação que a polícia está realizando, o tipo de carro que conduz em função de sua vestimenta e idade, se a pessoa pertence ao local no qual se dá a abordagem. O autor registra a seguinte recomendação de um policial militar para que jovens das periferias consigam evitar a revista corporal:

> Procurem melhorar sua apresentação pessoal e melhorar a sua dicção. Arrancar o boné da cabeça, pentear o cabelo, vestir uma roupinha melhor e saber falar. Se ele tiver essa boa educação, não vai ser parado. Ele tem que ser menos marginal, ter menos o biótipo do marginal, ter mais o biótipo de cidadão. (SANTOS, 2012, p. 124)

O texto *Cidadania a porrete*, de José Murilo de Carvalho (1998) ilustra a questão: o ex-marinheiro Adolfo Ferreira dos Santos, contemporâneo de João Cândido, o líder da revolta contra o uso da chibata na Marinha, que ocorreu na Baía de Guanabara (RJ), em 1910, com 98 anos, concedeu entrevista a um jornal dizendo que as "chicotadas e lambadas que levei quebraram meu gênio e fizeram com que eu entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro" (apud CARVALHO, 1998, p. 307). Carvalho conclui que o marinheiro estava certo:

> A cidadania [...] brasileira foi implantada a porrete. O cidadão brasileiro é o individuo que, na expressão de Ferreirinha, tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita. (CARVALHO, 1998, p. 307).

A pesquisa realizada por Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016) sobre a abordagem policial em sua relação com a variável cor/raça por meio da observação direta de oficiais e praças trabalhando nas ruas, na Justiça Militar e nas escolas de formação de policiais, ao consultar as bases de dados de letalidade policial, resultou nas constatações de que a vigilância policial recai preferencialmente sobre a população negra e de que a polícia mata proporcionalmente três vezes mais negros que brancos. Há um estereótipo racializado na construção do suspeito.

> A fundada suspeita é fruto, segundo os interlocutores, da experiência que o policial adquire nas ruas para identificar um suspeito ao primeiro olhar e os signos da suspeição. Esta experiência adquirida é nomeada de tirocínio policial, uma qualidade positivada entre os interlocutores e construída mediante o "tempo de rua" que um policial possui. [...] caracterizado pela faixa etária, pertença territorial e que exibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura "da periferia". [...] vestimentas e símbolos do hip hop. [...] adereços, tatuagens, vestimentas típicas de certas tribos urbanas. (SINHORETTO et al., [2013?], p. 134).

Esse tipo de julgamento preconceituoso motiva policiais a realizarem, segundo relatam os depoentes, ameaças verbais, intervenções durante eventos sociais, violências físicas e homicídios.

Janete, a mãe de Rodrigo, reproduz a fala de policiais direcionadas a seus filhos e sobrinhos, em frente a sua casa: "entra pra dentro seu vagabundo se você não quiser que eu te mate".

As intervenções violentas em eventos sociais têm o intuito de dispersar os moradores quando estão reunidos em festas cujos convidados não cabem dentro das casas e passam a ocupar vias públicas e em momentos de lazer. É relatado o uso de bombas, *spray* de pimenta, cassetetes e de viaturas que avançam sobre as pessoas e derrubam cavaletes usados para interditar ruas.

Não há explicação se tais intervenções ocorrem em decorrência de solicitação de vizinhos que tenham reclamado de barulho ou por alguma outra razão desconhecida. Fica a impressão de que, se o papel da polícia é proteger os cidadãos, pessoas pobres reunidas em grupos festejando representam algum tipo de ameaça para a sociedade, remetendo à época da ditadura, em que grupos reunidos eram interpretados como ameaça ao Estado. Independente da razão para que haja necessidade de desfazer as aglomerações, a maneira escolhida emprega violência desproporcional, causando humilhação, medo e revolta.

Guilherme, Marta, Nelson e Alice, alguns dos entrevistados deste trabalho, afirmam que viaturas Rota atropelaram moradores do bairro. Quanto às agressões físicas, Marisa, outra

entrevistada para o trabalho, afirma que, nos bairros periféricos, os policiais chegam batendo e arrancando o boné dos jovens com tapas. Pôde testemunhar quando isso ocorreu com seu filho em frente a sua casa. Nelson relatou a violência física sofrida duas semanas antes da entrevista, ele estava com a "cabeça rachada" por causa de uma coronhada que levou em uma abordagem policial.

Parece não haver garantia de direitos e proteção para quem sofre violência na periferia, ou consequências e represálias para quem a comete. Sobre as agressões que recaem sobre os corpos desses jovens, Caldeira (2000, p. 369), afirma que, na cultura brasileira, há

> [...] centralidade do corpo em considerações sobre punição e a aceitação do uso da dor em práticas disciplinares não só contra supostos criminosos, mas também contra todas as categorias que supostamente "precisam" de controle especial (crianças, mulheres, pobres e loucos). O corpo é, portanto, percebido como um campo para várias intervenções. Essa noção do corpo manipulável está relacionada à deslegitimação dos direitos civis e está no cerne dos debates sobre a democratização da sociedade brasileira.

Contrastando a abordagem policial entre os lados da ponte, Cícero, líder comunitário entrevistado, afirma que, na periferia, a aproximação se dá com a arma na cabeça dos abordados, enquanto, nos bairros nobres, os jovens são autorizados a ingerir bebidas alcoólicas durante a madrugada nas calçadas, e a polícia, quando passa, expressa gestos de respeito em relação a eles. Bruno, o leitor entrevistado, contou que foi abordado por policiais quatro vezes em sua vida. Em uma das vezes, estava bebendo e fumando maconha em um bairro do centro expandido, na zona oeste da cidade, com seus amigos, todos brancos e estudantes de Comunicação, quando foram abordados por um policial que, segundo ele, os tratou como se fossem filhos dele, dizendo: "ôh molecada, não pode fazer isso... Vamos apagar esse cigarro...". Bruno analisa que sua aparência foi suficiente para garantir sua proteção e tratamento diferenciado. Para ele, os negros são mais abordados por serem considerados suspeitos em função de estereótipos.

De acordo com Santos (2012, p. 124), "quanto maior a renda e o nível de escolaridade, [...] as abordagens tendem a ser menos violentas e a envolver menos humilhações". Para Endo (2005, p. 78), enquanto os *in-groups* têm seus corpos protegidos, os *out-groups* têm seus corpos "invadidos, expulsos e eliminados, sem qualquer cerimônia, fronteira e delimitação que assegure a proteção". Assim, as características físicas, a maneira de se vestir e de andar fazem com que alguns sejam categorizados como grupo que pode circular e usufruir da cidade, enquanto outros tenham sua presença como indesejada.

Augusto, o repórter entrevistado, relata que, mesmo entre os moradores da periferia, há quem apoie ações repressivas da polícia, com a crença de que os alvos sejam apenas bandidos. A postura varia em função da idade, tipo de trabalho desempenhado e se sofreu ou não violência policial. Há muitos moradores locais que elegem representantes da chamada "bancada da bala".

A bancada da bala é um grupo de deputados estaduais composto por ex-policiais militares e delegados da polícia civil que defendem questões securitárias como a redução da maioridade penal, a revogação do *Estatuto do desarmamento* e medidas repressivas no combate à criminalidade.

> [...] ex-oficial da Rota, o capitão aposentado Roberval Conte Lopes é atualmente vereador na Câmara paulistana pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Considerado um dos maiores matadores da história da PM com 42 vítimas no currículo, é uma figura bastante conhecida no meio policial e está na política desde 1985, quando se tornou deputado estadual em São Paulo. (FAGANELLO, 2015, p. 149).

Pesquisa do Datafolha Instituto de Pesquisas (DATAFOLHA, 2012) indica que 41% dos paulistanos acreditavam que a Polícia Militar era mais violenta do que deveria em seu trabalho, 35% acreditavam que a violência era usada na medida certa pela corporação, enquanto 19% disseram que os policiais militares usam menos violência do que deveriam.

Os entrevistados mencionam haver corrupção policial na região. Há policiais que extorquem aqueles envolvidos com a criminalidade e os incitam a conseguir mais dinheiro. E há casos relatados em que jovens inocentes são levados a pagar para evitar sofrerem agressões físicas ou serem presos injustamente. Denunciam também o envolvimento de policiais com a facção criminosa PCC.

Minayo et al. (1999) no livro *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro* entrevista jovens de diversos extratos sociais e conclui que, para todos eles, a relação com a polícia é de medo e desconfiança. Segundo esses jovens, a "polícia extorque dinheiro, carro, relógio e outros objetos como cordões, bonés dos cidadãos comuns e dos 'bandidos'" (MINAYO et al., 1999, p. 165) E a "extorsão de dinheiro pela polícia está quase sempre articulada à 'forja de flagrante' de drogas. Segundo os jovens, eles partem do princípio de que todo jovem é delinquente, bagunceiro ou drogado" (MINAYO et al., 1999, p. 167).

A ONG Justiça Global, em trabalho intitulado *São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006* realizou levantamento de

informações a partir de órgãos policias, da Ouvidoria da Polícia, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Judiciário e de testemunhas para compreender a onda de violência ocorrida em maio de 2006, com casos concentrados em Guarulhos, Baixada Santista e periferias de São Paulo envolvendo a polícia, o PCC e a população civil (DELGADO; DODGE; CARVALHO, 2011). O estudo denuncia que membros da Polícia Civil, utilizando escutas instaladas nas casas dos familiares dos líderes do PCC presos, chantagearam os familiares e lideranças e extorquiram dinheiro deles. Um cunhado do líder do PCC, Marcos Camacho, conhecido como Marcola, foi sequestrado nesse contexto de achaques. A esposa do policial civil Augusto Peña, membro do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc), denunciou o próprio marido, entregando ao Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaerco) os CDs das escutas com a dinâmica da quadrilha. Marcola e outros líderes da facção criminosa foram transferidos para outro Centro de Detenção. Fontes alegaram que o dinheiro extorquido do PCC pela polícia era destinado a "caixa dois" de campanhas políticas.

De acordo com o levantamento, em decorrência das extorções e da transferência dos presos, os líderes do PCC ordenaram um "salve geral", que determinava que unidades prisionais entrassem em rebelião e que policiais fossem assassinados. Em revide, grupos de extermínio compostos por policiais militares mataram centenas de pessoas seguindo um padrão: primeiro espalhavam toque de recolher em uma região, então, escolhiam os alvos entre aqueles que se mantivessem nas ruas e parecessem suspeitos, com antecedentes criminais e tatuagens. Então, homens de capuz atacavam matando jovens, em sua maioria negros. Em seguida, policiais militares chegavam à cena, removendo provas, ameaçando testemunhas e retirando as vítimas, mesmo que estivessem mortas, em supostas tentativas de socorro. Para Alice, entrevistada desta pesquisa, a violência e a corrupção policiais levam os moradores do bairro a se sentirem mais protegidos pelos bandidos que pela polícia.

Barcellos (1992, p. 69), em suas investigações jornalísticas sobre mortes realizadas por policiais militares em serviço, realizadas entre abril de 1970 e junho de 1992, observa que, de todo o montante de policiais militares de São Paulo, a maioria respeita a lei, mesmo em situações de risco de suas próprias vidas, priorizando a prisão do suspeito para levá-lo a julgamento. Aqueles que matam "em supostos tiroteios" são uma minoria quase sempre pertencente à "elite da corporação – as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, ROTA". Daqueles que foram assassinados, a maioria estava sem documentos na hora do tiroteio.

> Eles atiram primeiro. Perguntam depois – é o que mais se ouve na periferia quando alguém pretende definir o tipo de ação dos matadores da PM. Além de confirmar a triste fama, o grande número de desconhecidos tem um significado mais grave. Mostra no mínimo uma grande contradição. É a prova de que os matadores escolhem grande parte de seus inimigos sem nada saber sobre suas vidas. O contraditório é que, depois de matá-los, afirmam nos inquéritos que os mortos eram conhecidos criminosos. (BARCELLOS, 1992, p. 126).

Desconstruindo a ideia de que a polícia só mata criminosos, Barcellos (1992) afirma que os estupradores e assaltantes que matam representam menos de 1% das vítimas dos matadores da PM. Após vinte e dois anos de investigações, conclui que a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída por inocentes, cidadãos comuns que nunca praticaram crimes.

As estatísticas revelam que, enquanto homicídios dolosos têm declinado no estado de São Paulo, passando de 5.979 mortes, em 2000, para 1.661, em 2014, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os homicídios resultantes da intervenção policial passaram de 438, em 1999, para 708, em 2014, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A relação entre o número de mortos em decorrência de ação policial e o total de homicídios, que era de 5% em 2014, passou para 21% em 2014 (SINHORETTO; SCHLITTLER; SILVESTRE, 2016).

Para verificar se está havendo uso excessivo de força pelos policiais em São Paulo, Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016) utilizam como critério a relação entre o número de feridos e de mortos em situações de confronto; a relação entre policiais e suspeitos mortos; e a relação entre mortes cometidas por policiais e o total de homicídios. Seria esperado encontrar mais feridos que mortos se o intuito fosse a preservação da vida. Os resultados encontrados indicam uso excessivo da força policial e alta letalidade: há mais mortos do que feridos; a proporção entre vítimas de policiais e policiais vitimados foi de 32:1 em 2014, razão 2,6 vezes maior que o parâmetro do FBI, 3,2 vezes superior ao padrão internacional e 8 vezes superior ao padrão apontado por Ignacio Cano, no Brasil; e uma em cada cinco mortes violentas ocorridas na cidade foi cometida por policiais (MELO; CANO, 2014). Foram mortos três vezes mais negros que brancos em decorrência de ação policial, em 2014, em geral, jovens entre 15 e 29 anos, do sexo masculino. Os policiais responsáveis pelas mortes eram policiais militares (95%) pertencentes aos grupos especiais Rota (39%) e Força Tática (54%).

O dossiê *Mapas do extermínio* (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al. 2009) traz os dados do relator Philip Alston, da ONU, que visitou o Brasil para avaliar a situação das execuções sumárias no país. Houve a constatação de que é utilizada a força letal em detrimento da inteligência para controlar o crime e proteger mais o

patrimônio que a vida. São elencadas as formas em que se dá a letalidade policial: homicídios cometidos por policiais fora de serviço trabalhando como seguranças privados alegando legítima defesa; balas perdidas resultantes de perseguições; desaparecimentos; e as chacinas

> [...] cometidas por homens na maior parte das vezes encapuzados, com toucas ninja ou apenas vestidos de negro – também chamados de "grupos de extermínio" – mas que todos da comunidade sabem serem policiais. Consideramos, pelas características das chacinas já desvendadas, que no Estado de São Paulo a maior parte delas é cometida por agentes do Estado. A chacina que tem a marca da presença de execução policial se caracteriza por: a) muitas vezes é precedida por uma ameaça ou exigência feitas por forças policiais oficiais; b) é sempre cometida em locais públicos – praças, bares onde as pessoas se reúnem – como um aviso ao resto da comunidade que "os donos do pedaço" exigem respeito; c) havendo uma ou mais pessoas que são o "alvo", todos os presentes são alvejados e em geral mortos; d) em geral os homicidas afastam-se calmamente; e) em geral, logo depois, aparecem – às vezes sem que tenham sido alertadas – as forças policiais oficiais e praticam o mesmo procedimento já descrito: desarranjam a cena do crime, recolhem os corpos (semivivos ou mortos) e encaminham para os hospitais, recolhem as cápsulas deflagradas. (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al. 2009, p. 19).

Raramente a autoria é desvendada, mas, em 2008, foram identificados responsáveis por execuções sumárias cometidas na zona norte de São Paulo, os "Matadores do 18", policiais militares do 18º Batalhão da Polícia Militar; e, em 2009, na zona sul, os "Highlanders", grupo formado por policiais militares do 37º Batalhão, que cortava a cabeça de suas vítimas e chegou a assassinar uma pessoa com deficiência mental (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al. , 2009).

Os assassinatos relatados pelos entrevistados deste trabalho e a chacina que vitimou Rodrigo são atribuídos pelos moradores do bairro a grupos de extermínio compostos por policiais militares fora de serviço. O grupo atuante no bairro é chamado de "Pés de Pato". Segundo Nelson, apesar de serem pobres, os pertencentes ao grupo têm raiva dos pobres e direcionam sua agressividade contra eles.

Segundo Tatiana Merlino (2012), na materia intilulada *Em cada batalhão da PM tem um grupo de extermínio*, primeiro são identificados os policiais mais violentos de cada batalhão da policía militar, então, eles são convidados para compor os "caixas-dois", grupos de extermínio de cada batalhão, utilizados nos casos em que não há possibilidade de justificar o assassinato como resistência seguida de morte. A fonte dessas informações é um policial civil, que investigou tais grupos e está sendo ameaçado desde que entregou seus relatórios. Atiradores em carros de cores escuras, vestindo "toucas ninja" e roupas pretas, manejando, na maioria das vezes, armas de calibres 9mm, .380 ou .40. fazem o "trabalho". Em seguida, chega uma viatura para recolher as cápsulas e solicitar que os comerciantes lavem o local,

adulterando a cena do crime, as vítimas são colocadas no carro e levadas para o hospital, mesmo que estejam mortas. Quando avaliam ser necessário, utilizam o “kit vela” ou “kit flagrante” compostos, respectivamente, por uma porção de entorpecente e uma arma fria colocados na mão do cadáver, para justificar o homicídio. Caso um membro da PM se recuse a matar é direcionado para ficar 12 horas de pé fazendo ronda do lado de fora do batalhão, incomunicável, sem poder comer, urinar ou evacuar, sofre ameaças de punição e de morte, além de procesos administrativos e disciplinares.

Houve uma chacina, em janeiro de 2013, no Jardim Rosana, bairro periférico da zona sul de São Paulo que ganhou notoriedade. Policiais fardados foram filmados executando um servente de pedreiro que estava rendido. A gravação fui publicada no *Fantástico*, programa de grande repercussão da rede de televisão de maior audiência nacional. Em decorrência, três soldados e um tenente foram presos e se tornaram réus no processo do caso. Diante disso, de acordo com Jorge, o líder de movimento social negro entrevistado para este trabalho, os grupos de extermínio da região realizaram uma chacina, que tinha como objetivo a vingança contra o autor da filmagem. Seis pessoas foram mortas no bar em que estavam e um sobrevivente, que havia fugido baleado, foi morto com mais sete tiros dentro de uma viatura a caminho do hospital. A vítima mais conhecida foi Laércio de Souza Grimas, o DJ Lah, integrante do grupo de *rap* Conexão do Morro, morto por ser, supostamente, o autor da filmagem.

Apesar das provas, os responsáveis pela execução do servente de pedreirro foram absolvidos pelo júri em julgamento realizado no dia 22 de agosto de 2014. Seis policiais militares responderam como réus no processo das mortes na chacina (NWABASILI, 2014).

O Massacre do Carandiru, de 1992, que teve como vítimas 111 presos, inaugurou as chacinas paulistas pós ditadura militar. Em 2006, durante os Crimes de Maio, foram cerca de 564 mortos (VEDOVELLO, 2015). Mais recentemente, em agosto de 2015, houve nova onda de chacinas na grande São Paulo. Seis dias depois que um policial militar foi executado em Osasco e um dia depois de um guarda civil metropolitano ser morto em Barueri, dezoito pessoas foram assassinadas em oito endereços diferentes, em um raio de dez quilômetros. Os laudos parciais do Instituto de Criminalística indicaram que os estojos e projéteis encontrados nos locais dos atentados pertenciam a armas de calibre 38 e 380, de uso da Guarda Civil Metropolitana; calibre 9 mm, de uso restrito das Forças Armadas e polícia federal; e calibre 45, utilizado pelas polícias federal, militar e civil. São suspeitos 11 soldados, 5 sargentos e 2 cabos da corporação (ADORNO, 2015).

A pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha (2012) revela que, para 78% dos paulistanos, havia participação de grupos de extermínio formados por policiais na onda de violência ocorrida em 2012. Quarenta e três por cento da população defende que policiais que façam parte de grupos de extermínio fora do horário de serviço e matem criminosos não sofram punição, mas, caso a vítima seja inocente, 80% defende que o policial deva ser preso.

> De forma geral, a população adulta é contra a existência de grupos de extermínio de policiais se eles matarem inocentes, mas não se matarem alguém que tenha cometido um crime. Para 80%, um policial que participasse de um desses grupos, fora do horário de trabalho, e matasse uma pessoa inocente deveria ser preso. Há ainda 15% que preferem vê-lo expulso da polícia, mas não preso, e 2% que defendem que esse policial não sofra nenhuma punição. [...] Numa situação em que um policial - fora de seu horário de trabalho - fizesse parte de um grupo de extermínio e matasse um criminoso, 43% afirmam que ele não deveria sofrer nenhuma punição. Um índice similar (40%) defende a prisão desse policial, 11% dizem que ele deveria ser expulso da polícia, mas não preso. (DATAFOLHA, 2012)

Após a chacina do Jardim Rosana, em janeiro de 2013, o Secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, publicou a Resolução nº 5, em 8 de janeiro, proibindo que policiais resgatassem baleados em confrontos e alterando o termo “resistência seguida de morte” para “morte decorrente de intervenção policial” nos registros de boletins de ocorrência. O resgate passou a ser tarefa exclusiva do Samu, serviço prestado pela prefeitura (SALVADORI; CARDOSO, 2014).

Sobre a alteração da cena do crime, Barcellos (1992) afirma que a criminalística francesa ensina, desde o final do século XIX, que a polícia deve preservar o local do crime para o levantamento da perícia técnica. Porém, essa prática fundamental não é respeitada pelos responsáveis pela segurança pública da cidade.

> Violar o local do crime é um procedimento antigo, revelado já nos primeiros dias de ação da PM nas ruas, em 1970. A descoberta de milhares de tiroteios sem sobreviventes nos leva a acreditar que os PMs agem com intenção premeditada de matar os suspeitos. Depois, ao retirar o corpo do local para dificultar uma possível investigação, encena uma atitude de socorro, uma atitude que transforma os hospitais de São Paulo em esconderijos de cadáver. [...] Se os PMs falam a verdade quando dizem que socorrem os feridos, significa que centenas de médicos de São Paulo, inclusive dos pronto-socorros da periferia, não foram capazes de salvar nenhuma das 3.546 pessoas feridas em tiroteio levadas aos hospitais. (BARCELLOS, 1992, p. 132).

Jorge, o líder de movimento social negro entrevistado, defende a perspectiva de que, historicamente, a polícia tem cumprido o papel de manutenção das desigualdades sociais e dos privilégios econômicos das elites políticas e econômicas. A Polícia Militar, criada durante

a ditadura, tinha como objetivo o combate ao inimigo do Estado. Em um contexto democrático e sem guerras oficialmente declaradas, o inimigo passou a ser a própria população a ser controlada.

De acordo com Barcellos (1992), os policiais militares foram treinados, no período da ditadura, pelo Exército, a usar metralhadoras com o objetivo de combater guerrilheiros. No período democrático, o armamento pesado continua sendo utilizado durante o patrulhamento regular da cidade. "Contra outro tipo de inimigo. Agora o alvo das metralhadoras são geralmente jovens da periferia, muitas vezes desarmados (BARCELLOS, 1992, p. 44).

Patto (1999, p. 177) descreve as sucessivas rearticulações das instituições repressivas em São Paulo desde o início da República Velha: a Brigada Policial tornou-se Força Pública, demandando investimento em treinamento, aumento de salário e doutrinação dos agentes para distanciá-los de suas origens de classe "pela identificação com a ideologia do Estado". O aparato policial foi utilizado para conter protestos, "tirar de circulação a força-de-trabalho desnecessária e restabelecer a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante", em um esforço em manter a ordem por causa do medo das classes dominantes de revoltas populares, protestos de rua, aumento das estatísticas criminais e medo do contingente populacional liberto.

> Transformada em "pequeno exército" dos donos do poder regional, a Força Pública lutou contra as ingerências do governo federal, reprimiu movimentos trabalhistas e participou de operações de "faxina urbana". Desde os primeiros anos do novo século, os gastos com a polícia e as prisões eram duas vezes maiores do que com a saúde pública. (PATTO, 1999, p. 176).

Jorge, o entrevistado deste trabalho, afirma que os policias atuam de maneira violenta por conta da formação que recebem, que os leva a estabelecer determinado padrão de pessoas como suspeitos, inimigos e marginais, segundo estereótipos, sendo, eles próprios, membros de comunidades como aquelas onde vão atuar de forma repressiva. Seria essa formação equivalente à "doutrinação" à que Patto (1999) se refere, como forma de distanciamento de suas origens de classe e identificação com a ideologia do Estado?

Segundo Sinhoretto et al. ([2013?]), foram incluídas, na grade curricular da formação de policiais militares do estado de São Paulo, matérias de direitos humanos. Além disso, foi criado o Procedimento Operacional Padrão (POP), para estabelecer critérios objetivos no momento da abordagem, com o intuito de minimizar o abuso da força. No entanto, os policiais entrevistados pelos autores narram que é na vivência prática, na rua, que concluem

suas formações, constituindo o “tirocínio”, que é a habilidade de reconhecer rapidamente os suspeitos.

> […] a constatação obtida com a pesquisa é que a introdução do POP não substituiu a transmissão oral de saberes por outros conhecimentos e outros procedimentos, mas passa a se combinar com o saber tradicional da polícia. Na hora de “agir”, “na correria atrás do bandido”, o policial não “esquenta” com procedimentos.
> Por outro lado, ele utiliza as orientações do POP para formalizar os registros sobre sua atuação, justicá-las a seus superiores, “deixá-la redonda”, “limpando” os possíveis abusos ou procedimentos irregulares que porventura possam ter ocorrido na ação. (SINHORETTO et al, [2013?], p. 135).

Os autores propõem que, além da inclusão das matérias de direitos humanos, devam ser incluídas, na matriz curricular da Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp), disciplinas com a “temática das relações raciais, orientadas para a crítica da existência do racismo institucional e para a produção da desigualdade racial mediante as práticas que resultam em letalidade” (SINHORETTO et al., [2013?], p. 152).

Para Ferrer (2014, p. 6), tratar a periferia pela ótica de “questão de segurança” é uma escolha política histórica, entre outras opções que poderiam melhorar as condições de vida da população:

> [...] a violência policial parece ser uma opção política no tratamento da exclusão social. No entanto, existem outras escolhas governamentais que podem ser tomadas. A desigualdade social poderia ser tratada equipando tais territórios com hospitais, escolas e praças públicas, ao contrário infelizmente do ponto de vista histórico a opção ainda parece ser a da truculência policial.

Coimbra (2007) afirma que há também influência norte-americana na manutenção dessa escolha. Os Estados Unidos exportam para o mundo a política de “tolerância zero”, para controle e isolamento dos considerados perigosos, a “guerra contra as drogas” e o mito da “guerra civil”, com a produção dos sentimentos de medo, terror e insegurança e a concepção de que a segurança pública deva ocorrer por meio da militarização, endurecimento e repressão.

Jorge, o líder de movimento social negro, se inspira em Marcelo Freixo para afirmar que combater esse inimigo – a população pobre, incluída no estereótipo e na representação do mal social – seria uma criminalização daquele que é o primeiro a agonizar, o protagonista da violência. Tal protagonista é personificado pelo “jovem, preto, de chinelo, bermuda e sem camisa, com um fuzil na mão” ou pelo “aviãozinho” – jovens, ou até mesmo crianças, que fazem as entregas de pequenas quantidades de drogas do traficante para o consumidor –

assumidos como se fossem os grandes responsáveis pela estrutura do crime organizado no Brasil, quando, na realidade, são apenas a ponta de um *iceberg* que submerge em direção às águas profundas do Estado.

Augusto, o repórter entrevistado, atribui a responsabilidade pela letalidade policial à sociedade, que naturaliza a morte de jovens negros e pobres moradores das periferias, aceita o tratamento desigual por parte dos policiais em relação às classes sociais e não se mobiliza por mudanças. Para Bruno, outro entrevistado, o governo é responsável por determinar a conduta dos policiais. Como é a população quem elege os representantes políticos, em última instância, Bruno concorda com Augusto, para ocorrer mudanças são necessárias mudanças na percepção de quem são os responsáveis pelo mal social, pelos crimes e pela injustiça, de maneira complexa – sem simplificar a situação atribuindo a responsabilidade a bodes expiatórios, os jovens em questão.

A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, em entrevista publicada no jornal *O Dia Brasil*, no dia 29 de agosto de 2014, na matéria intitulada *Polícia de SP mata dois por dia; índice é o maior desde ataques do PCC em 2006*, analisa que "Se a polícia é violenta ela o é como um reflexo da própria sociedade. Assim, enquanto uma boa parcela da população pensar que bandido bom é bandido morto, isso não vai mudar" (POLÍCIA [...], 2014).

Em relação à manutenção da violência policial, levantamento realizado por Barcellos (1992) nos cartórios da Justiça Militar indica que a apuração é precária e tendenciosa e que há incentivos à letalidade dentro da hierarquia da policia militar: "Alguns documentos revelam, inclusive, que os matadores que mais se destacam na caça aos suspeitos são elogiados e recebem prêmios patrocinados pelos seus comandantes", como o elogio: "Parabéns companheiro, demonstrou coragem, tirocínio policial, consciência do dever e experiência no serviço da Rota, exaltando-a perante a população bandeirante, fazendo-se assim merecedor dos cumprimentos deste comando [...]" (BARCELLOS, 1992, p. 144).

Em decorrência das situações vivenciadas, os julgamentos das entrevistadas deste trabalho, Janete e Alice, são bastante duros, atribuindo à policia características de opressão e de sadismo. São dois lados da mesma moeda: os jovens pobres e negros moradores das periferias são vistos socialmente como representantes do mal e do perigo que cabe aos policiais combaterem. Ao corresponderem a essa expectativa, os policiais, que, muitas vezes, também são dos mesmos territórios periféricos, estão agindo como criminosos, desrespeitando os direitos humanos e reproduzindo a violência. Quando cometem homicídios, os policiais são

vítimas do despreparo, de concepções equivocadas de como combater a criminalidade e da implantação inadequada de políticas públicas.

Policiais de oito delegacias diferentes entrevistados por Anchieta e Galinkin (2005) exemplificaram a violência nos assassinatos, latrocínios, roubos, estupros e brigas, limitando-se às manifestações físicas do fenômeno, às agressões e danos contra as pessoas e seu patrimônio. Eles testemunham o que de pior o ser humano é capaz de fazer e creem que a mídia ameniza a realidade nos noticiários. Atribuem as causas da violência à má distribuição de renda, falta de vagas de emprego e educação de qualidade e a falta de planejamento que leva ao crescimento desordenado das cidades; à desestruturação familiar; e à má índole do criminoso. Percebem que a sociedade os vê de forma negativa por exercerem uma profissão à qual cabe o "mal necessário" de "limpar a sujeira da sociedade". Entretanto, afirmam que a mesma sociedade que os critica por agirem de forma violenta, espera deles maior agressividade no combate ao crime e à violência. Para eles a crítica a seu trabalho se deve à falta de conhecimento do perigo que correm e das dificuldades que enfrentam no dia a dia. O trabalho interfere em suas vidas particulares ao se sentirem frequentemente pressionados pelo risco envolvido no enfrentamento aos criminosos e pelas críticas externas. Sentem-se frustrados por verem os criminosos que prendem serem soltos pelo Sistema Judiciário. A prontidão constante a qualquer chamado faz com que sintam estarem perdendo a própria identidade, temem serem retaliados por terem prendido alguém e perdem a fé em um mundo bom.

- **Sistema judiciário: a justiça nas mãos de Deus**

> Não tem [nenhum defensor cuidando do caso]. [...] Eu acho que vai acontecer tudo de novo. [...] Eu não quero vingança, não quero nada, mas Deus vai cobrar deles, que eles vão pagar. Eu coloco eles nas mãos de Deus todo dia. Eles vão pagar um dia. (JANETE, 2015).[23]

De acordo com Chauí (1990), as leis exprimem os privilégios de alguns ou a vontade pessoal dos governantes, por isso não são vistas como expressão de vontades e decisões públicas coletivas.

[23] Mãe de Rodrigo, em entrevista dada à autora em março de 2015.

> O poder judiciário aparece como misterioso, envolto num saber incompreensível e numa autoridade quase mística. Por isso mesmo aceita-se que a legalidade seja, por um lado, incompreensível, e, por outro, ineficiente (a impunidade não reina livre e solta?) e que a única relação possível com ela seja a da transgressão (o famoso "jeitinho"). (CHAUÍ, 1990, p. 436).

Os membros da família de Rodrigo afirmam não terem recebido auxílio ou orientação de advogados e assistentes sociais. Eles prestaram depoimento na DHPP, mas, segundo relatam, não foram feitas investigações. Eles não têm um defensor público cuidando do caso, se sentem desorientados por não terem conhecimento das leis e atribuem a impotência em obter justiça e conseguir que os responsáveis pela chacina sejam punidos pelo fato de serem pobres.

Observam haver assimetria na maneira como a justiça se aplica a pessoas das diferentes classes sociais. Constatam haver maiores esforços por parte da Polícia Civil e Científica para investigar os casos em que pessoas de classe média e alta são vítimas, e menos esforços para apurar os casos de vítimas pobres. E os crimes cometidos por aqueles que possuem menos recursos financeiros costumam ser mais severamente punidos do que aqueles cometidos por quem tem condições de pagar bons advogados e realizar subornos para alterar o registro no Boletim de Ocorrência.

Para Caritá (2010), a falta de conhecimento sobre direitos leva à descrença na possibilidade em obter justiça em relação a perdas violentas. Fragilizados emocionalmente pela perda, parentes e amigos têm de recorrer sem ajuda de leis e normas que não dominam ou compreendem. A percepção de desamparo e falta de orientação leva "os atingidos a recolherem a própria dor na esfera do íntimo e do privado" (ENDO, 2005, p. 97).

Bussinger (2010, p. 21) observa que, no estado do Espírito Santo, as camadas populares evitam procurar a Justiça, pois, além de não obterem solução para os casos, as famílias têm seu sofrimento agravado quando representantes do poder público provocam humilhação e tratam os seus casos de forma negligente, fazendo com que experienciem "um lugar social marcado pela inferioridade, que, nesse caso, se revela como o lugar do anonimato, do desamparo legal e do abismo que separa aqueles que usufruem dos direitos legais dos que não podem fazê-lo, por não ser franqueado o acesso a esses direitos".

Kamimura e Schilling (2009) chamam de vitimização secundária o processo no qual, além do luto pela morte violenta, familiares – as vítimas primárias – têm de lidar com condutas e comentários discriminatórios por parte de agentes estatais do sistema de justiça, demora excessiva na finalização do processo e falta de orientação sobre providências necessárias, provocando sensação de impotência, desamparo e frustração.

Em relação às diferenças da aplicação do sistema de justiça, Mingardi (1992), investigador da polícia civil, indica que há distorção nas estatísticas criminais por causa da subnotificação de casos de suborno. “Quem apanha é pobre; colarinho branco não apanha, faz acerto” (MINGARDI, 1992, p. 57). O “acerto” é um pagamento realizado para que o registro seja “limpo”, apagado, e não se instaure inquérito. Assim, para Caldeira (2000, p. 108), “a classe trabalhadora é não apenas estigmatizada como classe perigosa, mas de fato forjada como tal na prática da polícia e nas estatísticas que ela produz”.

Levantamento realizado por Adorno (1995) revela que, além das assimetrias sociais, há viés racial na efetividade da justiça. O autor afirma que não há diferenças entre o “potencial” para o crime violento entre negros e brancos, mas há maior vigilância policial em relação a negros, que são mais abordados e presos com mais frequência. Com “maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa”, as sentenças condenatórias recaem mais sobre réus negros. “Tudo parece indicar, portanto, que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça” (ADORNO, 1995, p. 63).

Pesquisa realizada por Sinhoretto, Silvestre e Schlittler (2014) corrobora os achados de Adorno (1995). De acordo com as autoras, a vigilância policial ocorre de modo racializado, ou seja, pessoas negras são mais identificadas como suspeitos criminais e, portanto, suas condutas ilegais são mais flagradas. As autoras levantam duas hipóteses para explicar o fenômeno: “os brancos, menos visados pela vigilância policial, gozam de menor visibilidade diante da polícia, sendo surpreendidos com menor frequência em sua prática delitiva” ou “as atividades criminais mais frequentemente cometidas por negros sejam mais vigiadas, ao passo que atividades criminais mais comuns entre brancos despertem menor atenção da polícia” (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014, p. 28).

Ambas são hipóteses pertinentes, que se aplicam atualmentem, mas podem ser relativizadas dados os recentes fatos de crimes de corrupção envolvendo políticos e as maiores empreiteiras do país, ou seja, brancos e ricos, que estão sendo investigados e punidos, na operação deflagrada pela polícia federal denominada “Lava Jato” (OPERAÇÃO [...] [2015?]).

De acordo com os entrevistados deste trabalho, a cena do crime não foi preservada e as evidências foram recolhidas pelos policiais que primeiro chegaram ao local. Para se chegar à autoria dos disparos seria necessário o reconhecimento facial. Porém as testemunhas não deram depoimento identificando o rosto dos assassinos, pois não se sentiam protegidas, temendo sofrer represálias e ter suas vidas ainda mais expostas ao risco em novas chacinas.

Costa (2015, p. 100) entrevistou famílias de jovens vítimas de homicídio e verificou que há ausência de testemunhas dispostas a falar sobre o homicídio, como fica explícicto na narrativa coletada: “Tem testemunha (...), mas a testemunha tem medo de dizer. Tem medo de morrer também”. Uma das famílias entrevistadas acusa a polícia de ser responsável pela morte de um dos jovens. Para a autora, ainda que não haja evidências, “a ausência do sistema criminal, a falta de informação e o distanciamento da família em relação ao processo abrem margem para a especulação”.

Com a ausência do reconhecimento facial na denúncia, afasta-se a possibilidade de recebimento de indenização decorrente do reconhecimento da autoria do crime pelo representante do Estado. O defensor público que acompanha os Crimes de Maio de 2006, por exemplo, explica que o distanciamento de tempo para o início das investigações, somado à não preservação dos locais pelos policiais militares que primeiro chegaram a eles e a não realização de laudos, sem fotos dos locais, prejudicam o andamento do processo (NWABASILI, 2014).

O arquivamento dos inquéritos é explicado por Ana Luiza Almeida Ferro, promotora de Justiça da área criminal e professora doutora em Ciências Penais entrevistada pela revista virtual *A Pública*, como decorrência de investigações insuficientes e incompletas. De acordo com a promotora, para que o Ministério Público possa abrir processo judicial e apresentar denúncia ao juiz, é necessário que haja “suporte testemunhal, pericial ou documental”, com indícios que apontem o suspeito. Quando não há essas informações, o Ministério Público devolve o inquérito à polícia para completar as informações. O tempo entre o crime e as investigações torna mais difícil localizar testemunhas e os vestígios se apagam (VIOTTO, 2012).

Barcellos (1992) analisou Inquéritos Policiais Militares (IPM) das décadas de 1970 a 1992 e verificou que continham incoerências e falhas técnicas, não consideravam laudos e testemunhas ouvidas nos Boletins de Ocorrência, o que levou ao arquivamento dos processos e à absolvição dos policiais responsáveis pelas mortes de jovens. Segundo Barcellos (1992, p. 186), os responsáveis pelo IPM defendem os “matadores”, pois são eles mesmos, alvo de investigações, “o sistema de matador investigar crime de matador por certo ajuda a explicar a impunidade dos PMs”.

Um exemplo mencionado pelo autor no livro *Rota 66: a história da polícia que mata* é o de um tenente que executa um rapaz em frente à própria mãe e, em seguida, ordena que os demais policiais presentes socorram o jovem, que já estava morto, e o levem ao hospital. Na

delegacia, o delegado baseia-se apenas no relato do tenente, sendo o fuzilamento registrado como crime de resistência à prisão seguida de morte e os policiais registrados como vítimas. Com base no IMP distorcido, os oficiais do Conselho Especial de Justiça, na Auditoria Militar de São Paulo, absolveram o tenente. "Ao justificar as razões da absolvição, o juiz afirma que as duas testemunhas que estavam dentro da casa na hora do fuzilamento de Bossato – sua mulher e a mãe – nada viram de importante para o esclarecimento do crime" (BARCELLOS, 1992, p. 101).

O portal da internet *Observatório da Segurança Pública*, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Instituto de Políticas Públicas da Universidade Estadual de São Paulo, *campus* de Marília, aponta que os inquéritos referentes a homicídios praticados por policiais geralmente não apuram a ação dos agentes envolvidos e sim os fatos relativos às condutas das vítimas (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al., 2005).

Pesquisa realizada por Sinhoretto, Silvestre e Schlittler (2014) analisou 734 processos de mortes em decorrência da ação policial entre 2009 e 2011. Na apuração das mortes, 98% dos policiais envolvidos em ações letais não foram indiciados, pois teriam agido em "legítima defesa e estrito cumprimento do dever", o que não se caracteriza como crime. Apenas 1,6% dos autores foi indiciado como responsável por crime. Dos casos que chegam ao Tribunal do Júri, instância que julga crimes contra a vida composta por cidadãos comuns, mesmo quando há evidência de que um policial foi responsável pelo homicídio, o julgamento recai sobre a vítima, se era ou não criminoso, e, portanto, se merecia ou não morrer.

Barcellos (1992, p. 182) narra o caso de um sargento que teve seu filho assassinado pela Rota. O sargento relata a impressão que teve a respeito do júri, "de que todos eram a favor da pena de morte nas ruas. Estavam ali apenas para saber se os mortos eram criminosos ou não, como se isso fosse uma condição de legitimidade à ação dos matadores". De acordo com a promotora de Justiça Soraia Bicudo Munhoz, que acompanha o processo da chacina do Jardim Rosana ocorrida no início de 2013, a ideia de que "bandido bom é bandido morto" leva policiais a serem inocentados. Nos casos em que há sobreviventes que têm antecedentes criminais, muitas vezes, a defesa utiliza como estratégia perante o júri desacreditar o sobrevivente em decorrência de seu passado apresentado como gravemente desviante (NWABASILI, 2014).

O parecer emitido pelo promotor Rogério Leão Zagallo, do 5º Tribunal do Júri de São Paulo, em 2011, opinando pelo arquivamento de inquérito aberto para apurar a morte de uma

pessoa em suposta troca de tiros com um policial continha a frase: “Bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer. Lamento, todavia, que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para inferno. Fica aqui o conselho para [nome do policial]: melhore sua mira” (GHIRELLO, 2011).

Ainda sobre a dinâmica no Tribunal do Júri, o ouvidor da polícia Júlio Cesar Fernandes Neves, e a defensora pública Daniela Skromov afirmam que muitos dos jurados são permissivos em relação às mortes daqueles que julgam como criminosos e têm medo de condenar ou depor contra um policial (ALESSI, 2016). Para Salvadori e Cardoso (2014), a impunidade ajuda a explicar a repetição de casos parecidos em 2006, 2012 e 2013. Em 2013, ataques de homens encapuzados mataram quatro e balearam sete em Osasco e Carapicuíba, na Grande São Paulo, como resposta à morte de um policial militar ocorrida em fevereiro, em Osasco. Mais 18 pessoas morreram em Osasco e Barueri em 2015. A Corregedoria da Polícia Militar suspeita do envolvimento de 18 membros da corporação (ADORNO, 2015).

A ineficiência do sistema de segurança pública tem altos custos para os cofres públicos segundo relata Barcellos (1992, p. 155), além do gasto excessivo e desnecessário com munição, há outros mais com a fase de apuração judiciária:

> Se os policiais tivessem cumprido a obrigação de prender o ladrão em vez de matá-lo, teriam não só evitado uma violência desnecessária como também um grande prejuízo público. Eles dispararam centenas de tiros de revólver e metralhadora e fizeram explodir mais de vinte bombas lacrimogênio. Se contabilizarmos apenas os gastos dos disparos que deixaram marcas nas paredes e no corpo da vítima, o custo foi de 4 mil dólares, o mesmo do carro roubado. [...] O prejuízo público estimado, se considerarmos que cada sessão tenha demorado apenas 5 horas, ultrapassa a cifra de 120 mil dólares, ou seja: o povo pagou o equivalente a trinta vezes o valor do carro roubado apenas para os funcionários da Justiça ouvirem os relatos sobre o assassinato do ladrão.

Diante da falta de informação, do desamparo, do medo e da falta de acesso ao sistema judiciário relatados pelos entrevistados, a justiça fica nas mãos de Deus. As mães e irmãos entrevistados por Dalbosco (2006), em seu estudo clínico sobre as ressonâncias da morte violenta de jovens na vida de familiares, narram os ciclos intergeracionais de violência sofridos. Diante da impunidade e da injustiça recorrentes, eles também recorrem a Deus como o guardião da justiça:

> Após o assassinato de Lucas, a família do assassino mudou de endereço. O rapaz [responsável pela morte] não foi preso, pois era menor, fugiu do flagrante e tinha

> dinheiro pra pagar advogado. Eva diz que o seu advogado "é aquele lá de cima", pois, a justiça da Terra falha, mas a de Deus não falha. (DALBOSCO, 2006, p. 76).

- **Revolta e luta**

> Quem é que trabalha pra manter todo o desenvolvimento do país fluindo? São os pobres. Então, como a sociedade não vai considerar quem mais batalhou por esse país se desenvolver e fluir? Eles não conseguem enxergar dessa forma. [...] Na verdade, os lixos eu acho que são eles. Vou dar um exemplo: por que você acha que os menores tão barbarizando aí? É porque os policiais tão andando assim e já sentam a mão na orelha. Agora os meninos tão matando, tão se revoltando também, é a questão, porque tá todo mundo sendo torturado. (NELSON, 2014).[24]

A violência policial, as ameaças de morte e a falta de respeito sofridos pelas vítimas primárias entrevistadas geram sofrimento e o sentimento de que suas vidas não têm valor para a sociedade. Esses sentimentos causam, em alguns, a revolta que realimenta a violência, em outros, o engajamento em movimentos sociais em prol de melhorias na infraestrutura e condições de vida da população das periferias.

Para Marisa, a assistente social entrevistada, a constatação de que aqueles que estão mais sujeitos às mortes violentas e a permanecerem presos são os jovens negros, o que pode ser fonte de revolta entre os afetados.

Bento (2002, p. 33) cita o trabalho de Delumeau (1989), que "chama a atenção para o fato de que é uma atitude suicida, da parte de um grupo dominante, encurralar uma categoria de dominados no desconforto material e psíquico. Essa recusa do amor e da 'relação' não pode deixar de gerar medo e ódio".

Nelson, sobrinho de Rodrigo, relata que jovens que sofreram consecutivas violências policiais se revoltam contra as torturas que sofrem e começam a matar como forma de vingança, em um ciclo de violência.

> A opção pela violência como forma de resolver conflitos sociais e como desfecho para situações de atendimento a ocorrências policiais causa uma falsa ideia de combate à criminalidade. O que se constata, a despeito da brutalidade e da repressão violenta, é que o crime não diminui. Pelo contrário, pode-se supor que a prática desordenada da violência só legitima o uso de mais violência, uma alternativa que contradiz o respeito à vida humana e à busca de soluções eficazes para os conflitos sociais. (BUSSINGER, 2010, p. 27).

[24] Sobrinho de Rodrigo em entrevista dada à autora em março de 2014.

Outra forma de expressão da revolta é o fenômeno da queima de ônibus para chamar a atenção da mídia para homicídios, que ocorrem na periferia. Augusto, o repórter entrevistado, afirma que esse tipo de ação seria uma forma de reivindicar direitos, em um contexto de medo e falta de acesso à justiça.

A reportagem *4 a cada 10 ônibus são queimados horas após mortes cometidas por PMs* (DIAS, 2015), veiculada no *site Ponte*, revela que, de janeiro de 2005 a junho de 2015, mais de 520 coletivos foram queimados. A reportagem conseguiu averiguar a motivação de 29 dos 46 coletivos queimados em 2015. Ao menos 18 dos casos foram relacionados à violência policial e ocorreram horas após terem ocorrido mortes na região e supostos confrontos com a polícia. As fontes ouvidas afirmam que a queima seria um método de "comunicação alternativa, na tentativa de dar visibilidade para o que acontece na região, chamar a atenção da 'grande mídia' e do poder público", uma forma de expressão de indignação. O horário escolhido para o ato foi, em geral, das 16h15 às 20h45, período que coincide com a transmissão ao vivo de telejornais de grandes emissoras de televisão, como *Brasil Urgente* e *Cidade Alerta*, e das 19h às 22h, horário de outros telejornais.

Há também aqueles que lutam para que haja investigação dos casos de homicídio, indenização das famílias e apoio psicológico e social para as vítimas primárias e secundárias da violência por meio do engajamento em movimentos sociais e políticos. São os casos do líder social e do líder de movimento social negro entrevistados neste trabalho. Os familiares, vizinhos e lideranças que também foram entrevistados participaram da Caminhada pela Vida e pela Paz, e do Fórum em Defesa da Vida.

Algumas mães que tiveram seus filhos assassinados em chacinas lutam por justiça, fazendo investigações por conta própria, pressionando defensores e investigadores para que os responsáveis pelas mortes sejam identificados e punidos. Muitas vezes, elas são perseguidas e ameaçadas de morte. Os familiares de Rodrigo afirmam que uma vizinha que está reivindicando o esclarecimento da morte de seu filho teve de se mudar de casa seis vezes por sentir-se ameaçada.

A associação a um grupo de orientação e acolhida tem sido apontado como passo muito importante para que vítimas primárias e secundárias não sofram reclusos em seus lares, mas percebam o quanto a dor que os acomete é compartilhada por grande número de pessoas, caracterizando-se como fenômeno social. Bussinger (2010, p. 86) afirma que aquelas que passaram a integrar o grupo de mães da Associação de mães e familiares de vítimas da violência do Espírito Santo (AMAFAVV/ES), começaram a construir relações de

solidariedade, calcadas no reconhecimento mútuo, diz o autor: “Mais do que uma bandeira de luta por justiça, a Associação tem a função de reunir pessoas outrora isoladas e incompreendidas”. Espaços como esse podem contribuir para “desocultar” as vítimas ocultas e criar políticas públicas direcionadas a suas necessidades. Soares, Miranda e Borges (2006) sugerem a criação de “centros de trauma” para promover atendimento social, jurídico e psicológico gratuito.

Membros do grupo Mães de Maio afirmam que os encontros no Cravi tiveram papel importante no processo de elaboração das perdas: “Através da convivência em reuniões nos tornamos mais otimistas, tendo assim uma nova visão para continuar vivendo” (MÃES DE MAIO, 2011, p. 31). Há no Brasil inúmeros grupos formados em decorrência de situações de abuso aos direitos humanos:

> No Rio de Janeiro, em 2004 a já citada Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, movimento social formado basicamente por familiares de vítimas de violência policial e, a partir da Chacina da Baixada, em 2005, formou-se a Associação de familiares de vítimas da Chacina da Baixada (Afaviv, Nova Iguaçu e Queimados). No Estado de São Paulo, a partir dos chamados “Crimes de Maio de 2006”, seria criada a Fundação de Amparo a Mães e Familiares Vítimas de Violência, hoje conhecida como Mães de Maio (Santos). Além deste movimento, devido aos problemas de violações de direitos humanos em presídios e casas de detenção criou-se a Amparar (associação criada por familiares de pessoas em privação de liberdade). Na Bahia, nos últimos anos foram criadas a Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas (ASFAP/BA) e Campanha Reaja Ou Será Mort@. No norte do país, em Belém do Pará, surgiria o Movida, organização em que participam diversos familiares de vítimas de violência institucional. No Espírito Santo, tem-se a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência (AMAFAVV). (MÃES DE MAIO, 2011, p. 77).

A mobilização pública das mães contra a impunidade pela morte de seus filhos e familiares permite a politização do problema. Elas saem do âmbito privado, para inserir o problema em seu contexto histórico, que é de interesse público. A luta dos movimentos sociais está em ressonância com a Resolução 60/147 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que estabelece que, nos casos de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário, o Estado deve investigar, punir os responsáveis e reparar as vítimas em relação aos danos sofridos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005). A reparação pode ser dividida em: restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantia de não repetição. A restituição é definida como processo de restaurar a vítima à condição original anterior à violação de direitos humanos; a compensação direciona-se aos danos econômicos, físicos e mentais; a reabilitação se dá em função de cuidados médicos, psicológicos, serviço social e jurídico; e a

satisfação envolve medidas para cessar a continuidade da violação, ou seja, garantir a sua não repetição.

Segundo Kamimura e Schilling (2009) a completa e efetiva reparação ainda é pouco conhecida e aplicada no Brasil. O atendimento às vítimas ainda é pouco conhecido, divulgado e conta com pouco investimento. A vítima de violência ainda é invisível. Pouco se sabe sobre o perfil dessas pessoas, as principais demandas e o exercício dos direitos após a violação.

Portanto, conhecer as vítimas ocultas, saber quais são seus sofrimentos, compreender como suas vidas são afetadas no âmbito físico, afetivo, social, econômico, religioso, espiritual e existencial, são fundamentais para fomentar políticas públicas que visem a atender suas necessidades, estimulando, por exemplo, a multiplicação de locais de acolhimento, orientação e atendimento como o Cravi.

6.3 Mídia, violência e indústria do medo

Os termos do presente tema "mídia", "violência" e "indústria do medo" surgiram espontaneamente na fala de alguns depoentes, em especial, do repórter e do leitor entrevistados. Da maneira como costuma ser abordado pela mídia, o assunto "violência" tem despertado medo e fortalecido a ideia de que jovens negros moradores das periferias são os causadores dos problemas sociais e que, portanto, devem ser perseguidos pela polícia. Muros são erguidos, dispositivos são instalados e seguranças particulares são contratadas em busca de proteção, movimentando financeiramente as empresas que fornecem esses bens e serviços, a chamada "indústria da violência". O quadro 4 mostrará como esses temas aparecem nas entrevistas.

Este tema está inserido no contexto das mortes escancaradas (KOVÁCS, 2003), mortes violentas em acidentes e homicídios veiculadas pela mídia, que, por sua vez, é definida por Lima (2004, p. 50) como o "conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana". As matérias incluem cenas e imagens chocantes, depoimentos emocionados e, em geral, explicações simplistas dos repórteres. Aqueles que alteram suas rotinas de trabalho e de lazer por causa medo de sofrer violência, baseados nas

notícias envolvendo o sofrimento de pessoas desconhecidas são chamados de vítimas terciárias (SOARES, MIRANDA; BORGES, 2006) ou de vítimas virtuais (VAZ, 2009).

(continua)

Entrevistado	Transcrição da fala
Alice – Vizinha de Rodrigo	Todo dia tem na televisão um pai com uma madrasta que mata um filho. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Marisa – Assistente social	Eu acho que a mídia filtra um pouco, quando você ouve o caso lá, você filtra um pouco. Já aconteceu comigo de eu ouvir vários assassinatos na mídia e aquilo não me impactar tanto, mas eu vi de fato um assassinato uma vez. Eu vi um senhor caindo lá morto, de barriga para baixo, com chinelo Havaiana, e aquela imagem nunca saiu da minha cabeça e eu fiquei muito impactada. Aí eu pensei: "gente, eu ouço falar disso todos os dias, a mídia anuncia isso a todo o tempo!". [...] Parece que, quando você vê, aquilo vem te comprovar que, de fato, existe aquilo que a mídia tá falando, que não está tão distante de você, aconteceu ali. Eu acho que banaliza e você acaba querendo distanciar aquilo de você, do seu dia a dia. (Entrevista realizada em 10/10/2013)
Jorge – Líder de movimento social negro	De vez em quando, há uns surtos de realidade, como o caso Amarildo, o caso da Cláudia, você tem surtos que as pessoas se chocam com as notícias, mas, no cotidiano, quem lembra quem foram as pessoas que morreram na chacina, quem são essas pessoas, quem são as famílias dessas pessoas? As pessoas estão pouco se importando, essa é a verdade. Então, ocorre essa naturalização, esse estereótipo de que o grande criminoso, o grande traficante responsável pela violência e pelo crime organizado são esses jovens que tão na ponta, que, na verdade, são muito mais vítimas do que provocadores de alguma coisa. (Entrevista realizada em 25/03/2014)
Augusto – Repórter	Claramente, o espaço que é dado na cobertura de um assunto de violência é proporcional à classe social dos envolvidos. Isso é muito claro. Isso chega a ser falado abertamente nas redações. Você percebe isso com muita clareza lendo o noticiário ou vendo o noticiário. A morte de pessoas de classe média ou classe alta sempre recebe um espaço muito maior, proporcionalmente, que uma morte em circunstâncias idênticas feitas com alguém que mora na periferia, que seja mais pobre. [...] Todo o trabalho que o jornalismo pode ter de humanizar os personagens de uma reportagem, que é tentar entender quem é aquela pessoa, os interesses dela, os sonhos dela, a vida dela, todas as relações sociais, familiares que envolvem

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	aquelas pessoas, isso geralmente só é feito quando as vítimas pertencem a essas classes sociais. Nas matérias envolvendo as vítimas da periferia, esse esforço de humanização é muito menor. Se sabe muito pouco sobre as pessoas, geralmente se sabe o nome, idade, as circunstâncias em que ela foi morta, e não muito mais além disso. O trabalho de humanizar é que acaba despertando empatia no leitor, você vê aquela pessoa como muito parecida com você, que você identifica nele um ser humano que você também é, isso fica mais difícil nessas reportagens em que você só vê nome, idade. E tem a questão do individual e do coletivo. [...] A dor individual comove muito mais que a dor coletiva. A do coletivo é mais abstrata. [...] Então, são noticiadas as chacinas, especialmente as mortes envolvendo muitas pessoas. As mortes isoladas, mortes individuais de pessoas de classe baixa das periferias raramente são noticiadas. [...] O jornalismo, como é praticado na grande mídia, de maneira geral, reproduz os preconceitos que você tem na sociedade. Uma das consequências perversas que isso tem, é que isso acaba pautando a polícia também. A polícia sabe que aquele caso de repercussão vai despertar uma cobrança em cima dela muito maior que aqueles casos que não repercutem. [...]. Então, isso já tem reportagens mostrando, que, enquanto que no caso de grande repercussão que tá na mídia que envolve pessoas de classe média e classe alta, os recursos são os mais vastos possíveis, emprega-se recursos científicos, ouve-se todas as testemunhas possíveis, enquanto que, em casos de periferia, que envolvem as vítimas pobres, não se faz o trabalho mais básico, que é a polícia interrogar as pessoas que estão arroladas no Boletim de Ocorrência. [...] Em um tema, como o da maioridade penal, a maneira como foi colocado tem muito a ver com a maneira como foi distorcido também pela cobertura. A grande vítima da violência, que é o menor de idade, negro e pobre, simplesmente foi transformado no grande autor de violência. De repente, essa impressão de que os menores assassinos são um problema gravíssimo. [...] Sendo que os números mostram muito menos do se imagina, muito menos do que aparece na mídia. [...] Ajudaria muito se a gente começasse a ter um noticiário que refletisse mais o mundo real, né? Faz um tempo, desde 1999, que as taxas de homicídio em São Paulo só vêm caindo. Na verdade, hoje, São Paulo comparativamente é uma cidade muito mais segura do que era quinze anos atrás, bem mais. Então, os números mostram isso, uma redução da taxa de homicídios, gigantesca. Poucas cidades no mundo conseguiram isso. É maior do que de Nova Yorque. Hoje em dia, tem cidades muito mais violentas que São Paulo.

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	As capitais do Nordeste, de maneira geral, são bem mais violentas, Maceió. [...] O noticiário de maneira alguma reflete isso. Se você ler o noticiário, você tem a impressão de que São Paulo e Rio são cidades muito violentas, e que sempre foram. Durante muito tempo, Vitória era muito mais violenta do que qualquer cidade do Brasil, mas ela raramente aparecia no noticiário sobre violência. Hoje é a mesma coisa, as capitais do Nordeste, que são as mais violentas, não são as que realmente aparecem nos noticiários de violência, continua sendo São Paulo e Rio. Se você falar que São Paulo diminuiu a violência, as pessoas se surpreendem porque não é o que elas veem no noticiário. Você tem um clima de histeria que não favorece, você tem a sensação que só piora, de que os criminosos estão cada vez piores, que faz você querer adotar medidas repressivas cada vez piores para lidar com isso, criando um debate desvinculado da realidade. [...] As ações de violência que a polícia comete no Brasil e as reações que essas ações violentas geram são mínimas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o caso da morte de um negro na mão de um policial gera uma reação violentíssima, as cidades param, vira um debate de comoção nacional. Aqui, você tem dezenas de jovens assassinados toda semana pela polícia, em várias circunstâncias que indicam execução e você não tem aquela repercussão que seria esperada. [...] Um pouco essa noção de que a situação do crime está tão terrível, que as pessoas estão sendo tão vítimas, que é necessário aumentar a repressão para se conter isso. E o que se mostra é o contrário, a repressão está cada vez pior, e o aumento da repressão tende a gerar um endurecimento também do crime. O PCC nasceu em 1993, um ano depois do massacre do Carandiru, tem uma relação de causa e efeito muito grande nessa questão de violência. [...] Outro tema é a queima de ônibus. [...] A queima de ônibus geralmente é feita muito às seis horas da tarde para aparecer no Datena, no Marcelo Resende. (Entrevista realizada em 28/09/2015)
Bruno – Leitor	Eu acho que a violência em São Paulo é percebida de forma diferente, principalmente parece que a população de São Paulo vive num pandemônio, numa barbárie enorme, mas não é isso, o crime é muito mais contra o patrimônio do que contra a pessoa. E acaba que essa percepção que a gente tem aqui no centro expandido ela não é real, ela não é um retrato fiel da realidade, mas é real para outras partes da sociedade. E essa parte chega pouco à imprensa, chega pouco aos grandes meios de comunicação, e quando chega, chega com uma mensagem um pouco dissimulada, ou numa abordagem bastante sem importância. Isso já é um

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	clichê, no jornalismo brasileiro a atenção que se dá a um tipo de morte dentro do centro expandido é muito maior, sendo que acontece muito mais fora. E o *site* onde saiu essa reportagem é um meio de você chegar a esse tipo de informação com um pouco mais de profundidade para conseguir entender melhor o que está acontecendo ali, é uma fonte que procura obter, além dos dados oficiais da Polícia Militar, que tem uma visão conservadora sobre a política de segurança pública a partir da repressão, o contato com a família, o contato com a comunidade, tenta entender aquela realidade tão diferente. Então, por isso a gente acaba procurando esses meios quando a gente quer realmente se informar. [...] Mas a violência que as pessoas percebem por N fatores é essa. Então, eles acham que algo tem que ser feito e muito rápido, precisa ser feito agora. E, por isso, acabam concordando, de certa forma, com a repressão. Mas isso tem motivos ligados à mídia também, se você pegar esses programas da tarde aí fazem um desserviço nesse sentido, Datena, etc., pregando uma violência, nessa questão da violência percebida. Parece que a gente vive numa barbárie se você assiste esses programas, e as pessoas acabam interiorizando isso, e agendando isso na própria esfera pública. A mídia tem muito esse papel de agendar *setting*, de agendar o que a opinião pública vai discutir ou não. Mas também é culpa do conservadorismo de parte da sociedade, que entende que direitos humanos é para a elite, ou, como tem aparecido no Senado, nem direitos humanos as pessoas deveriam ter. [...] E tem toda a indústria da violência, né, que apoia esse tipo de visão. Você vai ver segurança aqui, você vai ver segurança na frente do meu prédio, dentro do meu prédio. E toda essa indústria move muito dinheiro, move muita tensão das pessoas preocupadas com isso. Então, é interessante também se manter essa percepção de violência alta, para poder manter essa indústria. [...] A Haganá é uma empresa de segurança voltada para a segurança de judeus, e ela ganha muito dinheiro, motivada por esse tipo de sensação, né? [...] Existe um fenômeno na comunicação chamado de espiral do silêncio, a mídia tem um poder de silenciar opiniões majoritárias. Vamos pegar como exemplo a questão do menor infrator, que é uma discussão ampla. A opinião da grande mídia televisiva é clara: o menor infrator está errado e tem que ser punido, etc., porque é assassino, e todos os estereótipos que a gente coloca. Essa opinião não necessariamente é majoritária, mas, a partir do momento que você expõe só essa opinião, a pessoa começa a perceber que a opinião que ela tem, diferente daquela, não é uma opinião socialmente aceita. Ela tem essa percepção, e

(conclusão)

Entrevistado	Transcrição da fala
	daí ela fica com medo de expor essa opinião na esfera pública. Uma outra pessoa também começa a ver essa mídia, também quer discutir o estatuto, mas ao ver que a primeira se calou, ela também se cala, formando a tal espiral do silêncio. E, no final, uma opinião que poderia ser minoritária, se torna majoritária por esse poder de influência da mídia. Isso acontece em várias questões. [...] A Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo teve o núcleo mais importante de análise televisiva do mundo, isso acontecia através do núcleo de telenovelas da ECA. O que eles perguntavam na época era o quanto a novela influenciava a agenda pública, e era uma coisa impressionante, ela era majoritariamente o assunto mais debatido, mais do que futebol, mais do que política e do que qualquer outra coisa. Curioso, não? Então, quando um assunto era colocado dentro da novela, ele era colocado dentro da sociedade também. Claro que não é determinante, mas é um peso muito grande. [...] Um outro fenômeno é quando as coisas são muito absurdas, tipo violação de direitos, e eles gritam, fazem estardalhaço, a gente vê muito apoio, a gente percebe muito apoio, mas esse apoio não é necessariamente real. Que nem a cobertura do pró-ditadura, que teve nas manifestações, aquilo lá é um absurdo, mas a imprensa deu cobertura para aquilo, uma cobertura muito maior do que para outras pautas, sendo que era um ponto de vista minoritário. Porque era tão absurdo, vende, mais gente vai ver, mais gente fala nisso, mais gente curte, mas, na verdade, não era uma coisa tão latente assim. Eu acho que as pessoas que consideram realmente que bandido bom é bandido morto não são a maioria da população. [...] Quem vai querer falar sobre o favelado que morreu? Quem vai querer publicar a história desse cara? Não interessa. Para a maior parte das pessoas não interessa. Porque o jornalismo deixou de ser só informação, né? O jornalismo como fato, como dado, já ficou no passado. Hoje, no jornalismo, a pessoa busca contar uma história, ter uma narrativa, mas a periferia de São Paulo, em geral, chega como fato, como dado. Vinte e uma pessoas morreram. É difícil. Mas tem uma coisa engraçada também que acho que o próprio membro da periferia se sente culpado, por exemplo, se a reportagem vai lá perguntar quem morreu, respondem: “ele era trabalhador”. [...] Um grande problema do jornalismo também, a notícia ela é datada, dificilmente você volta a falar sobre um caso, e acompanha um caso. Aquela informação que aquele jornal me deu, mas nossa... mas vida ficou. Aquela vida ficou. E as histórias delas ficaram. (Entrevista realizada em 27/10/2015)

Quadro 4 – Transcrição das falas dos entrevistados que mencionaram a mídia, a violência e a indústria do medo

Para Marisa, a mídia filtra o impacto emocional vivenciado por alguém que testemunha a morte e a violência. Parece haver dúvidas se os noticiários trazem a realidade. Presenciar, para ela, faz com que se tenha provas de que o que a mídia fala e repete de maneira banalizada e descontextualizada seja verdade.

Por mais que sejam chocantes e capturem a audiência, os casos noticiados são banalizados quando não há reflexão sobre a complexidade envolvida, as causas e as repercussões, e não é feito nada para modificar o cenário. As notícias "envelhecem" rapidamente e são substituídas por outras mais novas, causando um tipo de hipnose no espectador, que consome as informações de maneira alienada.

> Violências frescas serão mais interessantes e importantes que as antigas. A anestesia fica por conta da completa ignorância em relação aos atores daquela imagem que nos impactou hoje, menos do que ontem. Não se espera do espectador nenhuma interação verdadeira, isto é, nenhuma participação na elaboração das imagens que chegam até ele. (ENDO, 2005, p. 245-246).

Em relação ao questionamento sobre a veracidade daquilo que é exposto nos noticiários, Chauí (1990) explica que a mídia produz, frequentemente, a inversão entre realidade e ficção. Enquanto as notícias trazem um mundo irreal, descontínuo, fragmentado e sem história, as novelas e séries trazem o sentimento de realidade. "Basta ver, por exemplo, a reação de cidades inteiras quando uma personagem da novela morre (as pessoas choram, querem ir ao enterro, ficam de luto) e a falta de reação das pessoas diante de chacinas reais, apresentadas nos noticiários" (CHAUÍ, 1990, p. 332). Cabe lembrar que o horror de uma chacina não configura luto para quem acessa a notícia pela mídia, pois não há vínculo estabelecido a não ser que alguém que tenha morrido seja pessoa próxima.

Romão (2013) analisou três programas de jornalismo policial mais assistidos no estado de São Paulo, *Brasil Urgente*, da TV Bandeirantes; *Cidade Alerta* e *Balanço Geral*, ambos da TV Record. O autor conclui que o conteúdo dos programas pode ser dividido em três categorias que se repetem em todas as reportagens de maneira estereotipada: recursos sensacionalistas utilizados para a captação e manutenção da atenção dos telespectadores, tais como a dramaticidade presente em suas matérias, a velocidade estonteante no fluxo de informações ou o tom de conversa com os telespectadores; construção de uma aparência de credibilidade e autoridade para a visão de mundo apresentada nos programas por meio do tom

sério dos comentários, da assertividade com que juízos são proferidos, da roupa, da postura e da impostação de voz dos apresentadores; e a visão de mundo de que a realidade social brasileira é extremamente perigosa, de que somos todos muito vulneráveis e de que estamos extremamente sujeitos à ameaça de pessoas de mau caráter.

Nesses programas, é apresentada uma situação de violência, a partir da qual são reafirmadas as sensações de medo e vulnerabilidade e, então, sem discussão mais aprofundada sobre o problema, os apresentadores solicitam leis mais rigorosas e policiamento mais intensivo, direcionando sentimento de raiva e vingança aos executores dos crimes, os "malfeitores", pessoas "de má índole" que violentam "pessoas de bem", e, por isso, também podem ser violentadas. A proposta do jornalismo policial em relação ao problema da violência é mais violência, chegando, muitas vezes, a ser defendida a pena de morte.

> Constrói-se, assim, tal como no delírio paranoico, uma realidade persecutória da qual o indivíduo deve se proteger, justificando que ao grupo eleito como bode expiatório seja dirigida a raiva proveniente das mais diversas frustrações socialmente geradas .
> [...]
> Essa realidade hostil, no entanto, é apresentada de forma completamente simplista e maniqueísta, pois a origem dos problemas sociais apresentados é sempre reduzida à falta de caráter e responsabilidade dos criminosos envolvidos. Ou seja, questões sociais importantes são tratadas como questões morais e individuais. E, assim, esses indivíduos rotulados como corrompidos se tornam o alvo de uma série de preconceitos e de discursos de raiva e intolerância. (ROMÃO, 2013, p. 16, 45).

São colocados em foco apenas os pequenos delitos, agressões físicas e assaltos, "principalmente produzidos pelas classes subalternizadas", sem observar que "a violência no seu ponto de vista estrutural, ou mesmo, de perceber que ela também é produzida por grupos de extratos sociais mais elevados" (BORGES; MEDEIREOS; D'ADESKY, 2002, p. 63).

Romão (2013) faz a ressalva de que os programas de jornalismo policial não elaboram e impõem maquiavelicamente essa lógica para seus telespectadores, mas se apropriam de construções preconceituosas e "*tickets* ideológicos" já presentes, mesmo que de forma difusa, em nossa cultura. São "*tickets* ideológicos" que conquistam audiência, o que revela que essa forma de ver o mundo interessa à população e atrai sua atenção. Porém, não significa "que esses programas não possam ser responsabilizados pela difusão e pelo fortalecimento dessas ideias" (ROMÃO, 2013, p. 180).

Alice, vizinha da família de Rodrigo, é além de vítima secundária, pois sofre com o luto da perda, vítima terciária por ser profundamente afetada pelas cenas de violência que vê

pela televisão. Ela sente que a violência tende a aumentar a cada ano, até que o mundo, que, para ela, está "louco", acabe.

De acordo com Souza (2008), a mídia amplifica o medo ao enfatizar nas matérias a criminalidade, para vender jornais e conquistar audiência. O autor chama de "fobópole" a experiência de moradores das cidades nas quais

> [...] o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia. (SOUZA, 2008, p. 9).

Soares, Miranda e Borges (2006) postulam a existência de duas fontes de medo, a vivência de situação de ato violento e a divulgação da violência por parte dos meios de comunicação e da fala do crime. Segundo os autores, o medo de se transformar em vítima é afetado pelo destaque dado pela mídia à violência e não reflete a probabilidade objetiva de vitimização.

O clima generalizado de insegurança transforma as maneiras possíveis de sociabilidade. Para Fefferman (2013) o medo social é um instrumento para subjugar e ameaçar constantemente as pessoas, garantindo o domínio e o controle social. As classes sociais mais altas, influenciadas pelo que é divulgado pela mídia, temem ameaças a suas vidas e a seu patrimônio, constróem barreiras físicas para proteção – condomínios fortificados, carros blindados – e exigem intervenção policial preventiva e punitiva. As classes sociais mais baixas têm os laços comunitários e a coesão deteriorados pelo medo e pela desconfiança, que geram isolamento e dificuldade de mobilização social.

Koury (2011, p. 472) define a indústria do medo como "os gastos e investimentos em segurança privada". A indústria do medo, ou indústria da segurança, fornece serviços e produtos de segurança para serem consumidos pela população. Cubas (2002) realizou pesquisa na Feira Internacional de Segurança (Exposec), uma feira internacional de serviços de segurança, sobre as tecnologias ofertadas. Os equipamentos mais vendidos são os sistemas de observação: câmeras com alta definição que detectam movimentos e alarmes. Há equipamentos para monitorar a atividade dos vigilantes, fechaduras elétricas, portões automáticos e cercas pulsativas. Uma das novidades da época eram os equipamentos de biometria para controle de acesso pelo reconhecimento da íris ou dos traços faciais. A autora menciona a oferta de cursos profissionalizantes na área de segurança pessoal e patrimonial, e

extensão universitária em Gestão de Segurança Empresarial. Além dos equipamentos e cursos, há serviços de segurança particular. Segundo a autora, metade do contingente dos seguranças é regularizada e metade é irregular, são vigilantes autônomos à paisana que não possuem treinamento e chegam a portar armas de fogo sem terem a devida autorização. Muitos dos seguranças são policiais fazendo "bico".

Para Caldeira (2000) o medo desencadeou, desde os anos 1980, novas estratégias de proteção. Simbólica e materialmente, os muros separam, dividem, estabelecem distâncias e colocam regras de exclusão que contrariam os valores de acessibilidade, igualdade e liberdade de circulação que inspiravam a arquitetura das cidades modernas. Os sistemas de identificação, triagem e controle de circulação reproduzem a discriminação social e racial, uma vez que a "imagem do suspeito é feita de estereótipos e, consequentemente o sistema de triagem discrimina especialmente os pobres e os negros. Os porteiros não incomodam as pessoas que têm os sinais de classe certos, mas podem chegar a humilhar os que não têm" (CALDEIRA, 2000, p. 319).

Reportagem de capa da revista *Veja São Paulo*, de 29 de fevereiro de 2012, com o título *Retratos do medo: somos todos reféns*, redigida por Daniel Bergamasco (2012), traz dados levantados pelo departamento de pesquisa e inteligência de mercado da Abril Mídia, que entrevistou 1.978 pessoas em fevereiro de 2012. O levantamento revelou que 71% dos entrevistados consideravam a cidade insegura; 49% já haviam pensado em deixar São Paulo por causa da criminalidade; 38% sentiam que a falta de segurança é o maior problema da cidade; havia três vigias particulares na cidade para cada policial militar; a frota de carros blindados da cidade de São Paulo já era maior que a soma total da frota de veículos blindados do México, Venezuela e Colômbia; e o setor de proteção eletrônica que arrecadou 256 milhões de reais em 2006, passou a faturar 420 milhões em 2010.

A reportagem ainda apresenta os seguintes depoimentos:

> "Não uso relógio, não ostento grifes, não mostro nada. Apesar de todos esses cuidados, não consigo relaxar." (fotógrafo André Schiliró, que anda pelas ruas de São Paulo com segurança particular e carro blindado) [...] "Olha que minha casa parece uma prisão, com muro alto de ferro, agente de segurança e câmeras, por causa de repetidas tentativas de invasão" (maestro Júlio Medaglia) [...] "Rodo muito por aqui e, depois de ver tantos assaltos à mão armada nas ruas, decidi que [blindar o carro] era um investimento tão fundamental quanto ar-condicionado. Foi um alívio quando, há alguns meses, bateram com revólver no meu vidro no semáforo e eu tinha essa proteção. Acabaram roubando o motorista do lado." (Marissandra

> Gonçalez, de 30 anos, representante comercial, que pagou 45.000 reais para comprar uma Saveiro e mais 40.000 para torná-la à prova de bala). (BERGAMASCO, 2012, p. 34).

Ainda segundo a mesma matéria, as estatísticas dos distritos policiais com mais ocorrências respaldam o medo que leva às atitudes acima mencionadas. Porém, é curioso observar que os distritos ranqueados na tabela da página 41 da matéria são todos de bairros periféricos da cidade e bairros do centro histórico que não foram revitalizados, enquanto os entrevistados que se sentem inseguros em seus bairros moram em locais que não apareceram na tabela. Assim, as estatísticas criminais de bairros periféricos parecem ser utilizadas para enfatizar o medo e a insegurança de moradores de bairros considerados nobres. O jornalista conclui que "há um longo caminho a percorrer para que os paulistanos deixem de ser reféns dos criminosos" (BERGAMASCO, 2012, p. 44).

Santos (1998) analisa o tratamento midiático dispensado aos envolvidos na morte de dois jovens por assaltantes no Bar Bodega, em Moema, bairro nobre da zona sul da cidade de São Paulo. Nas matérias feitas sobre o assunto, foi dado destaque à dedicação dos jovens a seus cursos, a trabalhos voluntários e a suas profissões. Nove suspeitos negros, pobres e moradores de periferias foram presos e torturados por 60 dias para que confessassem a autoria do crime. Depois, foram soltos por falta de evidências. Tempos depois, os verdadeiros autores dos disparos, que eram brancos, foram presos. Sobre os torturados não foi divulgada muita informação. "O ato de nomear os mortos do Bodega e não os torturados oferece aos primeiros identidade e reconhecimento, humanidade, ao passo que os segundos são classificados numericamente" (SANTOS, 1998, p. 135).

> Por trás de cada cadáver há um drama, uma perda, um luto. Basta destacar o que foi feito pelo estereotipado em toda sua dimensão real, ou dramatizar um pouco mais, e comunicar *assepticamente* o feito em um espaço de tempo muito menor, para que o primeiro provoque indignação e medo e o segundo não. (ZAFFARONI, 2012, p. 312, grifo do autor).

De acordo com Augusto, o repórter entrevistado, e Bruno, o leitor, a mídia trata de maneira desigual a morte de pessoas de diferentes classes sociais. Os casos envolvendo pessoas de classe média e alta, em geral, são mais amplamente noticiados e as matérias incluem mais detalhes sobre a vida da vítima, sua profissão, sonhos e desejos, além de incluir informações sobre os impactos na vida dos familiares e amigos. Enquanto isso, as matérias sobre vítimas pobres trazem apenas nome, idade e profissão. As informações detalhadas sobre

a vida dos envolvidos são apontadas como recurso importante de humanização no jornalismo, que permite que leitores e espectadores se identifiquem, percebam o outro como igual, ser humano com sentimentos, sonhos e desejos, e desenvolvam empatia imaginando como seria se uma situação semelhante acontecesse com eles. O esforço da mídia para humanizar ou não os envolvidos no caso do Bar Bodega exemplifica o tratamento desigual de que o repórter e o leitor falam.

Jorge, o líder de movimento social negro entrevistado, afirma que, nas notícias de chacinas, não costuma ser dada ênfase à história de vida dos jovens assassinados ou às repercussões na vida dos familiares. Pouco tempo depois das mortes, já não são lembrados, como se a vida ou morte deles não tivessem importância para a sociedade, dentro da perspectiva de que é natural que jovens negros, pobres e moradores das periferias morram de forma violenta. Comenta, como exceção a essa regra, a comoção social gerada pela morte de Cláudia Silva Ferreira e Amarildo de Souza.

Cláudia foi assassinada em uma operação da Polícia Militar no Morro da Congonha, em Madureira, zona norte do Rio de Janeiro, em março de 2014. Ela era mãe de quatro crianças e cuidava de mais quatro sobrinhos. Trabalhava nos serviços gerais do Hospital Naval Marcílio Dias, e saiu de casa para comprar pão, quando foi alvejada com dois tiros, um nas costas e um no pescoço. Foi colocada baleada no porta-malas de uma viatura. A porta do porta-malas se abriu com a viatura em movimento e ela ficou pendurada por um pedaço de roupa no para-choque do carro, sendo arrastada por 350 metros. Quando os policiais pararam o carro, colocaram-na de volta no porta-malas e seguiram curso. A cena foi filmada por um cinegrafista amador (ARRASTADA [...], 2014).

Amarildo trabalhava como ajudante de pedreiro e era pai de seis filhos. Ele desapareceu em 14 de julho de 2013, após ter sido colocado em uma viatura da Polícia Militar. Oito policiais, que estavam sob as orientações do major que comandava a Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha (UPP), foram condenados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual (EX-COMANDANTE [...], 2016).

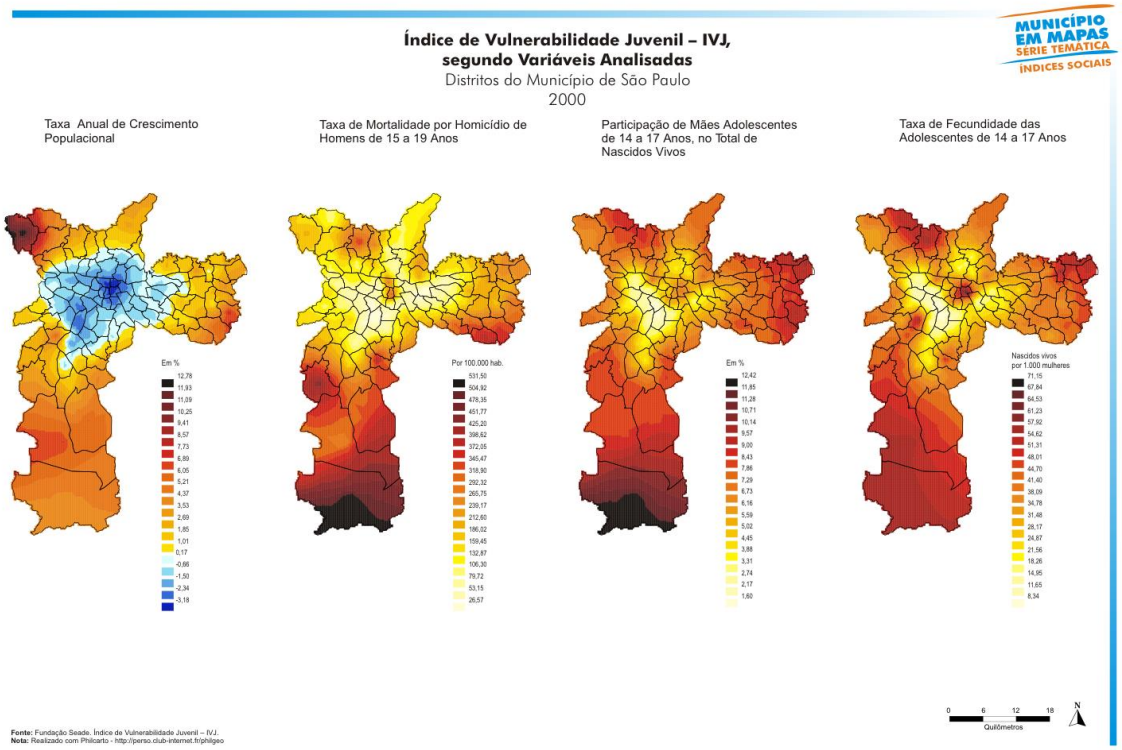
Para Augusto, há pouca reação da sociedade diante da violência e da letalidade policial. Ele acredita que isso se deva à percepção distorcida de que os índices de criminalidade estejam cada vez mais elevados e que, portanto, seria necessário aumentar a repressão ao crime utilizando a violência. No entanto, aponta que a letalidade policial tende a gerar como resposta revolta e organização daqueles envolvidos com a criminalidade, o que aumenta ainda mais a violência. O baixo grau de sensibilização e de reação da sociedade em

relação à violência citada por Augusto é explicado por Fefferman (2013) como banalização e naturalização dos fatos por conta da frequência de exposição das cenas de crimes.

> Nessa banalização, há uma cooperação de todos para que a banalidade se imponha como uma reação ao medo da perda de privilégios, ao medo frente a ameaças de qualquer natureza. O que acaba ocorrendo é a perda de capacidade de mobilização e de indignação frente à injustiça social, encoberta por um véu de infelicidade, com o qual nos acostumamos a conviver. A mobilização só acontece quando se considera que a injustiça se torna intolerável. (ARANTES, 2011, p. 218-219).

Para Drumond Jr (1999), a realidade dos homicídios na cidade de São Paulo ainda não foi suficiente para gerar a discussão de um projeto abrangente contra a violência, nem a indignação da sociedade como um todo. Apesar dos crimes contra a vida se concentrarem em sua maioria nos bairros das periferias, as populações de alta renda continuam buscando soluções individuais de reforço de segurança privada para se protegerem contra a pobreza criminalizada.

Uma das variáveis analisadas pelo IVJ, com base no censo de 2000, na contagem da população de 1996 feita pelo IBGE e no Sistema de Estatísticas Vitais da Fundação Seade, é a chance de um jovem com idade entre 15 e 19 anos ser vítima de homicídio (FUNDAÇÃO SEADE, 2000). A chance de ser vítima de homicídio é muito maior nos bairros mais distantes do centro da cidade, onde são maiores as taxas de crescimento populacional, há maior participação de mães adolescentes no total de nascimentos, há maior taxa de analfabetos adultos, menor PIB *per capita* e maiores índices de evasão escolar (figura 6).



Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/indice3_3.pdf>.Acesso em 15/06/2016.

Figura 6 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ

Bruno, o leitor entrevistado, assinala a diferença entre a violência percebida e a violência real. Os moradores do centro expandido têm a percepção de que há alto risco de serem vítimas de crime contra a vida em seus bairros, quando, na realidade, nessas regiões, os crimes que ocorrem são contra o patrimônio e, mesmo englobando-se os casos de latrocínio, o número de mortos nos bairros centrais é muito menos que nos bairros periféricos. O que é divulgado na imprensa, com destaque para os programas de jornalismo policial, reforça a distância entre o real e o percebido, exacerbando o medo e o consequente desejo de que aqueles que representam o mal e o perigo sejam segregados e contidos.

> [...] podemos (e de fato isso ocorre com freqência), em determinadas conjunturas, estar convivendo com índices estacionários ou decrescentes de criminalidade violenta e, nessa mesma conjuntura, a curva relativa aos sentimentos de vulnerabilidade e insegurança se comportarem de forma ascendente. (SENTO-SÉ, 2003, p. 2).

Bruno afirma que a indústria da violência lucra com o medo por meio da venda de aparatos de proteção e, por isso, apoia que a mídia continue “agendado o *setting*” de dicussão

na esfera pública acerca da violência como algo fora do controle em São Paulo. Além do jornalismo, outra fonte de forte influência na agenda pública apontada são as novelas, que trazem os temas mais debatidos na sociedade. De acordo com a teoria do *agenda-setting*, a imprensa seleciona alguns temas como relevantes para serem noticiados enquanto aqueles que não são singulares, concretos ou observáveis são excluídos. São selecionados também os "enquadramentos para interpretar esses fatos". Assim, "os indivíduos falam sobre o que fala a televisão e o rádio e muitas vezes ignoram o que está próximo a eles, mas que não foi classificado como notícia pela imprensa. Ou seja, o jornalismo é um dos principais impulsionadores da circulação do conhecimento" (MELO, 2010, p. 174).

Um fenômeno da comunicação mencionado por Bruno é a "espiral do silêncio", que ocorre quando apenas as opiniões de uma minoria são divulgadas como se fossem absolutas e as únicas socialmente aceitas, causando o silêncio de muitos que têm um ponto de vista diverso. Esse silêncio faz com que haja uma inversão e a opinião que era originalmente minoritária se torna majoritária, como no caso do debate sobre a redução da maioridade penal. Outro fenômeno é o superdimensionamento de situações absurdas como se fossem representativas de parcela significativa da população, o que ocorreu, por exemplo, na cobertura do grupo que defendia a volta da ditadura durante as manifestações de 2015.

Bruno ainda afirma que, atualmente, o jornalismo procura narrar histórias em lugar de apenas trazer informações, mas, nas notícias que envolvem a morte de moradores das favelas, as histórias não são narradas, as informações são transmitidas e logo substituídas por outras mais atuais. Os desdobramentos da notícia não são acompanhados. Ficam no passado as histórias da vida da pessoa assassinada, permanecendo vivas apenas por meio da dor dos familiares e amigos.

Para reverter o processo de silêncio, banalização, indiferença, medo, apoio a medidas repressivas e isolamento como forma de proteção, Augusto, o repórter entrevistado, defende que os noticiários sejam mais humanizados, trazendo detalhes sobre a vida das vítimas e as repercussões na vida dos sobreviventes, e que se divulguem dados compatíveis com a realidade, ou seja, que as notícias reflitam o fato de que as taxas de homicídios vêm caindo em São Paulo desde 1999. A cidade já não lidera o *ranking* das mais violentas do Brasil. A liderança em termos de números de homicídios passou a ser ocupada pelas capitais do Nordeste.

O Mapa da Violência 2015 confirma as informações trazidas por Augusto. São Paulo teve queda de 58,6% nos índices de homicídios entre 2002 e 2012, passando da quinta

posição na mortalidade por armas de fogo, no início do século, para a vigésima quinta posição em 2012. Já no Ceará e no Maranhão, o número de vítimas quadriplicou na década, no Rio Grande do Norte triplicou, e em Alagoas, Bahia, Paraíba e Piauí duplicou (WAISELFISZ, 2015).

Mas, apesar dessa queda, as mortes em decorrência de intervenção policial continuam elevadas. A relação entre o número de mortos por ação policial e o total de homicídios que era de 5% em 2000, passou para 21% em 2014, vitimando principalmente a população negra (SINHORETTO; SCHLITTLER; SILVESTRE, 2016).

Para obter conhecimento mais profundo e contextualizado, Bruno lê *sites* como aquele em que Augusto publicou a matéria sobre a chacina que vitimou Rodrigo. De acordo com o leitor, os jornalistas do *site* não se restringem à fonte de dados oficiais da Polícia Militar, mas buscam a perspectiva da família e da comunidade da vítima.

> A recente efervescência de atividades relacionadas ao ativismo digital no Brasil ou mesmo a "invasão" das redes sociais por brasileiros não deixa dúvidas de que a internet está conquistando um lugar fundamental em nossa cultura, remodelando nossa forma de se relacionar com os meios de comunicação de massa. Estes fatos, não raro, levantam nossas esperanças de que a via tecnológica poderia finalmente estabelecer as condições necessárias para a democratização da comunicação social no Brasil. [...] No entanto, como já dissemos, a democratização dos meios de comunicação não é garantia de uma cultura emancipada. O potencial crítico da internet também está limitado pelas condições formativas necessárias para o desenvolvimento de tal crítica (ROMÃO, 2013, p. 29-30).

Ou seja, além da democratização do acesso à informação, a informação não deve ser distorcida ou manipulada para gerar audiência. A formação crítica diante das questões ligadas à violência e à desigualdade devem ser levadas à discussão nos âmbitos comunitários, nos espaços educacionais, e na esfera política considerando a abrangência do fenômeno.

6.4 Causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens

> "Já é mais do que hora de o poder público, em todos os seus níveis, acordar para a extrema gravidade do problema e, num esforço conjunto acima de divergências partidárias, voltar sua atenção para as áreas críticas, utilizando as lições daquelas outras que começam a sair do buraco. (UM [...], 2015).

Conforme já visto neste trabalho, o grupo que mais morre em São Paulo por causas externas e não naturais são os jovens negros moradores das periferias. A principal causalidade

das mortes não naturais são os homicídios por armas de fogo. De acordo com as estatísticas, há importante participação da letalidade policial nesses índices, principalmente porque tem ocorrido, desde 2002, uma diminuição do número geral de homicídios em São Paulo, mas o número de mortos em decorrência de intervenção policial tem subido.

Por isso, no trajeto de investigação das repercussões na vida dos sobreviventes desta tese de doutorado, fui entrevistar as vítimas primárias, secundárias e terciárias da morte de um jovem negro em uma chacina na periferia da cidade de São Paulo.

Neste eixo temático, são apresentadas as causas apontadas pelos depoentes para as mortes de jovens e as soluções que apontam para a diminuição do índice de mortalidade nessa faixa etária (quadro 5).

(continua)

Entrevistado	**Transcrição da fala**
Janete – Mãe de Rodrigo	Menina, deixa eu te falar uma coisa, a gente não entende, o pior é isso. A gente não entende de nada, por isso fica difícil para a gente. [...] O Nelson não mora aqui. Ele veio domingo para cá, mas hoje ou amanhã ele tem que ir embora. Ele não pode ficar muito tempo aqui. Ele fica aqui já começa a aparecer polícia, você acredita? Ele não pode ficar aqui. Que a gente tem medo, de uma hora eles pegarem ele, levarem, e matar, para ele não ser testemunha de nada. A verdade é essa. (Entrevista 1 com a família, realizada em 26/03/2014) A mãe da Marta morreu dentro do salão dançando, de bala perdida. O caçula, o Arthur, morreu assassinado, com 18 anos, vindo de um baile, por ciúme de uma namorada. E o Juliano, esse aí procurou a morte, que foi mexer no que é dos outros lá no Ibirapuera, daí ele morreu. Esse daí ninguém matou, esse aí foi procurar a morte, porque quem vai mexer no que é dos outros tá procurando a morte. E, com o Rodrigo, são quatro que morreram de tiro. [...] Deus, é a única solução. A única solução é Deus, viu fia, mais nada. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Nelson – Sobrinho de Rodrigo	Nós somos considerados como um lixo pra sociedade. [...] Uns dias atrás, antes desse dia [da chacina], morreram alguns policiais. Eles tavam vindo atrás de vingança, não queriam nem saber. Nesse pessoal que eles mataram aí não morreu um bandido. Todos que morreram eram só trabalhadores. (Entrevista 1 com a família, realizada

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	em 26/03/2014)
Alice – Vizinha de Rodrigo	Não tem explicação. Tipo, dos policiais quererem vir, tudo disfarçados, tá de farda por baixo, coloca uma roupa, vir e tirar a vida de um monte de gente que não tem nada a ver, ou, se tem alguma coisa a ver, gente não tem justiça, não tem lei? Então, vai lá, leva lá na cadeia, faz alguma coisa, agora tirar a vida do próximo para quê? É por isso que fica essa guerra, de um lado, um monte de ladrão ir lá e tira a vida de polícia, depois a polícia vem, se revolta e mata um monte de gente inocente. É isso que acontece. [...] Não tinha que ter revólver, as pessoas não tinham que matar. Tinham que morrer ou com uma doença muito grave mesmo, ou, senão, pela idade. (Entrevista 2 com a família, realizada em 31/03/2015)
Cícero – Líder comunitário	Pois é, se tivesse investimento, se tivesse políticas públicas para a juventude na periferia, na minha opinião, não precisava de tantos CAPs [Centro de Atenção Psicossocial]. Se você tem políticas públicas, se o jovem tem emprego, tem uma escola de qualidade, tem livre acesso de ir e vir. E tem a saída para isso, o que não tem é a vontade política. [...] A melhor saída era o povo se unir e fazer uma limpeza de Câmara Municipal pra cima, tirar todo mundo. Porque chega dos mesmos, não dá mais. Os mesmos pra nós já não dá mais, e o povo sabe disso. O povo tem aí a opção da internet, o povo já lê mais um pouquinho, já tá mais informado, então, o povo sabe do que tá acontecendo no Brasil, principalmente em São Paulo e nas periferias. [...] Então, primeiro, é desmilitarizar essa polícia que tá aí. Segundo, é fazer uma limpeza na política. Lógico que, em primeiro lugar, vem a luta do povo, né, a luta dos movimentos organizados, que acho que têm que se juntar, fazer atos de maneira pacífica, nada a ver com aquele quebra-quebra. A nossa luta é por mudar o plano diretor, as metas. O que tem que mudar também é a questão da educação, eu acho que as escolas da periferia não têm uma infraestrutura, o currículo escolar tem que ser mudado, a molecada tem que ter acesso à internet dentro da escola para fazer pesquisas, melhorar o salário dos professores e um trabalho educativo e pedagógico com os esportes. (Entrevista realizada em 17/01/2014).
Marisa – Assistente social	É como se [ter envolvimento com o tráfico] justificasse [a morte]. Tanto para a comunidade, como para a própria família. É como se estando envolvido, justifica a polícia matar, ser morto pelo tráfico, a mídia passa isso e a comunidade, quando vai dar um depoimento, justifica assim também. [...] Olha, é uma somatória de coisas,

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	mas eu acho que o básico é uma melhoria significativa na educação. Nós precisávamos ter uma educação de fato de qualidade, que desse conta da especificidade do aluno daqui, onde as famílias têm todas essas dificuldades, com salas menores, no máximo 25 alunos, professores muito bem remunerados. [...] E tem que fazer uso das tecnologias e da informatização. [...] São fundamentais, importantíssimas, as áreas de lazer. Porém, sempre alegam ser área de mananciais a nossa região, então, nunca tem como construir, só que não existe um cuidado com as invasões e a construção de casas aleatoriamente, e também o poder público não chega nessas áreas. E aí, como se resolve isso? (Entrevista realizada em 10/10/2013)
Jorge – Lider de movimento social negro	Resolver o problema da violência, que na nossa concepção não perpassa apenas por militarizar os territórios, muito pelo contrário, é garantir a educação de qualidade, saúde, espaço de cultura, de lazer. Essa política de desenvolvimento econômico, social e cultural que vai diminuir os índices de violência, e não esse processo de saturação, de intensificação, de militarização dos territórios urbanos. (Entrevista realizada em 25/03/2014)
Walter – Psicólogo social, professor universitário	Uma questão importante nesse processo, porque você tem o homicídio que você sabe que foi a polícia que matou, e a polícia diz que foi em confronto; você tem o homicídio em que há a suspeita que foi o esquadrão da morte da polícia; você tem o homicídio em que a população suspeita que tenham sido traficantes da região, algum esquema criminoso da região; e você tem os desaparecidos, que são pessoas que desaparecem na região. Algumas mães, ao procurarem esses desaparecidos, recebem uma informação de que devem parar de procurar, porque a pessoa está morta e não vai achar o corpo. Então, já houve casos de aparecerem cemitérios clandestinos na região. [...] No final de 2011, teve uma situação bem confusa em São Paulo, que não está tão em evidência agora, de assalto à caixa eletrônico com dinamite, explosão. Até aí, o número de homicídios estava só decrescendo e tem autores muito interessantes que atribuem isso a três tipos de causas: melhoras de políticas públicas e participação dos movimentos sociais na elaboração dessas políticas públicas, melhora da economia, e um certo controle do crime organizado. No início de 2012, começaram a surgir notícias de policiais sendo assassinados no horário de folga e, logo depois, começou a surgir um aumento de chacinas na

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	cidade e de homicídios, e houve até um jornal que mapeou, já que o negócio estava muito escancarado, que quando havia um homicídio de um policial, na mesma região, em horário muito próximo, havia um conjunto de homicídios após, com características de execução, passava uma moto e atirava em pessoas que estavam em uma esquina. Então, começou a ficar bastante evidente, durante 2012, que havia um enfrentamento entre parte da polícia e parte do crime organizado. Aí, o número de homicídios subiu de novo, não aos patamares de 1996, que foi o momento mais crítico, e vinha decrescendo, mas voltou a subir. Homicídios em confronto com a polícia, e esses confrontos são sempre muito delicados para se saber se realmente foi confronto ou não, situações de pessoas assassinadas com característica de execução, muito com uma característica de guerra, a secretaria respondendo que estava em guerra com o crime organizado. Em 2013, deu uma descida, mas não voltou aos padrões que estavam em 2011. E, aí, vieram uma série de situações que deixaram evidente que a polícia estava executando pessoas. Executando tanto com grupo de extermínio, quanto nessas situações de supostos confrontos, então, a polícia armava confrontos, armava no sentido de que ela prendia pessoas e executava essas pessoas e apresentava a situação na delegacia como um confronto, que essa pessoa que morreu tentou atirar num policial e o policial revidou em legítima defesa, e então morreu, e apresentava lá a arma do morto, e até podia ser a arma do morto mesmo, mas havia relatos de que a pessoa não tinha reagido, que ela tinha sido dominada pela polícia, que ela não tinha atirado, e mesmo assim foi executada. E esse tipo de prática voltou a aparecer muito forte em 2012. [...] Têm medidas de políticas públicas, as questões de segurança, as questões de saúde, educação, moradia. E, aí, cada uma delas tem curto, médio e longo prazo. Então, policiamento comunitário, desmilitarização da polícia, e aí você começa a esbarrar numa dimensão maior que é essa de uma sociedade que diferencia o valor da vida. [...] Num horizonte mais amplo, eu acho que, a partir dessas mudanças pontuais nas políticas públicas, eu acho que teriam que ser alcançadas, uma saúde que dê conta desses aspectos psíquicos, desse sofrimento psíquico reiterado, que vão esbarrar a médio e longo prazo numa mudança maior, que seria uma mudança no reconhecimento do ser humano, no reconhecimento do outro, do direito do outro existir, que é muito desconsiderado, pode morrer que ninguém está dando conta que morreu, isso é muito ruim para a sociedade. Então, eu acho que teriam que ter

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	mudanças em cada um desses setores, e uma mudança mais ampla na sociedade, mas como não dá para ficar esperando uma mudança mais ampla na sociedade, vamos começar pegando as coisas mais próximas: "Como é que o serviço de saúde cuida disso? Como é que a educação cuida disso? Como a segurança pública cuida disso?". Mas sempre olhando para os dois ângulos, o mais próximo possível de mudar imediatamente, aquilo que é de médio e longo prazo em cada um desses âmbitos e uma mudança mais ampla na compreensão da sociedade. Só acho que vai acontecer a partir dessas mudanças pontuais. (Entrevista realizada em 10/12/2013)
Augusto – Repórter	Acho que as causas remontam a questões históricas muito profundas. Remontam à escravidão, toda a maneira como o país foi montado. [...] A causa da polícia estar matando na periferia, você vai pesquisar, vai remontar até os capitães do mato. O fato de ela continuar sendo feita, praticada, significa que a maior parte das pessoas compactua com ela no sentido de ou apoiar abertamente, ou não rejeitar a ponto de mudar o seu voto por causa disso, digamos assim. São Paulo manteve o mesmo partido no governo faz mais de vinte anos, apesar de ter tido uma alta histórica dos crimes cometidos pela polícia, o que mostra que, no mínimo, não é uma questão que mobiliza as pessoas, inclusive na periferia, porque os votos que você costuma ver não indicam uma rejeição tão grande. O fato é que tem esse amortecimento, de achar que, de certa maneira, isso que está sendo feito não é tão errado assim, de ver com certa legitimidade a violência da polícia. [...] Até porque a violência Estatal não diminuiu. De maneira geral os homicídios caíram, mas o Estado continua mantando tanto quanto, ou proporcionalmente até mais, quando se fala de mortes do Estado. Me parece que se isso fosse uma bandeira da sociedade isso seria feito. É simples, os agentes do Estado cometem crimes e não são punidos, mesmo você tendo muitas provas contra eles. Eu sinto que não é uma bandeira política, não é uma questão. Não se fala disso nas eleições, por exemplo. É um tema esquecido nas eleições. Quando que essa questão virou debate nas eleições? Algo que virou bandeira de algum deputado? [...] Muitos [dos grupos de extermínio] tinham ligação com o comércio, né? O comércio local que contrata o policial para promover uma política de extermínio. [...] "Direitos humanos para humanos direitos" é um dos bordões. Mas a polícia é muito consequência, né? [...] A polícia faz também o que acham certo que ela faça, Me parece que se houvesse uma mobilização social para que ela agisse diferente, ela agiria diferente. É o começo de tudo, as pessoas têm que querer isso. As pessoas têm que rejeitar uma polícia que mata, né? Tem que se

(continuação)

Entrevistado	Transcrição da fala
	tornar um tema de interesse social. Um tema que mobilize. [...] Então, não é uma pauta que mobilize a sociedade. A grande questão é fazer com que todo mundo se mobilize por essas questões. [...] [Através de reportagens que humanizem mais esses casos] é o caminho que a gente está tentando, pelo menos. [...] De certa maneira, acho que um dos grandes problemas é que as pessoas não se emocionam com essas coisas. Se toda morte que acontecesse, as pessoas se envolvessem e se emocionassem, a gente não deixaria que as coisas acontecessem como acontecem. (Entrevista realizada em 28/09/2015)
Bruno – Leitor	Se o governador começasse a trabalhar em: "Vamos reduzir o número de mortes da polícia, que é um absurdo", poderia trocar os comandantes da Polícia Militar por comandantes mais humanos, mas não, ele acha que esse modelo de repressão é eficiente. [...] Para mim, a PM tinha que acabar, o modo militarizado tinha que acabar. [...] Se a gente quisesse mudar a violência, talvez um caminho seria o apoio da mídia em relação a isso. Se a mídia martelasse todo dia: [...] "Ah, a polícia de São Paulo usa da resistência à prisão para matar pessoas", "Ah, vamos investigar isso", provavelmente, mudaria alguma coisa. [...] E é aquele negócio da percepção da violência, enquanto a pessoa se sentir ameaçada, ela vai apoiar, em relação à vida dela, que se tome medidas de repressão. E é algo meio burro, como eu te falei, porque a violência percebida não é tão real. [...] E as pessoas julgam que isso é suficiente para retirar os direitos das outras pessoas, direito de a polícia ir lá e intervir da maneira como intervém. Eu acho que é mais por isso, ela vê o direito dela maior que o direito do outro, porque está na casa dela, sei lá. Eu acho que vai ter parte da população – aquela coisa que eu estava falando do conservadorismo para você, o Senado está eleito, nesse mesmo discurso de restrição dos direitos humanos. [...] Eu lembro de um artigo que eu li falando da motinho preta, é um cara que chega para exterminar, e as pessoas da comunidade já sabem que vai ter extermínio ali. E o extermínio de Osasco, Barueri e região foi um caso desses. [...] É plausível que tenha tido 21 resistências seguidas de morte em locais tão próximos um do outro, na mesma noite? Tem umas coisas que não batem, e a polícia faz do jeito que faz por vingança, não tem nem julgamento, é por vingança, atira na comunidade, morre quem morrer, e, aí, a comunidade vai entender que não pode mexer com PM. É complicado. [...] Você percebe que essa pauta, que esse assunto não chega às pessoas. Aí, tem gente que vai dizer: "Ah, mas se chegasse, as pessoas não ligariam". Eu não acho que seja assim, eu acho que, se chegasse com a

(conclusão)

Entrevistado	Trancrição da fala
	profundidade que deveria chegar, como na matéria que comentei, se chegasse com essa discussão mesmo na mídia, nas pessoas e no dia a dia debatendo, seria outra percepção. [...] Por exemplo, alguém que vai ao cinema assistir um filme de drama, vai lá entrar em contato com esse tipo de realidade, que é um sofrimento, mas é uma coisa importante para o lado humano você conhecer esse tipo de coisa. E é o que eu estou dizendo, se essas narrativas chegassem de algumaforma às pessoas. [...] Se a novela procurasse mostrar esse sofrimento de alguma forma, as pessoas se interessariam por esse sofrimento, entraria em debate. (Entrevista realizada em 27/10/2015)

Quadro 5 – Causas e soluções apontadas nas entrevistas para a morte de jovens

Para os entrevistados, as mortes de jovens acontecem por causas variadas: alguns jovens "buscam" a morte ao realizar assaltos; outros desaparecem, são vítimas de bala perdida, crime passional, conflito com traficantes ou chacinas. Há aqueles que são mortos por serem testemunhas, outros são civis alvos de vingança de grupos de extermínio que acontece quando algum policial é assasinado por facção criminosa, ou ainda são executados em supostos conflitos e trocas de tiro com a polícia. Alegam que os grupos de extermínio surgem ligados ao comércio local, contratados para "limpar" o bairro executando possíveis assaltantes. A falta de consequências permite que os responsáveis pelas mortes repitam os crimes. A revolta e a impunidade realimentam o ciclo de violência. Não há respeito às leis e aos direitos humanos.

Essas são vidas cujo valor não é reconhecido, por razões históricas ligadas ao preconceito e à discriminação social e racial, que os coloca à margem, na periferia, é um grupo de pessoas que ocupa o lugar de bode expiatório e personifica o mal da sociedade, são pessoas tidas como bandidos, criminosos e que, por isso, causam medo. O medo de ter a vida ameaçada e de perder o patrimônio leva à adoção de medidas protetivas, como a construção de muros, a instalação de equipamentos eletrônicos de vigilância, contratação de seguranças particulares e o apoio, ou a não rejeição, a intervenções policiais violentas que coíbam esse grupo de cometer crimes.

As vítimas primárias, com medo e correndo risco de vida por serem testemunhas, não denunciam os suspeitos e têm dificuldade de se mobilizar em busca de mudanças, por não

conhecerem as leis e não confiarem no sistema judiciário, que, segundo percebem, também os discrimina.

O tratamento midiático à violência enfatiza a percepção distorcida de que a violência e o crime aumentam anualmente na cidade de São Paulo, exacerbando a sensação de insegurança e medo. Reproduzindo, assim, as desigualdades sociais e dificultando a empatia pelo ser humano em sofrimento – vítimas ocultas – quando os casos que envolvem as classes mais pobres são apresentados apenas como números, de maneira descontextualizada e banalizada.

Outra questão levantada como causa da mortalidade é a falta de políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento humano direcionadas às periferias. A presença do Estado nessas áreas se dá, segundo os entrevistados, pela repressão policial. Do ponto de vista político, os depoentes afirmam que a maioria da população – inclusive pobres e moradores das periferias da cidade – não rejeita a violência policial a ponto de mudar seus votos para representantes que sejam defensores dos direitos humanos. Ademais, não costuma haver representantes defendendo, nas campanhas e debates eleitorais, a bandeira da diminuição da violência por meio da diminuição da letalidade policial por não ser, de acordo com Augusto, uma pauta que mobilize a sociedade.

Como solução para diminuir o número de jovens assassinados, os colaboradores da pesquisa defendem que haja maior valorização da vida dos moradores das periferias, que, conforme destaca Nelson, vendem sua mão de obra para o desenvolvimento da sociedade e merecem ter sua humanidade reconhecida.

Cícero, o líder comunitário, compreende que, já que os jovens são discriminados pelo aparato de segurança pública, devem ser acolhidos e orientados para que desenvolvam a percepção do contexto histórico em que estão inseridos e o senso de cidadania. O líder comunitário apoia, ainda, que se busque informação na internet, para tornar possível a escolha de novos representantes na política e a mobilização social pacífica para reivindicar o investimento em políticas para a juventude na periferia. Segundo ele, o investimento deve ser feito em geração de empregos; em melhorias na infra-estrutura das escolas, como revisão do currículo escolar, acesso à internet e melhores salários para os professores; em trabalho educativo e pedagógico com esportes; em mobilidade urbana; e em desmilitarização da polícia. Assim, por meio da prevenção e da melhoria das condições de vida da população, o rapaz espera ser possível evitar tanto a violência policial quanto o abuso de álcool e drogas, espera também que não haja mais a necessidade de que jovens e seus familiares tenham de se

valer dos centros de atenção psicossocial para tratar de transtornos psiquiátricos e do abuso de substâncias psicoativas. O protagonismo, para o líder comunitário, é uma forma de evitar o adoecimento físico e psíquico entre as vítimas primárias da violência. A adesão a grupos que lutam por justiça e defendem a memória é recomendada.

O líder de movimento social negro Jorge e o psicólogo social e professor universitário Walter concordam com Cícero. Para eles, políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural que garantam educação, saúde, moradia, cultura e lazer de qualidade para os jovens das periferias é algo que contribuirá significativamente para a diminuição dos índices de violência.

Walter explica que essas melhoras devem ser elaboradas com a participação dos movimentos sociais e pensadas em curto, médio e longo prazo. A curto prazo, em relação à segurança pública, defende a desmilitarização da polícia e a implantação de policiamento comunitário, e, no quesito saúde, o acolhimento ao sofrimento psíquico ocasionado pelas perdas consecutivas e pela discriminação. A médio e longo prazos reforça a importância de mudança ampla na compreensão da sociedade em relação ao reconhecimento de direito à vida dos moradores das periferias.

Para a assistente social Marisa, a viabilização de soluções como as propostas por Cícero, com as quais concorda, incluindo-se mais áreas de lazer, são dificultadas pelo paradoxo entre a falta de cuidado para evitar construções de casas em áreas de proteção ambiental e a impossibilidade de implantação de políticas públicas nesses locais justamente por serem áreas de proteção.

Alice, a vizinha de Rodrigo, defende que sejam extintas as armas de fogo, para que as pessoas passem a morrer apenas por doenças graves ou com idade avançada.

Para Janete, a mãe de Rodrigo, não há solução para a diminuição dos assassinatos de jovens, pois ela não confia no sistema de segurança pública. Para ela, resta apenas a fé em Deus como fonte de proteção e justiça.

Augusto, o repórter, identifica como solução a intervenção social que tem feito: publicação de matérias jornalísticas mais humanizadas, com informações mais contextualizadas e detalhadas de quem eram as vítimas e seus familiares, seus interesses, sonhos e relações sociais, para despertar empatia no leitor, que, ao perceber o sofrimento de outro ser humano, pode se emocionar e, consequentemente, se mobilizar por mudanças.

Bruno, o leitor, sublinha o apoio da mídia como caminho para diminuição do índice de mortes já que ela tem o poder de formar opiniões e agendar o que será discutido entre os

membros da sociedade. Para ele, poderiam ser inseridas pautas de discussão sobre a letalidade policial diariamente nos noticiários e nas novelas, que trazem os assuntos mais debatidos pela população, fazendo, assim, com que a realidade do sofrimento vivido pelas vítimas primárias e secundárias por causa da morte de jovens no contexto estudado seja percebida com profundidade por mais pessoas.

As soluções propostas pelos depoentes foram agrupadas em duas partes para correlação com a bibliografia consultada: Implantação de políticas públicas direcionadas aos bairros periféricos para valorização da vida de seus moradores; e Mudanças no sistema de segurança pública.

- **Implantação de políticas públicas direcionadas aos bairros periféricos para valorização da vida de seus moradores**

> É preciso afastar os medos, as vinganças, as culpas. Pôr de lado o egoísmo e buscar a convivência, a solidariedade, a compaixão. Repudiar o maniqueísmo que exclui, estimula desejos punitivos e nega a igualdade essencial entre todos os indivíduos. Romper com a busca de "bodes expiatórios", de culpados individualizados e demonizados, de "inimigos". Consequentemente, repudiar e romper com a monopolista, inútil, violenta, danosa e dolosa reação punitiva. (KARAM, 2009, p. 157).

Diversos autores consultados ressaltam a importância de se fazer um novo "pacto civilizatório" no Brasil. Ou seja, para diminuir a violência e os assassinatos, é necessário fortalecer valores como solidariedade e compaixão e superar a "cidadania a porrete" descrita por Carvalho (1998). Kamimura e Schilling (2009), Albuquerque (2009) e Feltran (2014) ressaltam a importância da valorização da vida e o repúdio à violência policial cometida em nome do sentimento de medo difundido entre a população.

A reforma no sistema de justiça e os investimentos em políticas públicas de infraestrutura, geração de emprego, educação, esportes e lazer, mobilidade urbana e saúde também são formas de valorização da vida. Outro aspecto destacado por Bento (2002, p. 52) é a necessidade de fortalecimento da identidade nacional racial para a superação de preconceitos e estereótipos:

> Não temos só um problema de perda de identidade negra, mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado?

Mas, além das precariedades, é necessário destacar a produção cultural das periferias, associada à música, à dança e às artes visuais (CARRIL, 2006). O *rap*, por exemplo, é apontado por Castro et al. (2001) como canal de expressão, denúncia e fortalecimento da identidade juvenil, resgatando a cidadania e valorizando a vida. As letras das músicas e o visual do *rap* valorizam a estética negra e possibilitam que os jovens reelaborem o processo de segregação espacial e dos preconceitos sociais e raciais vividos "traduzidos" pelas letras. Essa reelaboração transforma-se em autoconsciência, o que lhes possibilita a construção de identidade positiva como pobres e negros:

> Nessa produção poética, a estrutura das letras, a fidelidade ao território e a explicitação de uma temática social são elementos identificadores do rap em qualquer lugar, seja no Brasil ou nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o conteúdo poético tende a refletir o lugar social concreto onde cada jovem se situa e a forma como elabora suas vivências, numa postura de denúncia das condições em que vive. [...] Eles atribuem a si mesmos o papel de "porta-vozes" da periferia, um dos elementos da identidade do estilo. Alguns deles se atribuem a "missão" de problematizar a realidade em que vivem através das músicas que cantam, com a pretensão de "conscientizar os caras" dos problemas e riscos que o meio social lhes impõe. (DAYRELL, 2002, p. 128).

Os salões de beleza étnicos são apontados por Gomes (2002) como espaços culturais, corpóreos, estéticos e identitários, onde o cabelo crespo "visto socialmente como estigma, é transformado, não sem contradições, em símbolo de orgulho e afirmação étnico/racial" (GOMES, 2002, p. 1).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005, p. 44), em seu *Relatório de Desenvolvimento Humano*, recomenda a ampliação da autonomia das camadas mais pobres da população por meio da educação para a cidadania, chamada por Paulo Freire de "policidade" ou qualidade política:

> Qualidade política implica a capacidade de construir consciência crítica, organizar-se politicamente de modo a transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade. Mas, para a construção de adequada qualidade política, existem outras dimensões fundamentais, como o acesso à informação e à comunicação social. Há necessidade, ainda, do cultivo de identidades e de oportunidades culturais.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em seu *site*, afirma ter como desafio:

> [...] construir políticas que considerem os (as) jovens em toda a sua diversidade – gênero, orientação sexual, etnia, crenças e hábitos culturais. O que nos guia é a construção de um projeto criativo, capaz de romper as barreiras entre centro e

> periferia, entre pobres e ricos, e envolver jovens de todos os cantos do Município como protagonistas de suas histórias.

Fernandes (2009) afirma ser necessário estimular a participação dos jovens na elaboração, implementação e avaliação das políticas a eles direcionadas. Para isso, precisam ter formação crítica, autônoma e cidadã.

A Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República lançaram o Plano Juventude Viva para a prevenção à violência contra a juventude negra com o objetivo de ampliar direitos e prevenir a violência moral e física fatal contra jovens negros. São previstas uma série de ações para o enfrentamento do racismo institucional, a prevenção à violência e a promoção da cultura de paz: sensibilização dos agentes públicos para a questão; capacitação de guardas para a mediação de conflito; novos pontos de iluminação pública; e projeto de atendimento psicossocial às vítimas de violência em parceria com o Ministério da Saúde. Para o desenvolvimento social, o plano prevê a distribuição de bolsas trabalho e vagas do Pronatec para jovens dos territórios mais vulneráveis e a implantação de Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo integrados aos Centros de Juventude (BRASIL, 2006).

São previstos ainda a construção de centros culturais de referência nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade; promoção de prática de atividades esportivas vinte e quatro horas, nos finais de semana, nas subprefeituras; áreas de conexão livre com a internet; formulação periódica do *Mapa da juventude* (PORTAL DA JUVENTUDE, 2015); e produção do *Guia de políticas públicas da juventude* (BRASIL, 2006).

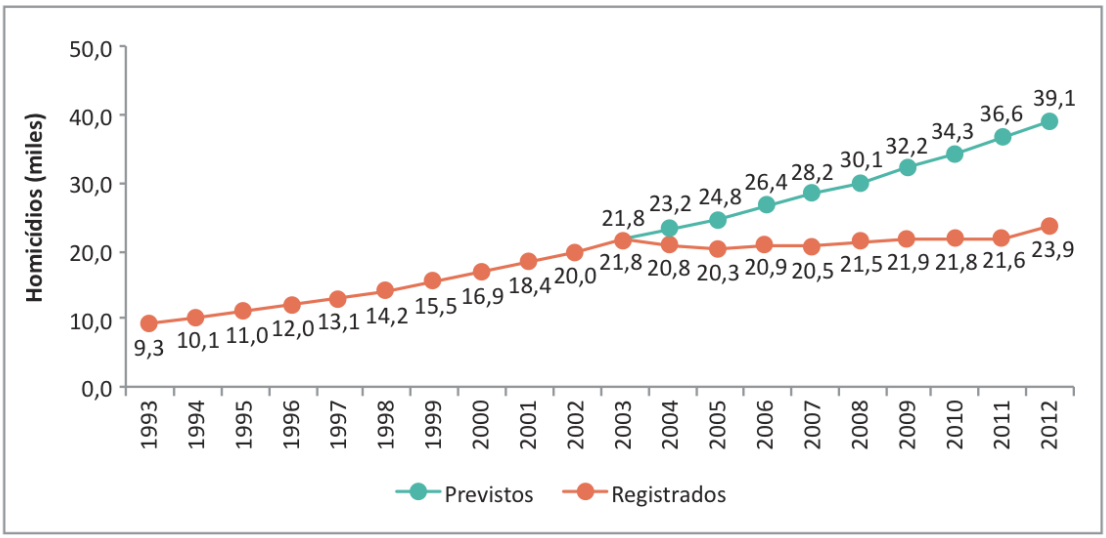
Para a Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2007), o desenvolvimento urbano deve ser planejado de forma a promover a desconcentração espacial das oportunidades econômicas e a aproximação entre o emprego e o local de moradia.

Em relação à mobilidade, acesso e pertencimento à cidade, como prevenção à violência Fernandes (2009) afirma que a favela e a periferia devem ser reconhecidas como partes indissociáveis da cidade, como a própria cidade. Além do reconhecimento simbólico, o pertencimento está implicado na ruptura de estigmas e na participação ativa dos próprios moradores na proposição, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Dentre as políticas públicas de saúde, coloco foco no acolhimento ao sofrimento advindo da violência. Endo (2005) fala sobre a importância dos testemunhos da sociedade civil, como ocorrem no Fórum em Defesa da Vida, para que o medo e a dor não sejam tratados apenas por especialistas nos consultórios particulares ou permaneçam vistos como

trauma e não compartilhados. Os testemunhos são parte do conhecimento e da compreensão das violências, fundamental para produzir ações. Kovács (2003) defende a criação de serviços de apoio psicológico para escuta e acolhimento das vítimas primárias e secundárias das mortes escancaradas

O Cravi, por exemplo, alia acolhimento emocional, orientação jurídica, difusão de informações e reflexões sobre o exercício da cidadania. Além do atendimento, o centro tem por



objetivo formar políticas públicas na área de prevenção e tratamento da violência, segurança pública e justiça. (Oliveira, Pavez; Schilling, 2002).

Em 2015, foi atualizado um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça para verificar os impactos do Estatuto do Desarmamento e da campanha de entrega voluntária de armas de fogo no decréscimo dos índices de mortalidade. Entre 1999 e 2003, os homicídios por armas de fogo passaram de 9.317 para 21.755 entre a população jovem, um aumento de 133,5%, que corresponde a crescimento anual de 8,9%. Seguindo esse ritmo, em 2004, seriam esperados 23.680 homicídios de jovens, mas aconteceram 20.827, ou seja, 2.853 mortes foram evitadas, segundo o estudo, pela política de controle de armas. A diferença entre as mortes previstas e as que foram registradas foi denominada “vidas poupadas”. De 2004 a 2012, foram poupadas 113.071 vidas de jovens (WAISELFISZ, 2005, 2015) (figura 7).

Fonte: SIM/SVS/MS apud Waiselfisz, 2015, p. 95.

Figura 7 – Homicídios previstos (2004/2012) e registrados (1993/2012) da população jovem

Em relação ao papel dos meios de comunicação na diminuição dos índices de homicídios, Kovács (2003) apoia que se crie espaços na mídia para discussão e elaboração de notícias ligadas à violência, para que se evite o tratamento impessoal e banalizado da morte. A autora defende também o desenvolvimeno de documentários, como os que tem produzido por intermédio do Laboratório de Estudos sobre a Morte (LEM): a série *Falando de morte*, que contempla os vídeos dedicados à comunicação sobre a morte com crianças, adolescentes, idosos e profissionais da área da saúde; os DVDs *Falando de morte na escola*; *Cuidados paliativos*; e *Morte com dignidade*.

O *Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens* (SÃO PAULO [Estado], 2012) propõe que seja criado um plano de comunicação para divulgar informações e o resultado de ações, para mobilizar a comunidade a participar de discussões e da política, e para sensibilizar para a necessidade de enfrentamento ao problema da mortalidade de jovens.

> Assim, se tivéssemos, por exemplo, uma constante aparição na mídia – destacadamente na TV – de casos de violação dos direitos humanos, praticados contra pobres, negros, mulheres, homossexuais, travestis, suspeitos, presos, etc., de forma que as vítimas aparecessem como realmente são, seres humanos iguais a todos os demais em suas diferenças, e que a dor e a humilhação que sentem fosse repartida minimamente com os telespectadores, teríamos uma opinião pública seguramente mais sensível a esses temas e, portanto, presumivelmente menos disposta a apoiar estratégias fundadas na violência. (ROLIM, 2012, p. 68).

- **Mudanças no sistema de segurança pública**

O dossiê *Mapas do extermínio* (AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al., 2009) lista algumas recomendações para a diminuição da mortalidade de jovens por causas violentas: a abolição da classificação de resistência seguida de morte dos registros de Boletim de Ocorrência, que devem passar a ser registrados como "mortes provocadas por agentes de Estado", instaurando inquérito policial a ser acompanhado pelo Ministério Público desde a fase inicial das investigações; o afastamento de policiais envolvidos em mortes das atividades de policiamento até que seu processo transite em julgado; a manutenção da cena do crime de execuções sumárias e imediata atuação da Polícia Técnico-Científica, sem a necessidade da solicitação pela Polícia Civil; a independência e autonomia dos órgãos de perícia (Institutos de Criminalística e Médico-Legal); o deslocamento para a esfera federal dos crimes contra direitos humanos, em especial execuções

sumárias; a ampliação dos sistemas de dados relativos ao sistema de segurança pública e justiça criminal, a serem publicados regularmente; e o fortalecimento de ouvidorias e corregedorias de polícia externas e independentes, dotadas de autonomia funcional e orçamentária, com ampla participação da sociedade civil, pautadas pela transparência e responsabilidade ética.

Policiais militares entrevistados por Pinto (2013), em cinco grandes capitais brasileiras, sugerem que seja incluída, na grade curricular da formação de policiais, matérias sobre direitos humanos. Para os entrevistados, a formação policial em direitos humanos deve ser feita com instrutores civis e militares, os primeiros, trazendo a perspectiva da sociedade, e os militares, o olhar institucional. A interação entre ambos é valorizada para discutir, principalmente, assuntos tabus à Polícia Militar e/ou à sociedade. O autor sugere discussões sobre a teoria de filósofos e sociólogos como Martin Buber, Emmanuel Mounier e Paul Ricoeur, e as ideias de Mahatma Gandhi sobre a não-violência, respeito ao ser humano, democracia, cidadania e ética; e debates sobre os direitos humanos de forma ampla, incluindo o direito à educação, moradia e saúde e sobre a história da Polícia Militar, desde a sua criação. Sugere também o aumento de aulas práticas que levem os alunos a campo para a tomada de conhecimento das atividades que irão exercer, evitando as distorções entre teoria e prática comentadas por policiais, que disseram que o aprendizado mais importante foi adquirido nas ruas duramente e não no período de formação. Defende que os cursos sejam ministrados em vários turnos para que todos os policiais militares, independente da graduação, posto ou patente, estejam presentes nos cursos e debates.

Além do investimento na formação, o autor defende que seja disponibilizada assistência psicológica e social preventiva aos policiais para que os problemas pessoais sejam tratados e não se agravem; que sejam criadas políticas de valorização do policial dentro da instituição; que haja incentivo à valorização do policial perante a sociedade por intermédio de campanhas midiáticas; que haja melhorias nos salários e na infra-estrutura dos quartéis; e que se dê atenção para que a hierarquia militarizada presente nas instituições policiais – que facilita a necessária organização, mas, por vezes, reprime, humilha e tortura – não crie obstáculos para que os policiais sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, cidadãos.

> É inegável, a sociedade estigmatiza o Policial como “repressor”, o que culmina na não associação da imagem daquela pessoa que está ali fardada servindo o Estado à de um cidadão com Direitos também (como qualquer outro membro da sociedade). Assim, o Policial acaba se apropriando dessa “verdade”, passando a não mais se perceber como cidadão. No Rio de Janeiro e em Salvador, o Policial sequer anda livremente fardado em seu bairro, em sua rua, na esquina, não importa a distância; é

> como se ele tivesse que abrir mão de sua identidade ou assumir uma nova diferente e distante da ideia de servir e proteger a sociedade, pois o tráfico de drogas e a criminalidade de modo geral tomaram dimensões colossais e confrontam-se com a força do Estado. Os policiais, representantes mais próximos do problema de um Estado desafiado (muitas vezes face a face), não se sentem seguros na posição de policiais e de andarem com suas fardas próximo ao local em que, não raramente, moram. (Pinto, 2003, p. 73)

Sinhoretto et al. ([2013?]) recomendam que a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça adote ações efetivas para a promoção da igualdade racial no direito à vida e à segurança por meio de programas de educação policial e formação de agentes da segurança pública. Entre as ações recomendadas, está o investimento da formação docente e a criação de núcleo de disciplinas com a temática das relações raciais, que trate explicitamente das práticas que resultam em letalidade policial contra negros, criticando a filtragem racial na abordagem de suspeitos. Para combater preconceitos relacionados à vestimenta e postura corporal, defendem a valorização da cultura jovem negra manifestada no *hip hop*, *funk*, *rap*, dança de rua, grafite e outras formas de expressão e estilo.

Lima (2007) propõe que antes que se efetuem alterações curriculares e metodológicas na formação policial, haja reflexão sobre os valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada que influencia a concepção autoritária da atuação da polícia. A polícia é considerada heróica quando confronta "mano a mano" os suspeitos. Para o autor, a formação policial deve trazer a concepção de que a polícia, enquanto serviço público em uma sociedade democrática, tem como papel proteger a vida, defender a cidadania e a universalização dos direitos. Assim, todos os cidadãos, inclusive os policiais, devem ser vistos como sujeitos de direitos e destinatários da proteção da polícia, e o fundamento de sua autoridade deve passar a ser sua capacidade de intermediar e administrar conflitos.

O Policiamento Comunitário (POC) é defendido como prática alternativa ao modelo tradicional de policiamento. O Coletivo do V Fórum Social Sul redigiu carta na qual uma das reivindicações é a implantação de Bases Comunitárias da Polícia em seus bairros, e o encontro de 8 de novembro de 2013 do Fórum em Defesa da Vida, no qual pude estar presente, teve como uma das pautas a discussão sobre o Projeto Piloto de Policiamento Comunitário da Faculdade de Direito de Vitória, de 2013. As recomendações do fórum em relação ao policiamento comunitário são de que os policiais residam na região de sua atuação profissional e permaneçam na mesma base por tempo duradouro para que possam conhecer os moradores e protegê-los.

Enquanto o modelo tradicional é caraterizado por atitude reativa praticada após incidentes, muitas vezes comprometendo laços de confiança entre a população e os membros

da corporação, o POC se caracteriza por uma filosofia e estratégia de parceria entre a população e a polícia. O mesmo policial patrulha e trabalha com base permanente em uma área de forma preventiva, identificando e solucionando problemas. (SANTOS, 2012)

> Se os policiais comparecem em uma região de periferia onde nunca estiveram antes e onde é possível que nunca mais sejam obrigados a retornar, as chances de que abordem alguém de forma desrespeitosa, que abusem de sua autoridade ou que sejam violentos é muito maior do que aquela que teriam caso estivessem fixados em funções de policiamento naquela região e para lá retornassem todos os dias para cumprir sua jornada normal de trabalho. (ROLIM, [2009?], p. 14).

A implantação do POC requer mudanças administrativas e simbólicas: novos valores, representações e práticas na cultura organizacional da polícia. Exemplo de iniciativa foi o projeto de implantação de policiamento comunitário articulado à rede de serviços como abrigos para mulheres vítimas de violência, tratamento para drogadição e centros de referência para crianças e adolescentes em situação de risco realizado no Jardim Ângela na zona sul de São Paulo. Em 2001, havia 277 homicídios para cada 100 mil habitantes no bairro. Até 2008, a taxa de homicídios na região havia diminuído 76%. De acordo com Rolim ([2009?]), esse projeto alterou significativamente as relações entre a polícia e a comunidade, permitindo que houvesse mais respeito e reconhecimento entre ambos.

O *Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens* (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS et al., 2012) define como metas a criação de Comitê Gestor para elaboração do chamado Diagnóstico Local e a Comissão de Prevenção para desenvolver, aplicar, monitorar e avaliar o Plano de Prevenção. A partir de diferentes fontes como as Declarações de Óbito, os Boletins de Ocorrência; matérias jornalísticas sobre homicídios de adolescentes; e entrevistas com atores-chave, lideranças comunitárias, policiais, jovens e a vizinhança pretende-se alimentar o Banco de Dados de Vítimas Fatais (BDVF). Nele, cada unidade é uma vítima fatal e cada registro deverá conter todas as informações disponíveis sobre essa vítima. Os entrevistados têm o papel de complementar e de contextualizar as informações estatísticas, caracterizando o bairro e a comunidade, traçando as trajetórias das vítimas, as causas do evento e o perfil dos autores dos homicídios, e poderão informar sobre as organizações, estruturas esportivas, escolares, de recreação e de atividades sociais existentes na área.

Desta forma, o guia tem como objetivo incluir conhecimento mais detalhado das dinâmicas que levaram aos homicídios ocorridos na região, a percepção da comunidade, suas necessidades no âmbito da Segurança Pública e os recursos disponíveis. O BDVF deve

subsidiar a atuação dos órgãos públicos e das organizações da sociedade civil em rede, nos eixos estratégicos de defesa, promoção e controle de efetivação dos direitos humanos. O guia destaca, no campo das medidas protetivas, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), criado em 2003 e consolidado pelo Decreto 6.231, de 11 de outubro de 2007. O programa

> [...] tem por objetivo a proteção destes e de seus familiares em território nacional –, garantindo sua integridade a partir das seguintes ações: 1) transferência de residência ou acomodação em ambiente compatível com a proteção; 2) inserção dos protegidos em programas sociais visando à proteção integral; 3) apoio e assistência social, jurídica. O artigo 131 do estatuto da criança e do adolescente (eca) define o conselho tutelar como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS et al., 2012, p. 79, 80).

O acesso democrático de pobres e negros à justiça pela maior disponibilidade de defensores públicos é apontado por Rolim (2012) como forma de coibir desrespeitos e discriminações. Para aumentar a confiança e a proximidade entre a população e o sistema judiciário, Zehr (2008) defende a prática da Justiça Restaurativa, segundo a qual a verdadeira responsabilização consiste em estimular o ofensor a compreender o impacto de seu comportamento, os danos que causou e instá-lo a adotar medidas para corrigir tudo o que for possível. No Fórum em Defesa da Vida, realizado em 7 de março de 2014, esse foi um tema debatido. O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) estava promomendo em 2014 o Projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas, que visa à resolução de conflitos por meio do diálogo envolvendo vítima e agressor, contrariamente ao aprisionamento e à punição, que estigmatizam e submetem quem está preso à vontade alheia. Nessa perspectiva, busca-se compreender a complexidade do contexto de desigualdades em que as ações são produzidas e os conflitos gerados.

O Governo Federal, em parceria com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo e o Programa Petrobrás de Desenvolvimento e Cidadania criou o projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas. O projeto tem por objetivo fortalecer a cultura de paz, superar a violência a partir do potencial criador dos conflitos e a construção de novos paradigmas de justiça, direitos e igualdade, por meio da capacitação profissional em Justiça Restaurativa de jovens atuantes nas regiões da zona sul de São Paulo.

> O conflito faz parte das relações humanas, no entanto, a resposta mais comum frente a situações conflituosas tem sido a punição e a reprodução das condições sociais que

> geram a violência. Em contraponto a esta visão de mundo, as práticas de justiça restaurativa tendem a resgatar o protagonismo das pessoas envolvidas em um conflito, conduzindo-as a um processo de diálogo em que comunitariamente possam buscar respostas de restauração que contemplem as necessidades de todos. (JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS)

Resta saber se os programas, projetos e planos de ações de prevenção à mortalidade de jovens por causas violentas estão sendo implantados, monitorados e devidamente avaliados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transitando entre os dois lados da ponte, entre bairros centrais e periféricos da cidade de São Paulo, pude compreender melhor a história da morte de Rodrigo e as repercussões de seu assassinato na vida de familiares, vizinhos, lideranças comunitárias e sociais, profissionais que atuam na região, um repórter que noticiou sua morte e um leitor dessa matéria. Estive em passeatas, audiências públicas, reuniões de movimentos sociais, sedes de organizações não governamentais, na casa de alguns dos colaboradores e no café da livraria de um *shopping*.

Nas caminhadas e reuniões, foi feita observação participante relatada em diário de bordo presente neste trabalho. Esse material foi correlacionado aos depoimentos por meio das entrevistas e bibliografia especializada que abordam temas como: violência, luto, periferia, mortes escancaradas, vítimas ocultas, chacinas, homicídios, direitos humanos, indústria do medo e jornalismo policial.

Procedi à análise e discussão dos seguintes temas: as repercussões físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas na vida dos depoentes; os preconceitos e discriminações vivenciados e as percepções acerca da atuação policial e do sistema judiciário; a contribuição da mídia para a amplificação do fenômeno; e as causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens.

Ao longo desse trajeto, pude verificar que a morte de Rodrigo em uma chacina não foi fato isolado. Repercute na vida de muitas pessoas, chamadas de vítimas primárias, as testemunhas e os sobreviventes; secundárias, pessoas com algum vínculo familiar, afetivo ou profissional com o morto; e terciárias, que tiveram contato com a notícia do falecimento pela mídia sem vínculo prévio com os envolvidos no caso. As repercussões físicas encontradas incluem sequelas dos tiros, perda de peso, alteração do sono e crises de choro. Do ponto de vista afetivo, observa-se luto complicado, sentimentos de tristeza, angústia, medo, insegurança, revolta e impotência, sensação de enlouquecimento, formação de couraça emocional e sintomas de transtorno de estresse pós-traumático – a revivescência de cenas traumáticas e estado permanente de alerta diante da possibilidade de repetição do trauma. Do ponto de vista social, houve transformações no padrão de circulação e de convivência no bairro em que ocorreu a chacina por causa da tristeza e do medo. Do ponto de vista econômico, a repercussão envolveu diminuição da renda com a perda do provedor, impossibilidade de trabalho provocada pela necessidade de fuga constante para sobreviver por

ser testemunha, ou por medo do risco de vida atribuído ao trabalho no período noturno. No âmbito existencial e religioso, há o questionamento do sentido da vida e da morte. A fé oferece apoio e conforto diante das perdas e sofrimento, mas porvezes é questionada diante da tragédia.

A chacina em que morreu Rodrigo também não foi fato isolado porque, além das consequências assinaladas, tem causalidade complexa histórica, social e política. Rodrigo não foi o único a morrer nessas circunstâncias. Estatísticas anuais mostram que muitos jovens negros, pobres e moradores das periferias morrem em chacinas, execuções e homicídios. Seguindo o percurso das investigações realizadas ao longo dos capítulos deste trabalho, pude verificar que Rodrigo faz parte de grupo sobre o qual recai o estigma da criminalidade e do banditismo. A identificação de suspeitos de cometerem crimes se dá com base em estereótipos racial e cultural. Esse grupo ocupa o lugar de bode expiatório da sociedade, personificando o mal e tudo o que precisa ser eliminado ou afastado por causar medo. O IVJ-AF indica que, em 2012, morreram proporcionalmente 2,5 vezes mais negros que brancos (WAISELFISZ, 2015). O medo leva à adoção de medidas protetivas como a construção de muros, a instalação de equipamentos eletrônicos de vigilância e o apoio ou a não rejeição a intervenções policiais violentas, que reprimam e coibam esse grupo de cometer crimes. Essa mentalidade social se reflete no jornalismo policial, que explora as situações de violência que os expectadores querem ver e, ao mesmo tempo, intensifica o medo e o preconceito. Reflete-se também na atuação policial, pautada pelos mesmos estereótipos. Esta atuação reproduz a violência que visa combater.

Há muitas possibilidades de intervenções possíveis para diminuir o número de jovens mortos todos os anos na cidade. As principais ações identificadas, conforme abordado na seção 6.4, Causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens, estão ligadas à implantação de políticas públicas direcionadas aos bairros periféricos para valorização da vida de seus moradores e mudanças no sistema de segurança pública. É fundamental a proposição de políticas públicas que propiciem o desenvolvimento econômico, social e cultural, elaboradas com a participação dos movimentos sociais, que garantam educação, saúde, transporte, moradia, cultura e lazer de qualidade para as periferias, garantindo que estas façam parte indissociável da cidade, consideradas no planejamento urbanístico e orçamentário. Para o sistema de segurança pública, a recomendação é a revisão na formação dos policiais, a implantação de policiamento comunitário, no qual policiais e comunidade se reconheçam e se respeitem mutuamente. É essencial o desenvolvimento de projetos de Justiça Restaurativa,

para restaurar a dignidade e o diálogo entre vítimas e agressores. A efetivação de tais propostas está condicionada ao reconhecimento do direito à vida como valor básico e fundante da convivência em sociedade. Algumas propostas já têm sido elaboradas e implantadas com esse objetivo. Seguem os projetos já vigentes e são apresentados também propostas do que ainda precisa ser desenvolvido.

Foram destacados o *Estatuto do desarmamento* e o controle do uso e circulação de armas de fogo como importantes contribuições para que vidas sejam poupadas.

O Plano Juventude Viva de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, do Governo Federal, criado em 2012, mostra o reconhecimento de que há problemas sociais quando um grupo populacional específico é alvo de violência letal. O plano traz propostas interessantes para a ampliação de direitos e prevenção da violência contra jovens negros:

- A sensibilização dos agentes públicos para a questão.
- A capacitação de guardas para a mediação de conflito.
- O atendimento psicossocial às vítimas de violência.
- Distribuição de bolsas trabalho e vagas no ensino técnico.
- Implantação de Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo integrados aos Centros de Juventude.
- Construção de centros culturais de referência nas áreas de vulnerabilidade.
- Formulação periódica do *Mapa da juventude* (PORTAL DA JUVENTUDE, 2015).
- Produção do *Guia de políticas públicas da juventude* (BRASIL, 2006).

> [...] os dados apresentados demonstram que os fenômenos socioeconômicos e demográficos que vulnerabilizam a população jovem brasileira são territorialmente localizados e que a busca por soluções para o enfrentamento dessas condições deve aliar políticas de prevenção à melhoria das condições de vida dessa população. É por meio da articulação e integração de esforços de diferentes áreas – segurança, saúde, educação, habitação, entre outros – e entre diferentes níveis de governo – União, estados e municípios – que seremos capazes de transformar essa triste realidade a que estão sujeitos milhões de jovens brasileiros. (BRASIL, 2015, p. 58).

Complementando o plano mencionado, em 2012, foi apresentado o Plano de Prevenção da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens do Governo Federal em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência. O plano traz como proposta a criação do BDVF contendo o registro de todas as informações disponíveis sobre cada vítima, incluindo caracteristicas do bairro, estruturas esportivas, escolares e sociais, sua causa de morte, suas trajetórias de vida e o perfil do autor do homicidio. Assim, o banco de dados servirá como base para o diagnóstico das

necessidades da população em relação à segurança pública e os recursos disponíveis. É necessária maior investigação para verificar se esses planos estão efetivamente sendo implantados, fiscalizados, avaliados e ampliados.

O Fundo Brasil de Direitos Humanos publicou edital, em 2014, para a seleção de projetos institucionais e individuais de combate à violência institucional – qualquer forma de violação a direitos humanos promovida por instituições oficiais, suas delegações e empresas – e à discriminação. O valor doado foi de R$800.000,00 (oitocentos mil reais). Os projetos deviam ter como temas a violência policial, de milícias ou esquadrões da morte, tortura e execuções. Essa é mais uma iniciativa que mostra a relevância do assunto.

Outra conquista foi a proibição do uso dos termos "auto de resistência" e "resistência seguida de morte" dos Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais nos casos em que em há morte decorrente de intervenção policial, desde janeiro de 2013, um mês após ter ocorrido uma chacina na zona sul da cidade, que deixou sete vítimas. Os policiais também foram proibidos de prestar socorro às vítimas de confronto com a polícia, para garantir que as vítimas recebam atendimento especializado e que os locais de crimes sejam preservados para a realização de perícia e investigações (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO, 2013)

O Cravi foi destacado como importante local de acolhida emocional, orientação jurídica, difusão de informações e reflexões sobre o exercício da cidadania para vítimas primárias e secundárias da violência, contando com equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais e advogados. Profissionais que atendem no Cravi têm publicado artigos e cartilhas sobre o trabalho desenvolvido de apoio ao luto, formação de grupos de cidadania e orientações prestadas. Foram localizados apenas dois Cravis na cidade de São Paulo, um na Barra Funda, zona oeste, e outro no Capão Redondo, zona sul. Como não foram identificados outros serviços na cidade que reúnam assistência psicológica, jurídica e social, esse é um tipo de centro de referência que precisa ser ampliado para que haja, no mínimo, um em cada região da capital e um maior número de vítimas primárias e secundárias de chacinas e homicídios possam ter acesso aos atendimentos prestados.

Outras sugestões identificadas para a diminuição dos índices de mortes de jovens e atendimento às vítimas ocultas da violência é que as necessidades das vítimas primárias, secundárias e terciárias deixem de ser ocultas; mudanças na forma de divulgação das mortes na mídia; alterações na formação dos policiais militares; e modificações na relação entre a

polícia, o sistema judiciário e a comunidade, conforme consta na sessão 6.4, Causas e soluções apontadas para a mortalidade de jovens.

Para que haja a revelação das necessidades das vítimas ocultas, é importante conhecer quem elas são, quais são seus sofrimentos e carências. As políticas públicas existentes têm sido direcionadas à prevenção da mortalidade de jovens e ao mapeamento de quem são aqueles mais atingidos pela violência, mas faltam projetos e pesquisas direcionadas ao entorno da vítima: familiares, amigos, vizinhos e profissionais vinculados. Este trabalho visa a refletir e contribuir com informações sobre essa população, muitas vezes não reconhecidas como vítimas.

Para o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia, a recomendação envolve a realização de campanhas para divulgar o papel dos profissionais da área de escuta e acolhimento sem julgamentos, com garantia de sigilo das informações compartilhadas, para que haja maior conhecimento público em relação à possibilidade de recorrer a atendimentos psicológicos nos casos de perdas, luto, violência e traumas. Aos profissionais inseridos em Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial e demais serviços de atendimento a vítimas de violência fatal é importante a percepção de que não se trata de um sofrimento isolado, e sim inserido em contexto social e histórico de desigualdades; por isso deve favorecer o acesso a serviços e direitos e a conscientização desse contexto, para o exercício da cidadania, como ocorre no Cravi. As mães com filhos envolvidos em situações de criminalidade devem ter reconhecido seu direito ao luto. Os profissionais que atendem casos de violência também ficam marcados e precisam de supervisões de acolhida e orientação, que devem estar previstas na jornada de trabalho.

Outras demandas dessa população estão ligadas a necessidades sociais e econômicas de reparação em relação aos danos sofridos. Necessitam, muitas vezes, de apoio financeiro em relação aos gastos com o enterro; auxílio para conseguirem vagas de trabalho nos casos em que houve perda do provedor da casa, afastamento temporário do mercado pelo luto complicado e por sequelas físicas da violência, de doença psicossomática ou medo de sair de casa; auxílio para mudança de casa diante de ameaças à vida; facilitação no acesso a informações sobre o funcionamento de instituições de segurança pública como delegacias, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Para a formação de policiais, a recomendação é a inclusão na grade curricular de matérias sobre direitos humanos, sobre a história da Polícia Militar desde a sua criação e sobre relações raciais – para a conscientização do viés racial das abordagens e valorização da

cultura negra e das periferias que se expressam na música, na dança e nas artes visuais. Treinamentos práticos e debates levando em consideração esses temas devem estar presentes não apenas na formação, mas repetidos ao longo da carreira profissional por membros das várias patentes e postos. Recomenda-se ainda a ampliação do acesso à assistência psicológica; a melhoria na infra-estrutura dos quartéis e melhorias salariais; além de investimento em campanhas de valorização do policial dentro da instituição e perante a sociedade, para que a polícia, enquanto serviço público, faça valer seu papel de intermediação de conflitos, proteção à vida e defesa da cidadania. O policiamento comunitário é defendido como forma de restabelecimento de vínculos positivos entre a polícia e a população ao atuar de maneira preventiva e não reativa e procurar junto à comunidade a solução para os conflitos.

Para o sistema judiciário, a recomendação é a divulgação de informações sobre os serviços prestados, o aumento do número de defensores públicos, a ampliação do acesso a programas de proteção a testemunhas e a identificação e punição dos responsáveis pelas mortes, para prevenir a repetição dos crimes e a impunidade, que, por sua vez, representa vitimização secundária para os familiares que permanecem com medo de serem alvos de perseguições e, em decorrência disso, têm o processo de luto agravado.

Para que os responsáveis sejam identificados, é necessária a preservação do local do crime, a elaboração de laudos com fotos da cena por parte da Polícia Científica, a elaboração de Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais precisos, incluindo entrevistas com as testemunhas que precisam de proteção para poder realizar reconhecimento facial, evitando, assim, o distanciamento de tempo entre o fato e as investigações e o arquivamento do processo por falta de informações. Nos casos em que for reconhecida a autoria do crime por parte de representante do Estado, os familiares reivindicam o acesso à indenização.

A Justiça Restaurativa foi recomendada por depoentes e autores consultados como método de resolução de conflitos por meio do diálogo entre vítima e agressor, que leve à responsabilização, à compreensão do contexto em que as ações são produzidas e os conflitos gerados, à percepção do impacto dos danos causados e à reparação necessária.

Com relação à mídia, recomenda-se que as informações que venham a ser divulgadas sobre a violência em São Paulo sejam compatíveis com os dados estatísticos mapeados pelas secretarias públicas, institutos e núcleos de pesquisa de universidades, e que procurem dar voz aos envolvidos em um esforço de humanização dos mesmos. A humanização é o recurso de que jornalistas dispõem para facilitar a empatia no espectador e no leitor por meio de informações sobre a história de vida, sentimentos, sonhos e desejos dos envolvidos. A

identificação do ser humano como tendo as mesmas dores e sofrimentos possibilita que se reconheça nele um sujeito de direitos e que haja mobilização pelo direito à vida.

A divulgação de informações mais precisas e contextualizadas evita a vitimização terciária ou virtual desnecessária que advém do discurso do crime, que divide a sociedade entre cidadãos de bem e bandidos para ganhar audiência ao afirmarem que a violência está cada vez maior na cidade, o que gera a sensação de medo e alimenta a indústria da violência, a venda de bens de segurança e proteção e defesa de medidas repressoras por parte da polícia, que colocam em risco a vida daqueles que se encaixam no estereótipo do suspeito. Outra sugestão é que os meios de comunicação abram espaço para reflexão e discussão sobre o fenômeno e deem tempo para a elaboração do conteúdo exposto, pois, do contrário, a morte é tratada como mercadoria, é naturalizada e banalizada.

A mídia pode ter o papel de sensibilizar a opinião pública para a necessidade de enfrentamento do problema da mortalidade de jovens por meio dos noticiários, telenovelas e documentários. É um tema que deve ser levado também às escolas de ensino fundamental e médio e às casas de cumprimento de pena em meio aberto (liberdade assistida), para fomentar discussão entre os jovens sobre as causas da violência e também formas possíveis para se lidar com o problema. À medida em que forem ocorrendo mudanças na opinião pública em relação à violência, à distribuição geográfica, social e racial das mortes e acerca dos direitos humanos, haverá demandas por representantes políticos que tragam como pauta de suas campanhas propostas para a valorização da vida e a diminuição do número de mortes.

Para pesquisas futuras, recomendo o cuidado ético na escolha do tema e no contato com a comunidade estudada, considerando investigar assuntos a ela pertinentes, para que os resultados possam ser revertidos em benefício da população; que seja ampliado o "desocultamento" das vítimas primárias, secundárias e terciárias, em suas necessidades físicas, afetivas, sociais, econômicas, existenciais e religiosas e demandas por políticas públicas; e que se investigue também a perspectiva dos policiais militares para trazer maior completude à compreensão do fenômeno.

Espero ter cumprido o propósito de sensibilizar também quem tiver acesso a este material sobre a amplitude das repercussões da morte de um jovem negro e pobre morador da periferia da cidade de São Paulo na vida dos sobreviventes, que são, além daqueles diretamente vinculados e afetados pelo luto, todos nós que nos sentimos impactados e tristes com a morte violenta e com o sofrimento que essa morte causa em todos os envolvidos.

Pra onde vai?

Mais uma vida jogada fora
Um coração que já não bate mais, descanse em paz
Sonhos que vão embora, antes da hora
Sonhos que ficam pra trás
Pra onde vai você?
Pra onde vai?
Pra onde vai o Sol?
Quando a noite cai?
E agora? A dor é do tamanho de um prédio
A casa sem ele vai ser um tédio
Não tem remédio, não tem explicação, não tem volta
Os amigos não aceitam, o irmão se revolta
A família não acredita no que aconteceu
Ninguém consegue entender porque o garoto morreu
Tiraram da gente um jovem tão inocente
E a sua avó que era crente hoje tem raiva de Deus
O seu pai ficou mais velho, mais sério e mais triste
E a mãe simplesmente não resiste
Além do filho, perdeu o seu amor pela vida
E a nora agora tem tendências suicidas
E a namoradinha com quem sonhava se casar
Todo mundo toda hora tem vontade de chorar
Quando se lembra dos planos que o garoto fazia...
Ele dizia: "Eu quero ser alguém um dia"
Sonhava com o futuro desde menino
Ninguém podia imaginar o seu destino
Mais uma vítima de um mundo violento...
Se Deus é justo, então quem fez o julgamento?
Pra onde vai você?
Pra onde vai?
Pra onde vai o Sol?
Quando a noite cai?
Por que um jovem que vivia sorridente perde a sua vida assim tão de repente?
Logo um cara que adorava viver
Realmente é impossível entender
Nenhuma resposta vai ser capaz de trazer de novo a paz à família do rapaz
Nunca mais suas vidas serão como antes
E eles olham o seu retrato na estante
Aquele brilho no olhar e o jeitão de criança
Agora não passam de uma lembrança
E a esperança de que ele esteja bem, seja onde for,
Não diminui o vazio que ele deixou
É insuportável quando chega o seu aniversário
E as suas roupas no armário parecem esperar que ele volte de surpresa
Pra ocupar o seu lugar vazio à mesa
A tristeza às vezes é tão forte
que é mais fácil fingir que não houve morte
Porque sempre que ele chega pra matar as saudades
Ele vem com aquela cara de felicidade
Alegrando os sonhos e querendo dizer que a sua alma nunca vai envelhecer
E que sofrer não é a solução
É melhor manter acesa uma chama no coração
E a certeza na mente de que um dia se encontrarão novamente.
Pra onde vai você?
Pra onde vai?
Pra onde vai o Sol?

Quando a noite cai?
Quando tudo vira cinzas,
Pra onde vai o Sol...
Quando a noite quando a noite cai?
Quando o Sol se vai?
Quando tudo passa?
Quando a gente chora?
Pra onde vai?

(GABRIEL, o Pensador, 1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, P. Um pacto para vencer nossa maior tragédia desde a escravidão. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURAÇA PÚBLICA (Org.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. p. 20-3.

AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA et al (Org.). Pena de morte ilegal e extra-judicial. *Observatório de Segurança*, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Pena%20de%20Morte%20Ilegal%20e%20Extra%20Judicial%20-%20So%20Paulo%20-2005.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

_____. (Org.). *Mapas do extermínio*: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do estado de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Dossie%20mapas%20exterminio-execu%C3%A7%C3%B5es%20extrajudiciais%20e%20mortes%20pela%20omiss%C3%A3o%20do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo..pdf>. Acesso em: 2 set. 2014.

ADORNO, L. Emicida: quando 18 pessoas morrem em uma cisade e ninguém fala nada, essa cidade também está morta. *Ponte*, [S.l.], 24 ago. 2015. Disponível em: < http://ponte.org/quando-18-pessoas-morrem-em-uma-cidade-e-ninguem-fala-nada-essa-cidade-tambem-esta-morta/>. Acesso em: 8 set. 2015.

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo *Novos Estudos*, São Paulo, n. 43, p. 45-63, 1995.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

AGAMBEN, G. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGNESE, A. M. D. et al. *Perda sem nome*: como superar a ausência de pessoas queridas. Washington, DC: OPAS, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M. *Avaliação da técnica de amostragem"respondent-driven sampling" na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

ALBUQUERQUE, V. Quem deve nos proteger: índice de confiança do morador da Grande Curitiba na polícia é baixo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 mar. 2009. Retrato da Grande Curitiba.

ALESSI, G. Justiça ignora evidências para inocentar PMs matadores. *El país*, São Paulo, 9 fev. 2016. Brasil. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/53142/%93bandido+que+da+tiro+para+matar+tem+que+tomar+tiro+para+morrer%94+diz+promotor+.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2016.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual de diagnóstico e estatística dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANTES, M. A. de A. C. Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: CRP SP, 2011.

ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente*: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

ARRASTADA por carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito. *G1*: o portal de notícias da Globo, Rio de Janeiro, 18 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>. Acesso em: 3 mai. 2016.

BAIERL, L. F. Medo social: dilemas cotidianos. *Ponto-e-vírgula*, São Paulo, n. 3, p. 138-51, 2008.

BALDIN, N. ; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola De Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCREI, 10/ SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 1, 2011, Curitiba. *Anais*... Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-41.

BARCELLOS, C. *Rota 66*: a história da polícia que mata. São Paulo: Globo, 1992.

BATISTA Jr., J. Personagens do Parque Santo Antônio: Adeílza Milfont. *Veja São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2012. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/aldeiza-milfont-parque-santo-antonio>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BAUMAN, Z. *O mal estar da pós-modernidade*. São Paulo: Zahar, 1999.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S (Orgs.) *Psicologia social do rascismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERGAMASCO, D. Somos todos reféns em São Paulo. Veja São Paulo, São Paulo, 24 fev. 2012. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/violencia-somos-todos-refens>. Acesso: 7 nov. 2015.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, [S. l.], v. 10 n. 2, p. 141-63, 1981.

BLEGER, J. *Temas de psicologia*: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias*: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; D'ADESKY J. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Guia de políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. 2006. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/guiajuventude.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*. Brasília: Presidência da República, 2015.

BROMBERG, M. H. P. F. Luto: a morte do outro em si. In: BROMBERG, M. H. P. F. et al. *Vida e morte*: laços da existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BROWN, M. Da ponte prá cá. Intérprete: Racionais MC's. In: RACIONAIS MC's. *Nada como um dia após o outro dia*. Cosa Nostra, 2002, 2 CDs, CD 2, faixa 10.

BUSSINGER, R. V. *Nem que a morte os separe*: trajetória de mães de filhos assassinados e representação social de justiça. Curitiba: Juruá, 2010.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CARVALHO, I. Jardim Rosana, um ano depois: a PM no banco dos réus e um bairro com medo. *Revista Fórum Semanal*, 17 jan. 2014. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/130/jardim-rosana-um-ano-depois-pm-banco-dos-reus-e-um-bairro-com-medo/>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CARDIA, N.; Schiffer, S. Violência e desigualdade social. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 54, n. 1, p. 25-31, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0000-67252002000100018&lng=en&nrm=iso..issn 0009-6725>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo. Cuernavaca, México, 1999. Disponível em: <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=884&Itemid=96> . Acesso em 15 abr. 2015.

CARRIL, A L. *Quilombo, favela e periferia*: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CASELLATO, G. (Org). O resgate de empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido. São Paulo: Summus, 2015.

CARAMANTE, A. 75 foram mortos em chacinas neste ano na região metropolitana de SP. *Ponte*, [S.l.], 14 ago. 2015. Disponível em: <http://ponte.org/72-foram-mortos-em-chacinas-neste-ano-na-regiao-metropolitana-de-sp/>. Acesso em: 8 set. 2015.

CARITÁ, K. P. *Do luto à luta*: notícias do serviço social sobre uma guerra particular. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, A. et al. *Custos das mortes por causas externas no Brasil*: texto para discussão n. 1268. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
CASTRO, M. G. et al. *Cultivando vida, desarmando violências*: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. 3. ed. Brasília: Edições Unesco 2001.

CERQUEIRA, D. et al. *Nota técnica*: atlas da violência 2016. Brasília: Ipea; FBSP , 2016.

_____. Mapa dos homicídios ocultos no Brasil. Texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1990.

COGO, A. S. et al. A psicologia diante de emergências e desastres. In: FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015. P.17-60.

COIMBRA, C. Justiça e segurança pública. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Psicologia e preconceito racial*. São Paulo: CRP/SP, 2007. p. 37-46. (Cadernos Temáticos do CRP/SP).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Homicídios de jovens negros e pobres. Relatório Final. 2015. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nenhuma forma de violência vale a pena*. Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: CRP/SP, 2011.

COSTA, C. F. D. et al. O atendimento psicológico em emergências: diferentes *settings*. FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015. P. 105-146.

COSTA, D. H. *Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

CROCHIK, J. L. Preconceito, Indivíduo e Cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ-NETO, O.; MINAYO, M. C. S. Extermínio: violentação e banalização da vida. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-212, 1994. Suplemento 1.

CUBAS, V. O. A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DALBOSCO, C. *Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens*: estudo teórico-clínico de famílias em sofrimento. 217 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DATAFOLHA. Maioria dos paulistanos acredita que Governo de São Paulo esconde informações sobre mortes violentas. *Uol*, São Paulo, 25 nov. 2012. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/11/1192056-maioria-dos-paulistanos-acredita-que-governo-de-sp-esconde-informacoes-sobre-mortes-violentas.shtml>. Acesso em: 2 mar. 2015.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-36, 2002.

DELGADO F. R.; DODGE, F. E.R; CARVALHO, S. *São Paulo sob achaque*: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. São Paulo: IHRC; Justiça Global, 2011.

DIAS, P. D. 4 a cada 10 ônibus são queimados horas após mortes cometidas por PMs. *Ponte*, [S.l.], 30 jul. 2015. Disponível em: http://ponte.org/4-a-cada-10-onibus-sao-queimados-horas-apos-mortes-cometidas-por-pms/. Acesso em: 8 set. 2015.

DRUMOND Jr. M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-82, 1999.

ENDO, P. C. *A violência no coração da cidade*: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2005.

ESSLINGER, I. *As representações do espaço da morte no curso de psicologia*: um estudo exploratório. 260 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

EX-COMANDANTE de UPP e 7 PMs são condenados por morte de Amarildo. G1: o portal de notícias da Globo, Rio de Janeiro, 31 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/ex-comandante-de-upp-e-7-pms-sao-condenados-por-morte-de-amarildo.html>. Acesso em: 4 abr. 2016.

FAGANELLO, M. A. Bancada da bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). *Direita volver!*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

FALCÃO, J. Governo de SP proíbe Polícia Militar de socorrer vítimas de crime. *O Globo*. 8 jan. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/governo-de-sp-proibe-policia-militar-de-socorrer-vitimas-de-crime-7228745#ixzz4GKP5HEI9>. Acesso em: 4 abr. 2014.

FEFFERMAN, M. Criminalizar a juventude: uma resposta ao medo social. In: PAIVA, I. L. et al. *Infância e juventude e contextos de vulnerabilidades e resistências*. São Paulo: Zagodoni, 2013.

FELTRAN, G. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-55, 2012.

_____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FERNANDES, F. L. *Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

FERREIRA, J.; HAMLIN, C. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18 n. 3, p. 811-36, 2010.

FERRER, E. Imagens da violência, segregação sócio-espacial e a indústria do medo: Distrito Federal *versus* Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILIERO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. *Anais eletrônicos*... Vitória: Ufes, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404375937_ARQUIVO_CBG.Artigo.Erica.Ferrer.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

FONSECA, J. P. et al. Intervenções psicológicas em emergências: a construção de uma práxis. FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015. P. 61-104.

FORTES, R. (Org.). *Segurança pública, direitos humanos e violência*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2008.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FRÚGOLI Jr., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia Revista de Antropologia da USP, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005.

FUNDAÇÃO SEADE. *Índice de vulnerabilidade juvenil 2000*. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivj/>. Acesso em: 4 fev. 2016.
p. 145-62.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. *Edital Anual 2014 – Combate à violência institucional e à discriminação*. São Paulo, 2014. Disponível em: < http://www.fundodireitoshumanos.org.br/edital/edital-anual-2014-combate-a-violencia-institucional-e-a-discriminacao/>. Acesso em: 14 jan. 2015.

GABRIEL, O PENSADOR. Prá onde vai. Intérprete: Gabriel, o pensador. In: GABRIEL, O PENSADOR. *Quebra-cabeça*. Colúmbia Records, 1997, CD, faixa 5.

GHIRELLO, M. Bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer", diz promotor. *Última Instância*, [S.l.], 16 set. 2011. Parecer em Inquérito. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/53142/%93bandido+que+da+tiro+para+

matar+tem+que+tomar+tiro+para+morrer%94+diz+promotor+.shtml>. Acesso em: 3 mar. 2014.

GIANINI, M.S. et al. A mídia em situações de emergência e desastre. In: FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015. P.299-322.

GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. 449 f. + anexo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

GREGIO, C. et al. O luto desencadeado por desastres. In: FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015a. P.189-228.

_____, C. et al. Saúde mental em emergências e transtorno de estresse pós-traumático. In: FRANCO, M. H. P. (Org.) A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015b. P. 259-298

HODGKINSON, P.; STEWART, M. *Coping with catastrophe*: a handbook of post-disaster psychosocial aftercare. Londres: Routledge, 1998.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JOGO DE CENA. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Raquel Freire Zangrandi, Bia Almeida. Elenco: Fernanda Torres, Marília Pêra, Andréa Beltrão e outros. Roteiro: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Videofilmes e Matizar, 2007. Documentário (105min), son., color.

JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS. Justiça Restaurativa: novos rumos à superação da violência a partir do potencial criador dos conflitos. Disponível: <http://jovensfacilitadores.org.br/o-projeto>. Acesso: 4 fev. 2016.

KAMIMURA, A. O atendimento interdisciplinar às vítimas de violência: desafios e possibilidades. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP, 4, 2008, Vitória. *Anais eletrônicos*... Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2008. Disponível em: http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/IVencontro/AkemiKamimuraGT6.pdf. Acesso em: acesso em 15 jul. 2015.

_____.; SCHILLING, F. Direitos humanos e vítimas de violência: experiências e dilemas do atendimento. *Perspectivas*, São Paulo, v. 36, p. 41-71, 2009.

KARAM, M. L. Controle social e criminalizações. In: BOCAYUVA, H.; NUNES, S. A. (Orgs.). *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

KOURY, M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26. n. 3, p. 471-86, 2011.

KOVÁCS, M. J. (Coord.). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

_____. *Educação para a morte*: temas e reflexões**.** São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003.

_____. Educação para a morte. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 25 n. 3, p. 484-97, 2005.

_____. *Educação para a morte*: desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2012.

_____. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

_____. et al. *Falando de morte: o adolescente*. Filme-vídeo. Insight Produções. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003. VHS/ NTSC, (15 min). color, 2003.

KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Edart, 1996.

LIMA, R. K. Direitos civis, estado de direito e "cultura policial": a formação policial em questão. *Preleção*, Vitória, ano 1, n. 1, p. 67-87, 2007.

LIMA, R. S. Segurança pública: o desafio da informação. *1ª Análise*. São Paulo, n. 27, 2015. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/primeira_analise_27.pdf. Acesso em: 4 fev. 2015.

LIMA, V. A. *Mídia*: Teoria e Política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 188-221, 2002.

MÃES DE MAIO (Org.). *Do luto à luta*: mães de maio. São Paulo: Nós por nós, 2011.

MAPA mostra perfil da juventude paulistana. *Portal da juventude*, São Paulo, 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/noticia/mapa-da-juventude-de-sao-paulo/>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MARQUES, R. D. M. *Jornalismo policial*: indústria cultural e violência. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MELLO, D. Caminhada pede paz e protesta contra violência policial na periferia de São Paulo. *Agência Brasil*, Brasília, 2 nov. 2013. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-02/caminhada-pede-paz-e-protesta-contra-violencia-policial-na-periferia-de-sao-paulo. Acesso em: 10 fev. 2014.

MELO, D. L. B.; CANO, I. (Orgs.) *Homicídios na adolescência no Brasil*: IHA 2008. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MELO, P. B. *Histórias que a mídia conta*: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MENDES, C. E.. *Os sentidos de futuro para jovens negras*: por caminhos do capão redondo e jardim ângela periferia paulistana. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MERLINO, T. Em cada batalhão da PM tem um grupo de extermínio. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 186, 21 set. 2012. Disponível em: http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/105-edicoes/edicao-186/3673-em-cada-batalhao-da-pm-tem-um-grupo-de-exterminio-por-tatiana-merlino. Acesso em: 27 ago.2015.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

_____. (et al.). *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINGARDI, G. *Tiras, gansos e trutas*: cotidiano e reforma na Polícia Civil. São Paulo: Scritta.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/combates-as-violacoes/programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas>. Acesso: 27 jul. 16.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MUNANGA, K. Psicologia e racismo: uma autocrítica necessária I. In: SILVA, M. V. O. *Psicologia e direitos humanos*: subjetividade e exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

NATALINO, M. A. *O discurso do telejornalismo de referência*: criminalidade violenta e controle punitivo. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NWABASILI, M. Q. *Tiros no escuro*: histórias por trás do extermínio de jovens nos anos de 2006 e 2012 em São Paulo. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O SAL DA TERRA. Direção: Wim Wenders, Juliano Ribeiro Salgado. Produção: David Rosier. Elenco: Sebastião Salgado; Wim Wenders; Juliano Ribeiro Salgado [S.l.]: Decia Films, Amazonas Images, Fondazione Solares delle Arti, 2014. Documentário, Biografia (110 min.), son., color.

OLIVEIRA Jr. J. R. S. *Relatos de sangue*: apresentação de mundos de famílias negras vítimas ocultas da violência. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

OLIVEIRA Jr., P. E. D. *De processo penal e mídia*: A cultura do medo e a espetacularização dos juízos criminais. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

OLIVEIRA P. S. Memória e sociedade: ciência poética e referência de humanismo. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 51-8, 2008.

OLIVEIRA, A. M.; CARITÁ, K. P.; ERNESTO, M. L. G. Cidadania: um tema possível no trabalho com vítimas de violência. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 17, n. 1 e 2, p. 113-30, 2008. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/download/18025/13385>. Acesso em: 28 mar. 2016.

OLIVEIRA, I. M. C.; PAVEZ, G. A.; SCHILLING, F. *Reflexões sobre justiça e violência*: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais. São Paulo: Educ: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

OLIVEIRA, P. *O peso dos mortos queridos*: um estudo sobre vitimização indireta por violência oficial 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. OPERAÇÃO Lava Jato. *Folha de São Paulo*. Folha Explica. [2015?]. Disponível: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>. Acesso em: 24 ago. 2015.

OLIVEIRA, A. et al. Rituais de luto e sua função reconstrutora em desastres. In: FRANCO, M. H. P. (Org.) *A intervenção psicológica em emergências*: Fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015. P.229-257.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Princípios e directrizes básicas sobre o direito a recurso e reparação para vítimas de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário. 2005. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_6/IIIPAG3_6_29.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Nova York: OMS/WHO, 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 27 ago. 2015.

ÔNIBUS 174. Direção: José Padilha. São Paulo: Zazen, 2002. Documentário (133min), son., color.

PARKES, C. M. *Luto*: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus, 1998.

_____. Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.

PASTANA, D. R. Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 91-116, 2007.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PERALVA, A. *Violência e democracia*: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINTO, J. B. M. (Coord.) Pesquisa Nacional sobre Segurança Pública e Direitos Humanos. Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos. In: FIGUEIREDO, C.

N; NEME, C.; LIMA, C. S. L. (Orgs.) *Direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria de Segurança Pública, 2013.(Coleção Pensando a Segurança Pública). v. 2.

POLÍCIA de SP mata dois por dia; índice é o maior desde ataques do PCC em 2006. O *Dia Brasil*. Rio de Janeiro, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-08-29/policia-de-sp-mata-dois-por-dia-indice-e-o-maior-desde-ataques-do-pcc-em-2006.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PRADE, C. F. A arte como forma de expressão de lutos não sancionados. In: CASELLATO, G. (Org). O resgate de empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido. São Paulo: Summus, 2015. P.203-215.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Coimbra: UNDP, 2007.

REICH, W. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RESK, F. O poder da dor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2016. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/public/cidades/dominios-do-crime/poder-da-dor>. Acesso em: 15 fev. 2015.

RODELLI, E. Dez observações sobre mídia e violência. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 71, p. 34-37, 1996.

ROLIM M. F. Instituições, sistemas e gestão da segurança pública. *PIS*. Cedeplar. UFMG. Estudo 40. [2009?]. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2040.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. Brasilidade e anti-humanismo. *Responsabilidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 55-73, 2012.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100-11, 1999.

SAINDON, C. Co-victims of homicide: special needs. Violent Loss Resources, San Diego, 20 abr. 1999. Disponível em: <http://www.svlp.org/covictumsofhomicide.html>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SALVADORI, F.; CARDOSO, W. Guerra à periferia. *Pública*, São Paulo, 22 mai. 2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/05/guerra-a-periferia/>. Acesso em: 16 out. 2015.

SANTOS, A. O. et al. Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a). *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, n. 2, p. 16-27, 2015. Número especial.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente*. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (Org.). *Reconhecer para libertar:* os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, G. A. *Medo e exclusão social*: um estudo sobre a morte, o medo dos pobres e o medo de pobres. 1998, 282 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, L. M. *Narrativas da exceção*: como o discurso jornalístico da Folha de São Paulo tratou a atuação policial em novembro de 2012. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, T. V. A. *Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema de segurança pública*: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. 2012. 200 f. + il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Planejamento; Departamento de Estatística e Produção de Informação (Orgs.) *Olhar São Paulo*: contrastes urbanos. São Paulo: Sempla; Dipro, 2007.

_____ (Cidade). Secretaria Municipal de Planejamento; Departamento de Estatística e Produção de Informação (Orgs.). *Olhar São Paulo*: violência e criminalidade. São Paulo: Sempla, Dipro, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Centro de Referência e Apoio à Vítima. *Quebrando o silêncio*: memória, cidadania e justiça. São Paulo: Cravi, 2008. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CRAVI/quebrando%20o%20silencio.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____ (Estado). Secretaria de Direitos Humanos. Unicef. Observatório de Favelas. *Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012

SAUNDERS, C. The care of the dying patient and his family. *Medical Ethics*, London, n. 5, 1975.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Coordenação de políticas para juventude. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/juventude/>. Acesso em: 1 fev. 2016.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Plano Juventude Viva. 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano#.V6Kg-FQrLIV>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Resolução 5-2013. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5927 >. Acesso em 8 ago. 2016.

SENTO-SÉ, J. T. Violência, medo e a mídia: notas para um programa de pesquisa. *Laboratório de Análise da Violência - UERJ*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 21. p. 24-38, 2003.

SCHILLING, F. Direitos humanos, violência e o desafio do atendimento a vítimas: a busca por justiça. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: CRP SP, 2011.

SINHORETTO, J. et al. *A filtragem racial na seleção policial de suspeitos*: segurança pública e relações raciais. *PSP*, Brasília, v. 5, p. 121-58, [2013?].

_____.; SCHLITTLER, M. C; SILVESTRE, G. Juventude e violência policial no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 10-35, 2016.

_____.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. UFSCar, São Carlos, p. 1-29, 2014. Disponível em: http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf. Acesso em: 31 mar. 2016.

SOARES, G. A. D.; MIRANDA, D.; BORGES, D. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, L. E. et al. Uma radiografi a da violência no Rio de Janeiro. In. BENGEMER, M. C.; BARTHOLO, R. S. (Org.). Violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996. p.78-89.

SOUZA, M. L. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, V. C. T.; PESSINI, L.; HOSSNE, W. S. Bioética, religião, espiritualidade e a arte do cuidar na relação médico-paciente. *Bioethikos*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 181-90, 2012.

STROEBE, M.; SCHUT, H. Models of coping with bereavement: a review. In: STROEBE, M. S. et al. (Eds.). *Handbook of bereavement research and practice*: consequences coping and care. Washinhton: American Psychological Association, 2001, p. 375-403.

TELES, J. de A. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: CRP SP, 2011.

THOMPSON, M. P.; NORRIS, F. H.; RUBACK, R. B. Comparative distress levels of inner-city family members of homicide victims. Journal of Traumatic Stress. v. 2, n. 2, 1998.

TORRES, W. C. *A criança diante da morte*: desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

UM QUADRO sombrio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2015. Opinião, Editorial Estadão. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,um-quadro-sombrio,1689179>. Acesso em: 27 mai. 2015.

VALENTE, R. A. Violência urbana e resistência popular na era da grande marginalização. In STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. *Direitos humanos no Brasil 2013*: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2013, p. 121-8.

VAZ, P. A mídia, a rotina e a vítima virtual. In: BOCAYUVA, H.; NUNES, S. A. (Orgs.). *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

VEDOVELLO, C. L. *Era das chacinas*: breve discussão sobre a prática de chacinamento na era democrática. *Revista Liberdades*São Paulo, n. 20, 2015. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/249-Direitos-Humanos>. Acesso em: 15 jun 2016.

VIOTTO, D. Lenha na fogueira. *Pública*, São Paulo, 25 jun. 2012. Disponível em: <http://apublica.org/2012/06/lenha-na-fogueira/>. Acesso em: 15 mia. 2016.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011*: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

_____. *Mapa da violência 2014*: homicídios e juventude no Brasil. Atualização 15 a 19 anos. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.
_____. *Mapa da violência de São Paulo*. Brasília: UNESCO, 2005.

_____. *Mapa da violência 2014*: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

_____. *Mapa da violência 2015*: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHOQOL and spirituality, religiousness and personal beliefs (SRPB).* Report on WHO consultation. MNH/MAS/ MHP/98.2. WHO: Genebra. 1998.

YIN, R. K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZEHR, H. *Trocando as lentes*: um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ANEXOS

Anexo A – Transcrição da Carta Aberta do V Fórum Social Sul

CARTA ABERTA DO V FÓRUM SOCIAL SUL

Realizou-se de 30 de Outubro a 01 de Novembro o V Fórum Social Sul. Foi um espaço aberto de reflexão, uma praça de ideias e troca de experiências, na região sul de São Paulo.

Na noite de abertura aprendemos a sonhar embasados no sonho do Profeta Isaías, de Martin Luther King Jr e também de Santo Dias da Silva que há 34 anos teve a vida interrompida e nos deixou a coragem de continuar a lutar por uma sociedade justa. Mas o sonho que se sonha é apenas um sonho, e quando se sonha junto se torna realidade.

Nos dias seguintes discutimos sobre a cidade que temos e a cidade que queremos no âmbito da educação, cultura, juventude, família, segurança pública, saúde, cultura, meio ambiente, segurança alimentar. As discussões ocorrem em plenárias e oficinas diversas nos mais variados locais: CEU Guarapiranga, CIEJA, CEU Canto do Amanhecer, Parque Ecológico Guarapiranga, Reciclaangela, Jardim Angela e outros. Participaram aproximadamente 1200 pessoas animadas, participativas e corajosas.

A apresentação do III Mapa da Exclusão nos assustou. Por exemplo, quase 25% da população do Distrito do Jardim Angela é formado por crianças de 0 a 11 anos. Isso nos faz pensar: "Que futuro estamos preparando para elas?"

Mas as plenárias e debates diversos nos animaram a afirmar que podemos construir a cidade do bem viver lutando:

1. Pela implantação de Bases Comunitárias da Polícia nos bairros,
2. Pela efetivação da Lei de Criação das Subprefeituras,
3. Por um Ensino de qualidade,
4. Por Espaços de diálogo nas famílias,
5. Por Qualidade de Vida para TODOS e não apenas privilégios para alguns,
6. Pelo fim do genocídio dos jovens pobres e negros de nossas periferias.

Enfim, uma cidade participativa somente é possível se a administração pública for efetivamente descentralizada e orçamentária.

Vamos lutar juntos por uma cidade humanizada onde a exclusão não tenha vez ao invés de resmungar... Vamos lutar pelo direito de ter direitos.

Coletivo V Fórum Social Sul em 02 de novembro de 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Questões norteadoras para as entrevistas

1) Qual a sua ligação com o assunto desta pesquisa?
2) Como as mortes violentas de jovens afetam sua vida? Como acha que afeta a vida dos sobreviventes?
3) Que explicação você dá para os homicídios que acontecem em São Paulo?
4) Como acha que essa situação poderia melhorar para menos jovens morrerem?

Apêndice B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Meu nome é Clodine Janny Teixeira (CRP 06/86334). Sou psicóloga e estou realizando uma pesquisa de doutorado sob a orientação da Profa. Dra. Maria Júlia Kovács, docente do Instituto de Psicologia da USP, no programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano.

O tema de minha pesquisa é *Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões das mortes violentas de jovens na vida dos sobreviventes*. O objetivo do estudo é compreender os significados atribuídos à morte de jovens vítimas de violência fatal na cidade de São Paulo. O estudo se justifica pelo fato de que a morte, apesar de ser um tabu, invade a vida das pessoas trazendo sofrimento, e a comunicação sobre esse tema em uma entrevista faz com que esse sofrimento deixe de ser apenas individual para passar a ser compartilhado com outras pessoas dando vida aos dados estatísticos.

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) desta pesquisa. Não haverá custos decorrentes da participação na pesquisa, bem como não haverá remuneração pela realização da atividade proposta. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista. Caso esteja de acordo, a entrevista será gravada e o material será usado exclusivamente para a pesquisa. Será garantido seu anonimato e sigilo sobre quaisquer informações que possam identificá-lo(a) ou outras informações confidenciais. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sofrimento emocional relativo ao tema tratado, embora não desencadeado estritamente pela pesquisa, poderá emergir no processo de entrevista, causando desconfortos e ressignificação do sofrimento. Para evitar consequências psicossocias negativas decorrentes de minha intervenção, realizarei a pesquisa com pessoas vinculadas a instituições onde o assunto morte, risco de vida, proteção da vida e combate à violência sejam tratados já previamente.

Se houver necessidade de apoio e/ou orientação psicológica, ou mesmo encaminhamento a outros profissionais para atendimento gratuito, assumo a responsabilidade de prestar tal assistência, também a qualquer tempo, mesmo após o término de sua participação, sem qualquer custo para o participante. Coloco-me à disposição em caso de possíveis dúvidas e para prestar esclarecimentos

adicionais a qualquer momento, mesmo após a realização da entrevista. Os contatos estão listados abaixo.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será emitido em duas vias, que deverão ser assinadas por você, como participante, e por mim, como pesquisadora. Uma das vias ficará em seu poder e a outra ficará comigo.

Atenciosamente,

Clodine Janny Teixeira

Doutoranda pelo departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP. Instituto de Psicologia – Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 , Bloco A, 2º andar, sala 168 – CEP 05508-030 – Cidade Universitária - São Paulo. Telefone: (11) 3091-4356 ramal 201 - Secretaria de Pós-graduação do departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. E-mail: clodine.teixeira@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Instituto de Psicologia da USP. Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27. CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3091-4182. E-mail: ceph.ip@usp.br

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos da pesquisa *Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as mortes violentas de jovens na percepção de pessoas diretamente e indiretamente vinculadas* e concordo em participar dessa pesquisa voluntariamente como entrevistado e permito que as entrevistas sejam gravadas. Quero que minha identidade seja preservada. Além disso, estou ciente de que, caso eu queira, posso interromper minha participação nessa pesquisa a qualquer momento. Declaro ainda que possuo uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____ _____

Assinatura do(a) entrevistado(a) Pesquisador: Clodine Janny Teixeira

São Paulo, ___ de _____ de 201_

Apêndice C – Endereços e contatos dos serviços de apoio às vítimas ocultas

CRAVI – CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO A VÍTIMA

Unidades da Capital

Complexo Judiciário "Ministro Mario Guimarães" Piso Térreo - Av. D, sala 0-429

Av. Abraão Ribeiro, 313 – Barra Funda

CEP: 01133-020 – São Paulo – SP

Tel.: 3666-7778 / 3666-7960 / 3666-7334

Site: http://www.cidadao.sp.gov.br/servico.php?serv=303561

Região Sul de São Paulo: localizado no CIC Feitiço da Vila

Estrada de Itapecerica, 8887 – Capão Redondo – São Paulo

Tel: (11) 5823-6269/ 5824-4894

E-mail: cravisul@sp.gov.br

DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA – DHPP

Rua Brigadeiro Tobias, 527 – 3º andar – Bairro Luz

CEP 01032-902 – São Paulo

Tel.: (11) 3311-3236 / 3311-3238 / 3311-3444

Site: http://www.policiacivil.sp.gov.br/

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Liberdade, 32 – Centro – São Paulo

Tel.: (11) 3105-5799

Site: http://www.defensoria.sp.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5° andar

CEP 70046-900 – Brasília/DF

Site: http://www.mds.gov.br/

IPE – INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS EM EMERGÊNCIAS

Rua Caçapava, 130 – Jardim Paulista – São Paulo

Tel.: (11) 3891-2576

LELu – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E INTERVENÇÕES SOBRE O LUTO/PUC-SP
Rua Monte Alegre, 961 – Perdizes – São Paulo
Tel.: (11) 3670-8040
E-mail: mhfranco@pucsp.br

LEM – LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A MORTE/USP
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Av Mello Moraes, 1721 – Cidade Universitária – São Paulo
Tel.: (11) 2648-0197

PROVITA – Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas
Pátio do Colégio, 148 / 184 – Centro
CEP: 01016-040 – São Paulo
Tel.: (11) 3291-2644
Site: http://www.cidadao.sp.gov.br/servico.php?serv=1061

4 ESTAÇÕES INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Atendimento em psicoterapia para o luto, atendimento em crises e emergências
Rua Mello Alves, 89 – Jardim Paulista
CEP: 01417-010
Tel (11) 3891-2576
Site: www.4estacoes.com/

Entrevista 1 - com Marisa (nome fictício) – Assistente social

10/10/2013

Clodine: Gostaria que você me contasse sobre como é o seu trabalho.

Marisa: Eu trabalho aqui na região do Jardim Ângela. É uma região que, em 1996, foi declarada pela ONU [Organização das Nações Unidas] a região mais violenta do mundo. Desde essa época eu trabalho aqui com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, abuso sexual e outros tipos de violação de direitos. Nós fomos por 12 anos um Cedeca, que é um Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde tivemos várias oportunidades de lutar por políticas públicas adequadas para atender essas famílias vítimas dessas violências ligadas a crianças e adolescentes. Hoje eu trabalho no SPVV [Serviço de Proteção à Vítima de Violência] que é um serviço que atende crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e abuso sexual especificamente. Nosso dia a dia é atender de forma multidisciplinar essas famílias, essas crianças e esses adolescentes. Esse serviço está ligado diretamente ao Creas, que é um Centro de Referência Especial da Assistência Social e que é uma política pública na cidade de São Paulo.

Clodine: Conforme a gente leu aqui o tema da pesquisa, quando eu falo "as vítimas ocultas das mortes escancaradas" o que você pensa, a que te remete?

Marisa: Aqui na nossa região as vítimas ocultas das mortes escancaradas ou estão relacionadas diretamente ao tráfico ou à própria polícia. Que tem aí questões muito graves de mortes que ficam ocultas. Tivemos um caso recente ligado a um dos adolescentes que nós atendemos aqui, que o tráfico desapareceu com vários adolescentes e as mães começaram a achar que eles estavam desaparecidos simplesmente e começaram a procurar. Elas receberam o recado de um dos traficantes que parassem de procurar porque os filhos já estavam mortos e enterrados. E nós atendemos um dos meninos aqui, que, felizmente, tivemos tempo de tirá-lo daqui da região e colocá-lo num local seguro, mas ele foi o único do grupo que se salvou. Era um grupo de oito adolescentes, então sete foram mortos. E a família não tem condições de denunciar, de enterrar, de passar por esse processo de luto, nada disso. Então, ficam famílias marcadas mesmo, amedrontadas. Uma parte consegue sair do território e ir para outro local, a família inteira tem que sair e ir para um lugar totalmente desconhecido. Outra não consegue, não tem condições de fazer isso, e fica ali sendo ameaçada e vigiada pelos próprios traficantes. Isso é muito grave. A família nem tem como denunciar o fato para não correr muito risco. Muitas vezes, nós que temos condição e ficamos sabendo disso não temos como convencer essa família a fazer a denúncia, porque nós não temos como dar segurança. Isso para nós que estamos aqui trabalhando com esses adolescentes é muito angustiante. Nos deixa muito perplexos e impotentes. Como denunciar isso? Como trazer isso para as autoridades? Pior que nós temos contato aqui inclusive com o Secretário da Segurança Pública. Nós fizemos várias denúncias diretamente para o Secretário da Segurança Pública em relação às violências que aconteceram ultimamente da polícia, que era a polícia quem estava matando. Era a polícia quem estava matando e isso era reconhecido, muito claro para toda a comunidade. E como fica isso? Quem tem que cuidar, quem tem que proteger mata. Os policiais acabavam de matar e passavam recolhendo os corpos e todo o material para não se comprometer.

Clodine: Ficou clara qual era a motivação para fazerem isso?

Marisa: Não ficou claro até hoje o que motivava os policiais a passarem aleatoriamente matando. Era aleatoriamente, não tinha um alvo, sabe? Passava na rua, tinha lá um grupo e jovens, passavam matando, e depois recolhiam os corpos e não deixavam nenhum vestígio para ser investigado melhor. Foi daí que veio a lei que os próprios policiais não podem recolher os corpos, nem prestar socorro. Essa lei surgiu aqui com discussão no Fórum em Defesa da Vida. Ficava muito claro que quem não morria ali, morria no caminho sendo levado para o hospital, porque a polícia acabava dando cabo de quem tava naquele carro que eles estavam levando. Essa lei é do início desse ano.

Clodine: Isso me lembra o caso do Sandro, do Ônibus 174 no Rio de Janeiro...

Marisa: Aquilo lá é comum na periferia. Tá muito claro isso. Quem morre nessa nossa sociedade são negros, pobres e periféricos. E a faixa etária é de 14 a 21 anos. Isso tá muito claro. Branco que mora num bom bairro dificilmente vai morrer pela mão da polícia, porque são respeitados, a forma de abordar uma pessoa branca que mora num bairro de classe média alta é diferenciada da abordagem que se dá na periferia. É, aqui isso fica muito claro. Muito claro. Isso não sou só eu que estou falando, isso é estatística, isso todo mundo sabe. As pesquisas só vêm clarear e confirmar o que a gente vê.

Clodine: E quando a gente fala de mortes escancaradas, tem esse lado da morte que fica à vista de todos aqui?

Marisa: Isso mudou muito aqui na região. Antigamente, lá para 1996 a 1998, a gente via muitos corpos, sabe? Hoje mudou muito no sentido de acelerar mais, de não deixar o corpo ali tanto tempo. O assassinato ainda acontece na rua, mas o número de assassinatos diminuiu. Teve esse pico aí, que aumentou de fato. Houve isso aí, mas hoje o tráfico tem um outro lado também, porque os próprios traficantes não querem cadáver ali, próximo a eles, então não se mata assim para deixar à vista. Mata e desaparece, some. Já não fica escancarado como era antes, porque eles não querem muita investigação, polícia rondando por ali, nem atrapalhando o trabalho deles. Isso é fato também.

Clodine: Retomando o você estava comentando, há uma diferenciação na distribuição da mortalidade?

Marisa: Isso fica bem claro que é diferente. A própria abordagem policial é diferenciada. Num bairro de periferia, chegam de qualquer forma, já chegam batendo, arrancando o boné de qualquer jeito. A forma é muito mais grosseira, do que num bairro de classe média alta e com uma pessoa branca. São os adolescentes e jovens que morrem, e de cor negra. Você vê que as prisões estão cheias de negros, pobres, que também moram na periferia. São poucos brancos que estão lá. E a classe média alta também não fica lá por muito tempo, né, porque tem bons advogados, tem conhecimentos e não vai ficar lá dentro muito tempo. O pobre é esquecido lá. Isso é muito grave, muito sério, e só alimenta a violência. Porque você sabendo que a maioria dos que estão presos são pobres e negros, isso revolta quem está fora, e quem está lá dentro, com certeza quando sai, sai pior do que entrou no tipo de prisão que temos hoje. Nosso sistema carcerário hoje é falido. É falido e todos nós sabemos. Nossos governantes não mudam essa situação, não é conveniente mudar e cada dia fica pior.

Clodine: O que você acha quando falam de diminuição de maioridade penal?

Marisa: Eu acho ridículo, num país onde não se cuida das crianças e da juventude, porque nós não temos escolas de qualidade, nós não temos uma educação de qualidade, nós não temos um atendimento à saúde de qualidade. Responsabilizar a família hoje é quase impossível, porque que família é essa? Alcoolistas, usuários de drogas. São essas as famílias que essas crianças e jovens têm. Eu não vou dizer que é na grande maioria, mas uma parte das famílias é assim. Nos casos que nós atendemos é assim. Essa família tem que ser cuidada. Então nós temos que ter uma rede de cuidado muito fortalecida, uma política pública que atenda de fato todas as demandas dessas famílias para poder cobrar desse adolescente ou pensar em um dia reduzir a maioridade penal. Só com políticas públicas para cuidar dessa periferia que está entregue.

Clodine: Como assim entregue?

Marisa: Entregue ao tráfico; a demanda escolar hoje não é atendida, nós temos um número imenso de crianças fora das creches porque não tem vaga, só na nossa região faltam 10 mil vagas para creche. Esse atendimento deveria ser priorizado antes de se pensar lá na ponta em redução da maioridade penal. Porque a gente tem que dar primeiro condições para que esse adolescente não infracione, para depois, para depois pensar em punir essa infração.

Clodine: Quais seriam as soluções para que esses jovens não infracionem?

Marisa: Primeiro cuidar bem dessa família, o básico necessário para que essa família se estruture, depois pensar em uma política educacional correta e que atenda a todos. Educação, saúde e moradia é direito. Agora o básico da alimentação já acontece para a grande maioria com esses programas de renda mínima que já atendem o básico do básico da questão alimentar. Agora nós temos questões graves com moradia, gravíssimas com a educação e com a saúde. Noventa por cento das mulheres que sofrem com a violência doméstica têm problemas psiquiátricos, tomam medicamento controlado, e, às vezes, chegam a esperar seis meses a um ano para um retorno no psiquiatra, tomando um medicamento que ninguém sabe se continua sendo adequado. As nossas crianças que sofrem violência doméstica e abuso sexual também levam para o resto da vida problemas graves porque a saúde mental não é atendida adequadamente, a saúde não dá conta desse atendimento psicológico, psiquiátrico. Todas essas demandas que não são atendidas, decorrem lá na frente para o adolescente, com todos esses problemas. Eu acho que a gente teria que entender melhor qual é a dinâmica que está levando esse adolescente a infracionar. Eu não estou justificando a infração, mas se você for pensar na vida que o adolescente que está aí tem levado, a infração é quase que uma decorrência de tudo isso que acontece. Eu fico muito indignada quando eu vejo pessoas falando na mídia: "ele vota e não pode ir para a cadeia? Ele não tem que pagar pelo crime dele?". Eu lido com isso aqui, a gente vê. Às vezes essa questão da infração é anunciada. E o jovem é responsabilizado por uma falta anterior de políticas públicas adequadas e essenciais, que é a questão da educação, moradia, saúde, que é fundamental, e não é levado tão a sério como deveria.

Clodine: Como a violência extrema afeta a vida dos familiares?

Marisa: Essa questão da violência afeta muito as pessoas próximas por conta de um sofrimento, de uma incapacidade de reagir, uma impotência, e às vezes de ter que mudar a vida de repente. Se ocorre uma violência muito forte em uma família, alguém foi assassinado, a insegurança toma conta daquela família, o medo, e eles têm que sair daquela região. Quando não eles não têm condição de sair, isso afeta de uma forma muito profunda, porque eles ficam muito tempo amedrontados, achando que vai acontecer novamente. Isso dá inclusive problemas de saúde mental naquela família. Eles se sentem de fato agredidos e amedrontados. Isso é muito real. Tem pessoas que entram em depressão e aí desencadeia uma série de outras doenças, como problemas de estômago, úlcera, gastrite e outras doenças físicas.

Clodine: E do ponto de vista econômico?

Marisa: O econômico fica péssimo, porque, quando eles têm uma condição econômica para sair daquele local, às vezes a casa não é própria, às vezes mora de favor de alguém, eles alugam em outro lugar, mas quando a casa é uma casa muito simples, mas é uma casa própria, ou é uma invasão e eles já moram ali, e aplicaram ali, eles não têm como sair dali, porque eles não têm como pagar aluguel em outro lugar e eles não tem como abandonar aquele lugar, então é muito difícil para as famílias. E se muda, tenho que mudar totalmente minha vida, em relação a trabalho, em relação a escola.

Clodine: E do ponto de vista social?

Marisa: A comunidade é muito importante para essas pessoas, os vizinhos, os amigos. Às vezes até mais importante do que para quem é de classe média alta, você vê que nos bairros de classe média alta dificilmente as pessoas vivem em comunidade, ficam mais isoladas em suas casas com muros altos, segurança, cachorro, a casa é grande e a pessoa se vira muito bem lá dentro. Nessas comunidades não, as casas são muito pequenas, se está calor todo mundo vai para a rua, ficam nas calçadas, todo mundo conhece todo mundo. Se o vizinho está fazendo uma comidinha cheirosa, convida o outro para comer lá, porque o daqui já viu que ele está fazendo. Então, eles vivem mais em comunidade e geralmente ali um fica muito mais atento ao que está acontecendo com o outro. A proximidade é muito grande nessas comunidades. Então, socialmente, comunitariamente, é uma perda muito grande quando alguém tem

que sair daqui para ir para outro lugar. Afeta demais principalmente crianças e adolescentes. Porque o adulto sai muito para trabalhar, ele volta já na hora de dormir, então não tem esse contato muito direto, mas as crianças e os adolescentes criam vínculo quase familiar com a vizinhança. Às vezes é o vizinho que cuida e que olha porque a mãe está trabalhando, às vezes não chega a levar para a casa dele, mas está olhando ali.

Clodine: E para os irmãos, como fica a vida deles?

Marisa: Por um tempo o medo impera na vida deles. Depois vai diminuindo, mas durante um tempo muda muito a vida deles, porque eles evitam de sair, têm medo, né, porque foi muito próximo deles o que aconteceu. Talvez para quem aquilo não aconteceu na família aquilo é algo distante, então, não muda muito, mas para a família sim, então, por um período ficam muito amedrontados.

Clodine: E os amigos?

Marisa: Os amigos, às vezes, estão juntos e podem até ter visto o ato. Isso acontece também. E por um tempo, para esse amigo, aquilo é algo que aconteceu muito próximo, então ele também deixa de sair, deixa de frequentar os lugares que ele tinha costume por um tempo, mas também devagarinho vai voltando a ter uma vida normal. Aqui nós já atendemos alguns jovens que estavam cumprindo medida socioeducativa em meio aberto e alguns deles estavam junto no momento de um assassinato, de um amigo, e eles ficam assim muito calados em relação a isso, por um tempo eles não querem falar sobre aquilo, mas se abalam demais.

Clodine: Se eles quisessem falar, você acha que teriam um espaço?

Marisa: Nem sempre tem, a não ser quando estão em medida socioeducativa, que tem um técnico que está próximo para ouvir eles ali por um tempo, aí sim eles podem até falar. Isso eu já acompanhei, mas era muito difícil eles falarem daquele momento, do crime, assassinato, eles podem até falar do sofrimento que aquilo trazia, mas o momento, o que aconteceu de fato, parecia que eles queriam apagar da memória.

Clodine: E em relação a perspectivas de futuro, o que a pessoa visualiza para ela, como fica isso para os sobreviventes? Muda alguma coisa?

Marisa: Muda sim. Tem caso em que até muda para melhor, dependendo do movimento que é feito. A não ser que aquele impacto não tenha acolhimento nenhum. Se não tem acolhimento as pessoas se embutem, aquilo dá o sentimento de que morreu alguma coisa dentro deles, perde um pouco a esperança de sair para uma luta. Mas quando eles conseguem sair daquele local e ir para outro local parece que conseguem vislumbrar algo melhor, algo que muda um pouco a vida. Quando fica no mesmo espaço teria que ter um acolhimento melhor da comunidade, das pessoas da área da saúde, da própria escola onde estão as crianças, aquela dor teria que ser acolhida melhor e às vezes isso não acontece. A escola parece que não quer ver, parece que nunca aconteceu aqui, "não tem nada a ver com a escola", isso é uma coisa fora, não tem nada a ver, tem medo, parece que, se a gente lidar com isso, a gente corre risco. O próprio professor diz muito isso: "ah não, eu não vou fazer essa denúncia". Às vezes a criança chega machucada na escola porque foi violentada, "ah, sei lá quem é esse pai, sei lá quem fez isso, eu to vindo aqui dar aula todo dia, se eu falar, se eu denunciar eu posso correr risco". Gente isso não existe, eu não posso deixar de fazer uma denúncia porque vou correr risco, eu procuro fazer uma denúncia adequadamente, num local onde eu não vou me identificar, se eu estou com medo, mas eu não posso deixar de denunciar. Eu tenho que ter os meus cuidados de fato, mas denunciar um caso grave de violência que acontece com uma criança ou um adolescente é lei, isso está na lei, eu não posso me omitir de denunciar. Hoje nós temos o Disque Denúncia, nós temos o Conselho Tutelar. Posso fazer uma denúncia anônima, pegar o número do protocolo e acompanhar aquele fato sem me identificar. Se eu tiver qualquer dúvida eu não ligo do meu telefone, ligo de um orelhão, um telefone público, ou o telefone de uma instituição.

Clodine: Se eu tenho um caso que acontece aqui nessa família, o que acontece na vizinhança, muda alguma coisa?

Marisa: Nem sempre muda muito não, esse movimento a gente não percebe muito não. Talvez, no início, traga algum impacto, mas logo parece que aquilo é uma coisa meio distante. Parece que nós seres humanos, de alguma forma para nos proteger a gente pensa assim. Acontece algo na outra família, parece que aquilo nunca vai acontecer na minha família. Não sei se é uma proteção, mas a gente sempre pensa assim: "aconteceu lá, por conta disso e disso, mas na minha não vai acontecer, parece que eu estou protegida, que a minha família é diferenciada". "Aconteceu isso com ele porque andava com fulano, que é traficante, porque usava drogas, estava praticando pequenos furtos, e o meu filho não, o meu filho não usa drogas e não pratica pequenos furtos". Sempre uma justificativa. É como se eu acreditasse que o meu filho é muito diferente do outro e não vai acontecer nada com ele.

Clodine: E quando acontece algo com o próprio filho, como a mãe justifica?

Marisa: Ela também reconhece que poderia ter algo errado com o filho, mas ela não acredita. Muitas vezes a mãe diz: "não precisava ter chegado a esse ponto", "eu não sabia que ele estava tão envolvido". Já quando não tem nenhum envolvimento, ela se indigna muito porque não tem justificativa para aquilo ter acontecido. Parece que o sofrimento é um sofrimento diferenciado, apesar de o outro sofrimento também ser injustificável, vem o pensamento: "era um menino bom, ia para a escola, estudava, me ajudava muito. Como que isso foi acontecer?". Tem muito caso assim também, não é só o envolvimento que leva à morte. Tem muito caso assim também.

Clodine: É como se o fato de ter envolvimento com o tráfico justificasse a morte?

Marisa: É como se justificasse. Tanto para a comunidade, como para a própria família. É como se estando envolvido, justifica a polícia matar, ser morto pelo tráfico, a mídia passa isso e a comunidade, quando vai dar um depoimento, justifica assim também. Mas para a família é uma justificativa que também traz muito sofrimento, porque parece que tem uma culpabilização dessa mãe. Ela começa a se culpar também, se questionando porque ele foi se envolver, o que ela poderia ter feito e que não fez. É um sofrimento ambíguo, tem os dois lados.

Clodine: Como esses casos afetam quem trabalha com essa temática, quem atende?

Marisa: Isso dá um impacto na vida das pessoas que atendem também. Aqui mesmo quando nós passamos por esse caso desses adolescentes que desapareceram e que as mães tomaram conhecimento através do próprio tráfico que eles estavam mortos e enterrados a gente teve que iniciar um processo de busca desses adolescentes para saber como estavam e orientar algumas dessas mães. É uma coisa que nos traz muita impotência, revolta, sabe? Como que isso acontece? Coisas que a gente nem imagina. Meu Deus, isso é inimaginável acontecer numa cidade como a nossa, tão próximo da gente. É por isso que, no nosso tipo de trabalho, a gente tem que ter uma supervisão técnica e uma supervisão também psicológica, para que tenha cuidado com quem cuida, porque de fato tem os impactos. Todo psicólogo quando inicia um trabalho desses passa os primeiros meses bem impactado com aquilo e ele tem necessidade de falar do que ele ouviu, então eu sempre estou ouvindo e depois a gente tem uma orientação também, um apoio psicológico, que é importantíssimo.

Clodine: E para quem ouve sobre o caso pela mídia? Como é a repercussão na sociedade?

Marisa: Eu acho que a mídia filtra um pouco, quando você ouve o caso lá, você filtra um pouco. Já aconteceu comigo de eu ouvir vários assassinatos na mídia e aquilo não me impactar tanto, mas eu vi de fato um assassinato uma vez. Eu vi um senhor caindo lá morto, de barriga para baixo, com chinelo Havaiana e aquela imagem nunca saiu da minha cabeça e eu fiquei muito impactada. Aí eu pensei: "gente, eu ouço falar disso todos os dias, a mídia anuncia isso a todo o tempo". Você parece que tem

um certo filtro quando você ouve na mídia, é diferente quando você vê. Parece que, quando você vê, aquilo vem te comprovar que de fato existe aquilo que a mídia está falando, que não está tão distante de você, aconteceu ali. Eu acho que banaliza e você acaba querendo distanciar aquilo de você, do seu dia a dia, agora quando você vê o corpo de alguém caindo e morrendo na sua frente é muito impactante. Eu estava dando uma palestra numa creche que tinha o muro bem baixinho, de lá nós ouvimos os tiros e saiu todo mundo para ver o que aconteceu, logo na esquina, uma padaria, e esse senhor que estava sendo baleado caiu na porta da padaria, caiu lá, um senhor gordo, com as sandálias Havaianas e ele estava morrendo, se batendo lá, morrendo. E nunca saiu a imagem da minha cabeça, nunca apagou, que foi uma cena para mim inusitada, eu nunca tinha visto aquilo e não pretendo ver mais. Uma cena muito forte que me abalou muito e eu precisei falar muito daquilo, sabe?

Clodine: Qual o papel do Fórum em Defesa da Vida?

Marisa: O fórum nasceu em 1996 por conta do alto índice de violência que era aqui na região do Jardim Ângela. E Padre Jaime tinha chegado nessa região há pouco tempo, mas disse que já estava cansado de rezar a missa de sétimo dia para jovens, muitos jovens. E ele pensou, "tenho que fazer alguma coisa, não dá para ficar enterrando tantos jovens vítimas de violência e não fazer nada". Então, aí, pensou numa caminhada em defesa da vida, no dia dois de novembro, dia de Finados, e a caminhada vai até o cemitério onde são enterradas a maioria das pessoas daqui da região e a grande maioria dos jovens vítimas de violência. Essa caminhada foi um sucesso, porque teve um número significativo de pessoas, 5 mil pessoas participaram da caminhada. Após a caminhada, ele falou: "temos que ter uma outra intervenção, mais direta, pensar numa forma de continuar com isso". Então, se pensou no Fórum em Defesa da Vida, reunindo várias entidades que cuidavam de questões ligadas à violência, para discutir o que fazer para diminuir a violência. Uma das lutas que surgiram do fórum foram as bases comunitárias, que se tornou uma política pública, que era para ser uma polícia diferenciada, e, por um tempo, ela conseguiu ser. Era para ter cara, saber quem era cada pessoa e os nomes de cada um, mas com as mudanças, a polícia comunitária passou a ser uma polícia comum.

Clodine: O fórum tem papel de denúncia?

Marisa: O papel de denúncia é no Conseg [Conselho Comunitário de Segurança]. Aqui a gente traz as autoridades para discussão, secretários e até ministros, aí surgem as denúncias através das perguntas da comunidade no final do seminário.

Clodine: Mudou alguma coisa na sua vida depois que começou a trabalhar com esse assunto?

Marisa: Sim, porque a gente fica mais próxima das pessoas que estão aí nesse sofrimento, no envolvimento direto com a violência, você começa a ver de outra forma. Muda a forma de ver essas questões, como as da maioridade penal.

Clodine: Tem mães que têm algum tipo de engajamento?

Marisa: São poucas, mas tem. Nós já tivemos algumas mães aqui que vão até as últimas consequências. Nós tivemos uma mãe que um policial colocou droga na mochila do filho para levar preso. Chegou lá, já abordou ele, porque tinha havido anteriormente um bate-boca entre esse menino e a polícia e eles acharam que tinha que levar o menino preso, mas como, se o menino não tinha aprontado nada? Tiveram que colocar droga, e uma pessoa viu a polícia colocando droga na mochila, mas essa pessoa tinha muito medo de dar o depoimento, mas a mãe desse menino foi até as últimas consequências, e ela fez as denúncias, ela conseguiu convencer essa pessoa a dar o depoimento na polícia, aí tivemos que fazer o depoimento dessas pessoas aqui dentro, porque, na delegacia, elas foram ameaçadas. Nós trouxemos pessoas da corregedoria aqui para ouvir essa mãe e essas pessoas para testemunharem, e veio a segurança. Agora, um engajamento na luta é muito difícil. Às vezes vem, participa uma vez, duas, mas não continua. Às vezes, quando tem os desaparecidos, elas acabam

indo ao encontro do Movimento das Mães de Maio, que já existe. Se fortalecem junto com outras pessoas que têm o mesmo sofrimento que elas.

Clodine: E o poder público tem uma atuação em relação a esse assunto?

Marisa: Ainda existe uma ausência do poder público efetivamente. Nós temos regiões aqui que não existem no mapa, são invasões com uma quantidade grande de pessoas que habitam nessas áreas e é como se não existissem, então, não chega até lá o poder público. Se não existe no mapa, como eu vou justificar uma escola lá, um posto de saúde, saneamento básico? É uma área de população imensa, 630 mil habitantes, com muitas demandas que não são atendidas.

Clodine: Na sua opinião, o que precisa ser feito para reverter essa situação da violência, dos homicídios, dessa distribuição desigual?

Marisa: Olha, é uma somatória de coisas, mas eu acho que o básico é uma melhoria significativa na educação. Nós precisávamos ter uma educação de fato de qualidade, que desse conta da especificidade do aluno daqui, onde as famílias têm todas essas dificuldades, com salas menores, no máximo 25 alunos, professores muito bem remunerados, cuidadosamente cuidados. O professor tem que ser diferenciado, que acolhe esse aluno, que acolhe essa família, que faz visita nas casas, apto a fazer uma educação inclusiva, para que o aluno que dá trabalho possa ficar dentro da sala. E tem que fazer uso das tecnologias e da informatização.

Clodine: A gente não mencionou a questão do lazer, como você vê esse aspecto?

Marisa: O lazer é outra situação importantíssima na nossa região. Cada dia tem menos espaço de lazer. Quadras esportivas, espaços de lazer, facilitar transporte para chegar lá, e pessoas para orientar, para observar e ter uma certa organização, para que eles se sintam valorizados e eles valorizem também, são fundamentais, importantíssimas as áreas de lazer. Porém, sempre alegam ser área de mananciais, a nossa região, então, nunca tem como construir, só que não existe um cuidado com as invasões e a construção de casas aleatoriamente e também o poder público não chega nessas áreas. E aí, como se resolve isso?

Clodine: E como fica a situação do lazer e o uso do espaço público, da rua?

Marisa: E quem fica na rua é criminalizado. E os policiais abordam de uma forma muito discriminatória. Houve uma situação em que os policiais vieram e deram um tapa no boné do meu filho, e colocaram uma arma na cabeça dele, eu saí de casa e falei "ele é meu filho e mora nessa casa". Ele ficou muito revoltado, queria saber como denunciar a polícia. Eu levei a situação para o fórum, para saber como denunciar. Eu tinha o nome do policial, o horário, o número da viatura. Descobriu-se que os policiais não eram da área e que provavelmente vinham fazer algum acerto. Só que isso não deu em nada. O próprio policial que estava no fórum falou "olha, minha senhora, eu acho melhor você não levar isso para a frente, esses policiais não eram da área, provavelmente estavam aqui para fazer alguma coisa ilícita". Então, é muito grave, a gente que tem acesso a todas as autoridades, à corregedoria, não consegue fazer nada. Isso alertada por um policial. E meu filho ficou muito indignado. É só porque era periferia. É bem complicada a situação e tem vários exemplos assim.

Entrevista 2 - com Walter (nome fictício) – Psicólogo social e professor universitário

10/12/2013

Clodine: Como é a sua atuação lá no Capão [bairro Capão Redondo]? Como ele começou?

Walter: Eu sou psicólogo e eu sou professor de psicologia. Eu fui ao Capão pela primeira vez participando, como professor de psicologia, do Observatório de Recursos Públicos em áreas de mananciais. Foi uma rede de movimentos sociais com a Fundação Getúlio Vargas para tentar entender como é que iam ser investidos os recursos do PAC [Programa de Aceleramento do Crescimento] naquela região. Isso foi em 2006/2007. Foi quando eu comecei a frequentar a região. Eu era professor de psicologia em uma faculdade de Administração. Então, ali, o que eu podia me preocupar é como as pessoas, como a comunidade recebia essas informações. Eu não podia investigar orçamento público, eu não ia investigar o trâmite das leis. Não era esse o meu assunto. Interessava como as pessoas iam receber isso. E, claro, eu já tinha um interesse lá por conta de já ter trabalhado lá no mestrado com questões sobre violência, violência e preconceito. E, aí, eu sabia da região, eu já tinha conversado com pessoas que tinham pesquisado lá, o Paulo Endo, por exemplo, tinha pesquisado lá. Então, eu comecei a ir para lá. E essa história do homicídio começou a aparecer como uma questão de fundo, não mais como figura, porque os índices de homicídios estavam caindo na região, mas, mesmo assim, tinha um número grande de casos não solucionados de homicídios. Quando eu comecei a trabalhar aqui na USP [Universidade de São Paulo], eu passei a fazer de lá o meu campo privilegiado de atuação, já lidando com psicólogos e movimentos sociais que estão ali na região, mas eu, de fato, nunca atendi ninguém lá ou fiz acompanhamento de um caso específico lá. Eu vou trabalhando mais com os grupos das comunidades e os problemas que eles apresentam. E a violência aparece como um problema. Então, passei a dar algumas supervisões, algumas conversas com psicólogos que estavam trabalhando na região sobre questões como violência doméstica, e nessa situação do homicídio e do sofrimento dos parentes que estão envolvidos com isso. E, aí, os meus alunos começaram a pesquisar a região. Eu comecei a orientar pesquisas na região. Como eu te falei, eu sou psicólogo e professor. Tive alunos que pesquisaram varias atividades diferentes lá e em muitos casos de fundo, a questão do homicídio propriamente dito. Por exemplo: jovem em conflito com a lei; perspectiva de futuro de mulheres jovens; violência doméstica; economia solidária; todas essas coisas têm como pano de fundo a questão do homicídio, mas ela não é a figura. E, é claro, você vai ouvindo histórias de situações de homicídio e a repercussão que isso tem nas famílias e tal, a gente vai ouvindo.

Clodine: E hoje com o fórum...

Walter: Então, o que aconteceu, é que, de 2012 para cá, o número de homicídios cresceu de novo, voltou a ser figura a questão dos homicídios, então, a gente passou a ter mais debates sobre os homicídios, sobre as alternativas de policiamento comunitário, sobre a investigação desses esquadrões da morte dos batalhões da polícia, sobre a questão do tráfico também matando e uma discussão muito forte sobre a questão dos desaparecidos. Uma questão importante nesse processo porque você tem o homicídio que você sabe que foi a polícia que matou e a polícia diz que foi em confronto; você tem o homicídio em que há a suspeita que foi o esquadrão da morte da polícia; você tem o homicídio em que a população suspeita que tenha sido traficantes da região, algum esquema criminoso da região; e você tem os desaparecidos, que são pessoas que desaparecem na região. Algumas mães, ao procurarem esses desaparecidos, recebem uma informação de que devem parar de procurar, porque a pessoa está morta e não vai achar o corpo. Então, já houve casos de aparecerem cemitérios clandestinos na região. Já se sabe de alguns cemitérios clandestinos e há áreas, tipo Parelheiros, mais no fundo da represa, que

são conhecidas como áreas de... a pessoa é assassinada em um outro lugar e o corpo é levado para aquela região. Mas mesmo assim, tem muita gente desaparecida.

Clodine: E hoje você faz discussões com a comunidade local

Walter: Eu faço discussões com a comunidade local sobre os problemas que ela traz como problema. O homicídio é um problema para essa comunidade. Eles vão tomando as decisões deles e o meu papel, quando eu estou como convidado nessas reuniões, é de facilitador de alguma atividade ali, como uma espécie também de tradutor dessas demandas para termos de política pública. Então, a gente faz um trabalho de esclarecer as demandas, discutir e problematizar as demandas daquela comunidade, sempre trabalhando com grupo.

Clodine: Como fica a questão do debate da comunidade local e a universidade, que geograficamente está tão distante? Qual o papel da universidade em pesquisas na região, considerando também que os alunos ingressantes e que podem se tornar pesquisadores, muitas vezes, não são moradores da região?

Walter: Na verdade, acho que são três papéis que estão juntos: é o da formação, então, eu levo os meus alunos para lá e isso é esse caso mesmo, a maioria não conhece e vem de classes sociais que costumam temer circular pela periferia, então, tem um aspecto de formação que é a discussão do papel do psicólogo com a população mais pobre, do papel do psicólogo na periferia, aí, eu vou discutir algumas vezes a questão de atendimentos mesmo feitos lá, atendimentos com os jovens que estão em liberdade assistida, com a questão da violência contra a mulher; a questão da pesquisa, quando a gente pesquisa lá, temos sempre a ideia de que a gente tem que dar um retorno para a comunidade daquilo que a gente pesquisou, a gente sempre está conversando com a comunidade, dizendo: "olha, eu pesquisei isso, encontrei esses assuntos, eu interpretei..." e a gente tenta retomar o contato com quem participou da pesquisa e com movimentos sociais da região para discutir esses resultados, então, é sempre uma pesquisa que tem mão dupla, então, a gente está contando para eles o que a gente está fazendo, contando os resultados que a gente encontra e debatendo com eles sobre esses resultados; e o terceiro aspecto é o aspecto de extensão, que seria a ação da universidade nessas áreas em que, em alguma medida, poderia ser pensado como um serviço que a universidade presta nessa ação, nessas áreas, isso a gente está fazendo que é a organização dos grupos, dos debates, da facilitação de eventos, e ainda tem atendimentos psicológicos nesses espaços, no Centro do Convivência de Mulheres Vítimas de Violência, no atendimento a jovens em conflito com a lei, questões de resolução de conflitos, todos esses lugares têm psicólogos, mas nenhum dos nossos alunos está fazendo estágio lá no sentido de atendimento, mas é uma discussão que a gente faz e é possível conseguir algum financiamento, dá para isso acontecer.

Clodine: Você acha que a universidade, então, tem um papel importante a realizar.

Walter: Eu acho que a universidade tem muito a aprender com aquela região e com as pessoas que moram lá. Eu acho que, quando a gente vai lá, a gente rompe preconceitos sobre quem mora lá, então, quando a gente vai ter uma discussão na universidade sobre cotas, sobre quem está entrando na universidade ou não, a gente muda um pouco o jeito de discutir isso. Uma coisa é a gente discutir isso com pessoas que desconhecem quem são essas outras pessoas que deveriam estar na universidade e não estão. Quando foram lá, conheceram e viram que são pessoas de carne e osso, com características como quaisquer outras, com aspectos interessantes e aspectos complicados, aspectos de dificuldades, aspectos de qualidade, quando você aproxima, a ideia é que se diminua o preconceito com relação a isso. Então, a gente imagina que seja um papel primeiro importante para a própria universidade e, depois, em relação à comunidade, é importante para a comunidade na medida em que a gente faz esse

diálogo com ela sobre aquilo que a gente está pesquisando, porque, eles serem, digamos, objeto de pesquisa, não é uma novidade, porque a universidade transformá-los em objetos de pesquisa, muitas vezes, contribui para a situação em que estão e não o contrário. Por exemplo, eu pesquisar a região e não dar o devido retorno para eles sobre aquilo que eu pesquisei, eu estou repetindo o que a sociedade faz com eles, ou seja, colocá-los na periferia. A sociedade faz isso com eles, simbólica e concretamente, põe eles na periferia, porque eles recebem ganhos ou salários que não permitem que eles morem em locais mais centrais da cidade, com melhores serviços públicos, então, geograficamente, eles vão para longe. Simbolicamente, eles também vão para longe, porque eles não são considerados na hora de definir as prioridades da sociedade. Tem que ser discutido um homicídio em um sinal de trânsito, em relação a dez homicídios que acontecem na periferia. Dez pessoas morrem na periferia e não há repercussão na classe média. Se forem dez juntos, até pode aparecer, mas, se forem picadinhos, pode esquecer. Agora, se morre uma pessoa no sinal, claro que tem que ser discutido, porque foi uma vida que foi perdida, todo mundo discute. Então, é uma coisa que a universidade tem a aprender a universidade tem que mudar a sua posição em relação a essas pessoas. Aí a universidade tem um papel em relação a elas, mudando essa relação com elas, não é só pesquisar a região, mas, sim, pesquisar e discutir o que está sendo pesquisado e, na medida do possível, ver quais são as pautas deles, os problemas que eles querem ver questionados e, a partir daí, você faz um trabalho de tradução disso para o "idioma", vamos falar assim, da universidade. Os temas das pesquisas devem estar o máximo possível ligados a problemas concretos das pessoas que estão lá. Então, quando a gente discute o homicídio, quando a gente discute violência, quando a gente discute luto, essa é uma questão para eles lá? É. Então, a gente volta e dá o retorno para eles lá.

Clodine: Completando essa pergunta, conforme o que você já foi respondendo, quais são os cuidados éticos?

Walter: Você tem dois tipos de cuidados éticos, na minha opinião. Você tem o consentimento ético formal, que é esse que você acabou de fazer, que é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cá, Comitê de Ética para lá, tem certas coisas que são realmente importantes nesse processo, só que isso carrega também um certo aspecto de formalização da pesquisa, por exemplo, agora você está gravando e fez um termo. E as coisas que a gente falou, a gente fez a caminhada e você estava junto comigo na caminhada, você não pode usar porque eu não tinha assinado o termo ainda? Entendeu? Por isso que eu acho que a ética tem esse aspecto, digamos formal, importante de ser debatido, mas ela não pode ser reduzida a isso, porque, no aspecto da pesquisa participante, no aspecto da pesquisa que exige essa troca com a comunidade, com o sujeito que está lá. Então, são dois sujeitos que estão discutindo, então, a pessoa tem uma concepção de mundo diferente, e eu tenho uma concepção de mundo, ela também tem conhecimento, eu tenho, ela também tem dúvidas, eu tenho, então, nesse encontro de pessoas, tem uma ética necessária, e que não é garantida por esses aspectos formais disso que nós estamos discutindo. Então, quando eu chego, converso, ouço as demandas de lá, para formular a questão de pesquisa, antes de passar pelo Comitê de Ética, já há uma ética nessa relação, então, é uma ética de relação com as pessoas que estão lá. E o segundo aspecto dessa outra ética é o que eu entendo como aspecto também político, que é esse de ter um compromisso de não naturalizar questões que estão apresentadas lá. É muito fácil para a psicologia naturalizar aspectos que estão presentes na subjetividade fortemente determinados por condições sociais desiguais. Então, eu posso pegar e dizer que as pessoas que estão lá, as pessoas que moram na periferia não sentem determinada situação. Por quê? Porque eu entrevistei e as pessoas disseram que não sentiam, então, eu tenho um dado, regulado pelo código de ética, em que a pessoa disse que não sentia, por exemplo, a perda de um parente. Puxa vida, será que eu posso dizer então que as pessoas não sentem? Eu acho que não. Por quê? Porque, embora formalmente a ética tenha te garantido que você estabeleceu uma relação, que você entregou o

termo, você não entendeu o que a pessoa está dizendo, porque você não teve tempo suficiente para constituir uma relação com ela, para que ela te respondesse algo e que você pudesse interpretar aquilo que ela está dizendo. Para interpretar, você tem que entender, de certa forma, o universo simbólico daquela comunidade ou daquele grupo, para poder interpretar o que foi dito. Então, acho que o aspecto ético não formal, que eu chamaria de relacional e político, é esse, você tem um compromisso político de não naturalizar, de não colocar, por meio da pesquisa, de novo, eles na periferia, de novo inferiorizados, de novo colocados numa situação de desvalor, desvalorização. Perceber as diferenças, claro, perceber diferentes significados atribuídos, essa é a graça de história de fazer pesquisa, mas sempre pensando isso em termos de um respeito a eles, no sentido do que é possível fazer dentro das condições em que eles estão, tomando o cuidado de não naturalizar essas observações, para evitar com isso que a gente tenha a psicologia contribuindo para a inferiorização dessa população. Como aconteceu muito tempo atrás, que a psicologia dizia que a pessoa tinha um déficit cognitivo por pobreza de estimulação. Por quê? Porque os psicólogos tinham ido lá e tinham visto que as crianças foram na escola, como a família, os pais tinham escolarização muito ruim ou não tinham escolarização, imaginavam, então, que os pais não tinham a possibilidade de dar para os filhos estimulação que permitiria que completassem a aprendizagem da escola. Então, surgiu essa hipótese de uma privação do sujeito. O problema não era esse. O problema era que a escola não aproveitava as experiências muito ricas, muito longe de não haver experiências que permitissem aprendizado, a escola que não entendia quais eram essas experiências e não conseguia aceitar essas crianças e as experiências que elas tinham, para fomentar a aprendizagem. Quem fez isso maravilhosamente bem foi Paulo Freire, com a Pedagogia do Oprimido. Então, de certa maneira, há que se fazer uma inflexão em relação à ética. A ética não pode ser só formal, a ética tem que ser algo da relação e da política, no sentido não partidário, mas no sentido forte do termo, de estar se relacionando com um igual, com uma pessoa, e, nesse sentido, não pode agir com ela de maneira antiética, inferiorizando a pessoa de qualquer maneira. Então, esse é um cuidado ético. Às vezes, a gente tem problema com o Comitê de Ética porque a gente fala de pesquisa participante, de pesquisa ação, então, mistura extensão com a pesquisa. E aí? O pessoal, às vezes, não entende, porque o aspecto complicado do Comitê de Ética é que ele é burocrático, é construído de maneira burocrática no desenho dele. Então, você tem que dizer tudo o que você vai fazer, mas eu já estou fazendo antes, e vou fazer depois, como vou dizer tudo? Por exemplo, a questão do roteiro, muitas vezes o roteiro vai mudar, não tenho roteiro, eu tenho conversa. Então, tem um monte de coisas que têm pelo menos dois aspectos éticos, não duas éticas, dois aspectos da ética que têm que ser lidados na pesquisa com populações muito vulneráveis socialmente, o aspecto formal e o aspecto relacional e político. As pessoas se ressentem muito de pesquisadores que vão pesquisar e não aparecem mais, essa é a típica queixa das comunidades. É uma repetição das situações de humilhação. O que é a humilhação segundo o professor Moura? É a experiência de sofrimento vivida tanto na dimensão política, quanto na dimensão pessoal, baseado nessa experiência de não governo da cidade e do trabalho, então, você está desconsiderando as pessoas também na hora da pesquisa, mesmo tendo consentimento e autorização do Comitê de Ética, porque o comitê não pede que você dê retorno. Se tiver dificuldade em encontrar de novo a pessoa, em como dar o retorno, é outra questão, de procedimento.

Clodine: Retomando um tema anterior que você tinha comentado, que os homicídios voltaram a ser um tema importante a partir do ano 2012.

Walter: É voltou. No final de 2011, teve uma situação bem confusa em São Paulo, que não está tão em evidência agora, de assalto à caixa eletrônico com dinamite, explosão. Até aí, o número de homicídios estava só decrescendo, e tem autores muito interessantes que atribuem isso a três tipos de causas: melhoras de políticas públicas e participação dos movimentos sociais na elaboração dessas

políticas públicas; melhora da economia; e um certo controle do crime organizado. No início de 2012, começaram a surgir notícias de policiais sendo assassinados no horário de folga e, logo depois, começou a surgir um aumento de chacinas na cidade e de homicídios. E houve até um jornal que mapeou, já que o negócio estava muito escancarado, que, quando havia um homicídio de um policial, na mesma região, em horário muito próximo, havia um conjunto de homicídios após, com características de execução: passava uma moto atirava em pessoas que estavam em uma esquina. Então, começou a ficar bastante evidente, durante 2012, que havia um enfrentamento entre parte da polícia e parte do crime organizado. Aí, o número de homicídios subiu de novo, não aos patamares de 1996, que foi o momento mais crítico lá no Jardim Ângela e Capão Redondo, e vinha decrescendo, mas voltou a subir. Homicídios em confronto com a polícia, e esses confrontos são sempre muito delicados para se saber se realmente foi confronto ou não, situações de pessoas assassinadas com característica de execução, muito com uma característica de guerra, a secretaria [Secretaria de Segurança Pública] respondendo que estava em guerra com o crime organizado. Em 2013, deu uma descida, mas não voltou aos padrões que estavam em 2011. E, aí, vieram uma série de situações que deixaram evidente que a polícia estava executando pessoas. Executando tanto com grupo de extermínio quando nessas situações de supostos confrontos, então, a polícia armava confrontos, armava no sentido de que ela prendia pessoas e executava essas pessoas e apresentava a situação na delegacia como um confronto, que essa pessoa que morreu tentou atirar num policial e o policial revidou em legítima defesa, e então morreu, e apresentava lá a arma do morto. E até podia ser a arma do morto mesmo, mas havia relatos de que a pessoa não tinha reagido, que ela tinha sido dominada pela polícia, que ela não tinha atirado, e, mesmo assim, foi executada. E esse tipo de prática voltou a aparecer muito forte em 2012.

Clodine: Na sua percepção, quais são as repercussões disso?

Walter: Tem dois tipos de repercussão. Uma depende muito da circunstância em que a pessoa é morta. Se a pessoa é morta num desses supostos confrontos com a polícia, vai haver uma vivência muito difícil da família de tentar dizer que a pessoa não era criminosa, porque há uma suposição de que, em sendo criminosa, é justificado o ato da polícia. É uma crença social que junta essas duas coisas. Então, a família começa a tentar fazer uma disputa com a polícia e com os meios de comunicação de dizer que a pessoa não era criminosa, de que era trabalhadora e tal, e muitas não têm sucesso nisso, então, fica a vergonha da pessoa ser criminosa, morreu e era criminoso. E daí o luto, evidentemente, daquela pessoa da família, em geral, um jovem. Quem morre lá? O jovem, morador da região, em geral, negro ou pardo, e isso cria uma situação muito grave. Tem um grupo mesmo que tem maior risco de ser morto. Então, é obvio que tem aí as mães, pais, irmãos, as namoradas, eventualmente os filhos – porque também é uma característica dessa população que, mesmo os jovens, já tenham filhos, a questão da gravidez na adolescência acontece bastante – todos esses estão envolvidos, em alguma medida, nesse luto, nessa perda dessa pessoa. Em parte, tem essa discussão sobre a vergonha, se a pessoa era ou não criminosa, se foi uma morte "justificada" ou não e tal. E tem uma variante dessa situação que é quando os pais ou as mães, especialmente, batalham para provar que a pessoa foi executada, aí essa pessoa passa a ser perseguida pela polícia. Tem várias mães que a gente sabe que tiveram que mudar da região porque foram denunciar a participação de policiais em homicídios, que era impossível a pessoa ser morta daquela maneira... Então, a pessoa tem que lidar com a ameaça à sua própria vida a partir desse momento que alguém morreu. E tem os desaparecidos, pessoas que não são encontradas, não se sabe se elas morreram ou não, às vezes, há boatos de que elas morreram. Isso certamente é algo muito difícil porque não tem aí no luto um corpo, não tem um corpo para ser velado. E, claro, a morte de um jovem, que é algo muito complicado, a morte de alguém jovem por razões de trânsito, de homicídio é muito tensa. Tem toda uma densidade. A violência é

caracterizada por essa coisa abrupta, ela é abrupta por definição, ela interrompe, ela não é uma situação em que você tem algo prolongado, que você imagina que vai acontecer. E tem essa outra questão, que acho que é uma questão que está pegando muito pesado lá, que é a questão da droga, do uso de *crack* e tudo mais, que está preocupando muito a população. E, aí sim, tem algo prolongado, até tem uma conjunção de fatores com a morte violenta, mas é bastante delicado também para as famílias lidarem com isso.

Clodine: O que você acha da tese que fala da exposição ao risco como forma de intensificar a vida?

Walter: O que eu acho que acontece é uma tentativa desse jovem de aproveitar o que a sociedade está dizendo que oferece para eles e que, na verdade, não oferece. Então, a sociedade diz que oferece liberdade para eles, a sociedade diz que tem chance deles se desenvolverem, está o tempo todo apresentando essas coisas, e eles vão comprovando que isso não acontece, mas, daí a pensar nas mortes como algo que seria um subproduto dessa tentativa de intensificação, acho que não. Não pensaria nisso não, eu pensaria mais que existe essa coisa do risco na sociedade hoje, o risco é uma questão da sociedade hoje, então, você vai ter um jovem de classe média que vai pular de *bungee jump*, o outro vai surfar no ônibus. Eu acho que tem uma questão do grupo, uma faixa etária com características muito estudadas de necessidade de aceitação do grupo e ações que indiquem uma maior aceitação. E aí há risco de vida, muitas vezes, como num roubo para dar um role de carro, tem risco de bater o carro, de acidente de trânsito, de ser pego pela polícia e ser assassinado, pode ser preso... Mas não sei o quanto tem uma percepção deles. Acho que tem mais uma percepção deles de que não tem muita saída, não tem muito horizonte para ir para além do que já está dado, se fosse para chutar algo, uma hipótese. Acho que o risco de morrer está presente, mas não conseguiria fazer uma causa e efeito.

Clodine: Pegando ainda as repercussões, podemos pensar que elas ocorram em nível econômico, emocional, social, que vão impactar na vida dos familiares e pessoas relacionadas. E no seu caso, que participa, que estava na marcha, que vê o caso dos jovens, mais com cartazes, como isso te afeta?

Walter: Olha, afeta muito. Você vê que é uma pessoa que foi assassinada, independente do que ela estava fazendo. Eu sou contra pena de morte, então, eu acho que ela não deveria morrer. Então falam "fulano está assaltando", então ele deve ser preso, não tenho dúvida sobre isso, tem que ser lidado socialmente com o que é crime, mas execução não. Então, quando eu vejo aquilo ali, eu vejo uma parte dessa disputa pela memória do sujeito, dizendo o que ele fazia e o que estava fazendo quando morreu. Isso é importante para a pessoa dizer: "ele estava indo buscar uma *pizza*". Isso é importante para a família dizer, porque tem uma disputa nisso que talvez a gente não perceba e não ouça. E a segunda coisa que me afeta é ir lá naquela caminhada e ver centenas de jovens que foram mortos e parece uma barbárie mesmo. Eu me sinto muito afetado por isso. Eu me sinto triste. Eu fico pensando: "que sociedade é essa?". Muitas vezes, me pergunto a que preço desigual a gente tem segurança em certos lugares e não tem em outros, me questiono muito por que que esses caras, mesmo que estivessem vivos, talvez nunca estivessem no lugar em que eu trabalho, nunca estivessem como meus alunos, eventualmente, depois, como meus colegas... Isso me afeta muito. Me deixa de fato muito triste com essa situação. E, ao mesmo tempo, me dá força para pensar que, sim, é importante discutir isso, é importante discutir isso com essas pessoas, me dá motivação também para pensar uma ação em relação a essa população.

Clodine: Eu lembro de uma senhora que veio conversar dizendo que ela tinha vários familiares enterrados naquele cemitério, e ela, parecia bem desestruturada psiquicamente...

Walter: Tem uma coisa que é complicada, que uma das formas de elaboração dessas situações de violência muito repetitivas é um discurso estereotipado, que serve para ser dito para pessoas que você nunca viu. Então, muitas vezes, você tem um sofrimento que é tamanho, que você organiza um discurso estereotipado e você sai repetindo aquele discurso, e até tem uma certa falta de crítica em relação se a pessoa está ali para te escutar ou não em relação àquilo que você viveu, se a pessoa é receptiva ou não para conversar com você e tal. Então, é difícil, de fato há desorganização, mas acho que também há uma tentativa, talvez até sintomática, de reorganizar e, às vezes, isso reorganiza nessa fala estereotipada sobre violência, eu conto, conto todos os detalhes, tal... Eu realmente não sei o quanto isso significa efetivamente uma elaboração dessa morte, porque fica repetitivo, sabe, o mesmo disco chiando, e você olha e não tem uma afetividade com aquilo que a pessoa está dizendo, fica esquisito. Mas teria que conversar mais com ela para saber se isso representa uma psicopatologia ou não, mas que tem uma fala estereotipada, tem.

Clodine: Para a gente fechar, que medidas, ações e soluções você acha que seriam necessárias para poder ter uma mudança nessa situação desse aumento de homicídios com todas essas repercussões que isso traz?

Walter: Tem medidas de políticas públicas, as questões de segurança, as questões de saúde, educação, moradia. E aí cada uma delas tem curto, médio e longo prazo. Então, policiamento comunitário, desmilitarização da polícia, e aí você começa a esbarrar numa dimensão maior, que é essa de uma sociedade que diferencia o valor da vida. Tem vidas que valem mais do que outras. Tem vidas que valem um aspecto material. Isso é muito grave, porque, de certa forma, isso também é transmitido para o jovem: "vale matar por um tênis". Como, provavelmente, a vida dele não vale um tênis. Num horizonte mais amplo, eu acho que, a partir dessas mudanças pontuais nas políticas públicas, eu acho que teriam que ser alcançadas, uma saúde que dê conta desses aspectos psíquicos, desse sofrimento psíquico reiterado, que vão esbarrar a médio e longo prazo numa mudança maior, que seria uma mudança no reconhecimento do ser humano, no reconhecimento do outro, do direito do outro existir, que é muito desconsiderado, pode morrer que ninguém está dando conta que morreu, isso é muito ruim para a sociedade. Então, eu acho que teria que ter mudanças em cada um desses setores e uma mudança mais ampla na sociedade, mas como não dá para ficar esperando uma mudança mais ampla na sociedade, vamos começar pegando as coisas mais próximas: "como é que o serviço de saúde cuida disso? Como é que a educação cuida disso? Como a segurança pública cuida disso?". Mas sempre olhando para os dois ângulos, o mais próximo possível de mudar imediatamente, aquilo que é de médio e longo prazo em cada um desses âmbitos e uma mudança mais ampla na compreensão da sociedade. Só acho que vai acontecer a partir dessas mudanças pontuais.

Entrevista 3 - com Cícero (nome fictício) – Líder comunitário

17/01/2014

Clodine: O que você pode me dizer da situação do jovem aqui hoje?

Cícero: Essa região é uma região muito discriminada pelo poder público e aqui nada acontece. Aqui só vem a mídia quando tem um assassinato e é uma região que tem bastante lideranças, bastante entidades que desenvolvem esse trabalho social, cultural, esportivo, mas não tem apoio do poder público. É que da ponte pra cá, temos que falar a verdade, todo mundo aqui é visto como bandido, tudo mundo aqui não vale nada, são pessoas que não são de boa índole. Quando se fala dos bairros mais periféricos do fundão, para eles, todo mundo é bandido. E aqui não acontece nada, é aqui que eles são eleitos, aqui que está a maioria dos votos, principalmente da esquerda, é aqui dessa região. Nessa região abandonada, é aqui que os caras conseguem os votos para serem eleitos. É importante trabalhar com o jovem, pensando em cidadania, porque os jovens são muito discriminados na rua, principalmente quando passa da ponte pra lá. E com os casos que aconteceram aqui em janeiro de 2013...

Clodine: O que aconteceu nessa data?

Cícero: Foram sete assassinatos que aconteceram como consequência de uma abordagem da polícia em 2012, quando a polícia matou um servente na frente da comunidade, e foi filmado. No virar do ano, eles vieram e retaliaram todo mundo que tava no bar, mas eles mataram só trabalhador, isso é comprovado, trabalhadores que foram mortos pelas mãos da Polícia Militar. Quando você chega num bar e fala: "mão na cabeça, é a polícia", quem é trabalhador não vai correr, concorda? Tinha lá homens e mulheres, é um lugar onde a comunidade fica. Entendeu? Aqui não é os Jardins, onde os *playboys* ficam até seis horas da manhã tomando cerveja na calçada e a polícia passa lá e bate continência, entendeu? Aqui é diferente, aqui é arma na cabeça. Qual o lazer que o jovem de periferia tem hoje? Além do esporte nas quadras de algumas escolas e nos campos e alguns sarais que algumas comunidades promovem, eu não vejo outro lazer. Primeiro porque o jovem não tem dinheiro pra se locomover, essa é a primeira questão. Se ele vai no *shopping*, ele não tem dinheiro nem para tomar uma Coca-Cola dentro do *shopping*. Você pode ver essa questão dos rolezinhos nos *shoppings*. A molecada marca pela internet, pelo *Facebook*. O *shopping* é pra atender todo mundo. Agora eles estão fazendo isso porque são jovens pobres e pretos da periferia. Aí eu pergunto, e se fosse da ponte pra lá? Se fossem os jovens do lado de lá? Existe uma discriminação muito grande. Lógico que aqui tem muitos jovens bons, talentosos, pessoas que compõem, artistas. Mas, no geral, a juventude não tem opção de lazer. Se você faz um aniversário na sua casa, se a rua enche, aí já é motivo pra polícia vir e jogar bomba, *spray* de pimenta, na sua casa. Como aqui as casas não são grandes mansões, às vezes não cabe na cozinha e na sala, o pessoal fica na rua. Isso é realidade da periferia. Quando a polícia vem, eles já vêm para retaliar mesmo. Tá na rua, mesmo durante o dia, eles vêm e param as pessoas mesmo, espanta todo mundo e manda todo mundo embora e acabou. Da ponte pra cá, a abordagem da polícia é com a arma na cabeça. Se você não morre com um tiro, você tem um infarto. Sem falar que teve familiares aqui que, quando tiveram a notícia do assassinato dos filhos, morreram infartados. Uma situação completamente difícil. Acabou. A alegria nesse bairro acabou. Aqui dá nove horas da noite já não tem mais ninguém na rua, as ruas ficam desertas. Depois das nove, você vê só alguns jovens voltando da faculdade e do colégio andando a passos largos e olhando tudo quanto é lado. Se vê um carro de polícia então, aí o coração dispara. Essa é a realidade aqui. Hoje, se uma criança aqui

vê um carro de polícia ela volta correndo para traz, por conta da morte de familiares, vizinho e amigos...

Clodine: Como fica a vida dessas pessoas que sobrevivem?

Cícero: Eu acho que essas pessoas que perderam seus entes queridos, na minha opinião, acho que eles respiram só. Acho que, pra eles, a história acabou. Acho que vive porque tem que criar os filhos, né? Agora, pros filhos, é um mundo que vai ser uma eternidade, pra eles entenderem isso, e vão crescer com isso na cabeça e medo da polícia, porque a polícia matou o pai deles. Não tem outra saída.

Clodine: Você acha que, para uma morte dessas, quantas pessoas são afetadas?

Cícero: Muitas pessoas. Eu não sou parente de nenhuma das vítimas, mas eu me sinto como se fosse da minha família. Já vi várias mortes aqui nesse bairro, o jovem vem conversar com você agora e, ali na frente, tá morto. Agora, igual a essa chacina aí eu nunca vi. Por isso que eu te pergunto se vale a pena lutar ainda. Porque você não vê resposta. Você não vê resposta no poder público, não vê resposta no Senado, não vê resposta dos vereadores, você não vê uma resposta da Igreja, a Igreja, padres e pastores, não se une devido às doutrinas diferentes, então, fica difícil, você não vê uma saída lá no fim do túnel.

Clodine: E no caso das lideranças e pessoas que se engajarem muito, elas chegam até a correr risco?

Cícero: Com certeza. Algumas pessoas conseguem ainda caminhar. Essas pessoas eu acho que estão, de uma certa forma, livres de ter uma depressão, infarto instantâneo, porque são pessoas que ainda têm força, acho que é Deus ali dando força pra pessoa poder lutar contra a injustiça que cometeram. E essas mães são pessoas que vão poder ajudar outras pessoas. Tem muitas mães que estão com medo, estão em casa, aí começam a ficar com depressão e ficar doentes, debilitadas.

Clodine: Quando estávamos conversando com você falou sobre o grande número de pessoas que acabam recorrendo ao Caps

Cícero: Pois é, se tivesse investimento, se tivesse políticas públicas pra juventude na periferia, na minha opinião, não precisava de tantos Caps. Se você tem políticas públicas, se o jovem tem emprego, tem uma escola de qualidade, tem livre acesso de ir e vir... E tem a saída pra isso, o que não tem é a vontade política. Isso vai ter resposta nas eleições agora de 2014, que os votos brancos e nulos vão triplicar. Eu acho que isso não era a melhor saída. A melhor saída era o povo se unir e fazer uma limpeza de Câmara Municipal pra cima, tirar todo mundo. Porque chega dos mesmos, não dá mais. Os mesmos pra nós já não dá mais, e o povo sabe disso. O povo tem aí a opção da internet, o povo já lê mais um pouquinho, já tá mais informado, então, o povo sabe do que tá acontecendo no Brasil, principalmente em São Paulo e nas periferias.

Clodine: Inclusive as marchas e caminhadas que tiveram

Cícero: Os atos, as marchas que aconteceram e que vão acontecer. Maio e junho de 2014, o Brasil vai parar de vez mesmo. Já começou a ter os atos contra a Copa do Mundo. Porque o povo não aceita mais ver o descaso com a saúde, com a educação, com a segurança pública e com o transporte, não aguenta mais isso. O povo não acredita mais naquilo que foi prometido pra ele. Ele já sabe que teve acordo na política, que o mensalão sempre existiu. A periferia vai parar, como um movimento pacífico que busca por justiça, por igualdade e por melhores condições de vida.

Clodine: Retomando a questão de que, se tivessem políticas públicas, precisaria de menos Caps, qual a ligação?

Cícero: Se você não tem qualidade de vida você vai tendo as doenças, inclusive. O jovem vai se refugiar com outras coisas, por exemplo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Se hoje a saúde já não consegue atender da maneira como está, imagina daqui a dez ou quinze anos esses jovens vivendo do jeito que eles estão? Às vezes, é um refúgio. Em casa, é muito fácil falar até um "eu te amo" pela internet, mas, na sala, passa pelos pais e vice e versa e não se fala nem um bom-dia. Agora, hoje, na periferia a família tem três a quatro filhos, e os que vão ter mais atenção são os menores, que são bonitinhos ainda, o pai gosta de mostrar pros outros, mas passou de 12, 13 anos, já não vai ser tratado igual o outro menorzinho, até mesmo pelas más condições de vida, mesmo, falta de tempo.

Clodine: E você tinha falado até de crianças tomando antidepressivos

Cícero: Então, essas crianças que perderam seus pais acabam recebendo indicação pra tomar antidepressivos. Mas eu não conheço um antidepressivo que seja pra se dar pra uma criança. É absurdo um negócio desses, como uma criança pode tomar antidepressivo?

Clodine: E o sofrimento não é só químico, não veio do nada, tem uma razão no contexto social.

Cícero: Exatamente. Olha, eu não sei, às vezes, eu não tenho mais palavras pra tentar chegar numa conclusão, mas é doloroso. É doloroso. Só quem tá aqui no dia a dia... Você vai conversar com as mães e você vai ver que não é fácil.

Clodine: Como fica a vida dessas famílias?

Cícero: Além da dor, tem a questão econômica, onde é que você vai arrumar dinheiro para sustentar aí quatro adolescentes? Tem uma pessoa que foi assassinada aí que deixou quatro adolescentes. Ficaram mais de 25 crianças órfãs. Na nossa região toda, se você pegar de junho de 2012 pra cá, foram mais de 270 assassinatos e tudo pessoas que foram mortas pela Polícia Militar. Muita coisa, né?

Clodine: E esses casos são apurados?

Cícero: Muitas vezes sim, mas isso não vai levar a nada, porque eles têm todos os tipos de acordos imagináveis. Então é uma questão de tempo e essas pessoas não vão continuar presas, vão sair, porque os pais vão ser vencidos pelo cansaço, pela ameaça. Você vai depor você passa por uma situação constrangedora, né?

Clodine: Hoje qual é a reivindicação da população?

Cícero: Nossa reivindicação é primeiramente a gente pedir força pra Deus pra gente continuar lutando, que é só Deus que pode nos fortalecer, mais ninguém. E a gente se organizar, os movimentos de unirem em prol de uma sociedade mais justa. Isso pensando na política. Porque os militares tomando conta, não dá mais. Hoje tem acordo até com os manos da sigla, o PCC [Primeiro Comando da Capital], eles têm acordos com o governo. Até... eu não gosto muito de pensar lá na frente, quando você pensa muito lá na frente você acaba dando um passo pra trás aqui na luta. Então, assim, eu vejo que o PCC vai dominar aqui esse país. Na política eles já estão. Eles não vão tomar o poder, mas vão estar nos bastidores.

Clodine: E aquele ressarcimento para as famílias?

Cícero: Então, a luta dos movimentos aqui é escrever um documento pro governo indenizar essas famílias, porque comprova que eles foram mortos pela Polícia Militar. Quando morre um policial, eles têm uma indenização de 200 mil, fora o seguro que o policial tem. Então, a nossa pergunta é: e o trabalhador que é morto na mão da Polícia Militar, qual é a indenização que eles vão ter? Nossa luta é pressionar. Já falamos com o secretário várias vezes e nada andou. Tudo ficou parado, e as mortes continuaram acontecendo. Ele vai na mídia e não tem mais o que falar, porque tá na cara dele que eles perderam o controle da situação, entendeu?

Clodine: E mesmo com essa dor, e essa dificuldade de encontrar uma perspectiva pra solucionar essa situação, se for pensar de uma forma ampla, desde o começo, o que você acha que precisaria ser feito para reverter essa situação?

Cícero: Então, primeiro é desmilitarizar essa polícia que tá aí. Segundo, é fazer uma limpeza na política. Lógico que, em primeiro lugar, vem a luta do povo, né, a luta dos movimentos organizados, que acho que têm que se juntar, fazer atos de maneira pacífica, nada a ver com aquele quebra-quebra. A nossa luta é por mudar o plano diretor, as metas. O que tem que mudar também é a questão da educação, eu acho que as escolas da periferia não têm uma infraestrutura, o currículo escolar tem que ser mudado, a molecada tem que ter acesso à internet dentro da escola para fazer pesquisas, melhorar o salário dos professores e um trabalho educativo e pedagógico com os esportes.

Entrevista 4 – Jorge – Líder do movimento social negro Círculo Palmarino

25/03/2014

Clodine: Qual seu envolvimento com o tema da violência e homicídios de jovens?

Jorge: Esse é um assunto que a gente vem tratando abertamente, publicamente, e é uma frente de atuação política nossa. O meu envolvimento é a partir da atuação política da entidade de que eu participo, o Círculo Palmarino, que é uma entidade do Movimento Negro, que está articulada aqui em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pará, uns seis, sete estados. E, desde 2009, quando a gente fez o nosso primeiro encontro nacional, a gente definiu como centro da nossa atuação política o território urbano, o que a gente chama de "territórios negros urbanos", e os conflitos e as contradições que esses territórios sofrem no seu cotidiano, seja a partir da sua dinâmica econômica, social e cultural. E nós definimos como um eixo para atuação nesse campo o que a gente vem chamando de faxina étnica, que são as intervenções que o Estado promove em cima desses territórios que perpassam quatro grandes eixos que a gente estabeleceu, que é a política de remoções. A serviço da especulação imobiliária e do dito desenvolvimento, o Estado promove um processo sistemático de remoções de comunidades inteiras para lugares mais distantes com menor infraestrutura, e a gente vem sentindo muito isso com o impacto dos grandes eventos, Copa do Mundo, Olimpíadas, em especial no Rio [Rio de Janeiro]. Um outro eixo é o extermínio indireto da nossa população com a política de falta de saneamento, de uma política de desenvolvimento humano, então, a ausência de saúde pública e de saneamento que implicam num processo de extermínio da nossa população indiretamente. O terceiro eixo é o encarceramento em massa da nossa juventude, e, aí, a relação com o Judiciário; e quarto eixo é a questão do genocídio direto da população, que é esse projeto que a gente vem chamando de "extermínio da população negra". Então, foi a partir dessa definição, desse eixo político que nós construímos, de 2009 para cá, que a gente vem cada vez mais se aproximando e articulando esse tema na nossa atuação política. Aqui em São Paulo, e especial, em 2009, nós formamos uma frente de movimentos que começou a construir uma articulação que, depois, virou um comitê contra o genocídio da população negra. Então, em 2009, também nós construímos um dia 13 de maio de luta. Foi um grupo; Círculo Palmarino, Uniafro, Levante Popular da Juventude e várias outras entidades; que se juntaram para ressignificar o 13 de maio – que é uma data que, na redemocratização do Brasil, o movimento negro passou a negar – como uma data de denúncia do racismo; e afirmar o dia 20 de novembro como o dia de reivindicação do movimento negro, mas nós ousamos reivindicar o 13 de maio como mais um dia de luta, que, em 2010, teve como tema central o genocídio da população negra. Naquele ano, completavam-se quatro anos dos crimes de maio. Nesse dia, protocolamos, junto com o Coletivo das Mães de Maio, um pedido de federalização dos crimes de maio para que, de fato, fossem investigados aqueles casos de violência. E não só em Santos, mas, em 2006, foram contabilizados quase 500 jovens assassinados em várias periferias da cidade em quinze dias, logo depois daqueles ataques do PCC teve um revide da polícia que provocou aí um grande genocídio da juventude nas periferias. A partir desse segundo 13 de maio de luta, em 2010, se desencadeou algumas audiências públicas na Assembleia Legislativa, na própria Câmara, várias reuniões, e fruto desse processo culminou na construção do Comitê Contra o Genocídio da População Negra, que teve várias atuações, um espaço muito importante com série de iniciativas contra a violência. Então, desde 2010, passando por 2012, que no segundo semestre de 2012 teve um outro processo de intensificação da violência e a morte de vários jovens, nesse momento, nós ocupamos a Secretaria de Justiça e exigimos uma audiência com o Secretário de Segurança Pública, fizemos uma série de articulações para dentro dos órgãos estaduais responsáveis pela polícia, pela segurança pública, para medidas como o fim dos autos de resistência, para que, em casos de pessoas atingidas por balas, que não fosse feito o

atendimento pela polícia, mas pelo Samu [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência], ou grupos de paramédicos, para evitar que fossem forjados, como vinham sendo muitos casos forjados, coisas que foram se efetivando depois, fruto dessa luta que nós construímos. E a luta continua pela investigação, ter apoio às famílias, apoio financeiro, psicológico, ter aparato social para acolher as famílias de vítimas da violência, ter uma ouvidoria, um mecanismo direto para além da ouvidoria da Polícia Militar, ter um órgão que possa acolher, um disque denúncia mais isento, com um controle social maior, para que a população se sinta mais à vontade para denunciar casos de violência. Até chegar no começo de 2013, quando houve outra chacina, que nós também acompanhamos esse processo, articulado com movimentos da zona sul como o pessoal do Capão Cidadão, Agência Solano Trindade, entre outros movimentos, e nós construímos uma grande audiência pública e a gente reuniu lá várias autoridades para poder reivindicar e fizemos outra audiência um ano depois, onde pouco se avançou, infelizmente, em relação à situação das famílias. Meu envolvimento com o tema se dá por essa relação da nossa entidade e pela visão política de que genocídio hoje é um dos grandes temas colocados dentro do território urbano. Então, há uma população considerada excedente, que não serve para o capitalismo, para esse modo de produção e de expansão do capitalismo nos grandes centros, que precisam ser sistematicamente eliminados pelos aparatos do Estado, seja diretamente, através do extermínio, seja através do encarceramento, seja pelo extermínio indireto, com a ausência de políticas públicas, de saúde, de saneamento, etc., ou afastando, repelindo, removendo para lugares mais distantes. Então, para nós, pensar a cidade, pensar o perímetro urbano passa necessariamente por enfrentar esses desafios.

Clodine: Seria como a política de embranquecimento que a Cida Bento mostra existir desde o período do Brasil Império?

Jorge: Na verdade é o seguinte, a elite brasileira teve muita influência do eugenismo na virada do século XVIII para o XIV. O Conde de Gobineau, que foi um grande defensor da eugenia na Europa, esteve no Brasil, tem um livro que fala sobre isso aqui no nosso acervo. A elite tinha a ideia de que o grande contingente de negros no território brasileiro era um entrave para o desenvolvimento do país, então, por isso essa política de embranquecimento. Como não era possível exterminar tudo de uma vez e você precisava de força de trabalho e do exército de reserva, como se diz no jargão da discussão do desenvolvimento do capitalismo, como você não poderia exterminar de uma vez, como se propôs na Europa a questão da raça pura ariana, a ideia é que a mestiçagem pudesse provocar um embranquecimento da sociedade brasileira até o momento em que não houvesse mais negros ou negros escuros dentro do Brasil. Isso foi uma política sistemática. A gente compreende que esse projeto de faxina étnica vem sendo estruturado desde o processo pós abolição, seja pela política do embranquecimento, seja pela política desde a lei da vadiagem, que era uma lei para criminalizar; seja as distorções econômicas, sociais e culturais que foram sendo construídas, formando um verdadeiro abismo social; seja pelo que considero como sendo a maior perversidade no meio desse caminho, que foi o discurso da democracia racial, que foi uma tentativa de acomodação ideológica das forças atuantes, principalmente da população que vem de baixo, da população negra. Uma acomodação para impedir que essa população reivindique a sua história, uma identidade, dentro desse mosaico que é o Brasil. É inegável que o Brasil é uma mistura, uma nação multiétnica, mas a afirmação desse multiétnico nega a construção de uma identidade negra popular, justamente porque vem daí a força que pode romper com as estruturas que estão colocadas no *status quo*. Então, a ideia de democracia racial foi decisiva para poder construir uma acomodação que passasse uma borracha na escravidão. "Ah, então, legal, existiu a escravidão, mas isso é coisa do passado, olha como o nosso país é bonito, olha as belezas naturais, olha a grande mistura que ocorreu aqui. Então, as pessoas vivem de forma harmoniosa, sejam elas brancas, negras ou amarelas e o que precisamos resolver é apenas social, mas,

se você individualmente se dedicar, buscar e ir atrás do seu caminho, você vai conseguir naturalmente ascender socialmente." Então, é o discurso perfeito no sentido de acomodar e de jogar para o indivíduo a responsabilidade da condição que ele vive. Aí, você vê uma parcela significativa da própria população negra aceitando as condições em que estão, acreditando que não estão em melhores condições porque não se esforçaram o suficiente para chegar lá e, muitas vezes, não conseguem perceber todo esse trajeto histórico que produziu esse abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. E eu acho que esse é o grande desafio do movimento negro, tanto que, na redemocratização do Brasil, uma das principais bandeiras do movimento negro era estabelecer a ideia da democracia racial como um mito, a necessidade do Estado brasileiro reconhecer a existência do racismo e, a partir daí, adotar políticas públicas de reparação e de inclusão da população negra nessa sociedade. Não tem como discutir violência, discutir faxina étnica, sem pensar essa trajetória histórica. E é interessante que não dá para pensar luta de classes no Brasil sem pensar o recorte racial, quanto mais pobre, maior a presença da população negra. Das pessoas que estão abaixo da linha da miséria, 73% são afrodescendentes, quando você pega no trabalho doméstico, mais de 70% são mulheres negras, que ocupam o mesmo papel do pós abolição. Quando os homens eram impedidos de entrar no mercado de trabalho, não conseguiam acessar o espaço das indústrias e tal, quem segurava a onda das famílias negras eram as mulheres, que iam para o mercado de trabalho na condição de trabalhadoras domésticas, que era o trabalho que elas exerciam também no período escravocrata. Então, o trabalho doméstico no Brasil ainda é resquício da escravidão. As mulheres negras abrem mão de cuidar dos seus filhos para cuidar dos filhos das mulheres brancas de classe média, e eles ficam abandonados e, depois, vão virar os infratores, mas a grande maioria não, mesmo com todas essas dificuldades, a maioria vai se tornar trabalhadores que se sacrificam para conseguir ter o mínimo de dignidade.

Clodine: E nos casos específicos que têm ocorrido ultimamente, de homicídios de jovens envolvendo a polícia, o que você poderia comentar?

Jorge: Esses casos exemplificam o que acontece cotidianamente, não foram os primeiros casos e, infelizmente, não serão os últimos. Porque, na verdade, hoje, a estrutura da polícia e da segurança pública – hoje, não, acho que historicamente – foi pensada para proteger os interesses de uma minoria e conter uma grande maioria, e isso vem se intensificando no último período, inclusive, eu acho que tem um grande debate que nós precisamos enfrentar na sociedade brasileira, que é se ainda a gente precisa de uma estrutura de polícia militarizada, que é um resquício da ditadura militar. Quase nenhum país do mundo ainda mantém uma estrutura de polícia militar. A ONU reivindicou várias vezes o fim da Polícia Militar aqui no Brasil por vários motivos, mas um exemplo que caracteriza bem a necessidade do fim de uma polícia militar é que, quando você constrói uma estrutura militar é justamente para combater o inimigo, então, quando você para para pensar, quem é o inimigo da Polícia Militar num território urbano? Quem são os inimigos? É a própria população. Então, não se justifica uma estrutura de repressão contra a própria população, que nega a sua própria estrutura original que é de garantir uma segurança, se é que isso é possível, uma segurança pública para todos. Então, infelizmente, a Polícia Militar cumpre um papel muito importante para a manutenção do *status quo* de uma pequena elite, que permanece no poder, seja a elite política, sejam os grandes interesses econômicos, que perpassa pela grande mídia, pelos bancos, pelos grandes latifúndios, os grandes negócios do nosso país. E conter uma parcela significativa da população que fica aí sobrevivendo em condições precárias, com um transporte que não funciona, com uma saúde e educação que não funcionam, e, aí, a grande presença do Estado nos territórios periféricos, de maior vulnerabilidade, é a partir da repressão. E essa estrutura militarizada tem uma certa autonomia, que o próprio Estado, até certa medida, perde o controle. Quando você tem 60 mil homens com, no mínimo, uma ponto quarenta na cintura, você dá um grau de autonomia, com uma formação extremamente perversa, que estabelece

um determinado padrão de pessoas como inimigo, um padrão de pessoas como marginais, a ideia do suspeito padrão, do marginal padrão, do ladrão padrão. É feita toda uma lavagem cerebral na cabeça do cara desde a academia, desde a sua formação, e ainda é jogado em território de vulnerabilidade, que muitas vezes ele também é desses territórios, que esses policiais também são trabalhadores, são filhos e familiares de pessoas que também moram na periferia, mas, a partir do momento que ele veste aquela farda, ele assume um papel de Estado e ganha uma certa autonomia para agir de uma forma bastante truculenta, e se deseja isso, inclusive, que ele aja de uma forma truculenta nesses territórios. E, a partir disso, vão se criando micro poderes nesses territórios onde eles começam a agir. Foi publicada uma matéria na revista *Caros Amigos*, da Tatiana Merlino, que mostra que quase todos os batalhões da polícia possuem grupos de extermínio, onde aqueles policiais mais violentos são selecionados para uma elite de ação naqueles territórios. E é interessante que esses policiais que agem como um grupo de extermínio agem, muitas vezes, a partir da relação com o pequeno comércio, então, eles fazem a segurança. Não é raro ver, no momento em que uma padaria, por exemplo, está fechando, uma viatura da polícia na porta aguardando fechar para garantir que seja seguro, assim como outros comércios. Assim, vai se criando micro poderes. Então, esses policiais passam a agir a partir dos interesses privados, do comerciante, do pequeno empresário etc. e, para garantir a segurança, impedir os pequenos furtos, ele faz uma limpa na geral na comunidade e age de uma forma bastante intensa nesses territórios. Então, hoje está muito alastrado, no estado de São Paulo, essa política dos grupos de extermínio, que agem a partir de interesses econômicos locais e, além disso, você tem uma grande estrutura da polícia, que também provoca incursões nesses territórios a partir da contenção de possíveis ações de violência. Como a gente tem visto no último período, as pessoas que se revoltaram contra as enchentes, as pessoas que se revoltam contra as mortes de jovens inocentes, então, você tem grandes incursões articuladas por si, quando há situações específicas de vulnerabilidade em cada território, mas você tem uma violência praticada no cotidiano, que tem a ver com esses micro poderes que vão se articulando dentro da periferia. O que aconteceu em janeiro de 2013 tem a ver com isso. Aquela ação violenta dos policias que foi gravada, deles entrando dentro da casa do cara para prendê-lo, de forma absurda, e depois o cara apareceu morto. Quem foi filmado ganhou uma baita repercussão e, aí, os grupos de extermínio que atuavam naquela região, que se sentiam muito à vontade, e aí acabavam sendo, entre aspas, reprimidos naquele momento, por conta daquela filmagem que ganhou repercussão e foi para a grande mídia, precisava dar uma resposta e tentar eliminar aqueles que eles suspeitavam que fosse responsável por aquela filmagem. Então, aquela ação em si foi uma resposta a uma tentativa da população de denunciar as arbitrariedades que a polícia comete dentro desses territórios periféricos. Então foi muito emblemático por isso. Mostra o grau de poder que esses agentes têm sobre esses territórios. Foi uma demonstração de força e uma tentativa de inibir que a população se articule reivindicando mudanças dentro desse cenário. Então, foi muito emblemática aquela incursão, que produziu aquela violência toda. Foi uma chacina extremamente significativa. E o que mais nos assusta é que tem todas as evidências de que teve a participação de policiais, mas há uma total inoperância do Estado para o julgamento e, de fato, condenação dos envolvidos. Então, por mais que haja uma autonomia, há uma cumplicidade da estrutura com esse tipo de ação. E, aí, volta a estrutura militar, por exemplo, se o milico chega com a farda amassada, ele pode ficar até um mês preso, mas, se ele matar uma pessoa, ele pode passar impune. A estrutura militar é isso. Você cometer qualquer ato de indisciplina, por mais simples que ele seja, é mais grave que, por exemplo, você justificar que estava num confronto, forjar um confronto, uma cena do crime e provar que você apenas agiu em legítima defesa. Essa é a estrutura de polícia que a gente tem. E, para concluir essa ideia, o governo, em vez de dialogar, qual a resposta que apresenta para essas questões da violência? Foi criado um programa o ano passado, que é um programa de bonificação para as polícias, que resumidamente é assim: aqueles batalhões e localidades em que a polícia conseguir diminuir os índices

de violência, esses policiais receberão bônus, um bônus que poderá ser de até 8 mil reais por ano. Então, em vez de se discutir um plano de carreira, um aumento real no salário, o governador do estado incentiva uma competição entre esses batalhões, para que aqueles que conseguirem diminuir os índices de violência possam receber os bônus. Você pensa: "legal!". Mas, quando se diz reduzir os índices de violência, não se diz apenas reduzir os homicídios, se diz reduzir os roubos, os furtos, toda a complexidade, ou seja, você legitima que esses policiais ajam de forma mais contundente nesses territórios para coibir que outras ações que poderiam gerar estatísticas de violência possam ser colocadas e também intensifica que, se caso houver assassinatos, que esses policiais forjem as evidências para justamente não virar uma estatística. Então, você, de certa maneira, institucionaliza a possibilidade de burlar as estatísticas para que esses policiais possam receber bonificações. Acho que a pior forma de você querer valorizar o profissional e querer, de fato, melhorar a qualidade de vida desses territórios é você estimular uma competição que pode, em vez de reduzir a violência, simplesmente gerar uma série de elementos forjados para negligenciar dados estatísticos para se garantir bonificações para A ou para B. Então, mostra que, de fato, o governo do estado não está preocupado em resolver o problema da violência, que, na nossa concepção, não perpassa apenas por militarizar os territórios, muito pelo contrário, é garantir a educação de qualidade, saúde, espaço de cultura, de lazer, essa política de desenvolvimento econômico, social e cultural que vai diminuir os índices de violência, e não esse processo de saturação, de intensificação, de militarização dos territórios urbanos que vai resolver o problema da violência.

Clodine: Uma forma de repressão para manter a população no local onde está, sem reivindicar e com medo...

Jorge: Exatamente. Tanto que foi feita uma pesquisa pelo Data Folha um tempo atrás que mostra que, quanto menor a faixa de renda, maior é a rejeição à polícia. A pergunta era: "quais as instituições, aparatos Estatais que você menos confia?". Quanto maior a renda, menor a rejeição à polícia. Isso é muito significativo, porque, de fato, quanto mais pobre, mais você tem medo e não confia na polícia.

Clodine: Pensei numa outra pesquisa do Data Folha sobre as reações à violência, de policiamento e diminuição da maioridade penal.

Jorge: Exatamente. Tem um grau de conservadorismo da sociedade que é evidente. E que é alimentado cotidianamente principalmente pela grande mídia com os seus programas que estimulam e intensificam essa ideia de criar quase que territórios de exceção. Eu conheço a maioria dos bairros que aparecem no Datena, Marcelo Resende [citando apresentadores de programas de televisão que se concentram em notícias ligadas à violência] etc. E, de fato, vendo o que eles estão apresentando, você fica com medo, mas, quando você vai de fato nessas localidades, você percebe que há uma total distorção entre aquilo que é dito e aquilo que é real. Não tem que negar a existência da violência, do tráfico, da bandidagem, tudo isso existe na periferia, mas o que, de fato, enxergo cotidianamente é que 99,8% da população da periferia sai todo dia cinco e meia, seis horas da manhã, para encarar duas ou três horas de trânsito para ir trabalhar, depois, alguns ainda vão estudar, chegam de madrugada, para sair de madrugada de novo, então, o que eu vejo é uma população extremante trabalhadora, que busca, de todas as formas alternativas, sobreviver dentro desse mundo perverso que nos oprime cotidianamente. E, de certa maneira, essa mesma população absorve essa ideia da criminalização da pobreza e das periferias e ela não percebe que o estereótipo que se cria é contra ela mesma, que aquele moleque que está sendo preso, que aparece na TV tem a mesma cara do seu filho, tem a mesma cara do seu vizinho, do seu primo, ou de qualquer outra pessoa que convive com você. É muito perverso o que esses programas fazem, porque é como se as pessoas saíssem desse território e como se elas não

fossem parte desse contexto e vítimas também desse contexto. Então, esse é o maior desafio, as pessoas perceberem que aquele estereótipo que está sendo criado não é do outro, é de você mesmo.

Clodine: Tem autores que afirmam que o jovem é protagonista da violência social, e protagonista quer dizer: o primeiro que agoniza, então, ele aparece como ator responsável pela violência na mídia e ele é o primeiro que sofre, quem mais morre...

Jorge: O próprio Marcelo Freixo diz isso, que eu acho fantástico, é o seguinte: "como é que pode você me dizer que o crime organizado está representado por um jovem preto, de chinelo, bermuda e sem camisa, com um fuzil na mão. Ele que é o grande responsável pelo crime organizado no Brasil. Ele é o terror que nós precisamos combater. É ele que traz as drogas, é ele que trafica as armas, é ele que produz toda a violência". Aí, vamos trazer para a realidade de São Paulo, o aviãozinho, o moleque que mal sabe ler e escrever, ele é o grande representante da criminalidade no estado de São Paulo? É um pouco demais, né? O próprio Freixo fala: "não existe crime organizado sem estar por dentro do Estado". As estruturas do crime organizado perpassam por uma relação íntima com o Estado, seja através dos aparatos repressores, seja através da grande cúpula do Estado. Então, se criminaliza quem está na ponta, quem agoniza, esse é o inimigo, por isso você tem a Polícia Militar, você precisa criar um inimigo para ser combatido sistematicamente. Mesmo com as ocupações de pacificação nas favelas do Rio de Janeiro, transmitidas ao vivo de forma espetaculosa, vai se construindo um imaginário, uma ideia que vai justificando cada vez mais a violência instantânea e a naturalização dessa violência. De vez em quando, há uns surtos de realidade, como o caso Amarildo, o caso da Cláudia [mortos vítimas de violência policial], você tem surtos que as pessoas se chocam com as notícias, mas, no cotidiano, quem lembra quem foram as pessoas que morreram na chacina, quem são essas pessoas, quem são as famílias dessas pessoas? As pessoas estão pouco se importando, essa é a verdade. Então, ocorre essa naturalização, esse estereótipo de que o grande criminoso, o grande traficante responsável pela violência e pelo crime organizado são esses jovens que estão na ponta que, na verdade, são muito mais vítimas do que provocadores de alguma coisa, mas também não quero aqui passar a mão na cabeça de ninguém, é claro que se chega a limites que se transpõe, mas, se a gente não tiver esse olhar mais global, a gente acaba absorvendo e reproduzindo estereótipos muito complicados e que são muito bem construídos, para, mais uma vez, voltando lá, manter todo mundo acomodado.

Clodine: É, se tivesse uma revolução das periferias, o contingente populacional é muito maior...

Jorge: Inclusive, no final da década de 1990, a Escola Superior de Guerra produziu um documento que era um projeto de desenvolvimento do país para o século XXI e ele apresentava dois entraves para o desenvolvimento. Um era o aumento dos cinturões de miséria e o outro eram os menores abandonados. E esses dois somados poderiam atingir um contingente maior que o contingente militar, então, precisaria ter um olhar importante para esses territórios. Um documento oficial, da Escola Superior de Guerra. Então, tudo isso que a gente está falando tem a ver com um projeto político, com uma ideia de nação e de desenvolvimento que está muito incutido nas relações.

Clodine: E os rolezinhos?

Jorge: Eu acho que o rolezinho e o *funk* são expressões que exprimem exatamente o que são as contradições que estamos vivendo na sociedade hoje. Porque por um lado, é uma tentativa de construção de uma estética e de um conteúdo dessa juventude. Na última década, se propôs um modelo de desenvolvimento no Brasil a partir do consumo, da inclusão apenas pelo consumo e não pela distribuição real de renda, então, você amplia a política de crédito para permitir que as pessoas possam acessar bens duráveis, seja casa, carro, eletrodomésticos etc., isso cria um aquecimento,

vinculado a uma política de empregos e ao aumento dos empregos formais, do salário mínio, mas ainda de forma tímida e associada a uma política financeira de juros que mantém grandes privilégios do outro lado e, de certa maneira, isso passa a gerar novas demandas. Quando uma parcela dessa população começa a acessar as universidades, mesmo que não seja as grandes públicas, mas, mesmo assim, começa a provocar situações que o próprio Estado não consegue dar resposta. Por exemplo, no caso do rolezinho, achei muito sistemático um depoimento que eu vi no *Fantástico* [programa de variedades da maior rede de televisão aberta brasileira] de pais de meninos que organizavam rolezinho. Esses pais são pequenos comerciantes que ascenderam socialmente no bairro e puderam proporcionar ao filho tudo o que eles não tiveram, então, o filho virou uma celebridade. O rolezinho começou a partir disso, jovens com grande audiência na internet marcavam encontros nos *shoppings* para poder tirar fotos com seus fãs. São jovens que, entre 50 mil e 60 mil pessoas que curtem eles e que acompanham seu cotidiano, as fotos que eles tiram quando acordam, quando vão almoçar, quando vão para a balada, quando vão dormir, e as pessoas viram fãs desses jovens e eles passam a marcar encontros para tirar fotos e ganhar presentes. E, aí, a mãe falando o quanto era gratificante para ela poder dar a melhor roupa para o filho dentro desse contexto de ascensão. Porque tem toda uma estética daqueles que frequentam o rolezinho, desde a camiseta, a bombeta, o óculos, etc. E outro pai falando que ele fazia questão de gastar uma parte significativa do salário dele para comprar roupas para o filho, ele queria ver o filho dele andando bem, porque era uma forma de construir uma identidade de uma afirmação desse jovem, mesmo morando na periferia. E de outros jovens que, mesmo sem ascensão social, acessam o mercado de trabalho e começam a gastar 60%, 70% de seu salário para comprar parcelado um tênis que custa mil reais, uma bombeta que custa trezentos, um óculos de quinhentos, e por aí vai, como uma forma de ser aceito e incluído nessa sociedade do consumo. Aí, a partir do momento que essa molecada começa a se articular em redes e fazer grandes encontros, começa a assustar o capital. Isso provocou um debate extremamente rico na sociedade, porque permitiu debater o direito à cidade: "vocês dizem que nó temos que consumir, que ser é ter, então a gente está inserido nesse contexto e vocês estão me dizendo que a gente não pode frequentar certos espaços? Por quê? Qual o critério para definir quem pode e quem não pode entrar dentro de *shopping center*?". Então, provocou todo um debate econômico, social, racial do estereótipo, muito importante. Inicialmente, não era um movimento político, mas começou a criar toda uma politização, e aí rapidamente todo o aparato do Estado começou a se mobilizar para neutralizar essa mobilização, que começou a surgir através da justiça garantindo as liminares, a prefeitura dizendo "vamos abrir os parques e outros lugares, realmente *shoppings* não são lugares para vocês fazerem rolezinho", e por aí vai. Vai criando as estratégias para poder ir dispersando e desmobilizando qualquer possibilidade de articulação dessa juventude.

Clodine: E as manifestações?

Jorge: De junho para cá você tem uma efervescência de manifestações, mas eu considero que, apesar de semelhanças, são diferentes em relação ao rolezinho. O rolezinho não surge a partir de uma demanda política. É diferente das manifestações que surgem a partir de demandas políticas, de redução da tarifa dos ônibus, do chega de corrupção, e daí foram surgindo várias pautas. O rolezinho não, ele foi uma manifestação cultural dessa molecada se reunindo, de não ter espaços de lazer, e no processo é que ganha um viés político mais forte. São coisas diferentes, dentro de um mesmo contexto de ebulição. O que eu acho que tem de semelhante é que há um clima de insatisfação difuso na sociedade que permite que várias coisas aconteçam. Então, mesmo que o núcleo não seja o mesmo, o que unifica essas coisas é um grau de insatisfação e certo esgotamento desse projeto de desenvolvimento que apresentou para o Brasil, porque começa a estourar contradições que o próprio Estado e a sociedade não conseguem responder, seja a mobilidade urbana, a questão do direito à cidade, seja a questão de

espaço de lazer e cultura. São coisas distintas que estão dentro de um mesmo espaço de insatisfação difuso e alastrado na sociedade. Assim, como a manifestação dos garis no Rio de Janeiro, a greve dos rodoviários no Rio Grande do Sul, o quebra-quebra que teve nas periferias quando tiveram as enchentes, assim como as manifestações que ocorrem quando jovens são mortos injustamente. Hoje virou quase que moda, então, aconteceu alguma coisa que as pessoas estão revoltadas, a primeira ação delas é parar um ônibus e tocar fogo. Isso para mim é uma expressão do que está acontecendo no momento. Dias antes da audiência pública em que a gente se conheceu, teve uma baita enchente na zona sul e teve grandes manifestações de gente colocando tudo na rua e tocando fogo, e mais uma vez aparece polícia para reprimir e limpar tudo. Tem um outro debate que está colocado hoje que é a questão dos pancadões. É um troço difícil porque, de fato, incomoda a população no sentido da barulheira, mas também nós precisamos entender a manifestação dessa juventude e criar um equilíbrio em torno disso, dialogar com isso.

Clodine: E sobre uma mudança de paradigma do newtoniano cartesiano para o da totalidade?

Jorge: Nós, do Círculo Palmarino, assumimos a ideia da necessidade de ruptura com o capitalismo. Nós achamos que essa estrutura de sociedade de exploração do homem pelo homem que determina hierarquias e diversas formas de dominação, econômica, cultural e social, que precisam ser rompidas para serem feitas novas sínteses. Nós reivindicamos a superação do capitalismo inclusive para a superação do racismo. A gente acha que não é possível superar o racismo dentro dessa sociedade. Se você pegar o pilar que estrutura o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é a escravidão, então, o racismo, o machismo e a homofobia fazem parte da gênese da própria estruturação da sociedade em que a gente vive. Então, se a gente não romper com esse paradigma dificilmente vamos conseguir superar. Não que a transição para outros modelos garanta mecanicamente a superação dessas subjetividades e ideologias que foram construídas ao longo de séculos, mas o que não temos dúvida é de que nesse modelo não se vai conseguir romper, porque ele se alimenta dessas contradições e dessas diferenças para poder se manter. Não existe um modelo pronto, mas já foram produzidos vários modelos. O que as experiências como um todo podem contribuir para o nosso movimento de mudança, construído de baixo para cima, a partir das contradições que produzimos nesse território. E cada ação vai produzindo novas contradições, novas sínteses e novos avanços. Como os garis, que conseguiram um aumento de 30% no salário! São mudanças, mas ainda não são estruturais.

Clodine: Do ponto de vista pessoal, como que essas mortes te tocam?

Jorge: Na verdade eu me sinto como um sobrevivente, porque, de fato, é até difícil, primeiro porque eu carrego comigo a ideia que, se um dia eu perder o poder de indignação com as coisas, de assistir determinadas coisas e não conseguir me indignar, acho que alguma coisa de errado está acontecendo. Assim como eu não consigo ver pessoas vivendo na rua em condições extremamente precarizadas e não me indignar com aquela situação e deixar de pensar formas para superar aquilo. Assim como eu não consigo ver mais um jovem sendo assassinado e achar que isso é normal e é só mais uma estatística. Então, o que mais me incomoda é a naturalização, quando se naturaliza, quando não produz a mesma indignação na população como outros casos. Como, por exemplo, no Rio, a morte de 16 policiais é mais significativa que os quase 200, 300 Amarildos e Cláudias que morreram com essa política de militarização das comunidades. Então, claro que, de certa maneira, me sinto um sobrevivente, mas sou um sobrevivente privilegiado dentro desse contexto todo, eu tive a oportunidade de estudar, eu tive uma família estruturada que sempre me deu condições para, minimamente, buscar objetivos e alcançar determinados espaços que parcelas significativas da juventude ao meu entorno, do meu convívio, não puderam chegar. É um certo privilégio dentro desse contexto que está colocado, mas esse privilégio em nenhum momento me produz uma acomodação, como se isso não fosse

problema meu, pelo contrário, eu tento buscar, a partir desses espaços que eu ocupei e de onde consegui chegar, colocar tudo isso à serviço da mudança de paradigmas e da realidade em que está inserida a nossa população, procurando ajudar e contribuir das mais diversas formas para tentar alterar essa realidade.

Entrevista 5 - com Janete, Marta, Nelson e Cláudio (nomes fictícios) – Familiares e amigo de Rodrigo

(Entrevista 1 com a família)

26/03/2014

Janete: Eu já perdi um filho. Mas esse filho que eu perdi eu me conformei porque ele foi caçar a morte, ninguém chegou pra matar ele. Ele foi fazer um assalto, e lá aconteceu. Então, ninguém é culpado. Ele é que foi procurar, né? Aí ele morreu nesse assalto. Então, eu não culpo ninguém.

Clodine: Morreu pela mão de quem?

Janete: Da polícia. A polícia que matou ele, pros lados de lá. Isso aí é um acontecimento que eu não culpo ninguém, porque ele procurou, né? Se ele tivesse ficado em casa e não tivesse procurado, aí não teria acontecido. Mas o Rodrigo, o que eu me recordo com o Rodrigo...

Clodine: Seu neto?

Janete: Meu filho adotivo! Eu peguei ele com três meses de nascido! Fui no juiz e tudo, peguei posse de guarda. Meu marido já tinha falecido, mas eles me deram a posse de guarda dele. A mãe deixou numa igreja que eu frequentava e não quis. Anunciaram quem queria uma criança pra criar. Ninguém quis porque ele já tava nas últimas. Ele tava tão doente, que ele tava nas últimas. Ele tinha três meses e ele pesava dois quilos e pouco. Ele era uma coisinha assim. Aí eu cheguei aqui em casa e falei pra a minha filha assim: "oh, tão dando uma criança lá na igreja". Nós morávamos numa casa! Que eu queria que você visse a situação da casa que nós morávamos. Hoje nós temos um palácio! Nós olhávamos pelas brechas assim e via a rua, não precisava ir pra rua, porque era aberta de cima a baixo. Nós estávamos esperando só desabar e matar todo mundo lá dentro. Aí minha filha pegou uma toalha e foi lá buscar ele. Trouxemos ele e levamos ele pro hospital. Eu ia duas vezes por dia no hospital com ele. A médica foi e falou para mim: "mãe, se eu fosse você, eu devolvia essa criança. Essa criança vai morrer. E quem vai ser culpada é você" e eu falei: "não doutora, eu não vou devolver, eu já estou na luta e eu vou lutar. Seja o que Deus quiser, mas eu vou lutar".

Clodine: Nessa época o outro filho tinha morrido?

Janete: Não, era vivo. Aí nós lutamos, lutamos. De noite um dormia e o outro ficava acordado pra olhar ele, pra não colocar a mãozinha na boca dele com medo dele morrer dormindo. Aí foi na luta. Daí uns seis meses, ele já tava bom. Já tava outra criança, já tava gordo, engatinhando pra tudo quanto é lado. Já era nossa felicidade. Nós lutamos tanto com ele, até bichinho da cabeça dele a médica tirou. Aí tudo bem, criei, aí com cinco anos no juiz, conversei com o juiz porque, com 5 anos, ele precisava ir pra escola, né? Fui morrendo de medo. Falei: "nossa, o juiz não vai me dar, porque a nossa situação é crítica, né"? Aí conversei com o juiz, e ele me perguntou assim: "dona Janete, você tem condições de criar o Rodrigo?", e eu falei: "oh doutor, o pior já passou, que foi quando nós pegamos ele". Aí ele me deu a posse de guarda dele até 21 anos. Ele falou: "até 21 anos é seu! Porque, depois de vinte e um anos, eles fazem o que eles querem, né?" Tudo bem. Criei até 21 anos, menino ótimo, obediente, estudante, muito boa pessoa, respeitador! Nossa! A morte do Rodrigo matou nós. Acredita? Matou nós mesmo, minha filha. Trabalhava, ajudava nós. Eu sou viúva, eu só tinha ele.

Nelson: Matou nós, tipo assim, não só a família, mas a comunidade inteira.

Janete: A comunidade inteira! Se você perguntar quem era o Rodrigo por aqui, todo mundo chora porque não sabe como aconteceu uma coisa dessa, não sabe que maldade foi essa. Porque ele tava desempregado, aí o rapaz ia abrir um bar ali na rua de trás e falou: "Rodrigo, você quer tomar conta do

meu bar? Eu te pago R$700,00". Ele falou: "tá bom, eu tô desempregado, a firma ainda vai abrir, porque acabou o serviço, vai abrir outra firma, então, eu vou ficar no bar até abrir a firma". Como tinham prendido a moto dele, ele falou: "eu vou trabalhar, pra eu tirar a minha moto". Essa moto é um sufoco, aquele povo me liga todo dia, cobrando essa moto, falando que vai processar. Eu falei: "mas eu não tenho nada a ver com a moto, não fui eu quem comprou a moto, quem comprou a moto faleceu". Ela falou: "é, mas você sabe que dívida não morre!". Eu falei: "mas eu não posso fazer nada! Se eu não posso nem me sustentar, tem mês que eu não pago, que eu saio pedindo pra pagarem uma conta de água, uma conta de luz, uma conta de telefone, porque eu não tenho dinheiro pra pagar, que só a Marta que trabalha pra tomar conta desse aqui [se referindo a um bebê que estava na casa]. O que ela trabalha é pra cuidar do filho dela. Quem ajudava nós, era o Rodrigo, que trabalhava de pintor e nos ajudava. Aí, tudo bem, aí nós tava aqui um domingo, todo mundo feliz! O Rodrigo tinha acabado de chegar de uma festa, aí eu fui fazer o almoço e, quando foi meio-dia, ele desceu aqui e perguntou se o almoço tava pronto. Eu disse que não, tava acabando de escorrer o macarrão. Ele falou que, quando acabasse de fazer, pedisse pras meninas levarem a comida porque ele não ia poder ficar mais pra comer. Aí nós tava fazendo a comida, daqui a pouco a Marta escuta uns tiros e fala: "oxe, hoje tem jogo no campo?" Aí, eu falei: "não sei Marta, não sei se vai ter jogo não". Aí quando nós tamo nessa história do jogo, e entra um rapaz aqui com a mão lavada de sangue, baleado. "Gente, gente, gente, corre pro bar! Corre pro bar! Que chegou uns caras lá e matou todo mundo que tava dentro do bar". O Rodrigo tava trabalhando no bar. Nessas alturas eles pararam um carro preto, ali debaixo daquelas árvores na saída dessa rua e desceram os três. Eles desceram de cara limpa, minha filha. Eu não vi, mas tudo mundo viu que eles desceram de cara limpa! Quando os meninos pensaram que não, eles já sacaram revólver e duas pistolas. Aí, tinha uma menina cega lá dentro e nós achamos que o Rodrigo morreu por causa dela.

Nelson: Acha não! Tem certeza, vó.

Janete: Aí o Rodrigo morreu segurando a mão dela. Ela falou que a última palavra que o Rodrigo falou foi: "se cuida, neguinha", "cuidado, neguinha". Porque ele ficou com medo de ela morrer. Aí, ele se escondeu debaixo da mesa, e eles mataram ele debaixo da mesa, acredita? Quando eu cheguei lá, a cabeça dele borbulhava de sangue. Eu peguei ele no chão assim, nas mãos, a cabeça dele tava toda furada. Ele tem a roupa lá na casa da minha filha, a blusa, a calça, todas furadas de bala. E o carro que eles saíram daqui eles viraram na contramão lá na rua em que tem o batalhão, por isso que nós falamos que foi polícia que veio aí matar eles. Porque eles viraram lá pro batalhão, o mesmo carro que entrou aqui.

Clodine: Qual a explicação que deram?

Janete: Minha filha. Minha filha. Você acha que vão correr atrás de coisa de pobre? Eles não correm não! Você vai lá, dá uma entrevista para eles. Tudo bem! Eles não te procuram mais e o causo morre.

Clodine: E não foi para a justiça?

Janete: Foi, só que eu dei entrada lá na indenização deles. Eu falei: "vocês vão ter que pagar a indenização dele, porque ele não era vagabundo, ele tava trabalhando, então, vocês vão ter que pagar a indenização dele, porque foi a turminha que matou". Aí, quando nós fomos lá, a polícia falou pra nós – o cara do Deic [Departamento Estadual de Investigações Criminais], que veio aqui buscar nós pra dar a entrevista, falou que foi entre dois batalhões de polícia.

Nelson: Nós temos certeza que foi a polícia, mas não tem como provar.

Clodine: Investigar?

Nelson: Precisa investigar, tudo, mas não tem nada que ligue a eles. Só o reconhecimento de algumas das vítimas. Mas quem tem coragem de reconhecer? Eu não tenho coragem de reconhecer, não. Eu sei quem é. Se eu ver o rosto eu sei quem é, mas não... Eu não sei em quem eu confio! Eu vou confiar em quem? E agora?

Clodine: Aí, não conseguiram seguir com a investigação e provas que encontrassem os responsáveis, aí fica por isso mesmo e não conseguiram a indenização?

Nelson: Eu não quero saber dessa história de indenização. Eu prefiro ficar o mais longe dessa história possível. Eu fui atingido também. No mesmo dia. É que eu consegui correr.

Clodine: No mesmo dia do Rodrigo? Como que foi?

Nelson: Tava todo mundo sentado em frente ao bar. Aí, chegou esse rapaz que a minha avó contou que veio correndo avisar aqui, ele chegou no bar aí, na hora, nós falamos: "pega lá uma cerveja, lá". Eu tava assim sentado numa daquelas mesas que abre e fecha, eu olhei assim e vi três caras meio estranhos. Eu ainda comentei, mas o som da *jukebox* tava muito alto. Só um menino que tava do meu lado que escutou! Eu era o ultimo da fila. Quando chegou na minha frente e apontaram a arma, eu levantei e peguei a mesa e dei uma mesada assim e falei: "corre Rodrigo", ele ia correr, mas voltou e segurou na mão da menina. Aí, foi nessa hora que ele tomou uma no peito e ele não conseguiu mais sair. Ele falou: "cuidado, neguinha" e se escondeu pra debaixo da mesa e puxou ela, ainda ele gritava: "a menina é cega, a menina é cega!". Eu ouvi vários tiros, aí eu bati a mesa e saí correndo.

Clodine: Qual a explicação que você acha, por que que os caras foram lá e fizeram isso?

Nelson: Porque uns dias atrás, antes desse dia, morreram alguns policiais. Eles tavam vindo atrás de vingança, não queriam nem saber. Nesse pessoal que eles mataram aí não morreu um bandido. Um bandido num morreu. Todos que morreram eram só trabalhadores.

Clodine: Fiquei aqui pensando no sentimento de revolta e tristeza que isso traz.

Nelson: Medo, insegurança, tudo isso. Dá dez horas da noite, quem diz que alguém sai de casa? Qualquer dia passa aqui dez horas da noite para você ver, não tem ninguém andando na rua. Se precisar ir no mercado nove horas da noite, já tá estranho. E pra quem estuda à noite, vem todo mundo em grupos, ninguém mais quer vir sozinho. Ficar um indo na casa do outro pra ficar conversando, isso daí não dá mais pra fazer. Se você for pra uma festa de noite, você tem que voltar no outro dia de manhã, porque pra voltar na madrugada não dá.

Clodine: E as famílias, como é que ficam?

Nelson: Ficam desestruturadas, mas você acha que eles tão ligando?

Clodine: As famílias não se juntam?

Nelson: Claro, fazem protestos, passeatas, mas é tudo um bolo, sabe, um vai escondendo pro outro, entre eles mesmos, um vai acobertando o outro. Como a gente vai punir eles? Todo mundo pobre.

Clodine: E qual foi o apoio que vocês tiveram?

Nelson: Assistente social, psicóloga? Não. Nem a Defensoria Pública.

Clodine: E você, como ficou?

Nelson: Sei lá. Você fica se escondendo de tudo. Você não confia mais em ninguém. Todo mundo fica suspeito pra você quando você vai andar, fica meio estranho. Ninguém pode se aproximar de você. Quem se aproxima atrás de você, você também quer ir na maldade, dá essa reação, você não sabe quem é, vai se aproximar? Tem que ficar esperto, se der para correr, se corre, se não, vai morrer lutando.

Clodine: E você participou de alguma marcha ou manifestação?

Nelson: Não, porque eu tava baleado, ainda tava me recuperando.

Clodine: E como ficou sua vida profissionalmente e nos estudos?

Nelson: Eu tive que ficar um mês fora, parei a escola, saí do trampo.

Clodine: E você sente consequências na sua vida ainda hoje?

Nelson: Bastante. Me sentir desprotegido. Sem saber o que acontece. A qualquer momento...

Clodine: Você trabalha com o quê?

Nelson: Eu tô desempregado.

Clodine: E quando for trabalhar, quer trabalhar com o quê?

Nelson: Eu não sei

Clodine: Você vai voltar a estudar?

Nelson: Eu deixei lá a intenção, né? O cadastro, não é nem a matrícula. Esse ano, só volto se chamarem. Vou fazer o segundo e depois o terceiro.

Clodine: E depois que se formar?

Nelson: Eu gosto de trabalhar com comida, mas eu odeio trabalhar com pressão em cima de mim.

Clodine: E como ficaram as coisas aqui no bairro?

Nelson: Ah é um bairro sem vida. Todo mundo vive a mesma agonia. Até pra comer uma *pizza*, a família fica com medo se passa qualquer carro estranho.

Janete: Nem os donos dos bares ficam, eles fecham as portas dos bares e já se recolhem.

Clodine: E o que vocês acham que precisaria ser feito para mudar isso?

Janete: Menina, deixa eu te falar uma coisa, a gente não entende, o pior é isso. A gente não entende de nada, por isso fica difícil pra gente. Por agora, aqui só tem quem? Eu, as crianças e a Marta. O Nelson não mora aqui. Ele veio domingo pra cá, mas hoje ou amanhã ele tem que ir embora. Ele não pode ficar muito tempo aqui. Ele fica aqui já começa a aparecer polícia, você acredita? É, ele fica aqui começa a aparecer polícia! Começa a dar polícia na vila. Ele não pode ficar aqui. Que a gente tem medo, de uma hora eles pegarem ele, levarem, e matar, pra ele não ser testemunha de nada. A verdade é essa. Não teve outros casos depois de assassinato de gente que eles achavam que era testemunha? E o pior é esse, só mataram gente boa. O que não presta eles não mataram, ficou aí, pra tirar a vida de

todo mundo por aí. E o que presta eles arrancaram a vida dos jovens tudo. Deus me livre. E falo pra você, nós estamos sujeitos também, né? Porque nós somos testemunhas do fato que aconteceu. Se vieram e mataram o outro achando que era testemunha, eles têm coragem de fazer com qualquer um de nós, porque nós também somos testemunhas. Nós tamo andando porque ninguém pode parar, mas nós tamo correndo risco. A Marta, que vai nessas audiências, tá em mais perigo do que eu, podem pegar ela por aí e sumir com ela, porque ela é testemunha, a verdade é essa.

[interrupção na gravação por falha no equipamento eletrônico]

Clodine: Desculpe. Não estava gravando. Podemos retomar algumas coisas do que estávamos conversando?

Nelson: Tem uma coisa importante, depois, quando a gente voltou de viagem, meia hora depois, só deu tempo de tomar um copo de café. Veio um carro azul e, depois, a Força Tática atrás, parecia que tava em perseguição. Só que eu olhei assim reto pelo vidro do primeiro carro, que não era totalmente fumê, e deu para ver os caras com a arma assim já no vidro, e eu falei: "corre, corre, corre". Foi parar todo mundo aqui em cima do telhado. Chamamos todo mundo, fizemos o maior auê, por isso que não aconteceu nada. E, depois desse dia, nós fomos pra uma delegacia. Quem tava comandando a operação aqui era policial que tava à paisana. Chegou lá na delegacia não existia mais policial à paisana. Uma coisa feita, alguma coisa eles vieram pra fazer, isso ficou claro já.

Clodine: E a Janete tinha falado de como ela tá com tudo isso.

Janete: Tem dia que eu fico bem, tem dia que eu fico mal. Tem dia que eu choro e tenho vontade de sair gritando na rua. Eu sou evangélica e peço ajuda a Deus. Tem uma filha minha, a mãe do Nelson, que ficou revoltada. Todo mundo ficou revoltado, que ninguém na rua se conforma com a morte dele. Todo mundo queria saber por que que fizeram isso com ele, que ele era um menino bom, menino amigo, menino que só vivia rindo.

Clodine: E eu tinha perguntado se tinha aparecido na mídia.

Janete: Só apareceu uma vez, depois não apareceu mais.

Clodine: Perguntei se vocês sentem se no Brasil ainda tem preconceito racial

Nelson: Eu acho que tem preconceito racial, o preconceito pra nós não é só de cor, é de classe social, dos lugares onde mora, do jeito que se veste. O cara anda com uma camiseta polo, uma calça *jeans*, um tênis de marca, mal sabem que o cara parcelou lá em dez vezes no cartão e tá se matando pra pagar. É um preconceito julgar a pessoa pela roupa.

Clodine: E eu perguntei como ficam as crianças [que estavam presentes, brincando e interagindo durante a entrevista].

Nelson: Vão crescer sabendo das histórias, né? Elas já crescem não confiando na polícia, um órgão que é feito pra nos proteger e que acaba nos fazendo mal.

Clodine: E eu tinha perguntado como tinha ficado para você, como tinha sido as consequências para você depois daquele dia.

Nelson: Eu levei vários tiros, sete tiros no total. Eu não posso mais levantar peso, que desloca a minha clavícula. Tem dia que eu durmo e, quando acordo, meu braço parece que pesa uns 100 quilos e eu tenho que fazer massagem até ela voltar, quase todo dia.

Clodine: Lembrei também o que estavam contando sobre quando tem festa na rua.

Nelson: Quando tem festa na rua, a polícia chega derrubando o cavalete e estourando bomba. Aqui é rua de lazer! A rua é de lazer, sabe? Tem os cavaletes e a rua pode ficar fechadinha de domingo e feriado das nove horas da manhã às cinco da tarde. Você acha que eles tão ligando? Eles passam pelo cavalete. Quando tem festa assim em outro lugar dá segurança, você pode curtir até o outro dia de manhã, mas aqui na rua, se fizer, não demora uma hora, quarenta minutos depois já vem tacando bomba, já vem acabando com tudo, dando cacetada em todo mundo.

[finalizo a entrevista, e reinicio a conversa com a chegada de Marta, irmã/sobrinha de Rodrigo, e Cláudio, amigo]

Clodine: Então, na minha pesquisa estou vendo que, para cada pessoa que é assassinada, ficam vários sobreviventes que têm a sua vida modificada...

Cláudio: Ficam um pouco com o psicológico perturbado...

Janete: O Cláudio ficou perturbado! Com medo.

Nelson: Com medo, exatamente.

Cláudio: Só faço coisas se for de dia. Só vou, faço o que é necessário e volto. Tô em choque de andar no meu bairro. Dá um medo terrível, tá mó estranho! Sozinho, e ainda mais, nós sendo preto, é suspeito. Eu ando só. O negócio é triste.

Nelson: Aí Claudinho, um preto parado é suspeito, imagine dois.

Cláudio: Se estiver parado, tá vendendo droga ainda.

Janete: Se você estiver na esquina parado, preto, tá vendendo droga. Para eles é isso.

Nelson: Se tá andando, se tá roubando, se tá parado, tá vendendo droga.

Cláudio: É uma coisa fora de locomoção pra todos nós aqui.

Janete: "Onde você pôs o revólver?". "Onde você pôs a maconha?". "Onde você pôs a cocaína?". Tudo louco! Essa polícia é o que acaba com o Brasil. A PM [Polícia Militar] é triste, ela é o cão.

Cláudio: Os caras, *putz*. Essa PM assim não dá.

Janete: Tanto é que suspenderam eles pra eles não socorrerem mais. Eles baleavam e eles mesmos matavam dentro do carro.

Cláudio: Por que esses caras vêm e executam? Foi execução de todo mundo e eu ia ser executado, tio! Cê é louco, mano? Dá mó raiva, tio, dá mó raiva que não era para eu tá aqui. Muito menos o Joaquim. Ninguém, Bro!

Marta: Você imagina, pensa eu, porque eu ia no bar com o Pedro, e, eu tinha acabado de chegar do hospital que eu tinha ganhado ele. Eu tinha acabado de chegar do hospital, foi no dia. No domingo eu tava me arrumando pra ir lá, pro pessoal conhecer. Como foi na rua de trás, mesmo cheia de ponto, eu conseguir ir lá. Meu, foi no mesmo dia! Ainda bem que eu não fui. Já pensou se eu tô lá com ele?

Janete: O bar não ia abrir não, mas o dono decidiu abrir para comemorar o nascimento do Pedro.

Marta: Para comemorar o nascimento do meu filho, entendeu? Porque não ia abrir o bar naquele dia.

Cláudio: Isso que eu não ia vir. Mó estranho. Mó chato. É tudo mó estranho. Eu tava tomando banho, nós subimos pela outra rua, vinte minutinhos depois que nós chegamos no bar, bateu a polícia lá.

Janete: [Referindo-se a Cláudio.] Esse menino se acabou. Esse menino era gordo.

Cláudio: Se esse menino não joga a mesa para o alto [se referindo a Nelson], eu acho que ia morrer um pouco mais de gente. Os caras estavam cada um com duas armas, dois caras, com óculos, a pé. E tinha um terceiro na espreita também. Mas esse eu não cheguei a ver não, que eu corri muito. Chegando lá do outro lado, um morador do bairro sacou a arma para mim pensando que eu era bandido. Se esse menino não joga a mesinha pro alto, em cima dos caras, nós íamos morrer, porque eu tava aqui, e ele tava lá, ia morrer todo mundo assim. Quando ele jogou a mesa pro alto, os caras ficaram meio embaralhados, porque eu ainda levei um tiro de raspão aqui, eu desci a 300 por hora. Cê é louco. Eu sou sobrevivente e estou com medo de andar no meu bairro. Tô com medo de andar no meu bairro, eu cresci aqui.

Clodine: O que você acha que mudou na sua vida depois desse dia?

Cláudio: Eu não saio pra rua, eu vim aqui agora, daqui, vou para casa, vou para a casa da minha mina. Eu não saio mais. Se tem que comprar pão, assim, eu não vou mais. Supermercado, essas coisas, quem faz são outras pessoas de casa, eu não saio mais. Eu acho sempre que alguém tá me seguindo. Só ando de dia, à noite não. Eu tô recebendo menos. Antes eu tinha dois trampos e, agora, tô trampando em um só, porque eu não trampo à noite mais.

[Janete sai para levar uma das crianças na escola.]

Clodine: E você chegou a ter que mudar de casa?

Cláudio: Eu morava com os meus avós. Quando aconteceu essas coisas, eu fui morar com a minha mãe e, depois, eu vim pra cá de novo.

Cláudio: Esse cabo Reis participa lá do fórum?

Marta: Aquele que fica faltando, sempre diz que vai e não vai.

Cláudio: Ele assassinou várias pessoas aqui na vila, até o meu pai, entendeu? Matou ele também. E também os caras jogam coisas em você que nem existe.

Nelson: E aquele dia, aquele cara encarando ali na esquina?

Cláudio: O cara pegou um saco de drogas de dentro da viatura e veio até nós, ele pegou e não quis nem esconder. Fingiu que pegou da árvore e mostrou pra nós e falou: “meu, vocês estão mentindo, o que é isso aqui? Quanto tem aqui de droga?”. Eu falei: “eu não sei, isso daí não é meu, não”. Colocou já algema no menino e eu fiquei assim, conversando, conversando.

Marta: Hoje em dia, não tem mais o bar, fecharam, virou um salão de cabeleireiro. Eu vou lá, mas sempre fica... É inevitável, você entra no lugar e você já imagina aquela cena toda. A bala que tinha assim na porta não tiraram.

Clodine: Como você acha que fica para as crianças?

Marta: Eu acho que complica mais um pouco, porque, pra mim, eu não consigo encarar com tanto medo, eu sou mais sossegada, mas, quando eu estou na rua com o meu filho, às vezes, eu fico preocupada. Eu acho que, quando eles crescerem e entenderem mais, como a outra menina, que é mais velha e vem perguntar sobre a polícia e "por que mataram o tio Rodrigo? Eu estou com saudades". Ela sempre comenta. Ela já vai crescer com medo, essa é a verdade. Tanto ela quanto os outros. Os mais velhos que já entendem mais sentem medo.

Clodine: O que você nota que aconteceu com a sua vó/mãe conforme teve o assassinato?

Marta: Você pode perguntar pra qualquer pessoa, ela nunca mais foi a mesma. Ela nunca mais foi a mesma. Que nem ela fala, ele era o chaverinho dela. Então, pra ela, realmente, ela ficou super hiper desestabilizada, ela perdeu o chão. Assim, de vez em quando, ela lembra. O aniversário dela foi na semana passada, ela chora, ela fica chateada, às vezes, ela procura saber o que aconteceu, fica perguntando por quê. Ela nunca mais foi a mesma, nunca mais. Ela ficou um tempo sem tá indo pra igreja. Agora que ela tá voltando. Ela fala que ela nunca vai se conformar, que isso vai ser uma coisa que ela nunca vai se conformar, e realmente, né? Ela chegou no bar primeiro, né, pra ver. Eu não conseguia correr. Porque vieram chamar aqui pra pedir ajuda, do tio dele. Eu, cheia de ponto, não conseguia correr. Como eu não conseguia, gritei ela, e ela foi lá. Ela fala que ela se arrepende de ter visto essa cena, de ter visto isso. Se ela soubesse que ela ia achar ele daquele jeito ela não tinha ido.

Nelson: Até hoje eu vejo. Se eu fechar assim os olhos, eu ainda escuto o barulho dos tiros. Até hoje. Sabe, tem hora que você sente, você vê o vulto passando assim. Ai que estranho, assim. Imagina, assim, ó. Os vultos que passaram, assim, me abriram a camisa, minha camisa ficou toda furada desse lado. Você vê uns vultos, um negócio passando assim na cabeça. Você fecha o olho, assim, e você vive aquela cena de novo. Às vezes, eu fecho o olho assim, você vive a cena de novo. Vou te contar, não sai da cabeça.

Clodine: Por isso que eu te falei que era importante se você pudesse ter um lugar para poder falar disso, mas não uma psicóloga como a que você conheceu lá da fundação, mas uma pessoa que pudesse te ouvir sem ter que prestar contas para nenhuma instituição, para você falar dessa experiência traumática, alguém ali para te ajudar.

Nelson: Eu me interessei por isso aí.

Marta: Que nem eu, meu medo mesmo é só quando eu estou na rua e aí passa um carro estranho, passa outro carro, aí eu fico olhando. Eu falo: "ai meu Deus, será que vai acontecer alguma coisa, de novo?". Ainda mais aqui, que, de noite, às vezes, os cachorros ficam latindo. Você já pensou? Será que alguma hora alguém vai entrar aqui e vai fazer alguma coisa? Você sempre tem aquele receio, né? Aquele medo. Aqui é só eu e a minha mãe, meu filho e aquela menininha. Então, ela também fica super preocupada. Será, né? Uma hora ou outra chega um louco aqui e faz alguma coisa. É complicado.

Clodine: E ainda aquela situação estranha que me contaram de que onde vai, a polícia começa a pará-lo.

Nelson: Os policiais veem nós por aí e sabem que nós somos daqui.

Marta: Que nem no dia que levaram o Nelson pro hospital, ele falou que ficaram tirando um monte de foto dele e dos meninos. Ele falou que nem esperou pra ser atendido. Ele fugiu do hospital!

Nelson: Eu tive que fugir do hospital. Eu cuidei em casa com a minha vizinha que é enfermeira. Eles ficaram tirando fotos toda hora. Eles apertavam, davam risada.

Clodine: Nossa, mas você teve uma presença de espírito para jogar a mesa ali e ainda fugir do hospital! Não é qualquer pessoa que ia estar ligada dessa forma.

Marta: É, se é outra pessoa, meio que se perde.

Clodine: É, fica em choque.

Marta: Esse aí foi ligeiro.

Nelson: É, eu tinha que fazer alguma coisa. Morrer sem lutar não dá, né? Porque, desde pequenos, nós já temos que lutar pela vida. Você acha que essa tristeza e esse sofrimento são de agora? Desde pequenos nós já temos essa tristeza na nossa vida. Desde criança, a gente aprende. Eu era criança e já tinha medo de polícia. Já tinha medo. Eu via a polícia, constantemente, assim, uma criança da favela, na porta de casa, já abre o portão, e já vê a polícia esculachando, *plah*, dando tapa, dando tiros também, tendo que correr pra dentro de casa. Não é de agora, não. Eu sou um sobrevivente desde que nasci. Nós temos que nascer lutando! Porque nós somos considerados como um lixo pra sociedade. Que é que faz esse país andar se não é a população? Quem é que trabalha pra manter todo o desenvolvimento do país fluindo? São os pobres. Então, como a sociedade não vai considerar quem mais batalhou por esse país se desenvolver e fluir? Eles não conseguem enxergar dessa forma. Na verdade, os lixos eu acho que são eles. Vou dar um exemplo: por que você acha que os menores tão barbarizando aí? Porque os policiais tão andando assim e já sentam a mão na orelha. Não dá nada pra nós, três aninhos na Fundação Casa, comendo bem, "vâmo arregaçar". Esses moleques, você pode comparar pelas taxas, eu tenho as estatísticas, não era assim, os meninos já roubavam, tudo, mas não davam tiro pra cima da polícia, não fazia nada, não torturava ninguém. Agora, os meninos tão matando, tão se revoltando também, é a questão, porque tá todo mundo sendo torturado. A verdade é uma tortura. Mano, eu tô com a cabeça rachada aqui, que os policiais racharam a minha cabeça, há duas semanas atrás.

Clodine: Como?

Marta: Tomou um enquadro e tomou uma surra.

Nelson: Coronhada.

Clodine: Isso não é contra os direitos humanos e a constituição?

Marta: Eles não estão dando muita importância para isso.

Nelson: Enquanto não der nada pra eles... Não dá em nada... Que nem, sempre tem corrupção, e sempre dá em quê? Em *pizza*. Os políticos nunca vão parar de fazer isso, porque nunca dá em nada.

Marta: Ontem tava falando com os meninos que contaram que a polícia tava lá no meio da favela pegando dinheiro dos meninos.

Nelson: Pegando dez reais!

Marta: Ontem falaram que pegaram 3 mil.

Nelson: Os caras tomam dez reais, se não toma coro, ou vai preso forjado, tudo isso. Na cadeia tem um par de inocente mesmo, sabia? Tem uns que são culpados, mas tem um monte de inocentes, você pode ver até que tá lotado.

Marta: Eu tava vendo aquela reportagem da médica que dava remédio pra matar os pacientes. Ela tá na rua. Não ficou nem um ano presa, dez meses. E tem gente que rouba leite e fica cinco ou seis anos presos.

Nelson: Até hoje, eu não me esqueço de uma reportagem que eu vi, há muitos anos, de um moleque que foi preso por roubar uma margarina e tá preso até hoje.

Marta: E se você tem dinheiro, tem estrutura, você paga, você compra a justiça. Essa é a verdade, você compra a justiça.

Clodine: E, no caso do Rodrigo, com que vocês podem contar em termos de auxílio e orientação?

Marta: Não tem.

Nelson: Nem Defensoria Pública, que devia mesmo estar ajudando a gente. O processo tá correndo e o advogado não vem conversar com as vítimas.

Marta: Minha mãe fala: "eu quero uma indenização", porque quando é vítima do Estado cada família tem o direito de ter uma indenização. Demora muito.

Clodine: Onde eu tenho visto que está agregando as pessoas é no fórum, de lá, saem encaminhamentos de decisões e reivindicações da população, para não ficar só o sofrimento individual, para as famílias se juntarem e mostrarem para a sociedade o que está acontecendo. Houve chacinas em que se identificou os responsáveis e eles estão presos.

Marta: Apesar do que eu acho que não adianta muito, porque passa um ano, dois anos, eles estão na rua. Eles são afastados e, quando eles saem, eles fazem pior.

Nelson: Porque eles têm o suporte da Polícia Militar e eles vão estar operando por conta própria, são os famosos Pés de Pato. Os Pés de Pato são policiais expulsos da Polícia Militar, que são os mais agressivos, que odeiam os pobres, odeiam favela, mas, se for olhar, também são pobres.

Marta: Um mês certinho depois que o meu irmão morreu, no dia que a gente voltou da Bahia, tava todo mundo na rua conversando, veio um carro prata com os caras armado e todo mundo saiu correndo, os meninos saíram correndo, só que a viatura tava atrás. Aí, chega na delegacia, quando você vai dar entrevista, dizemos: "os caras chegaram armados", e eles dizem: "não, não tinha ninguém, não tinha ninguém". Ia dar um mês e ia morrer mais gente, e a polícia do lado, eles tavam juntos na verdade.

Nelson: Pararam juntos, abordaram juntos. E nós fomos presos ainda.

Clodine: Como vocês comentaram sobre o dia da chacina, que cinco minutos depois, chegaram as viaturas...

Marta: Eles alegaram que eles estavam na rua de baixo, que eles estavam passando.

Cláudio: A base comunitária ficou parada na rua de baixo esperando acontecer. Já tinham me falado: "quando você ver a base andando muito por aí e uns carros estranhos atrás, vai pra casa, não fica na rua não", e, quando eu cheguei, a base tava na rua de baixo, eu tinha passado e tinha visto a base parada lá. Meu amigo falou: "que que é aquele carro estranho lá em cima lá?. Falaram: "é dali mesmo, daquela casa ali", e era os caras.

Nelson: Nós chegamos no bar e o dono falou: “calma aí, calma aí, eu tô limpando!”. Se ele não estivesse limpando, velho, ia até ter umas molecadas de 10, 11 anos jogando fliperama! Que veio uns oito molequinhos jogar, “não, não, não vai jogar agora, não, tô limpando, daqui a pouco vocês vêm”. Eles saíram, o dono terminou de limpar, ele esticou o pano, a gente foi chegando, um, outro, um, outro, e o último foi o tio do Cláudio. Em questão de três minutos...

Cláudio: Foi uma fita assim, ele chegou, aí meu tio saiu, eu ia entrar pra casa, mas eu fui lá também. Não deu nem cinco minutos, os caras vieram atirando. Eu nunca vi isso na minha vida.

Marta: Não sei como não pegaram a outra menina, a Gertrudes, ela era cega. Ela tava lá na hora. Ela foi a única que ficou lá, com ele, ela não tinha pra onde correr, nem como correr. Ela falou que falou pros caras: “eu sou cega! Eu sou cega!”, e disse que eles só puxaram ela pelo cabelo e falaram: “sai sua vagabunda”, e jogaram ela, e foi na hora que ela tropeçou já no meu irmão.

Nelson: E ela caiu em cima dele.

Cláudio: Meu, que vagabundo? Só tinha gente boa no bar! Eu já fiz um monte de coisa, eu sou bem tranquilo, sou pai, trabalho, dou um trampo, tô bem tranquilo, frequento a igreja. Só tinha gente legal no bar, eu, ele, o tio dele, um padeiro há mais de quinze anos, a menina com deficiência, a irmã de um mano, que é enfermeira, e um mano que fazia faculdade, assim, na calçada, e só, não tinha mais ninguém! Os caras vieram assassinando todo mundo. Nunca vi isso na minha vida. Minha vó viu, e falou: “isso daí é coisa de Pé de Pato”. Os caros vieram matar todo mundo no bairro.

Nelson: Seu vô tava lá, na janela, né?

Cláudio: Meu vô tava lá, na janela. É um negócio muito maldito, muito frio. Tem que pagar. Que que tem que fazer para esses caras aí irem presos? Tem que ir lá depor? E se esses caras começam a vir atrás de nós?

Marta: Tem mães que fizeram denúncias e fizeram toda a correria delas, mas teve que mudar pra longe. Tem uma mãe que já mudou três vezes.

Cláudio: Eu quero sumir aqui desse bairro. É sério. Eu já te falei isso, né, Nelson? Eu quero me mudar daqui, faz tempo. Eu cresci aqui, tranquilo, aqui era um bairro bom, era antes. Agora é um bairro meio sinistro.

Nelson: Ficou um bairro morto, né, Claudinho?

Cláudio: Tá meio morto, tá meio carregado, assim, tá meio estranho. Eu quero ir embora daqui...

Nelson: Fala aí, dá dez horas da noite, você fica na rua?

Cláudio: Dez horas eu tô dormindo, mano.

Marta: Esse negócio foi à tarde! Você vê que não dá para comparar.

Cláudio: Então, dá mó medo, você imagina à noite o que pode acontecer.

Nelson: E você, se puder ajudar nós, orientar nós. Porque você tem mais fácil acesso a essas pessoas que podem solucionar o nosso problema, podem dar um encaminhamento pra nós, estar tirando algumas dúvidas, a gente agradece.

Clodine: Essas entrevistas que estou fazendo, com lideranças comunitárias, assistentes sociais, movimentos sociais, professores e com vocês, vou separar em temas, para analisar. E a ideia é levar isso adiante, mostrar como isso reflete na vida das pessoas e quais soluções que poderiam ter. Agora, bem especificamente na parte de atendimento psicológico, é a parte que eu posso mais ajudar, porque eu sou psicóloga. Ajudar a encontrar uma terapia, para ter um lugar onde dá para falar do estado de choque, do trauma que viveu, do que sente quando fecha o olho e fica lembrando. Da parte jurídica, eu não tenho tanto conhecimento.

Cláudio: Eu quero fazer um processo de tratamento e um processo pra me distanciar.

Nelson: Você não era assim, Claudinho. Ele era suavão... Que aconteceu isso daí, bagunçou bastante com a mente dele.

Cláudio: Ficou tudo meio estranho. Eu não fui no médico quando aconteceu esse negócio. Eu não tenho nenhum boletim com meu nome, com nada. Então, qual que é o problema? Eu quero sumir. Um tiro passou de raspão aqui e o outro zuou a minha perna que já era zuada, eu não precisei nem ir no médico.

Clodine: Acho que vale a pena vocês irem no Fórum pela Paz.

Cláudio: Você é uma das poucas pessoas dispostas para ver isso daí mesmo, porque não tava tendo, né?

Nelson: Nunca ninguém passou aqui, nem perto.

Cláudio: Que bom. Eu fico até um pouco mais em paz.

Nelson: E eu nunca fui em passeata, você já foi?

Entrevista 6 - com Janete, Marta e Nelson e Alice (nomes fictícios) – Familiares e vizinha de Rodrigo
(Entrevista 2 com a família)

31/03/2015

Clodine: Oh, eu trouxe três coisas. Eu trouxe a entrevista que eu fiz, que eu gravei toda aquela conversa que vocês me contaram, toda a situação do que aconteceu com o Rodrigo; quem estava lá naquele dia; que era para a Marta estar lá com o filho dela; como ficou a vida de todo mundo depois; como ficou a vida do amigo que conseguiu fugir e sobreviveu, mas que não estava conseguindo trabalhar à noite porque estava com medo; do primo, que estava com medo de sair na rua, que fechava o olho e ficava ouvindo o barulho dos tiros. Então, eu trouxe para deixar com vocês o que a gente conversou aquele dia, impresso no papel. Eu troquei os nomes, porque lembra que eu falei que ia garantir o sigilo e o anonimato, para ninguém ser identificado e não correr riscos? Então, eu troquei os nomes. E tudo que eu achava que podia identificar, eu tirei. E não sei se vocês preferem que eu leia como ficou, ou querem ler. Eu vou deixar aqui, para ver se vocês concordam, se tem que tirar alguma coisa, ou acrescentar alguma coisa.

E eu trouxe mais duas coisas. No finalzinho daquela conversa, vocês estavam me pedindo ajuda para poder passar num psicólogo. Eu sou psicóloga, então, eu expliquei o que era psicólogo, que é uma pessoa que ouve, que não está lá para ficar julgando, e que não conta nada do que foi conversado ali para outra pessoa, não pode contar nada. Então, o Cláudio e o Nelson tinham ficado interessados, de saber que eles poderiam falar sobre os traumas que eles viveram e ter um suporte emocional, né, poder dividir. Porque não deixa de ser um trauma quando a pessoa vive uma situação de violência extrema, e ela fica em choque e fica relembrando aquilo muitas vezes. Então, eu trouxe aqui os lugares que encontrei que oferecem atendimento psicológico gratuito, tem o Nasf [Núcleo de Apoio à Saúde da Família], o Cravi [Centro de Referência e Apoio à Vítima], o Cedep [Centro de Desenvolvimento Profissional] e o Margens Clínicas, coloquei aqui os endereços e os telefones, caso algum deles tenha interesse em procurar.

E eu conversei com um advogado também, que me contou um caso de sucesso, que deu certo, que conseguiram prender os responsáveis pelo assassinato de um jovem dentista negro. Aí, ele me contou assim: que, quando acontece a situação de um assassinato, de um homicídio, sempre algum policial vai levar você para uma delegacia para você prestar um depoimento, só que o que acontece quando você chega lá? A maioria das pessoas vai ter medo, "eu vou contar, em quem eu posso confiar?". Eu vou lá e conto para essa pessoa e posso ficar vulnerável e ser a próxima vítima, então, a maioria das pessoas fica com medo e não fala nada. Mas o que ele falou que deveria ser feito quando a suspeita do responsável pelo assassinato é um policial, é ir direto procurar a Defensoria Pública, porque o defensor público é um advogado dado pelo Estado, que você não precisa pagar. O primeiro passo é conversar com o defensor público. Aí o defensor público vai orientar, vai falar qual o caminho, ele garante o sigilo, e vai juntando todos os indícios, os elementos, como o tipo de carro, quem estava lá no dia, que roupa estava usando, ele vai juntando todas as evidências e vai dando as orientações para quem for testemunha se sentir seguro. O defensor público não tem nada a ver com a polícia. Na defensoria, primeiro teria que agendar o contato ligando num 0800, que é uma ligação gratuita, agenda e conversa. O defensor público junta todas as informações e vai levar direto no Ministério Público, porque o Ministério Público é quem tem que controlar a ação da polícia, porque ele está lá pelo interesse da população, onde acontecem os julgamentos, esse seria o caminho. E pode ser feita denúncia anônima, é possível fazer a denúncia e pedir para não ser identificado, ou ir testemunhar e falar tudo o que viu e que sabe. Outro caminho em paralelo, que poderia ser feito, é a corregedoria da polícia, que faz a investigação dos policiais, que é a Corregedoria da Polícia Militar e a Corregedoria da Polícia Civil, órgãos que investigam a ação da polícia, e tem também a Ouvidoria da Polícia, que orienta como agir, acompanha casos de abuso, atitudes injustas, desonestas e excessivas, praticadas por autoridades ou agentes policiais. Então, esse advogado falou que dá para procurar a corregedoria ou a ouvidoria para

ter orientação, mas que o melhor mesmo é procurar o defensor público. Eu anotei tudo o que ele me falou nesse papel e vou deixar com vocês. Vocês já procuraram algum defensor? Tem algum defensor cuidando desse caso?

Janete: Não tem...

Marta: A gente só foi no DHPP [Delegacia Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa].

[Confusão sobre quem pode estar cuidando do caso se instaura e um fica perguntando para o outro, em que instâncias as coisas podem estar se encaminhando. No Fórum pela Paz iriam dar uma resposta? O líder comunitário está com os documentos? Conto sobre uma mãe que está à frente de denúncias sobre a morte de seu filho em outra chacina que ocorreu na região. Marta sabe quem é e diz que essa mãe foi levada a se mudar de casa por sete vezes, por estar sendo perseguida, e saber muitas coisas. Relato que os policiais que haviam sido presos por causa das denúncias dessa mãe, de acordo com notícias de jornal, haviam sido soltos duas semanas antes da realização daquela entrevista.]

Janete: Eu acho que vai acontecer tudo de novo.

Clodine: Por que você acha que vai acontecer tudo de novo?

Janete: Eu acho. Final de ano. Vai ter vários loucos na rua.

[Muitas conversas em paralelo, televisão ligada e conversa ao telefone. Difícil esclarecer e seguir a linha da conversa]

Clodine: Vocês acham que valeria a pena eu falar com a pessoa que era o dono do bar na época?

Marta: Nunca mais eu vi.

Janete: Nem eu.

Alice: Nunca mais vi ele não, só o irmão dele.

Marta: Ele é quem paga a manutenção do cemitério, às vezes. Que não é mais do que a obrigação dele, ele [Rodrigo] morreu trabalhando, né? Minha mãe poderia mandar processar ele, para ajudar na indenização.

Clodine: E vocês acham que valeria a pena falar com a menina que era namorada do Rodrigo na época, para ver como ficou a vida dela depois da morte dele?

Janete: Nossa, a vida dela ficou um lixo, tadinha ela não tem namorado até hoje!

[Explico minha pesquisa para Alice, uma amiga que chega à casa, de que se trata de saber como fica a vida das pessoas depois de chacinas como a que levou à morte de Rodrigo.]

Janete: Minha vida não mudou em nada. Para mim aconteceu hoje. Minha mente não muda de jeito nenhum. Eu tô vendo tudo. Tem vez que eu deito pra dormir e fico vendo tudo na minha cabeça.

Clodine: Vendo o quê?

Janete: Tudo aquilo que eu vi, eu pegada na cabeça dele jorrando sangue, eu gritando, meu filho gritando. Eu vejo aquela cena de novo. Quando eu passo ali, que eu vejo aquele buraco na porta

naquele bar, Nossa Senhora. Que é um lugar que a gente não pode mudar, né, que é o mesmo lugar que a pessoa mora, ter que ficar passando do lado. Para mim eu fico vendo aquela cena. Mudaram o modelo do bar, mudaram o azulejo, mudaram a cor, mas, se você passa, você tá vendo a cena, não tem jeito de você não ver. Do jeito que eu cheguei lá e vi ele miudinho, assim, ó, com as mãozinha no meio das pernas, deitadinho no chão, debaixo da mesa, achando que a mesa ia proteger ele dos tiros, e vendo o sangue descer da cabeça dele, parecia que você via a cabeça do seu filho dentro de uma roda de sangue. O dono do bar falou que o grito do meu outro filho não sai da cabeça dele nunca mais, não sai um segundo aquele grito, ele diz que guarda aquele grito dentro dele até hoje, e que tem vez que ele tá dormindo, e como que ele ouve meu filho gritar, e ele acorda. Ele disse que aquilo ficou gravado no coração dele. Ele deu um grito tão grande, tão grande, que foi um grito assim de horror, sabe? "Meu DEUS, quem fez isso com o meu irmão?!".

Clodine: A senhora teve dez filhos?

Janete: Onze com o Rodrigo. Morreram cinco pequenininhos. Um nasceu já com pneumonia, outro com o coração muito grande. Eu nunca tinha ouvido falar de doença de macaco. Você já ouviu falar de doença de macaco? O meu nenê morreu com doença de macaco, o médico falou, emagreceu de um jeito que o corinho dele ficou pregado igual um dedo, assim ó. E o médico falou que era doença de macaco e não teve cura, não teve jeito. Morreram cinco pequenininhos.

Clodine: E além dos filhos, tem os netos que a senhora cria, que são filhos também...

Janete: Tem a Marta, que eu criei...

Marta: A minha mãe morreu quando eu era neném, né?

Janete: E tem a filha da minha filha, que não tem um pingo de juízo, aí, eu peguei ela e crio ela também. A minha vida é uma luta, é coisa de Deus.

Marta: E os que não morreram de doença, morreram tudo de tiro.

Janete: A mãe da Marta morreu dentro do salão dançando, de bala perdida. O caçula, o Arthur, morreu assassinado, com 18 anos, vindo de um baile, por ciúme de uma namorada. E o Juliano, esse aí procurou a morte, que foi mexer no que é dos outros lá no Ibirapuera, daí ele morreu. Esse daí ninguém matou, esse aí foi procurar a morte, porque quem vai mexer no que é dos outros tá procurando a morte. E com o Rodrigo, são quatro que morreram de tiro.

Clodine: E vocês que não estavam na outra conversa e estão aqui hoje, qual a relação com o Rodrigo? [Disse me dirigindo a outros dois adultos presentes na casa.]

[Risos com uma propaganda que passava na TV, mesmo se tratando de um assunto tão grave e triste que estávamos conversando, o comercial de celulares pela TV chama a atenção dos que estão na sala.]

Alice: Eu sou vizinha deles e estudava com a Marta, na mesma escola, desde os 6 anos. Eu falava com o Rodrigo, falei com ele um dia antes dele morrer. Perguntei pra ele: "cadê a sua irmã?", e ele falou: "vai chegar do hospital". Eu falei com ela uns minutos antes dele morrer. Eu liguei pra Marta e ela falou: "vem aqui, eu acabei de chegar". Dez minutos depois, eu cheguei aqui, a rua tava lotada, ela já tava pra dentro da casa chorando e nossa amiga falou: "mataram o Rodrigo". Eu falei: "não, mentira, eu acabei de falar com a Marta no telefone, ela tava esperando!". "Não, mataram o Rodrigo." Falaram pra eu não falar nada, que a Janete ainda não sabia. E todo mundo mentindo, dizendo: "não, ele ainda vai pro hospital", não foi tia? E foi a maior correria. Chegou a roupa do Rodrigo, que ele tinha morrido, chegou toda suja de sangue. E eu já tinha ido num velório antes e tinha prometido pra mim mesma que não iria em mais nenhum, de um amigo que morreu numa tentativa de assalto. E eu falei

que eu não ia, de saber que a dor ia ser tão grande pra elas, e você não poder fazer nada. Me arrependo, assim, entre aspas. E eu ficava brincando que o Rodrigo tava viajando, que ele tava fazendo várias viagens, "daqui a pouco ele tá chegando aqui pra contar!", eu sempre brincava, ria com elas, ficava falando do Rodrigo, pra ver se ficava normal, mas não era normal.

Clodine: Mas mudou para você alguma coisa?

Alice: Muito! Ah, ver a pessoa ali sempre e depois ela não estar mais. E você para pra pensar e fala: "mas, por quê? Por que fizeram isso?". Não tem motivo, ele não fazia nada pra ninguém, ele trabalhava, ele não dava motivos pra ninguém. Sabe, é muito estranho você falar com a pessoa num dia e, no outro, a pessoa ir embora e você não saber onde enfiar a sua cara, você não sabe o que você pode fazer, você se sente impotente de olhar pra si próprio e falar: "caramba, por que que não teve alguma coisa, uma luz para poder impedir". Mas é coisas da vida, né? [fala emocionada, com a voz trêmula e olhos marejados].

Clodine: E o que você sente?

Alice: Acho que mais a revolta, porque a justiça tem que ser feita, mas nunca é feita a justiça, de verdade. A gente sabe que foi polícia que matou, e não tem como totalmente provar. Tem várias chacinas, cada vez mais, e toda vez que a gente vê na televisão, é a polícia. Não tem como, porque a gente olha pra família e a gente vê a dor da família, e você não poder fazer nada, é uma coisa muito chata. Não sei. A gente até evita falar. É uma coisa estranha. Espero que não aconteça com mais ninguém que eu conheça, né? Porque os outros parecem que só pensam em matar. Não sei, hoje em dia é tudo assim tão louco que eu acho que até eu tô precisando de um psicólogo. Eu fico pensando pra que que a gente existe, sabe essas coisas? Eu conheço a Marta, eu conheço todo mundo e depois essas pessoas morrem. E você pensa: "e tudo o que eu vivi?", "pra quê?". É uma coisa sei lá, é uma coisa de louco. O mundo é louco. E cada ano que passa parece que piora. Porque realmente é real. É real. Acontece mesmo. Não sei. Primeiro que não tem explicação. Tipo, dos policiais quererem vir, tudo disfarçados, tá de farda por baixo, coloca uma roupa, vir e tirar a vida de um monte de gente que não tem nada a ver, ou, se tem alguma coisa a ver, gente não tem justiça, não tem lei? Então, vai lá, leva lá na cadeia, faz alguma coisa, agora tirar a vida do próximo pra quê? É por isso que fica essa guerra, de um lado, um monte de ladrão vai lá e tira a vida de polícia, depois, a polícia vem, se revolta e mata um monte de gente inocente. É isso que acontece [diz com voz de revolta].

Clodine: E você, se incomoda de falar? [Falo me voltando para o rapaz que está na sala.]

Guilherme: Eu sou primo do Rodrigo, e morava aqui, a sorte é que eu tinha ido pra casa da minha tia.

Clodine: Como ficou a sua vida?

Janete: A vida dele mesmo mudou demais. Emagreceu. Ele é um menino que ele ficou muito calado. Ele não fala o que que ele sente.

Guilherme: O que dá é só revolta, só, só revolta [e continuou calado, não falou mais nada durante a entrevista].

Janete: Para nós não tem mais felicidade. Não tem mais Natal, não tem mais aniversário, ano-novo, dia das mães, dia dos pais, para nós não tem mais nada disso. Acabou. Eles mataram nossa vida.

Alice: É uma coisa que nunca vai ter explicação. É uma coisa que vai ser lembrada sempre, em cada momento, em cada foto, em cada olhar. Não tem como esquecer, é uma coisa que não vai sair jamais. Só quando a gente estiver do lado dele, enterrado lá.

Clodine: E como vocês fazem para lidar com isso no dia a dia?

Janete: A gente tenta viver, mas... Você tenta viver, você tenta ser alegre, mas você não é. Você ri ali fora, você chega aqui dentro, e sua risada não tem mais valor pra você. Acabou com tudo, minha filha, com tudo, com tudo.

Alice: E você, Marta, que tem um filho que chegou bem quando ele se foi... [fala voltando-se para Marta].

Marta: Eu falava bastante que não ia nem fazer festa pro meu filho, porque foi praticamente junto, né? Mas agora eu não penso mais assim. Tem que fazer, ele não tem culpa, ele era só um bebê. Eu acho que eu tenho que me espelhar nele agora.

Clodine: São muitas coisas para dar conta.

Janete: Nem que eu ganhasse na Mega-sena, a felicidade não volta. Eu sempre falava pra ele: "o dia que sair aquele dinheiro do seu avô, eu vou comprar um carro pra você". Ele tinha uma moto. A moto, a polícia prendeu porque ele não era habilitado e pediu 3 mil para tirar e entregar a moto para ele. Ele tava trabalhando no bar pra juntar dinheiro e ir lá tirar a moto de lá que tava presa e também nem tinha acabado de pagar a moto ainda, que eles me ligam aqui direto querendo que eu pague a moto. Como que eu vou pagar a moto? Que não tem como pagar a moto. Aí fica nessa agonia. Tudo que eu ia fazer eu falava: "o dia que eu fizer um seguro de vida, vou colocar em nome do Rodrigo", porque ele não tem parentes, é só nós mesmo. Eu fiz um seguro de vida e coloquei o nome de todo mundo e ele não tava, pra eu colocar o nome dele. O que adiantou? Não adiantou nada. Não cumpri com nenhuma minha felicidade que eu queria cumprir com ele. Agora tudo o que você vê quando passa numa loja, vê uma roupa, eu vejo uma roupa que o Rodrigo usava, que ele queria. Tudo relembra ele. Tudo, tudo, tudo que você vê me lembra ele. O outro meu filho não dá pra dizer que eu não tenho saudades dele, nossa eu tenho muitas saudades dele, mas ninguém chegou pra matar ele, assim igual matou o Rodrigo. Ele foi procurar a maldade pra ele mesmo.

Clodine: Mas precisavam matar?

Janete: Não precisava matar.

Marta: Foi comprovado que não saiu nenhum tiro da arma dele, ele morreu pelas costas.

Janete: Mas o Rodrigo, ele sofreu muito quando era criança. Ele sofreu demais quando ele era criança. A mãe dele deixou ele aqui, foi tirado 12 bichos da cabeça dele. Tava judiado. Então, a gente criou aquele amor, sabe aquele amor doentio? Não podia um pernilongo morder nele que a gente sentia dor, pelo pernilongo que mordeu nele. Se ele gritava, caía, ou se machucava, não era ele só que sentia a dor, éramos nós todos que sentíamos a dor. Era protegido, paparicado. Nossa! O Rodrigo demorava pra chegar, o irmão já ligava: "Rodrigo, onde você tá? Você tá onde?". Passava das dez, nossa! Ele era muito protegido dentro de casa, meu Deus do céu!

Clodine: E como ficaram as contas da casa?

Janete: Ah, menina, ele era o único que ajudava. Hoje tá tudo aí, ligo cobrando: "ah, mãe, tô sem dinheiro, quando aparecer dinheiro eu vou aí pagar", coisa que nunca precisou. Ele chegava com o envelopinho dele: "mãe, tá aqui o dinheiro, a senhora paga as contas e, se sobrar, a senhora me dá". Aí eu fiz um acordo com ele, eu falei: "vamos fazer assim, pra você e nem eu ficar sem dinheiro, ou você fica com o pagamento e me dá o vale, ou você fica com o vale e me dá o pagamento"; e ele falou: "não, eu prefiro te dar o pagamento que é mais, e eu ficar com o vale". Mas ele era aquele que nunca ficava, ele ficava com o vale, assim, e falava: "ó mãe, tá aqui o dinheiro, o envelope tá aqui em cima

da mesa com o dinheiro"; e eu falava: "mas esse não é o seu?", "não, não, paga as contas aí, no dia do pagamento, ele me dá mais um pouquinho". Nunca foi aquele menino egoísta, sabe? Sempre aquele menino doce, aquele menino risonho. Não brigava com ninguém. Uma pessoa maravilhosa. Uma coisa que ele morreu com ele, acho que ele sentia vontade de conhecer a mãe dele, sei lá, ele tinha uma sede de conhecer alguma pessoa da família dele. Mas ninguém conhecia. Ela faleceu. Eu até falei pra ele: "Rodrigo, tá aqui os documentos, tá aqui a carteira da sua mãe, tá aqui a identidade. Se você quiser, você vai lá no Hospital das Clínicas e fala pra eles que você quer um atestado de óbito dessa pessoa e lá eles te dão, pra você tirar a dúvida". Olha, eu sei que a vida do Rodrigo pra nós, meu Deus do céu! Eu peço tanto a Deus, que Deus venha tirar essa dor do meu peito, porque a gente não pode ficar assim, né? Eu sinto muita... Sabe, tem dia que eu choro, tem dia que eu deito e choro, porque relembra demais. Já mudei o quarto, já tirei tudo que era dele, eu tirei. Já pintei a casa, dei todos os móveis do quarto dele, dei as roupas, dei sapato, dei o lençol da cama dele, a colcha da cama dele, não ficou nada. Mas não adianta, não sai. Não adianta não, sai não. Pior que ele morreu numa tragédia muito feia, muito feia.

Clodine: E onde vocês procuram ajuda?

Janete: Em Deus, é a única solução. A única solução é Deus, viu fia, mais nada. E a família pergunta: "por que você não muda daqui?". E eu falo: "gente, não precisa mudar, a dor não vai ficar aqui, não, a dor vai com nós, pro lugar que a gente for". Pro lugar que a gente for, o sofrimento vai junto, não adianta. Não adianta, fia, não adianta... Só que eu tenho uma coisa, eles vão ficar pra esclarecer. Eu ponho eles nas mãos de Deus. Eu não quero vingança, não quero nada, mas Deus vai cobrar deles, que eles vão pagar. Eu coloco eles nas mãos de Deus todo dia. Eles vão pagar um dia. O que eles fizeram não é brincadeira não.

[Durante as entrevistas, a senhora sempre esteve com a voz forte, mas, nessa hora, ficou um pouco rouca.]

Clodine: A senhora ainda tem algum sonho?

Janete: Como?

Marta: Alguma coisa para você queira fazer ainda, realizar na sua vida

Janete: Sim, tem muita coisa pra gente realizar na vida. Mas se ele tivesse junto. Ele não tá. Nada feito. Eu tinha o maior sonho. Tinha o sonho de construir lá na frente, um dia ele ficar com essa casa aqui para ele morar. Que eu nunca queria me separar dele. Nem dele nem dela aí, ó [apontando para Marta]. Nenhum dos dois, né? Porque eles sempre foram minhas companhia.

Clodine: E como vocês fazem para se sentirem seguros?

Janete: Ô, minha filha, a gente vive como Deus quer. A hora, Deus o livre e guarde, que eles quiserem matar nós, eles matam. Tem segurança de quem? Só de Deus. Eu peço a Deus pra nunca deixar o que aconteceu com ele, com os outros, né? Peço pra Deus proteger. Porque eles não vão proteger. Se nós tivesse dinheiro, tudo bem, mas nós não temos dinheiro.

Alice: Não tem como, a gente não se sente seguro. Não tem como ficar na rua. Não tem como se sentir seguro em nenhum lugar.

Janete: Ô minha filha, eles são tão malditos, que eles passaram na esquina, eles não olham pra rua nenhuma, mas chegou nessa rua, eles param e olham, veem se tem gente parada ali embaixo, se tem ali dentro. É assim. A vida aqui é assim. Se você estiver aí na frente de casa é: "entra pra dentro seu vagabundo, se você não quiser que eu te mate!". Se os meninos estiverem na rua, eles fazem isso.

Alice: Aí que eles vêm mesmo, vêm jogando a viatura pra cima. Se você não desviar, eles passam por cima e nem falam nada, saem andando.

Janete: Eles atropelaram uma mulher aqui na esquina.

Guilherme: A Rota [Rondas Ostensivas Tobias Aguiar] desceu a milhão e pegou nela no meio da rua.

Marta: Um militar de moto passou por cima de um menino.

Janete: Como que pode uma coisa dessas?

Alice: Os que deveriam proteger é os que estão matando, gente. A gente tem que dar boa sorte pros bandidos, porque eles estão ajudando mais do que os polícia, não é verdade?

Guilherme: A polícia nunca ajudou ninguém, não.

Alice: Eles só usam uma farda e um revólver pra assustar as pessoas. Como se assustassem todos. Eles andam lá, e falam: "eu tenho poder, eu faço o que eu quero". Se uma pessoa levar um tiro e ele quiser que a pessoa morra, ou eles terminam de matar, ou eles deixam a pessoa morrendo agoniada. Eles gostam. Eles gostam de ver o mal. A lei não presta.

Clodine: Como vocês pensam o futuro?

Alice: Ainda mais nós que vamos ser mães [a pesquisadora também estava grávida na época dessa entrevista], colocar um filho nesse mundo é bem difícil. É bem difícil mesmo, porque é louco pra tudo quanto é lado. Roubam crianças no hospital, ex-namorado vai lá e mata, você vê na TV um monte de casos de violência.

Janete: Vocês não viram aquele caso de um homem que matou a irmã dele, a inquilina dele, a mulher dele, e colocou os filhos vivos dentro de um saco e jogou dentro de um rio?

Alice: Todo dia tem na televisão um pai com uma madrasta que mata um filho. É uma coisa assim de louco, gente. O mundo de hoje em dia eu tô sentindo que vai acabar mesmo. Eu sinto que realmente o mundo tá acabando.

Clodine: Ser menino ou menina faz diferença para você?

Alice: Eu sei que a gente não pode evitar a morte. Eu sei que a gente pode proteger de um monte de coisas. As coisas não caem do céu, a gente precisa lutar pra ter aquilo que a gente deseja. Não tem diferença. Eu já sofri muito preconceito por causa de cor, por causa do meu cabelo. Minha mãe já morreu e o meu pai, eu não conheço, não sei quem é, e eu morava com os meus avós, da mesma forma que a Marta. Então, são coisas que você não tem como evitar. Necessidades todo mundo passa. Então, não vai mudar ter uma menina ou ter um menino. O mundo vai ser o mesmo. As pessoas vão ser piores do que elas já são. A cada segundo que passa, "não sei quem morreu". Um ano após o outro é sempre pior. Veio um tempo, na época que o Rodrigo morreu, que era só chacina, era só chacina. Daqui a pouco, não deu nem tempo, começou tudo de novo, só que foi em outros lugares. Não vai parar. Não vai mudar nada. Você não vê nos outros países lá, a faixa de Gaza, é bomba para tudo quanto é lado, em escola, criança morrendo? É uma coisa que não tem como explicar. O mundo de hoje em dia não tem como explicar. Na época de antigamente, da tia Janete, eu acho que era até melhor. Eram mais rígidas as coisas, não era como hoje em dia. Não tinha que ter revólver, as pessoas não tinham que matar. Tinham que morrer ou com uma doença muito grave mesmo, ou, se não, pela idade. Mas não, tem que ter uma coisa pior, né, pra trazer sofrimento. Alguém sempre sofre. É uma coisa que dá pra garantir, alguém sempre sofre. E a lembrança sempre fica, né?

Janete: O pior é isso, né, a lembrança. Não tem como apagar.

Alice: Eu não sei como você é psicóloga e consegue ficar ouvindo tanta coisa. Eu já ia estar chorando muito desesperada! [rindo]

Clodine: A primeira vez que eu vim aqui e o Cícero me mostrou o bar onde aconteceu outra chacina, ainda com os furos de tiros, eu fiquei emocionada e não deu para segurar.

Alice: É, até pra você é difícil.

Clodine: E quando eu fui na marcha pela paz eu saí meio desorientada. Meio zonza.

Alice: Você vê tantas pessoas correndo pelo mesmo objetivo, a paz e a justiça. E nem sempre tem, né? Eu fico meio assim, entendeu, com essas coisas da morte, eu fico pensando mesmo pra que que existe tudo. Eu falo pro meu marido que eu acho que eu tô ficando meio louca, atormentada.

Clodine: Acho que são reflexões existenciais, do sentido da vida.

Alice: A gente escolhe o caminho que a gente quer seguir, né? Mas tem os obstáculos e as barreiras. Nem todos são fortes o suficiente para poder enfrentá-los e outros são obrigados a enfrentá-los. É um amadurecimento necessário.

Clodine: Você fala de um jeito poético.

Alice: Todo mundo fala! Eu gosto mais de escrever. Eu não gosto muito de demonstrar, eu sou muito fechada.

Clodine: Você fala bem.

Alice: Obrigada. Mas eu falo o que eu acho que é a verdade. Eu tô me envolvendo não sei nem por que, que eu não tô na minha casa, mas é assim mesmo. Pelo menos eu me senti bem, aliviada, tô com pessoas que me fazem bem. É assim mesmo, a vida é uma caixinha de surpresas. E estamos aí, né? E vamos viver. E pelos nossos *babies*, que estão sendo fortes o suficiente para aguentar a dor que bate todos os dias, a saudade, né? Mas vamos seguindo, rezando, e ver até onde vai dar. Vamos ver se a vida vale tanto a pena assim, sei lá.

Clodine: Então, eu vou fechar aqui com essa parte poética.

Entrevista 7 - com Augusto (nome fictício) – Repórter que noticiou o caso de Rodrigo

28/09/2015

Clodine: Primeiro, eu gostaria de saber como você chegou a esse tema de trabalho e de interesse, que envolve a violência urbana

Augusto: Eu sou do interior de São Paulo e essa questão da violência urbana não era um tema que fizesse parte da minha realidade, como jovem de classe média branca do interior paulista. Surgiu mesmo como algo que eu comecei a trabalhar mesmo no meu dia a dia como repórter de cidades, e era um tema entre outros. Cobria o tema de violência policial, da mesma forma como cobria o tema de enchentes, administração pública. Era um tema entre outros. Comecei a me envolver nesse tema quando eu vi que existe uma maneira de tratar dele, falando de maneira geral, lembrando sempre que tem exceção em tudo, é que tem uma maneira de tratar que tem um certo grau de preconceito muito carregado. Eu acho que em poucas áreas do jornalismo você tem tanta noção do preconceito social quanto em matéria de comportamento e em matérias do universo de violência policial, matérias policiais, como se chama, matéria de violência. Claramente, o espaço que é dado na cobertura de um assunto de violência é proporcional à classe social dos envolvidos. Isso é muito claro. Isso chega a ser falado abertamente nas redações. Você percebe isso com muita clareza lendo o noticiário ou vendo o noticiário. A morte de pessoas de classe média ou classe alta sempre recebe um espaço muito maior, proporcionalmente, que uma morte em circunstâncias idênticas feitas com alguém que mora na periferia, que seja mais pobre. Isso sempre foi colocado com muita clareza. Os casos policiais de grande repercussão, as mortes que ficam no noticiário durante semanas ou meses, sempre são aqueles que envolvem classe média alta, Suzane Von Richthofen, casal Nardoni. A ideia é de que não é natural que a violência atinja pessoas da classe média e alta. É mais natural que isso aconteça na periferia, e sendo mais natural, é menos notícia. Havia um esforço de humanizar muito maior, sempre presente, quando essas vítimas eram gente com mais dinheiro. Todo o trabalho que o jornalismo pode ter de humanizar os personagens de uma reportagem, que é tentar entender quem é aquela pessoa, os interesses dela, os sonhos dela, a vida dela, todas as relações sociais, familiares que envolvem aquelas pessoas, isso geralmente só é feito quando as vítimas pertencem a essas classes sociais. Nas matérias envolvendo as vítimas da periferia, esse esforço de humanização é muito menor. Se sabe muito pouco sobre as pessoas, geralmente se sabe o nome, idade, as circunstâncias em que ela foi morta, e não muito mais além disso... O trabalho de humanizar, que acaba despertando empatia no leitor, você vê aquela pessoa como muito parecida com você, que você identifica nele um ser humano que você também é, isso fica mais difícil nessas reportagens em que você só vê nome, idade. E tem a questão do individual e do coletivo. A gente agora está todo comovido com a imagem de uma pessoa morta, que é aquele menino sírio que foi morto na praia. Aquele menino comoveria muito mais do que se fosse uma cena de massacre. O indivíduo comove muito mais. Porque as pessoas viam aquele menino e pensavam na dor daquele menino. A dor individual comove muito mais que a dor coletiva. A do coletivo é mais abstrata. A dor individual é muito clara, a pessoa olhava, via aquele menino e pensava que podia ser um filho, um sobrinho, um irmão, e, geralmente, a dor da violência, quando atinge as periferias, ela não é noticiada como uma dor individual, ela é uma dor coletiva porque o pobre, para aparecer nas páginas policiais, a morte dele tem que ser coletiva, tem que ter morrido de baciada, digamos assim. Então, são noticiadas as chacinas, especialmente as mortes envolvendo muitas pessoas. As mortes isoladas, mortes individuais de pessoas de classe baixa das periferias raramente são noticiadas. Então, se uma pessoa de classe média alta é assassinada na Paulista, isso vira notícia com certeza. Você vai ver todo um relato de quem era aquela pessoa, quem eram os pais daquele menino, daquela menina, o que ele queria ser quando crescer. Você humaniza aquele personagem. Se você tem

uma chacina como a de Osasco, e olha que a chacina de Osasco até teve uma cobertura bem razoável, bem boa, da imprensa, mas o esforço de humanização desses personagens foi muito baixo. Hoje em dia, você não sabe citar o nome delas, quem eram, quais os sonhos delas. Ainda que tenha algumas matérias que tenham sido feitas nesse sentido, não houve todo aquele trabalho que se costuma ter quando você tem uma vítima de classe média, onde esse esforço é feito tão intensamente de todas as maneiras que todo mundo acaba se identificando com aquela vítima. Então, isso foi uma coisa que me pegou muito forte, sabe? Essa noção de que o jornalismo como é praticado na grande mídia, de maneira geral, reproduz os preconceitos que você tem na sociedade. Uma das consequências perversas que isso tem, é que isso acaba pautando a polícia também. A polícia sabe que aquele caso de repercussão vai despertar uma cobrança em cima dela muito maior que aqueles casos que não repercutem. Os próprios recursos humanos e outros que a polícia tem, que são escassos, ela investe muito mais nesses crimes, para os quais ela é muito mais cobrada, do que nos outros. Então, isso já tem reportagens mostrando, enquanto que no caso de grande repercussão que está na mídia, que envolve pessoas de classe média e classe alta, os recursos são os mais vastos possíveis, empregam-se recursos científicos, ouvem-se todas as testemunhas possíveis, enquanto que, em casos de periferia, que envolvem as vítimas pobres, não se faz o trabalho mais básico, que é a polícia interrogar as pessoas que estão arroladas no Boletim de Ocorrência. Então, você tem um preconceito da sociedade, a mídia noticia refletindo esse preconceito quando ela noticia os crimes e a maneira como a mídia noticia acaba reforçando ainda mais a prática do preconceito na sociedade, porque a polícia, ao investigar, vai priorizar o caso que a mídia priorizou, que são as pessoas que o mundo prioriza, que são as pessoas que têm mais dinheiro. Então, isso me levou a tentar fazer trabalhos, junto com outras pessoas também, tentando mudar essa lógica. Trabalhos independentes ou associados a outros grupos, tentando mostrar essa violência que ocorre nas periferias, que ocorre com pessoas mais pobres, usando a lógica de que a vida delas não vale menos do que a vida de outras pessoas.

Clodine: Faz todo o sentido isso.

Augusto: Você pode ver, por exemplo, no tema da maioridade penal, a maneira como foi colocado tem muito a ver com a maneira como foi destorcido também pela cobertura. A grande vítima da violência; que é o menor de idade, negro e pobre; simplesmente foi transformado no grande autor de violência. De repente, essa impressão de que os menores assassinos são um problema gravíssimo, que tem vários... Sendo que os números mostram muito menos do que se imagina, muito menos do que aparece na mídia.

Clodine: Como você acha que é o papel da mídia nesse contexto de medo em que as pessoas vivem?

Augusto: Ajudaria muito se a gente começasse a ter um noticiário que refletisse mais o mundo real, né? Faz um tempo, desde 1999, que as taxas de homicídio em São Paulo só vêm caindo. Na verdade, hoje, São Paulo, comparativamente, é uma cidade muito mais segura do que era quinze anos atrás, bem mais. Então, os números mostram isso, uma redução da taxa de homicídios gigantesca. Poucas cidades no mundo conseguiram isso. É maior do que de Nova Yorque. Hoje em dia, tem cidades muito mais violentas que São Paulo. As capitais do Nordeste, de maneira geral, são bem mais violentas, Maceió... O noticiário, de maneira alguma, reflete isso. Se você ler o noticiário, você tem a impressão de que São Paulo e Rio [Rio de Janeiro] são cidades muito violentas, sempre foram. Durante muito tempo, Vitória era muito mais violenta do que qualquer cidade do Brasil, mas ela raramente aparecia no noticiário sobre violência. Hoje é a mesma coisa, as capitais do Nordeste, que são as mais violentas, não são as que realmente aparecem nos noticiários de violência, continua sendo São Paulo e Rio. Se você falar que São Paulo diminuiu a violência, as pessoas se surpreendem porque não é o que elas veem no noticiário. Ajudaria se você começasse a colocar essas questões, que não são colocadas.

Você tem um clima de histeria que não favorece, você tem a sensação de clima que só piora, de que os criminosos estão cada vez piores, de que você quer adotar medidas repressivas cada vez piores para lidar com isso, criando um debate desvinculado da realidade. A própria esquerda não explora essa questão porque não quer jogar água no moinho do Alckmim [Geraldo Alckmim]. As ações de violência que a polícia comete no Brasil e as reações que essas ações violentas geram são mínimas. Nos Estados Unidos, a morte de um negro na mão de um policial, um caso, gera uma reação violentíssima, as cidades param, vira um debate de comoção nacional. Aqui, você tem dezenas de jovens assassinados toda semana pela polícia, em várias circunstâncias que indicam execução, e você não tem aquela repercussão que seria esperada. Um dos casos que mais teve repercussão nos Estados Unidos, de jovens negros assassinados pela polícia, o menino tinha dado um soco na cara do policial antes de ser morto, mesmo assim, houve toda uma repercussão, se discutiu muito se o policial não devia ter feito o que fez. Aqui no Brasil, situações muito mais graves em que o policial claramente não tinha sofrido nada, ele executou uma pessoa que estava indefesa, não se gera a repercussão que se gera lá. Um pouco dessa noção de que a situação do crime está tão terrível, as pessoas estão sendo tão vítimas que é necessário aumentar a repressão para se conter isso. E o que se mostra é o contrário, a repressão está cada vez pior, e o aumento da repressão tende a gerar um endurecimento também do crime. O PCC nasceu em 1993, um ano depois do massacre do Carandiru, tem uma relação de causa e efeito muito grande nessa questão de violência.

Clodine: E a queima de ônibus?

Augusto: É muito significativo o fato de você queimar ônibus para você reivindicar, se tem a noção de que não existe outra maneira de você reivindicar que não seja queimando ônibus. Os canais legítimos de reivindicação e negociação que deveriam funcionar, na maioria, na democracia, não funcionam para essas pessoas. Não tem como negar que elas têm razão, em certo ponto, de dizer isso. Quem garante que elas vão ser ouvidas em quaisquer outros canais que elas poderiam usar? Defensoria, Ministério Público, até que ponto os canais oficiais das instituições estão ouvindo essas pessoas? A queima de ônibus geralmente é feita muito às seis horas da tarde para aparecer no Datena, no Marcelo Resende.

Clodine: E essa questão de, no Brasil, os familiares dos jovens assassinados fazerem um esforço de mostrar que o jovem era trabalhador, que não era bandido, em contraposição com o que acontece nos Estados Unidos.

Augusto: Parece que, quando a pessoa é morta pela polícia, os familiares da vítima se sentem na obrigação de provar que a vítima era inocente. É uma inversão total de qualquer lógica. Numa situação em que a pessoa foi morta, ela é a vítima. Mas automaticamente se inverte. Os parentes da vítima, os que restaram, se sentem na obrigação de mostrar que aquela vítima não era culpada. Quando o estado mata a vítima, ela é culpada até que provem o contrário. É terrível isso. Se inverte demais. E até que ponto esses valores não são assumidos pelas comunidades? As pessoas que não foram vítimas da polícia, quantas vezes elas não apoiam também que a polícia mate, achando, de certa maneira, que a polícia só mata bandido. Também tem aí uma definição muito larga do que é bandido. Bandido é quem está na rua até tarde da noite no bar. Se você fosse trabalhador, estaria em casa dormindo. Às vezes, a própria periferia assume esses discursos, alguns setores, alguns bairros, algumas faixas etárias. Eu vi uma vez um debate interessante lá nos Santos Mártires [Igreja dos Santos Mártires], que era a juventude querendo afastar ao máximo os policias, e os mais velhos querendo mais policiamento comunitário, querendo mais polícia no bairro, porque tinham uma percepção completamente diferente do que era a polícia, mas ambos eram moradores da periferia, o que mostra que tem outras variáveis envolvidas, que não só periferia e centro. Na periferia, você tem questões de idade, tipo de trabalho

que a pessoa tem... Inclusive, muitos dos políticos que se elegeram da “bancada da bala” têm bases fortes na periferia.

Clodine: Bancada da bala?

Augusto: O Telhada, o Coronel Camilo, essa galera que se elege com discurso fascista. São os atuais seguidores do que já foi o Paulo Maluf, Afanasio Jazadi...

Clodine: Alguma reflexão sobre o que causa a violência, inclusive a morte de jovens em chacinas?

Augusto: Acho que as causas remontam a questões históricas muito profundas. Remontam à escravidão, toda a maneira como o país foi montado. Nem me sinto competente para falar dessas causas, mas o que talvez eu posso comentar um pouco seja não sobre o que causa a violência, mas porque ela continua sendo praticada. A causa da polícia estar matando na periferia, você vai pesquisar, vai remontar até aos capitães do mato. O fato de ela continuar sendo feita, praticada, significa que a maior parte das pessoas compactua com ela no sentido de ou apoiar abertamente, ou não rejeitar a ponto de mudar o seu voto por causa disso, digamos assim. São Paulo manteve o mesmo partido no governo faz mais de vinte anos, apesar de ter tido uma alta histórica dos crimes cometidos pela polícia, o que mostra que, no mínimo, não é uma questão que mobiliza as pessoas, inclusive na periferia, porque os votos que você costuma ver não indicam uma rejeição tão grande. O fato é que tem esse amortecimento, de achar que, de certa maneira, isso que está sendo feito não é tão errado assim, de ver com certa legitimidade a violência da polícia.

Clodine: Como você acha que atualmente seria uma forma de diminuir o número de mortes de jovens em chacinas, ainda que tenha diminuído os índices de violência?

Augusto: Até porque a violência Estatal não diminuiu. De maneira geral, os homicídios caíram, mas o Estado continua mantando tanto quanto, ou proporcionalmente até mais, quando se fala de mortes do Estado. Me parece que se isso fosse uma bandeira da sociedade isso seria feito. É simples, os agentes do Estado cometem crimes e não são punidos, mesmo você tendo muitas provas contra eles. Eu sinto que não é uma bandeira política, não é uma questão. Não se fala disso nas eleições, por exemplo. É um tema esquecido nas eleições. Quando essa questão virou debate nas eleições? Algo que virou bandeira de algum deputado?

Clodine: E sobre os grupos de extermínio que os familiares comentam...

Augusto: Muitos deles tinham ligação com o comércio, né? O comércio local que contrata o policial para promover uma política de extermínio.

Clodine: Já li, numa matéria de um repórter infiltrado na polícia, que diziam para os policiais, durante sua formação: “direitos humanos para quem é humano”...

Augusto: “Direitos humanos para humanos direitos”. É um dos bordões. É... Mas a polícia é muito consequência, né? A polícia faz também o que acham certo que ela faça. Me parece que, se houvesse uma mobilização social para que ela agisse diferente, ela agiria diferente. É o começo de tudo, as pessoas têm que querer isso. As pessoas têm que rejeitar uma polícia que mata, né? Tem que se tornar um tema de interesse social. Um tema que mobilize.

Clodine: Mas, se você pegar as últimas eleições, dá a impressão de que está acontecendo o contrário, as pessoas querendo intensificar isso...

Augusto: É engraçado, é um tema que já teve uma outra repercussão social. Quando teve aquelas mortes na favela Naval, em Diadema, um caso de um policial chamado Rambo. Você se lembra disso? Olha como era a repercussão desse caso naquela época, foi capa da *Veja* e da *Isto É* também, matéria enorme no *Fantástico*. O próprio governador, que era o Mário Covas, se sentiu tão mobilizado por esse tema que enviou uma proposta para o Congresso Nacional de emenda da constituição para extinguir as polícias militares. Passados vinte anos, olha a diferença que a gente tem nisso. Um caso como a gente teve de Osasco não virou capa de nenhuma revista semanal, não é algo que esteja pautando o debate político, o governador Alkmin teve que responder uma ou duas perguntas constrangedoras sobre o assunto, e só. Então, não é uma pauta que mobilize a sociedade. A grande questão é fazer com que todo mundo se mobilize por essas questões.

Clodine: Através de reportagens que humanizem mais esses casos você acha possível conseguir essa mobilização?

Augusto: Esse é o caminho que a gente está tentando, pelo menos. Uma violência muito grande, que faz mal para mim, em acompanhar tudo isso, é a violência de ver a impunidade e a indiferença que esses casos geram. De estar a tanto tempo cobrindo isso e a dificuldade que você tem de fazer com que essas coisas vão para a frente.

Clodine: A família que entrevistei e reportagens que li trazem muito essa questão da impunidade, mesmo quando o responsável foi identificado

Augusto: É, de novo o que as pessoas veem. Porque o julgamento acontece no Tribunal do Júri. O júri é formado pelas chamadas pessoas comuns. Inclusive o fato de policiais serem julgados pelo Tribunal do Júri foi uma conquista da sociedade civil, que teve o Hélio Bicudo como autor do projeto, teve muita influencia do livro do caco Barcelos, o *Rota 66*. Porque, até então, em meados dos anos 1990, qualquer crime cometido por um policial era julgado pela Justiça Militar, se acreditava que a Justiça Militar seria mais leniente do que a sociedade civil na ação dos crimes policiais. Hoje, o que se vê é que não necessariamente é isso. Alguns dizem até que o Tribunal do Júri é mais leniente do que a própria polícia. Teve casos chocantes de absolvição no Tribunal do Júri de crimes praticados por policiais. Teve um caso, que deu origem à onda de crimes de 2012, em que um criminoso do PCC foi assassinado na rodovia Ayrton Senna. Você tem uma testemunha que liga, no momento do crime, e conta "eu tô vendo aqui a execução, tá na minha frente, os policiais assim e tal estão matando a pessoa". A pessoa foi absolvida desse caso. Tem um outro caso de muita repercussão, num cemitério, onde uma mulher que está no telefone e liga no 190 e conta "eu tô vendo aqui um policial matando um jovem. Nesse outro caso, na rodovia Ayton Senna, um dos policiais teve como testemunha de defesa o Roberto Justus, que era o policial da Rota que trabalhava como segurança dele, e foi lá testemunhar o bom caráter que o policial tinha. Então, são casos que eu tenho acompanhado, que no Tribunal do Júri, quem está sendo julgado é a vítima. De maneira geral, eu diria que o Tribunal do Júri não se importa tanto se o policial executou ou não executou. Você pode julgar se a pessoa mereceu ou não mereceu a execução.

Clodine: É como se no Brasil tivesse pena de morte?

Augusto: É, não oficial. E os advogados, principalmente o Celso Vendramini, que é o grande advogado dos policiais, que explora muito essa questão, ele fica o tempo todo julgando a vítima: "a vítima era isso, a vítima era aquilo". Então, os casos de policiais que cometeram transgressões e foram condenados no Tribunal do Júri muitas vezes são casos em que a vítima não tinha passagem pela polícia. Era comprovadamente um trabalhador. Então, inclusive a promotoria se sente na obrigação de

explorar essa questão, então, “ah, era um trabalhador”, como se essa fosse a questão central, e acaba de certa maneira virando, né?

Clodine: Por fim, queria saber como você fica, como você se sente conforme você dá cobertura para esse tipo de casos, entrevista uma família enlutada, participa de um ritual fúnebre, ou vai fotografar, e depois escreve sobre isso?

Augusto: Eu tenho dificuldade de dimensionar esse impacto, que já é uma coisa que dura há uns quinze anos, mais ou menos, que eu tenho feito coberturas sobre esse tema. Então, foram tantos casos... Com certeza eles me influenciaram na minha maneira de existir, que eu já não saberia como dizer o que eu seria sem ter passado por isso. É algo que está muito incorporado em mim. Assim, é muito mais impactante lidar com vivo do que com morto, isso é muito claro. Eu não me afetava de encontrar cenas de crime, por mais chocantes que fossem, às vezes, as circunstâncias... o velório era muito mais impactante, muito mais difícil emocionalmente de encarar do que os corpos, digamos assim... É que também tem várias fases. Tem várias maneiras que esse impacto se dá. E também pode ser terrível quando o impacto não se dá. Teve uma época, que foi uma época que eu estava especialmente em crise com o jornalismo, que eu comecei a não me envolver emocionalmente mesmo com os fatos. Eu era repórter de madrugada e já estava um pouco cansado de ficar vendo crime toda noite e, naturalmente, fui percebendo que eu comecei a desenvolver uma couraça emocional para não me envolver com nada e comecei a achar tudo normal. Claramente foi me protegendo de me envolver, o que também não deixa de ser uma reposta emocional. E essa época foi uma das piores épocas, eu diria, porque não se envolver também é a pior coisa que pode acontecer com uma pessoa, seja um médico, um jornalista, qualquer pessoa, ou psicólogo, qualquer pessoa que trabalha com isso, não se envolver. E isso mudou, hoje em dia, já não tem mais isso, mas é algo bem complicado, você vai passar por tudo isso e não deixar que isso te afete emocionalmente? Isso tem que afetar, sim, se não afetar, você está perdendo a sua humanidade.

Clodine: Mas se ficar totalmente aberto também é complicado

Augusto: Ah, isso é com tudo na vida, né? Como você lida com as suas emoções, como você não deixa que elas te derrubem, se você consegue viver sem cair no chão estrebuchando com a dor que você sente, isso vale para tudo, de certa maneira. É, já me afetou muito, de chorar depois de uma entrevista... O durante é uma coisa que é mais fácil de ser administrada, primeiro porque não pega bem se você começar a chorar junto com o entrevistado; segundo, porque tem toda uma preocupação com o trabalho em si, que você tem que ouvir certas pessoas, apurar certas informações, tem uma questão técnica a ser trabalhada que te preserva um pouco daquele contato emocional. Geralmente, as reações emocionais mais fortes vêm depois, quando você já fez o que tinha que fazer, você está voltando da entrevista, você relaxa e você sente aquela carga emocional... De uma certa maneira, acho que um dos grandes problemas é que as pessoas não se emocionam com essas coisas. Se toda morte que acontecesse, as pessoas se envolvessem e se emocionassem, a gente não deixaria que as coisas acontecessem como acontecem. Então, tem esse impacto emocional, em mim já pegou de várias maneiras, desde chorar com o fato, até o extremo oposto de começar a me proteger de qualquer emoção em relação àquele fato. Hoje em dia, com certeza, eles continuam me afetando. O fato de dedicar tanto tempo meu para projetos que têm esse tema, mostra que me afetaram mesmo, mas dimensionar o que isso é na minha vida hoje em dia é difícil, porque já virou uma parte de mim, né? O contato com a dor, a narrativa de quem perdeu alguém vítima de violência, sempre me impactou muito mais do que cenas de violência, sempre foi algo, emocionalmente falando, que teve um custo muito maior para mim, isso tem a ver com o fato de ser pai, ver alguém falando da dor da perda de um ente querido e de que maneira lidou com isso, ou, de que maneira, não consegue lidar com isso, isso

sempre foi uma coisa, para mim, que impacta emocionalmente. Isso mexe com toda a relação que eu tenho com a vida, a relação que eu tenho com a morte. Esse contato tão frequente com quem perdeu gente muito próxima.

Clodine: Muda a concepção que você tem de vida e de morte?

Augusto: Para começar, me fez pensar muito nisso. Talvez mais do que muita gente. A morte fixou muito presente, de certa maneira. A morte ficou um tema frequente para mim. O medo de perder também, isso, com certeza, me marca, ou me marcou, durante muito tempo. Me levou a refletir sobre questões espirituais, a querer entender mais sobre vida e morte, sobre o que é a morte, e o que é estar vivo também, que é justamente o oposto e complementar da ideia de morte. Viraram questões presentes para mim, de reflexão. Essa, junto com outras questões que acontecem na vida da gente, depois de tanto tempo, é complicado isolar, "isso aconteceu por causa disso". Mas tem esse impacto sim.

Clodine: E a parte do medo, você sente medo?

Augusto: Tem um repórter que conheço que foi ameaçado de morte e foi espancado. E é um dos poucos repórteres que conheço que é negro e que mora na periferia. Então, infelizmente, e é terrível falar isso, mas o fato de ser branco, de classe média e morar em regiões não periféricas, eu sei que estou, de certa maneira, protegido, eu sei que não vou ser abordado pela polícia como outros são abordados. Eu tenho um círculo mais protegido, infelizmente. Eu estou falando agora do que eu já denuncio, todos os dias, reconhecendo o lugar onde eu estou nessa história. Eu sei que eu não sofro os crimes que outros sofrem. Você fala sobre medo, eu estou numa posição privilegiada para falar sobre isso, do ponto de vista de que eu falo. Eu sei que dificilmente essa violência vai chegar em mim. Quer dizer, tudo pode acontecer, mas as chances são menores. Qualquer família, aliás, que mora na periferia, tem muito mais a perder do que eu com tudo isso.

Entrevista 8 - com Bruno (nome fictício), leitor da reportagem escrita por Augusto

27/10/2015

Ao final da matéria do *site* de uma agência de reportagem e jornalismo investigativo havia comentários de leitores que acompanham as reportagens do *site*. Algumas pessoas possuíam perfis nas redes sociais Twitter e Facebook. Contatei todas as pessoas que possuíam perfis no Facebook, na ferramenta que permite mensagens privativas, explicando tratar-se de uma pesquisa de doutorado sobre as repercussões das mortes violentas de jovens na vida dos sobreviventes. Das quatro pessoas contatadas, apenas uma respondeu. Então, agendamos a entrevista na cafeteria de um *shopping* em Higienópolis, bairro nobre da região do centro expandido da cidade de São Paulo, próximo da residência do entrevistado.

Clodine: Você se interessa por esse tipo de matéria?

Bruno: Eu me interesso sim pelo tema. Eu acho que a violência em São Paulo, ela é percebida de forma diferente, principalmente, parece que a população de São Paulo vive num pandemônio, numa barbárie enorme, mas não é isso, o crime é muito mais contra o patrimônio do que contra a pessoa. E acaba que essa percepção que a gente tem aqui no centro expandido ela não é real, ela não é um retrato fiel da realidade, mas é para outras partes da sociedade. E essa parte chega pouco à imprensa, chega pouco aos grandes meios de comunicação e, quando chega, chega com uma mensagem um pouco dissimulada, ou numa abordagem bastante sem importância. Isso já é um clichê, no jornalismo brasileiro a atenção que se dá a um tipo de morte dentro do centro expandido é muito maior, sendo que acontece muito mais fora. E o fórum onde saiu essa reportagem é um meio de você chegar a esse tipo de informação com um pouco mais de profundidade para conseguir entender melhor o que está acontecendo ali, é uma fonte que procura não só obter os dados oficiais da Polícia Militar, com uma visão conservadora sobre a política de segurança pública a partir da repressão, mas ela vai buscar o contato com a família, o contato com a comunidade, tentar entender aquela realidade tão diferente. Então, por isso a gente acaba procurando esses meios quando a gente quer realmente se informar.

Clodine: Você tem uma formação ligada à comunicação?

Bruno: Eu trabalhei a vida toda com comunicação, em agência e em jornal. Mas o meu interesse pela comunicação pública é por outras razões, é um interesse pessoal e acadêmico, entre outras coisas. Eu acho que a comunicação para prestar serviços sociais é imprescindível. A gente vê o caso da prefeitura de São Paulo, que não consegue comunicar adequadamente seus públicos ou as transformações que ela quer trazer para a cidade. O que acontece é uma interpretação equivocada das reformas que o prefeito está propondo. Isso acontece também em outras áreas. No caso da periferia, principalmente, a situação de vulnerabilidade deles ainda retira a voz deles, eles não têm voz em vários meios sociais, não têm acesso aos meios de comunicação, não têm acesso ao direito de resposta, que também é garantido na constituição, não têm acesso a muita coisa. Daí você pensa também no lado militar, grande parte dos nossos homicídios, o Brasil é um país cujo Estado assassina muito mais do que outros países, né? Você pega em outros países, a polícia no Reino Unido matou menos de dez pessoas no ano passado. Mas o problema é que a Polícia Militar no Brasil, e ela é militar, ela obedece outro código de conduta, criminal etc. E a investigação criminal sobre isso fica nas mãos da Polícia Militar. O governo do Estado de São Paulo é conivente. Teve o caso do camelô que foi morto, gravado, no meio da cidade, o policial tirou a arma sem ameaça física e acabou matando, por acidente, e foi solto.

Clodine: Aparece muito isso no livro do Caco Barcelos.

Bruno: É engraçado essas coisas, porque o Tribunal Militar é uma invenção da própria ditadura e continua hoje na nossa legislação, daí, a gente olha para ela e vê que, para você ser preso no Brasil, tudo tem que ser julgado até a ultima instância e, até lá, você é considerado inocente, já o caso militar é completamente autônomo. O militar que fere o código militar pode ser preso pelo comandante do batalhão sem ter direito à defesa, por outro lado, tem toda a conivência do sistema. Se um militar matar um civil, a possibilidade de ser preso é quase nula. A lei é aplicada dentro do negócio de uma forma totalmente autocrática.

Clodine: Como você começou a se interessar por esse assunto?

Bruno: Sei lá, a injustiça social é uma coisa que de alguma forma te atinge, né? Quanto mais você tenta colocar na sua vida o ponto de vista crítico, e as questões sociais, você vai repensar a sociedade, e a violência é um desses casos. Ela não chega à minha porta, né? Eu moro aqui do lado. Dificilmente eu vejo alguma coisa acontecer. Mas o que acontece no Capão Redondo também faz parte da minha realidade. Pertence à mesma cidade. Quando me formei, em 2012, tinha acabado de acontecer o caso de um jovem assassinado no *campus*, e aquilo parecia um absurdo, a violência ter chegado lá. Era preciso intervir com a Polícia Militar. E o *campus* está inserido na cidade, e tem inclusive favelas do lado. Daí, você pensa que a cidade está toda interligada. Um fenômeno recente do Rio [Rio de Janeiro], que não é tão recente, mas está escrachado agora, dos arrastões é parte disso. A falta de estrutura social, a polícia agindo como quer, as milícias sendo formadas, isso acontece distante do Leblon, mas faz parte da cidade, e uma hora essas coisas acontecem com a gente.

Clodine: Numa cidade toda interconectada, como você julga que está localizado na cidade do ponto de vista social e geográfico?

Bruno: Eu moro num bairro de classe média alta, estudei boa parte da minha vida aqui. Meu pai é engenheiro, minha mãe é médica, me deram toda a assistência possível. Hoje eu trabalho. Não ganho bem, porque a minha área não ganha bem, mas isso é irrelevante dado todo o contexto em que eu vivi, mas a cidade não deixa de fazer parte da minha vida.

Clodine: Pensando no lado de lá e no de cá da ponte...

Bruno: É Racionais, né? [Referindo-se à música dos Racionais Mc's.]

Clodine: Como você se vê nesse contraste?

Bruno: Falando do tratamento policial, é absolutamente diferente. Eu sofri enquadro quatro vezes na minha vida. Uma eu estava na praia e não aconteceu nada. E duas aqui, de madrugada, quando eu era jovem, a gente ficava bebendo por aqui e os policiais chegavam. Mas em uma delas, eu estava fumando maconha com os amigos, todos que estudavam Comunicação, a gente tinha saído de um *show*, todos brancos, e estávamos em Pinheiros, o policial abordou a gente e tratou como se fosse filho dele na verdade: "ôh molecada, não pode fazer isso... Vamos apagar esse cigarro...". Entendeu? Eu duvido que, do lado de lá da ponte, seria a mesma abordagem. Óbvio que não. Essa aparência, que, na verdade, o Policial Militar não me conhece, para ele foi suficiente e determinante para o modo de tratamento que ele foi me dar. Eu acho que se eu fosse negro, mesmo em Pinheiros, e estivesse com colegas negros já seria diferente, não precisa nem estar do outro lado da ponte. É esse o espírito. A polícia vê as coisas com muito preconceito.

Clodine: Eu ia te perguntar isso, por que acha que acontece essa diferença de tratamento?

Bruno: Não é só o preconceito racial, a própria corporação acho que trabalha em cima desses estereótipos. No Brasil, historicamente, o negro é mais pobre, é mais vulnerável, menos favorecido. E esse cenário se encaixa dentro da noção de ação preventiva da polícia. Se forem abordar alguém preventivamente, vão abordar esses públicos, porque acham que têm maior probabilidade de entrar dentro do que eles estão procurando.

Clodine: E além do preventivo, o punitivo, e a resistência seguida de morte.

Bruno: A resistência seguida de morte para mim é uma falácia. Eu acho que é um modo de a polícia poder fazer o que quer. Ela precisava enquadrar as mortes que ela realiza dentro da constituição ali, né, e ela enquadra nesse parâmetro, que é mais um alvará para eles agirem da forma repressiva que eles agem. Eu acho que eles contam com a conivência do governo. É tipo uma política de Estado mesmo, na minha opinião, muito mais do que "ah, são as normas da PM". Não. Se o governador começasse a trabalhar em: "vamos reduzir o número de mortes da polícia, que é um absurdo". Poderia trocar os comandantes da Polícia Militar por comandantes mais humanos. Mas não, ele acha que esse modelo de repressão é são, é eficiente.

Clodine: E como você acha que chega isso na sociedade?

Bruno: A sociedade, em geral, apoia, na minha opinião. Mas é um pouco complexo isso. É o que eu falei, a violência percebida ela acontece no centro expandido, o centro expandido se sente com medo. Falando especificamente na cidade de São Paulo, porque também a violência é em todo o Estado. O habitante do centro expandido se sente com medo. Eu tenho uma namorada que mora na Vila Mariana, numa cobertura, e ela acha que vai ser estuprada a qualquer momento. Se você olhar as estatísticas, se você olhar os números, você vai ver que as pessoas não são estupradas no centro expandido a todo momento. Acontece? Acontece, mas são casos absolutamente marginais. Mas não, a violência que as pessoas percebem por N fatores é essa. Então, eles acham que algo tem que ser feito e muito rápido, precisa ser feito agora. E, por isso, acabam concordando de certa forma com a repressão. Mas isso tem motivos ligados à mídia também, se você pegar esses programas da tarde aí fazem um desserviço nesse sentido, Datena etc., pregando uma violência, nessa questão da violência percebida. Parece que a gente vive numa barbárie se você assiste esses programas, e as pessoas acabam interiorizando isso, e agendando isso na própria esfera pública. A mídia tem muito esse papel de agendar *setting*, de agendar o que a opinião pública vai discutir ou não. Mas também é culpa do conservadorismo de parte da sociedade, que entende que quem tem direitos humanos é a elite, ou, como tem aparecido no Senado, nem direitos humanos as pessoas deveriam ter, nessa perspectiva horrorosa. Mas isso acontece também, representantes eleitos, que representam parte da sociedade que dizem que organizações não governamentais que defendem direitos humanos não deveriam receber dinheiro. E tem toda a indústria da violência, né, que apoia esse tipo de visão. Você vai ver segurança aqui, você vai ver segurança na frente do meu prédio, dentro do meu prédio. E toda essa indústria move muito dinheiro, move muita tensão das pessoas preocupadas com isso. Então, é interessante também se manter essa percepção de violência alta, para poder manter essa indústria.

Clodine: Ligada à indústria armamentista?

Bruno: Nem tanto à indústria armamentista. É uma questão mais de segurança privada. Eu moro no mesmo prédio há vinte e cinco anos. Nunca teve segurança dentro do prédio, segurança era da rua, assim. E, de uns anos para cá, instalaram aquelas gaiolas. Para entrar no prédio, você tem que entrar numa gaiola antes de poder passar. Daí, eles colocaram vidro fumê em toda a guarita e eu não consigo mais ver o porteiro. Daí, colocaram um segurança em frente ao prédio e um dentro do prédio. Nunca

teve um assalto no meu prédio, nunca teve, nem na rua, que a gente tenha ficado sabendo. É uma região que não deve ter violência quase, só a molecada que está na rua, às vezes, é assaltada, essas coisas. Mas a indústria da violência é isso, né, ela é motivada por esse medo que as pessoas têm, essa necessidade de elas se sentirem seguras, e, de repente, isso move muito dinheiro. A Haganá é uma empresa de segurança voltada para a segurança de judeus, e ela ganha muito dinheiro, motivada por esse tipo de sensação, né? Então, é interessante que se mantenha esse discurso por outros motivos também.

Clodine: Então, tem um discurso sobre a violência que gera um medo muito grande, as pessoas reagem a esse medo criando essa indústria da segurança privada, isso sendo refletido na mídia e a mídia criando uma agenda política?

Bruno: Eu não vejo como um silogismo, assim, uma coisa que leva à outra, que leva à outra, eu acho que são fenômenos um pouco separados. E acho que a violência ela existe, não dá para se negar isso. A cidade é sim violenta. Mas pegando o exemplo da mídia, ela vive de publicidade, então, ela precisa de audiência. Para ter audiência, ela precisa refletir ali o que acontece no debate da esfera pública das pessoas. É como uma roda que gira em torno de si mesma: a mídia agenda a opinião, a opinião discute, quer saber mais sobre isso, daí ela volta. Tanto é que esses programas têm ganhado muita audiência nos últimos anos. Mas nada tem a ver exatamente com a indústria da violência, a indústria da violência está ali como um outro fenômeno separado, que deriva dessas coisas, mas não exatamente direto. Eu não acho que o governo tem uma postura repressiva só porque a mídia está cobrindo ou porque tem a indústria da violência, eu acho que é uma posição do governo do Estado de São Paulo, do Alckmin [Geraldo Alckmin], do Serra [José Serra] e do Maluf [Paulo Maluf]. O Maluf usou isso como propaganda ideológica, né, "a Rota na rua". E a gente sabe que a Rota é uma tropa assassina, então, não é uma coisa de hoje, é uma coisa que está instituída. São Paulo vota no PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] há vinte anos. Então, não é tão lógico assim, tipo uma coisa aconteceu e depois a outra. São fenômenos que vão acontecendo.

Clodine: Mas estão interligados...

Bruno: Sim, assim como Higienópolis está interligada com o Capão Redondo. O que acontece lá não é necessariamente reflexo do que acontece aqui, mas, de alguma forma, essas duas coisas têm ligação. Está tudo ligado, a sociedade é muito complexa, tudo meio embaralhado assim, como se fosse uma rede mesmo. Essa é pelo menos a minha impressão. Aí você tem aqui, em Higienópolis, essa indústria da violência e da segurança, isso é uma forma de apartar o outro, né? Um cidadão comum que entra aqui, por exemplo, um negro, que está subindo do metrô para cá para vir para o *shopping*, ele se sente um pouco apartado, ele vê o olhar do segurança prestando atenção nele, ele vê que aquele prédio não tem abertura, não tem convívio, são grades expulsando ele dali. Isso é uma coisa que você percebe. Isso tem um reflexo social também.

Clodine: Como os espaços se constituem como espaços de segregação ou de convivência democrática?

Bruno: Na USP [Universidade de São Paulo] você está vendo, recentemente, a FEA [Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade] colocou um monte de catracas, a FEA era uma faculdade que não tinha catracas. A Odonto [Faculdade de Odontologia] foi a primeira que colocou, eu acho. Daí, o discurso estava horroroso esses dias: "ah, tá tendo muita gente estranha aqui de final de semana". A USP é um lugar público. A diretoria da FEA chegou a cogitar acabar com o cursinho popular da FEA, que é, na verdade, um programa de extensão, e os pilares da universidade são três,

extensão, ensino e pesquisa. E um dos poucos programas de extensão que a FEA ainda tem, queriam acabar, com o mesmo discurso de alguns anos atrás, de ter gente estranha, já colocaram catraca, você está vendo esse fenômeno acontecer de expulsar quem é diferente. Existe um fenômeno na comunicação chamada de "espiral do silêncio, que diz que a mídia tem o poder de agendamento que eu te falei, de agendar *setting*, tipo: ela diz o que as pessoas têm que discutir nas esferas sociais, mas esse é um pouco diferente, esse diz que mais que um poder de agendamento, a mídia tem um poder de silenciar opiniões majoritárias. Vamos pegar como exemplo a questão do menor infrator, que é uma discussão ampla. A opinião da grande mídia televisiva é clara: o menor infrator está errado e tem que ser punido etc., porque é assassino, e todos os estereótipos que a gente coloca. Essa opinião não necessariamente é majoritária, mas a partir do momento que você expõe só essa opinião, a pessoa começa a perceber que a opinião que ela tem diferente daquela, não é uma opinião socialmente aceita. Ela tem essa percepção e, daí, ela fica com medo de expor essa opinião na esfera pública. Uma outra pessoa também começa a ver essa mídia, também quer discutir o estatuto, mas, ao ver que a primeira se calou, ela também se cala, formando a tal espiral do silêncio. O, no final, uma opinião que poderia ser minoritária, se torna majoritária por esse poder, influência da mídia. Isso acontece em várias questões.

Clodine: Por exemplo, a Jovem Pan [emissora de rádio brasileira].

Bruno: A Jovem Pan, mais do que reacionária, é uma posição instituída como editorial. O dono da Jovem Pan instituiu como modelo de negócio o combate ao PT [Partido dos Trabalhadores] e às políticas de esquerda em geral, principalmente o PT, então, ele volta todos os programas jornalísticos dele para isso, inclusive, demitiu jornalistas consagrados que não concordaram. Acabou-se a noção de jornalismo tradicional dentro da Jovem Pan por um modelo de negócio. Ele quer publicidade e audiência. E, para conseguir audiência numa sociedade extremamente conservadora e antipetista, é falando mal.

Clodine: Agendar *setting* é mais para a opinião pública ou também para a política?

Bruno: Na política também, o Parlamento é a esfera pública por excelência, onde são debatidas as verdadeiras questões sociais. E o Parlamento se baseia de alguma forma, mas nem sempre, porque muitas vezes não dão importância para isso, mas eles representam a população, e, no final das contas, somos nós que colocamos eles lá. Eu acho que, desde a ditadura, esse é o nosso Congresso mais conservador. Isso é um reflexo do que acontece na opinião pública. A esfera pública, que é o Parlamento por excelência, é reflexo da opinião pública. Então, essas coisas também são interligadas. Não é um silogismo lógico. Se fosse lógico, a Dilma [Dilma Rousseff] não teria sido eleita, se você vê o tempo de exposição de cada uma das agendas no *Jornal Nacional*, você vai ver que o Aécio [Aécio Neves] teve muito mais tempo de exposição que a Dilma, então, se fosse só pela agenda pública ela não teria sido eleita. e então, a opinião pública não vai só exatamente pela agenda *setting*, não é uma coisa tão determinante, mas é bastante. Toda crise leva a um movimento mais conservador num primeiro momento, com a falta de empregos, a defesa desses direitos, as pessoas acreditam nisso. Então, é uma outra coisa. São várias coisas. O fenômeno da mídia sobre a sociedade não é absoluto a ponto de ganhar eleições ou colocar uma pauta dentro do congresso, mas ele é determinante sim para o que vai ser discutido na sociedade. A ECA [Escola de Comunicação e Artes] pesquisou isso durante muito tempo através das novelas. A ECA teve o núcleo mais importante de análise televisiva do mundo, isso acontecia através do núcleo de telenovelas da ECA. O que eles perguntavam na época era o quanto a novela influenciava a agenda pública, e era uma coisa impressionante, ela era majoritariamente o assunto mais debatido, mais do que futebol, mais do que política e do que qualquer outra coisa. Curioso, não? Então, quando um assunto era colocado dentro da novela, ele era colocado

dentro da sociedade também. Claro que não é determinante, mas é um peso muito grande. Se a gente quisesse mudar a violência, talvez um caminho seria o apoio da mídia em relação a isso. Se a mídia martelasse todo dia: "ah, a polícia de São Paulo é assassina", "ah, a polícia de São Paulo usa da resistência à prisão para matar pessoas", "ah, vamos investigar isso.". Provavelmente mudaria alguma coisa. A não ser que o Alckmin se considere ditador mesmo e resolva tipo ignorar a opinião pública, mas vai ter eleições ali na frente e eu acho que ele não vai querer fazer isso.

Clodine: Ainda assim, mesmo que apareça, será que as pessoas não vão priorizar a proteção ao patrimônio e seus interesses em relação à vida de quem está longe, na periferia?

Bruno: Eu acho que sim ou não. Eu acho que de forma abstrata, se você conversar com a maioria das pessoas aqui à nossa volta e perguntar: "ah, as pessoas na periferia têm o mesmo direito? Direitos fundamentais, por exemplo. Tem os mesmos direitos que eu ou que você?". Provavelmente a resposta vai ser "sim". Mas, num caso concreto, quando a gente enfrenta essa realidade, enfrenta essa questão, a gente percebe que não. Mas isso não é porque o conceito abstrato do direito a ele não é considerado, é porque os direitos deles é que prevalecem aos direitos dos outros. Eu tive uma discussão num grupo de Whatsapp sobre o caso no Rio de Janeiro de as pessoas estarem impedidas de seu direito à locomoção, né, que, na verdade, é ir à praia, por causa da insegurança da classe média alta no Rio de Janeiro, que estava se sentindo invadida. É um direito sobrepondo o outro. E, por que as pessoas aceitam isso? Porque elas consideram a possibilidade de haver "marginais", entre aspas, dentro daquela comunidade motivo suficiente para coibir os direitos, em proteção à vida delas, ao patrimônio delas etc., então, é um direito sobrevalendo ao outro. Isso é meio óbvio, porque, por exemplo, se você for perguntar para uma pessoa: "qual vida vale mais, a sua ou a do outro?", por instinto você vai dizer que é a sua, por natureza, mesmo que não verbalize isso, isso está interiorizado na gente. Eu acho que passa por isso, a pessoa quer defender a família dela.

Clodine: E a frase: "bandido bom é bandido morto"?

Bruno: Quem é o bandido? Como você vai identificar quem é bandido, sem o devido flagrante, o delito, ou a ordem judicial? Você não vai. E é aquele negócio da percepção da violência, enquanto a pessoa se sentir ameaçada, ela vai apoiar, em relação à vida dela, que se tome medidas de repressão. E é algo meio burro, como eu te falei, porque a violência percebida não é tão real. Você é roubado, talvez, mas não é assassinado, duvido. Eu lembro que eu estava lendo um artigo num livro que foi coletânea do Lúcio Kowarick, que tem um capítulo sobre violência. A violência no centro é completamente desigual à violência nos outros lugares, a violência física e não a violência patrimonial. E as pessoas julgam que isso é suficiente para retirar os direitos das outras pessoas, direito de a polícia ir lá e intervir da maneira como intervém. Eu acho que é mais por isso, ela vê o direito dela maior que o direito do outro, porque está na casa dela, sei lá. Eu acho que vai ter parte da população – aquela coisa que eu estava falando do conservadorismo para você, o Senado está eleito, nesse mesmo discurso de restrição dos direitos humanos. E, a PM do Rio, o governador, por causa dos abusos de violência na época, tinha transferido 200 presos militares para o presídio comum. E o Bolsonaro [Jair Bolsonaro] estava louco com isso, daí ele estava defendendo os direitos dos policiais que matam muito lá também. E, para ele, bandido bom é bandido morto. Esse discurso de que vagabundo não tem direito. Discurso que vai contra nossa constituição, mas que é colocado dessa forma. E ele representa parte da nossa sociedade. Então, claro, dependendo de com quem você vai conversar, você vai encontrar pessoas que vão ter essa opinião, do mesmo jeito que você vai encontrar pessoas que não têm essa opinião. Só que essas pessoas fazem muito barulho, é um outro fenômeno, quando as coisas são muito absurdas, tipo violação de direitos, e eles gritam, fazem estardalhaço, a gente vê muito apoio, a gente percebe muito apoio, mas esse apoio não é necessariamente real. Que nem a cobertura

do Pró Ditadura, que teve nas manifestações, aquilo lá é um absurdo, mas a imprensa deu cobertura para aquilo, uma cobertura muito maior do que para outras pautas, sendo que era um ponto de vista minoritário, porque era tão absurdo, vende. Mais gente vai ver, mais gente fala nisso, mais gente curte, mas, na verdade, não era uma coisa tão latente assim, tão absurda. Eu acho que as pessoas que consideram realmente que bandido bom é bandido morto não são a maioria da população.

Clodine: E sobre a resistência seguida de morte, seria uma execução ou como se a pena de morte estivesse valendo no Brasil?

Bruno: Eu acho que você tem absoluta razão quando diz que a polícia vai lá e julga ela mesma, quando julga. Se eles ainda têm alguma noção de julgamento. Eles executam e fazem isso mesmo. Agora, se isso tem o apoio da população é outra história. A população, se, de repente, você argumentar: "ah, o policial falou que foi resistência seguida de prisão, você acha que tem que matar ou não?", aí a pessoa pode dizer que tem, mas não se sabe se teve resistência ou não para a prisão. A minha opinião, na minha percepção, é de que, na maioria dos casos, não tem. Eu lembro de um artigo que eu li falando da "motinho preta", é um cara que chega para exterminar, e as pessoas da comunidade já sabem que vai ter extermínio ali. E o extermínio de Osasco, Barueri e região foi um caso desses... É plausível que tenha tido 21 resistências seguidas de morte em locais tão próximos um do outro, na mesma noite? Tem umas coisas que não batem, e a polícia faz do jeito que faz por vingança, não tem nem julgamento, é por vingança, atira na comunidade, morre quem morrer, e aí a comunidade vai entender que não pode mexer com PM. É complicado.

Clodine: E quando você fica sabendo que rola esse tipo de coisa, essas chacinas, essas vinganças, como o que ocorreu e foi relatado na reportagem que você comentou e que me levou até você, como que isso chega para você, como você se sente?

Bruno: Ah, são vários os sentimentos, primeiro é o de impotência, que o que você vai fazer? Eu tenho medo da polícia. Eu tenho medo do policial militar do estado de São Paulo. Então, você já se sente impotente num primeiro momento, porque, apesar de aquilo estar perto de você, está longe, você não conhece aquelas pessoas, você não conhece aquela comunidade, mas você se sente de alguma forma impotente por não poder agir ali, por não poder ajudar, ou por não poder mudar aquela situação da PM matando as pessoas. Você também sente que a nossa constituição e as nossas leis são de papel, quando o policial militar age desse jeito, ele está simplesmente rasgando aquilo que foi estabelecido como direito para todos, que a gente vê que não existe igualdade entre as pessoas, isso tudo me causa uma revolta muito grande. Mas o pior de tudo eu acho que é perceber isso como política pública, não declarada obviamente, mas uma política pública do estado de São Paulo, e saber que o governador foi eleito em quase todas as cidades de São Paulo com a ampla maioria, então, você percebe que essa pauta, esse assunto não chega às pessoas. Aí tem gente que vai dizer: "ah, mas se chegasse as pessoas não ligariam". Eu não acho que seja assim, eu acho que se chegasse com a profundidade que deveria chegar, que a agente estava discutindo no começo, que a revista virtual através da qual fiz o comentário faz com profundidade, se chegasse com essa discussão mesmo na mídia, nas pessoas e no dia a dia, debatendo, seria outra percepção. Quem vai querer falar sobre o favelado que morreu? Quem vai querer publicar a história desse cara? Não interessa. Para a maior parte das pessoas não interessa. Porque o jornalismo deixou de ser só informação, né? O jornalismo como fato, como dado, já ficou no passado. Hoje, no jornalismo, a pessoa busca contar uma história, ter uma narrativa, mas a periferia de São Paulo, em geral, chega como fato, como dado. Vinte e uma pessoas morreram. É difícil. Mas tem uma coisa engraçada também que acho que o próprio membro da periferia se sente culpado, por exemplo, se a reportagem vai lá perguntar quem morreu, respondem: "ele era trabalhador", entendeu?

Como se o bandido tivesse essa sentença de morte aceitável. A pessoa pobre, a pessoa na periferia, ela não entende a noção de direito à justiça, de direito à dignidade, em amplo sentido.

Clodine: A mãe que eu entrevistei tinha um filho que morreu assaltando e ela fala que esse filho procurou a própria morte. Já o outro que estava no bar trabalhando, quando aconteceu a chacina, aí ela não consegue aceitar, e sofre muito, porque ele era super querido, e ele tinha sido adotado por ela.

Bruno: É, então, daí você pensa, você me pergunta como eu me sinto em relação a isso. Como é que eu me sinto? Difícil. Não sei... Por exemplo. alguém que vai ao cinema assistir um filme de drama, vai lá entrar em contato com esse tipo de realidade, que é um sofrimento, mas é uma coisa importante para o lado humano você conhecer esse tipo de coisa. E é o que eu estou dizendo, se essas narrativas chegassem de alguma forma às pessoas... Se a novela procurasse mostrar esse sofrimento de alguma forma, as pessoas se interessariam por esse sofrimento, ele entraria em debate.

Clodine: Retomando do seu ponto de vista pessoal, gera sentimento de impotência...

Bruno: Revolta também, né? De não compreender como a população consegue votar no Alkmin, essas coisas. Porque você acaba indo para o lado político, né, não tem jeito. Porque você tenta achar um culpado, acho que é natural do ser humano. Não tem como não culpar o Alckmin, não tem como não culpar quem manda na porcaria da PM. Para mim, a PM tinha que acabar, o modo militarizado tinha que acabar, inclusive eu acho que eles concordam com isso.

Clodine: Vou te contar como ficou a família. A mãe é uma senhora idosa, e já perdeu três filhos. O mais novo é esse que era adotivo e morreu assassinado na chacina. O mais velho foi assassinado pela polícia num assalto, uma filha num baile *funk*, por bala perdida, e um outro por ciúme de uma ex-namorada. O mais novo era quem pagava as contas, e ela ficou desestruturada financeiramente, ela era muito religiosa e começou a questionar a própria fé. No bairro como um todo, as pessoas deixaram de sair à noite, com muito medo, porque elas continuam sofrendo ameaças, voltam para casa em grupos, não fazem mais festas e ficam mais dentro de suas casas. Dois rapazes sobreviveram à chacina e eu consegui entrevistar os dois. Um deles não consegue trabalhar porque tem que estar sempre mudando de casa por ser testemunha e ter medo de ser assassinado, ele levou um tiro no ombro, então, não consegue levantar peso, e, quando vai dormir, à noite, todos os dias, fica sentindo o vulto da bala passando bem perto, porque ele sobreviveu a vários tiros, vários passaram de raspão, então, ele fecha o olho e, todo dia, fica relembrando essa cena, há dois anos. O outro também escapou por um triz, ele tinha dois empregos, trabalhava de dia e de noite, mas não consegue mais fazer o emprego da noite por ter medo de sair de casa, emagreceu muito, ficou paranoico, com medo de estar sendo seguido, pensa em fugir, se mudar. E, no termo de consentimento que fala da garantia de sigilo e anonimato, fala também da importância de não se causar sofrimentos adicionais para a pessoa que está sendo entrevistada ao tratar de um assunto como esse, mas observei, na verdade, necessidade dos entrevistados de falar sobre suas dores para alguém que se interessava pela história deles. Essa chacina não foi quase noticiada na mídia. Então, pude colher alguns relatos de como isso impacta na vida dessas pessoas, do ponto de vista psíquico, mental, físico, econômico e social.

Bruno: São vidas destruídas, né? Eu não imagino, por exemplo, como eu conseguiria seguir em frente se, de repente, acontecesse uma chacina com a minha família e eu perdesse minhas duas irmãs, por exemplo. Eu não consigo imaginar. O ser humano é uma coisa muito frágil, né, de certa forma. A gente sobrevive, mas sobrevive em que existência? Qual o sentido dessa existência que a gente sobrevive? A gente só vive, quando acontece umas coisas dessas na nossa vida... É foda. No sentido social, a pessoa não vai ter nunca mais na vida dela uma percepção de segurança, tranquilidade... A

mãe criar um filho é despender vinte, trinta anos da sua vida, que vida essa mãe que perde os filhos vai ter agora? Não vai ter vida. Nunca mais. Eu acho. A gente já fica triste por coisa tão boba. Eu passei uma época muito triste da minha vida porque eu perdi uma namorada, sabe, foi um trauma muito profundo para mim, e eu carrego até hoje comigo as coisas que aconteceram. Mas, pô, perder as coisas assim, sem... eu não consigo imaginar. Eu imagino que seja algo próximo da guerra, que as pessoas voltam realmente transformadas, nunca mais conseguem ser elas mesmas, acho que deve ser por aí. Só que esse é o ponto: isso importa para quem? Para a comunidade talvez, de alguma forma, nas esferas públicas maiores, talvez... Isso é um grande problema do jornalismo também, a notícia, ela é datada, dificilmente você volta a falar sobre um caso, e acompanha um caso. Aquela informação que aquele jornal me deu, mas nossa... mas a vida ficou. Aquela vida ficou. E as histórias delas ficaram... O Marcelo Aquino é um escritor, né, e ele acompanha muito as histórias dos outros para poder escrever porque ele é um grande fã dos diálogos, e, para você ter diálogos, você tem que ouvir as pessoas. E ele diz que as pessoas têm um prazer imenso por falar as suas histórias, contar as coisas que estão acontecendo com elas. Eu acho que, com essas pessoas que sofrem perdas com mortes violentas também, mas ainda mais, porque elas precisam desafogar aquilo que fica preso na vida delas, fica preso. Para o sobrevivente, é um trauma, não só das balas passando, é um trauma que está preso dentro dele o resto da vida, transborda...

Clodine: E me ouvir contando, é diferente de ler? Como você se sente?

Bruno: Tristeza, né, você sente tristeza. Você fica magoado pela situação. O ser humano tem alguma empatia pelo outro, né, mesmo que ele não conheça. As histórias emocionam a gente. Acho que tem um poema do John Doe que fala sobre isso: “que todo homem é um pedaço do oceano formado por muitos homens, e toda a morte de um humano me entristece”. É isso. Você vê a situação acontecendo com outro humano e você se põe, de alguma forma, no lugar dele. Claro, você não vai conseguir ter total empatia por aquela dor porque você não viveu, mas aquilo te afeta de alguma forma. Eu acho que só existe essa divisão absolutamente gigantesca entre a extrema direita e a extrema esquerda, as pessoas ou vão para a total economia, ou vão para a total igualdade entre os seres humanos, porque as pessoas não conseguem ver o lado um do outro. Se todo mundo tivesse contato com a empatia de olhar para o outro, você não poderia defender os direitos do capital a todo custo, seria inviável, isso só acontece quando a pessoa não teve nenhum contato, ou teve algum contato que fechou ela em relação a isso.